

HENRIQUE VICENTE DE BITENCOURT

**O PROTAGONISMO DOS CRISTÃOS E
O PODER NA IGREJA**

Tese apresentada à Banca Examinadora da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, como exigência parcial para a obtenção do título de Doutor em Ciências Sociais – sob orientação do Prof. Doutor Edgard de Assis Carvalho.

**PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS
PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO.
SÃO PAULO, 2008**

FOLHA DE APROVAÇÃO DA BANCA EXAMINADORA

**O PROTAGONISMO DOS CRISTÃOS E
O PODER NA IGREJA**

HENRIQUE VICENTE DE BITENCOURT

ESTA TESE FOI JULGADA PARA A OBTENÇÃO DO TÍTULO DE DOUTOR EM CIÊNCIAS SOCIAIS E APROVADA EM SUA FORMA FINAL PELO PROGRAMA DE ESTUDOS PÓS-GRADUADOS EM CIÊNCIAS SOCIAIS DA PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DE SÃO PAULO.

BANCA EXAMINADORA

Autorizo, exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, a reprodução total ou parcial desta tese, por processos de fotocopiadoras ou eletrônicos.

Assinatura: _____ **São Paulo, ___/___/___/**

RESUMO

Esta tese verificou se os cristãos da Igreja Católica, em Lages, Santa Catarina, a partir da participação nas diversas atividades que nela exercem, desenvolvem seu protagonismo social, e em que níveis.

Para isso, primeiramente, buscou compreender a questão do sagrado, ao longo da história e como ele foi se transformando em experiência religiosa, acabando por desembocar num sistema religioso, ou religião, que foi se tornando cada vez mais institucionalizada. Verifica-se que este processo também aconteceu no cristianismo, burocratizando-se de tal forma, que se tornou pertinente a pergunta: há lugar nesta Igreja para o desenvolvimento do sujeito, nas suas várias expressões religiosas subjetivas?

O protagonismo é compreendido aqui como a possibilidade do sujeito desenvolver-se como pessoa e ator social, capaz de exercer uma cidadania ativa, em nível pessoal, grupal e social, 'fazendo a diferença', como aconteceu com os cristãos das comunidades dos três primeiros séculos da Igreja Cristã.

Depois dos referenciais buscados numa análise da história da prática da Igreja, em nível global e local (cidade de Lages), foi realizada uma pesquisa com os cristãos das 08 paróquias do município de Lages, com três objetivos: *em primeiro lugar*, verificar se os cristãos se sentem sujeitos de sua ação e se a prática da fé contribui para que eles ajam como sujeitos também na sociedade civil. *Em segundo lugar*, perceber se existe o exercício do protagonismo. *Em terceiro lugar*, compreender como vivem essas comunidades, ou seja, se elas procuram resgatar e vivenciar a experiência protagonista das comunidades eclesiais primitivas.

Pode-se perceber, nas pesquisas, uma visão acentuadamente negativa dos cristãos católicos, a respeito de sua Igreja e um clamor 'velado', mas consciente por mudanças, principalmente no sentido de que ela se transforme numa Igreja – comunidade – de – Irmãos, atualizada, tendo como referência a prática dos primeiros cristãos, que viviam numa dialética permanente entre instituição, multiplicidade de carismas e profecia.

Palavras-chave: protagonismo, autonomia, comunidade cristã, cristianismo, Igreja católica em Lages.

ABSTRACT

This study had as objective to verify if Christians from the Catholic Church, in Lages/SC, can develop their social protagonism and in which level, from the participation proposed by the Catholic Church.

At first, it was important to understand the matter of “sacred” from its history and how it has been changing in religious experience, that is, in a religion more and more institutionalized. That process can be verified into the Christianity, rendering bureaucratic to it so that it was important to ask: is there condition in this Church for humans’ development on their several subjective spiritual expressions?

In this study, protagonism was understood as the human’s possibility to develop himself/herself as a social actor, able to perform an active citizenship in different levels (personal and social), “making the difference” into the society, the same that happened with the Christians from the communities during the three first centuries of the Catholic Church.

After analyzing the history of the Catholic Church practices, from global to local levels (Lages), it was made a research with people from 08 parishes (Lages/SC), in order to (1) verify if Christians feel themselves as actors of their actions and if their faith practices contribute on their actions in civil society as well; and (2) detect if there is the practice of the protagonism.

It was possible to perceive an accentuated negative sense of the Catholic Christians in relation to the Church and a “camouflaged” but conscious cry for changes, mainly in changing that Church rigidly hierarchical with a centralized power. They manifested a strong desire for a “Church – as – a – community – of – brothers – and – sisters”, using as reference the practice of the first Christians, who lived in a permanent dialectics among institution, multiplicity of charismas and prophecy.

Key Words: protagonism, autonomy, Christian community, Christianity, hierarch, Catholic Church in Lages.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
CAPÍTULO 1 - A EXPERIÊNCIA DO SAGRADO E A INSTITUIÇÃO RELIGIOSA.	14
1. A Experiência do Sagrado	14
2. A Religião e o Sagrado	16
3. O Sujeito e a Religião na Atualidade	20
4. Sobre o Sentido da Religião e Sua Prática	30
CAPÍTULO 2 - A PROPOSTA PROTAGONISTA DE JESUS DE NAZARÉ.	36
1. Sobre o Protagonismo	36
1.1 O Protagonismo é um Risco	37
1.2 O Protagonismo e a Questão de Gênero	40
1.3 O Protagonismo e a Educação	44
2. Nietzsche Apresenta o Super-Homem, Contra Jesus, o Líder dos Fracos	50
3. A Realidade Social, Política, Econômica, Religiosa e Cultural em que viveu Jesus	54
3.1 O Templo e a Sinagoga	62
3.2 A Riqueza e a Pobreza na Sociedade de Jesus	63
3.2.1 Os Ricos	63
3.2.2 A Classe Média	64
3.2.3 Os Pobres e Marginalizados	65
3.3 A Posição Sócio-Religiosa de Jesus de Nazaré.....	66
3.3.1 A Proposta de Jesus de Nazaré	68
3.3.2 Jesus de Nazaré: um Protagonista ou um Fraco?	72

3.3.3 A Prática e as Palavras de Jesus de Nazaré Provocam Libertação	80
4.A Palavra “Pobre ou Pobreza” no Vocabulário Cristão	82
5. Como Jesus Vive a Liberdade	84
5.1 Jesus e Seus Interlocutores	85
5.2 A Posição Social das Mulheres no Tempo de Jesus	88
5.3 Como Jesus Tratou as Mulheres	92
5.4 Como Jesus Tratou Outras Pessoas	98
5.4.1 A Viagem de Barca	98
5.4.2 O Caso do Menino Possesso	99
5.4.3 O Caso do Cego Bartimeu.....	100
5.4.4 O Encontro de Zaqueu com Jesus	101
5.4.5 Não Servos, mas Amigos	101
5.4.6 O Poder dos Setenta e Dois	102
5.4.7 A Parábola dos Talentos.....	103
5.4.8 A Parábola da Semente	104
5.4.9 O Risco de Quem Adquire Poder	106
5.4.10 O Poder de Ganhar o Mundo	107
5.5 Os Protagonistas Sem Jesus	109
5.5.1 A Pedagogia dos Discípulos	110
5.5.2 O “Destino” dos Discípulos Protagonistas e o Sucesso da Missão	113
CAPÍTULO 3 - A PROPOSTA DE JESUS E O PODER IDEOLÓGICO DA IGREJA	115
1. As Ideologias e o Poder-Dominação	115
2. A Construção do ‘Poder Religioso’ ao Longo da História	120
2.1 A Igreja Como Assembléia de Iguais	120

2.2 O Dilema Entre Instituição e Profecia	122
2.2.1 Jesus Símbolo do Movimento Dialético Entre Instituição e Profecia	127
3. A Igreja no Centro do Poder	130
3.1 O Fim do Movimento Profético-Carismático.....	130
3.2 A União Entre a Igreja e o Império	132
3.3 Cresce o Poder dos Papas	135
3.4 Alguns Tópicos da Cristandade Medieval	138
3.5 Oposições ao Poder da Igreja e a Inquisição	143
3.5.1 A Inquisição	148
3.5.2 A Reforma Protestante	150
3.6 A Reforma Católica ou Contra Reforma	152
3.7 A Revolução Francesa e a Igreja Católica	154
3.8 A Posição da Igreja no Mundo Moderno	156
3.9 A Era do Concílio Vaticano II	163
CAPÍTULO 4 - CRISTÃOS DA IGREJA CATÓLICA DE LAGES: OVELHAS OU PROTAGONISTAS?	168
1. Um Breve Histórico do Município de Lages	168
2.1 A Formação da Igreja Católica em Lages	170
2.1 Uma Igreja ‘Cabocla’.....	171
2.2 Uma Igreja “Romana”	172
2.3 Uma Igreja Autodenominada “Povo de Deus”.....	173
3. Cristãos de Lages: Ovelhas ou Protagonistas?	175
3.1 Localização e Atividades das Paróquias do Município de Lages	175
3.2 Ouvindo os Cristãos do Município de Lages	178
3.2.1 Como Foi Organizada a Pesquisa e Quando foi Realizada	178
3.2.2 Ouvindo os Conselheiros	179

3.2.3 Sintetizando as Respostas dos Conselheiros	185
3.2.4 Uma Análise das Respostas dos Conselheiros, na Perspectiva do Objetivo desse Trabalho.....	190
3.3 Outras Formas de Poder Simbólico que Reproduzem o Sistema de Dominação	200
3.3.1 O Poder Simbólico das Torres	201
3.3.2 O Poder Simbólico da Linguagem.....	206
3.3.3 O Poder Simbólico das Vestes, dos Utensílios e dos Tronos	210
4. O que os Jovens Pensam da Igreja de Lages	213
4.1 Uma Análise das Respostas	216
4.2 Uma Religião Sem Igreja	218
CONCLUSÃO	219

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem por objetivo verificar se existe, e em que nível, o protagonismo social dos cristãos da Igreja Católica, em Lages, a partir de sua participação nas diversas atividades que ela desenvolve. Para isso, primeiramente, busca-se compreender a questão do sagrado, ao longo da história e como ele foi se transformando em experiência religiosa, acabando por desembocar num sistema religioso, ou religião.

A maioria das religiões, no entanto, transformaram-se em instituições, colocando-se como depositárias únicas do sagrado, tendo os sacerdotes como seus gestores, deixando pouco lugar para as experiências religiosas subjetivas de seus participantes. Estas instituições, aos poucos, enraizaram-se em dogmas e esqueceram sua condição de realidade sócio-histórica, e, como tais, passíveis de permanentes transformações.

Num segundo momento, busca-se analisar o sujeito pós-moderno que se nega a continuar como mero componente de um sistema, e busca lugar para o pleno exercício de sua subjetividade, também na experiência religiosa, da qual sente necessidade. Então, surge uma inevitável pergunta: para que serve a religião? Percebe-se que ela pode tornar-se um *lócus* no qual o ser humano realiza sua radical experiência de re-ligação com Deus, consigo mesmo e com todas as realidades, mas, paradoxalmente, conclui-se que muitas religiões acabam tornando-se um empecilho para esse radical encontro.

No segundo capítulo, em primeiro lugar, é realizada uma busca de entendimento da palavra 'protagonismo' da forma como ela é atualmente cada vez mais compreendida, no campo da educação, nas diversas dimensões da convivência humana e na própria realização do sujeito, que quer construir-se como cidadão ativo, construindo com êxito sua história pessoal, familiar, grupal e social.

Num segundo momento, é feita uma contestação à afirmação de Nietzsche de que o cristianismo é uma religião de fracos, demonstrando que Jesus Cristo e as primeiras comunidades cristãs formaram uma comunidade de protagonistas pessoais e sociais, com muita coragem e valentia, quem sabe, até superando as virtudes do super-homem, enumeradas por Zaratustra. É uma mensagem totalmente nova, e por ela é possível compreender como seus primeiros seguidores, pessoas simples e sem instrução, transformaram-se em protagonistas de uma importante revolução no mundo.

No terceiro capítulo, é visto como a Igreja cristã primitiva, de comunidades de irmãos, foi se tornando uma instituição assentada no poder-dominância, distanciando-se da proposta de Jesus, ao longo de sua história.

Por fim, no capítulo 4, foi realizada uma pesquisa com os cristãos das 08 paróquias do município de Lages, com três objetivos: *em primeiro lugar*, verificar o grau de autonomia que tem atingido os cristãos, a partir da prática religiosa nas comunidades pesquisadas, ou seja, se eles se sentem sujeitos de sua ação e se a prática da fé contribui para que eles ajam como sujeitos também na sociedade civil, complementando as reflexões do capítulo 01 desse trabalho. *Em segundo lugar*, perceber se dentro das comunidades paroquiais existe o exercício do protagonismo, a exemplo da ação de Jesus em relação aos seus discípulos, como foi visto no capítulo 02 deste trabalho. *Em terceiro lugar*, compreender como vivem essas comunidades, ou seja, se elas procuram resgatar e vivenciar a experiência protagonista das comunidades eclesiais primitivas (dos três primeiros séculos do cristianismo), como foi relatado no início do Capítulo 03 desse trabalho.

A pesquisa participativa contou com 08 grupos formados por adultos e alguns jovens, participantes dos Conselhos Pastorais Comunitários (CPC) das 08 paróquias do município de Lages e 08 grupos de adultos e alguns jovens participantes dos Conselhos Pastorais Paroquiais (CPP), também das paróquias do município de Lages. Cada grupo escolheu o local para a conversa. 02 grupos se reuniram no salão da comunidade, 02 grupos numa sala da escola local e os demais na casa de um dos participantes. Ao todo, participaram 128 conselheiros, atingindo uma média de 08 pessoas por grupo, não havendo grupo com menos de 04 pessoas. Como se tem apenas dados aproximados do número de conselheiros das 08 paróquias, acredita-se que esta pesquisa atingiu um universo de 10% do total desses conselheiros.

Os membros dos Conselhos foram escolhidos para a pesquisa por se entender que eles são pessoas que têm um olhar mais próximo e mais amplo sobre a 'vida da comunidade/capela' ou da 'paróquia', pela função que ocupam nas mesmas, como membros do CPC ou do CPP. Os grupos pesquisados se formaram com conselheiros de conselhos diferentes. Nenhum grupo foi formado somente com conselheiros do mesmo conselho. A escolha aconteceu de forma aleatória. Em visita às comunidades, o pesquisador propôs a pesquisa ao conselheiro que primeiro foi encontrado e que se dispôs a formar um grupo com outros conselheiros conhecidos. Houve dois casos com resposta negativa, levando o pesquisador a fazer um novo contato.

A pesquisa aconteceu nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2007 e foram abordadas as seguintes questões:

1. Na opinião do grupo, a Igreja Católica (Paróquias em Lages) tem despertado lideranças para atuarem na sociedade civil como cristãos?
2. Na Igreja Católica (Paróquias de Lages) existe democracia?
3. Nas Comunidades da Igreja Católica (nas paróquias em Lages) existem trabalhos pastorais ou outros cuja iniciativa é exclusiva das lideranças locais?
4. Citar as situações que o grupo acha que estão erradas na Igreja Católica em Lages.
5. Citar as situações que o grupo acha que estão certas na Igreja Católica em Lages.
6. Qual é a opinião do grupo sobre as relações entre hierarquia e leigos dentro da Igreja, em Lages?
7. Qual é a opinião do grupo sobre as relações entre os leigos dentro da Igreja, em Lages?

O pesquisador ouviu também, através de uma pesquisa, estudantes católicos das paróquias de Lages, na tentativa de perceber como eles se relacionam com a Igreja e o que pensam sobre ela. Todos são universitários e estudam na mesma faculdade, que possui em torno de 4000 alunos. Dos 1750 que se declararam católicos e moradores da cidade de Lages, 504 acadêmicos (aproximadamente 29% do total) responderam ao questionário, por escrito.

1. Você frequenta sua Igreja? Sim [] Não [] – Se for {Sim} – sua frequência é:
 - a) [] Semanal
 - b) [] Quinzenal
 - c) [] Mensal
 - d) [] Entre uma e 6 vezes ao ano

Observações e esclarecimentos:

2. Caso sua resposta esteja entre as letras 'c' ou 'd', acima, quais os principais motivos que o levam a esse tipo de frequência na sua Igreja?

3. Caso não freqüente a Igreja, você pratica de alguma forma, sua religião? Sua fé? [] Sim [] Não

Caso sua resposta seja 'Sim' – explicar como acontece essa prática:

Por fim, o trabalho tornou-se muito atrativo ao pesquisador, pois lhe possibilitou trabalhar com uma visão global e, ao mesmo tempo, bem local da Igreja Católica.

CAPÍTULO 1

A EXPERIÊNCIA DO SAGRADO E A INSTITUIÇÃO RELIGIOSA

1. A Experiência do Sagrado

A palavra 'sagrado' vem do latim '*sacratus*' que significa santo, venerável, coisa sagrada, que não deve ser violada.

No início de sua história, os seres humanos, rodeados de perigos por toda parte, fizeram de sua existência um campo de permanentes hierofanias¹. O sagrado vai progressivamente se separando do profano.

O sagrado tem como referência a experiência de uma potência sobrenatural que pode habitar os seres humanos e todas as demais criaturas. É algo que se apresenta como grandioso, espantoso, misterioso, muitas vezes, ardentemente desejado e, outras vezes, temido.

As dimensões do sagrado surgem, ao longo do tempo, nas coisas tornadas hierofânicas, e nas práticas e representações sociais, nas quais os seres humanos procuram transcender-se, inicialmente, com variadas funcionalidades, em estreito relacionamento com os mais diversos fenômenos; a sacralidade vai assumindo uma autonomia crescente, localizando-se em espaços restritos.

À medida que assume sua autonomia, o sagrado opera uma ruptura entre o natural e o sobrenatural. O sobrenatural é, então, visto como uma potência sobre humana que realiza o que os próprios humanos julgam impossível alcançar, contando apenas com suas forças e capacidades. Assim, por exemplo, em quase

¹ Manifestações do sagrado.

todas as culturas, um guerreiro, cuja força, destreza e invencibilidade são espantosas, é considerado habitado por uma potência sagrada. Um animal feroz, astuto, veloz e invencível também é considerado habitado por uma potência sagrada. Por sua forma e ação misteriosas, benévolas e malévolas, o fogo é um dos principais entes sagrados. Em regiões desérticas, a sacralização concentra-se nas águas, raras e necessárias.

As culturas possuem termos específicos para exprimir o sagrado. Chauí (2000) lembra alguns deles.

Assim, na Polinésia e Melanésia a palavra é 'mana' e suas variantes. Entre as tribos norte-americanas fala-se em 'orenda' e suas variantes, referindo-se ao poder mágico possuído por todas as coisas, dando-lhes vida, vontade e ação, força que se pode roubar de outras coisas para si; que se pode perder quando roubada por outros seres, que se pode impor a outros mais fracos. Entre as culturas dos índios sul-americanos, o sagrado é designado por palavras como 'tunpa e aigres'. Nas culturas africanas há centenas de termos, dependendo da língua e da relação mantida com o sobrenatural, mas o termo fundamental, com suas variantes é 'ntu', que significa a força universal em que coincide aquilo que é e aquilo que existe. Na cultura hebraica dois termos designavam o sagrado: 'qados e herem' significando aqueles seres ou coisas que são separados por Deus para seu culto, serviço, sacrifício, punição, não podendo ser violados ou mesmo tocados pelo homem. Assim, a Arca da Aliança, onde estavam guardados os textos sagrados, era 'qdos' e, portanto, intocável. Também os prisioneiros de uma guerra santa pertenciam a Deus, sendo declarados 'herem'. Na cultura grega, 'agnos' (puro) e 'agios' (intocável), e na romana 'sacer' (dedicado à divindade) e 'sanctus' (inviolável) (constituem a esfera do sagrado). (Chauí, 2000, p.297)

Os seres humanos passam a ver o mundo com encantamento ou terror, através do sagrado. Diante do 'grandioso', eles se inclinam em reverência, entre a fascinação, temor e tremor. Sagrado é, pois, a qualidade excepcional, boa ou má, benéfica ou maléfica, protetora ou ameaçadora, que interfere no destino de todos e de cada um. Por isso, ele pode suscitar devoção e amor, repulsa e ódio. Esses sentimentos suscitam um outro: o respeito feito de temor. Nasce, assim, o sentimento religioso e a experiência da religião. A religião pressupõe que, além do sentimento da diferença entre natural e sobrenatural, haja o sentimento da separação entre o humano e o sagrado, mesmo que este habite os humanos e a natureza.

2. A Religião e o Sagrado

O sagrado tornou-se uma palavra-chave para os pesquisadores da religião no século XXI. Decreve a natureza da religião e o que ela tem de especial.

“Esse termo ganhou realce numa obra sobre a psicologia da religião, *A idéia do sagrado*, de Rudolf Otto, publicada em 1917. O sagrado é ... o “inteiramente outro”, ou seja, aquilo que é totalmente diferente de tudo o mais e que, portanto, não pode ser descrito em termos comuns. Otto fala de uma dimensão especial da existência, a que chama de *mysterium tremendum et fascinans*². É uma força que por um lado engendra um sentimento de grande espanto, quase de temor, mas por outro lado tem um poder de atração ao qual é impossível resistir”. (Gaarder, 2005, p. 20).

Mircea Eliade, em seu livro *O Profano e o Sagrado*, elogia Otto e diz que seu sucesso como estudioso das religiões se deve a essa nova perspectiva que passou a assumir. O pensamento de Eliade vai de encontro a essa perspectiva de Otto, ao acreditar que o ser humano obtém seu conhecimento do sagrado como algo totalmente diferente do profano.

A religião surge como um grande esquema de compreensão do mundo e da normatização da vida social. No seio da religião desenvolve-se os primeiros sistemas de explicação da natureza e do homem.

O ser humano, face ao numinoso incontrolável, recorre, ora à magia, tentando envolver-se nele, dominando-o, ora à religião, estabelecendo relações personalizadas com ele, adaptando-se e submentendo-se. Encontra-se, então, diante de situações para as quais não acha soluções racionais. A religião passa, então a constituir uma resposta não racional, não científica para tais questões. Essa atitude de espírito não se encontra somente nas sociedades primitivas e tradicionais, mas também no mundo moderno, quando faltam as respostas racionais.

A religião tem sido uma fonte de conhecimento e de esperança para milhões de pessoas, ao longo da história humana. Se a religião responde a muitas inquietações humanas, não será unicamente porque fornece conhecimentos, mas porque é uma particular forma de esperança, no cotidiano da existência. No entanto, nas situações-limite, o ser humano defronta-se com a impossibilidade de respostas, podendo perder o fio condutor de sua existência. Que respostas encontrar diante da perda de todos os parentes e amigos, num tsunami?

² mistério tremendo e fascinante

Já Max Weber se havia dado conta de que a situação criatural do homem no mundo, sem explicação para as grandes questões da vida, num *“mundo irracional de sofrimento imerecido, a injustiça impune e a estupidez irremediável”*, estava na origem do seu permanente questionamento metafísico. Em seu entender, *“este problema da irracionalidade do mundo foi a força que impulsionou todo o desenvolvimento religioso”*. (Weber, apud Teixeira Fernandes, 2007, p. 232)

Constata-se outras razões, além das citadas por Weber, que podem levar o ser humano ao sagrado ou ao religioso, como sugere George Simel, dizendo que *“a angústia, a dúvida, o isolamento, e mesmo ainda uma vida sentimental transbordante que transpõe os limites da finitude podem conduzir à crença em Deus”*. (Simel, apud Teixeira Fernandes, 2007, p. 232)

Segundo, Bachelard, até o azul de céu sugere ao homem *“Um além puro”*. Do mesmo modo, Mircea Eliade afirma que *“sem recorrer mesmo à efabulação mítica, o céu revela diretamente a sua transcendência, a sua força e a sua sacralidade. A simples contemplação da abóboda celeste provoca na consciência primitiva uma experiência religiosa”* (Teixeira Fernandes, 2007, p. 212)

Enfim, inúmeras são as situações e as condições que podem levar o ser humano a questionar os limites de sua própria racionalidade no entendimento do mundo, buscando, assim, respostas na teologia, teodicéia, ou mesmo nas mais diferentes explicações que se tem encontrado ao longo do tempo.

Nem sequer personagens centrais da religião escaparam de tal limitação. Vemos, por exemplo, Jesus Cristo, na agonia do Getsêmani, assolado pelo sofrimento e pelo medo, dizer: *“Pai, se queres, afasta de mim este cálice (Lucas, 22,42) Tomado de angústia, Jesus rezava com mais insistência. Seu suor se tornou como gotas de sangue, que caíam no chão (Lucas, 22,44)*. Por fim, esse mesmo Jesus chega ao limite mais radical que um ser humano pode experimentar, no qual parece cessar qualquer lampejo de esperança. É nesse momento que o ser humano acredita que todos os projetos de sua vida acabam no abismo do nada. Uma incompreensão total abate qualquer tentativa de razão. Foi nesse momento que Jesus viveu sua experiência humana limite: *“...Jesus deu um forte grito: meu Deus, meu Deus, por que me abandonaste? (Mateus, 27,46)*. O ser humano, em suas incansáveis buscas, duvida e, por isso, pode vacilar.

As religiões nascem de um aceno de verdade, dirigido a quem quer fugir da dúvida ou a quem deseja obter a paz. No entanto, uma vez constituídas, tendem a converter-se em repouso em si mesmas. Institucionalizam-se fortemente e, ao se

tornarem 'guardiãs' ou 'depositárias das verdades da fé', dão origem a uma crescente atitude de intransigência que pode chegar aos limites da intolerância. Mas, a dúvida é inerente à vida humana. Em seu desenvolvimento, o ser humano está em permanente busca e, por isso mesmo, em situação de contínuas descobertas, que o levam a fazer opções, ou seja, a romper com 'verdades estabelecidas', colocando-o em situação de crise. Como diz Boff, referindo-se à modernidade:

“Vivemos hoje uma situação generalizada de crise que atravessa as culturas, as igrejas e as religiões. Muitos a lamentam e vêem nela um elemento corrosivo dos fundamentos da esperança humana. Outros a saúdam como a ruptura necessária para a abertura libertadora de um horizonte mais vasto, mais cheio de vida e de vivência de sentido. É próprio do tempo de crise o questionamento dos fundamentos. Própria dos tempos *de crise é a sensação de que algo vai morrer, se corromper, se diluir.* (Boff, 2002, p. 17-18).

Diante da dúvida o ser humano, no domínio do religioso, ou se acomoda a uma simples aceitação das 'verdades estabelecidas', criando seguranças, ou se lança na busca contínua de sentido. Quem se estabelece na segurança das 'verdades', pode até sentir um certo conforto, mas não experimenta a aventura da busca que é feita também de muitas dores e angústias, mas que proporciona ao ser humano a possibilidade de realização de seus anseios mais profundos. O apego a 'verdades prontas' poder levar o ser humano a um permanente medo de perdê-las, sob pena de sua vida desmoronar; por isso, tal postura pode torná-lo inseguro e intolerante. Por esse motivo, o Papa Gregório XVI, em 1832, considerava a liberdade de consciência um “*delírio*”. A mesma postura é constatada em outras crenças religiosas, como no fundamentalismo islâmico.

Ao contrário, a sensação de liberdade, própria de quem nada tem a perder, leva a uma atitude de diálogo, tolerância e abertura para outras “verdades” e visões de mundo, não havendo lugar para dogmas. Isso não significa que o ser humano não possa pautar-se em referências comuns, essenciais à vida, como diz Boff:

Não menos típica é a impressão de libertação, de alívio e de arrancada feliz para uma solução mais integradora de todos os elementos da vida. Nos momentos de crise vive-se com especial intensidade o Kairós (momento), onde o essencial comparece com mais clarividência. Todo o acidental, derivado, meramente histórico-cultural e periférico, empalidece em sua consistência e validade. Busca-se o cerne do problema, que nos possa alimentar e assim superar a crise. Daí as paixões e as tensões que se verificam no tempo de crise. A dramaticidade, o desafio, o perigo. Mas

também a chance de vida nova num outro nível e dentro de um horizonte mais aberto. (Idem, p. 17-18).

As religiões pretendiam – e algumas ainda pretendem – ser depositárias únicas do sagrado. Os sacerdotes aparecem aí como os seus gestores. Se o sagrado era, no passado, depositado na religião, hoje aparece com mais clareza seu caráter difuso e diluído em toda a sociedade. Durkheim sustenta que *“há, em toda a sociedade, crenças e práticas dispersas, individuais ou locais, que não estão integradas em algum sistema determinado”*. (Durkheim, apud Teixeira Fernandes, p. 217). Pierre Bourdieu chega a afirmar que a *“fronteira do campo religioso tornou-se vaporosa.”*(Bourdieu, idem - p. 217). O sagrado está presente em tantas outras realidades, que vão se tornando hierofânicas. Percebe-se que as relações sociais e a conduta cotidiana manifestam muitas referências conscientes e inconscientes do sagrado. Essa religiosidade não pode ser confundida com a prática religiosa eclesial. A ‘religião-Igreja’ tornou-se um fenômeno marginal nas sociedades modernas, ou seja, a maioria das pessoas, principalmente nas chamadas sociedades liberais e democráticas, não tem mais, nem na própria religião da qual se declaram adeptas, a referência para a conduta cotidiana.

Dessa forma, o estudo da religião aparece como uma forma mais apta para se compreender a ‘natureza religiosa do ser humano’. Produzida pela sociedade e sendo, em si mesma, um fenômeno social, a religião corresponde a situações concretas da existência e exprime as necessidades importantes de vida coletiva. Ela tem a ver com as condições sócio-históricas de cada ser humano e da sociedade. Por isso, a religião deveria processar suas próprias transformações sócio-históricas para poder continuar sendo resposta aos dilemas do ser humano, ou, então, está sujeita a tornar-se um fenômeno marginal, ou um acontecimento pertencente apenas ao passado. Nesse ponto, o sagrado e a religião, coincidem: são realidades sócio-históricas e, portanto, sujeitas a permanentes transformações, podendo, desta forma, ajudar o ser humano na busca de respostas às suas dúvidas existenciais.

Qual é a coisa misteriosamente presente no círculo sagrado? Onde surgem as experiências religiosas que os homens explicaram e descreveram com os nomes mais variados e os mitos mais distintos? Que encontramos no centro das representações religiosas?... Durkheim percebe que a consciência do sagrado só aparece em virtude da capacidade humana para imaginar, para pensar um mundo ideal. Coisa que não vemos nos animais, que permanecem sempre mergulhados nos fatos. (Alves, 1984, p.63 a 66)

3. O Sujeito e a Religião, na Atualidade

O ser humano é o único ser vivo que compreende seu contexto e pode dar sentido ao que faz. A idéia de pessoa como ser insubstituível, inegociável e que vale por si mesmo, foi formada ao longo do tempo. Platão considera-o como ser inteligente, acima da natureza puramente sensitiva e vegetativa. Afirma que sua racionalidade vem de um mundo superior. O cristianismo, não só retoma à tradição grega, mas considera-o filho de Deus, feito à sua imagem e semelhança. Mas Kant é quem afirmará a idéia absoluta de soberania deste mesmo ser humano, em termos estritamente filosóficos, independentemente de qualquer visão teológica. Para ele, a autonomia está no fundamento da dignidade absoluta do ser humano, que é autolegisador e estabelece para si mesmo leis éticas imperativas, que poderão valer para toda a humanidade. Dessa forma, a pessoa não pode ser considerada como objeto entre outros, mas como um fim absoluto em si mesmo. Ele encontra na individualidade o elemento incondicional do valor absoluto do ser pessoal:

O homem e, em geral todo o ser racional, existe como um fim em si mesmo e não como meio para quaisquer usos desta ou daquela vontade... Os seres racionais chamam-se pessoas porque sua natureza os distingue como fim em si mesmos, ou seja, como algo que não pode ser usado simplesmente como meio... age sempre de maneira que a humanidade seja tomada, tanto de sua própria pessoa, como na de qualquer outro, sempre como fim, nunca apenas como meio. (Kant, 1986, p. 68-69).

Cada pessoa é, ao mesmo tempo, legisladora e súdita de si; é soberana e transcendente à natureza sensível. A dignidade do ser humano reside nesta autonomia. *No reino dos fins tudo tem preço ou dignidade. Aquilo que tem preço pode ser substituído por algo equivalente; porém, o que se acha acima de todo preço e não admite nada de equivalente, isto tem dignidade.* (Kant, 1986, p. 77).

A visão kantiana, radicaliza e absolutiza o ser humano, resgatando seu valor e sua dignidade. No entanto, em nossos dias, entra em questionamento o conceito de ser humano como substância pensante, individual e auto-suficiente. Com base numa visão pluralista, a pessoa é vista como existência formada por uma rede de relações que começa no seio materno, ampliando-se na família, na cultura e na política, ao longo de toda a existência. Nessa perspectiva, a pessoa não é apenas um fato biológico, nem simplesmente uma substância metafísica pronta desde a concepção, mas uma existência que vai se construindo num processo permanente.

Heidegger, como Husserl, Sartre e Merleau-Ponty, dão a este “*vir-a-ser*” humano uma base ontológica, mostrando sua existência evolutiva, auto-constitutiva e uma estrutura ontológica relacional.

A existência é o modo de ser deste ente que é o homem. O existente humano, no entanto, se distingue dos outros entes: o homem é um ente para o qual seu próprio ser está constantemente em jogo. Isso significa que ele não é algo definido, mas, algo que se define num projeto sempre retomado. O homem é um ente inacabado e sua essência confunde-se com o seu existir, concebido como um estar no mundo, ou, como expressa literalmente a palavra utilizada por Heidegger: “*dasein*”, ou seja, “*Ser-aí*”. Heidegger não analisa o *Ser-aí* nem como alma, nem como substância e pessoa, mas como existência, ou seja, estar aí no meio dos demais seres. É uma existência aberta; então, para Heidegger, o verdadeiro nome do ser que nós somos é existência, porque somos capazes de perguntar, questionar, articular o sentido dos outros entes e a ordem do mundo.

O *Ser-aí* revela-se também como ser-para-os-outros, que convive e partilha a vida com os outros. É um *ser-possível* e nunca se esgotam suas possibilidades e elas nunca se realizam plenamente. Por isso, o *Ser-aí* é um *projeto* em permanente construção.

Nesse sentido, o sujeito, no mundo atual, forma-se procurando escapar das estruturas sociais, regras e todas as formas de poderes que o impedem de realizar a tarefa de ser ele mesmo.

O sujeito nega-se a ser ou continuar sendo mero componente de um sistema e de seu controle sobre suas ações, intenções, projetos e relações. O sujeito quer tornar-se uma presença para si mesmo, uma pertença a si mesmo, o que implica no abandono possível dos papéis sociais. Isso não implica protestar das mais diferentes formas contra os detentores do poder social, como faziam gerações anteriores. O sujeito atual é um ator individual ou coletivo que abandona os valores tradicionais, normas e interesses sociais; em lugar dos protestos vive a indiferença em relação às instituições ou cria ‘sua tribo’, com normas de condutas próprias, indiferentes ao que a sociedade considera legal ou ilegal, normal ou anormal.

Resumidamente, as razões para isso devem ser buscadas na desilusão com as idéias políticas e filosóficas grandiosas e utópicas que não conseguiram impedir a barbárie e a destruição nas duas guerras mundiais. Além disso, capitalismo e socialismo se mostraram incapazes de cumprir suas promessas de conquista da felicidade. Ao invés de confiar nos partidos e representações políticas, as pessoas, cada vez mais, tendem a

partir para aquilo que roqueiros como o inglês Peter Gabriel já pregam: o DIY, abreviação da expressão “do it yourself” (faça você mesmo)... Está declarado que toda e qualquer representação política é mera desconversa, e agora a ordem é que cada microgrupo da sociedade represente a si mesmo. Assim vão surgindo pequenas organizações sociais, com leis bem próprias e determinadas e sem nenhuma ligação com os padrões gerais da política e sociedade. O que nos chama a atenção nesse processo é o surgimento de grupos marginais, gangues e grupos que tentam ganhar luz própria, seja com códigos de comportamento exóticos, seja pela violência, seja pelo combate ao chamado “sistema”. (Arbex Junior, 1996, p. 48)

Os dias atuais ou a chamada pós-modernidade, portanto, liberaram as subjetividades do enquadramento forçado das instituições, como religiões, igrejas e partidos. O sujeito sobrevive, aproveitando todos os espaços, frestas e contradições do poder dominante para manter e preservar a própria identidade, ou seja, a afirmação do sujeito implica na busca da liberdade. Mas, como foi dito acima, em referência a atitudes das gerações anteriores, a liberdade era coletiva, universal e abstrata. Os soldados morriam na guerra, pela pátria e pela liberdade. Ninguém, atualmente, exceto alguns grupos fundamentalistas, quer morrer numa guerra pela pátria ou pela liberdade. Os trabalhadores esgotaram suas forças para construir uma sociedade nova onde reinasse a liberdade. Hoje, ninguém se esgota trabalhando pela liberdade. Gerações anteriores os “cruzados da modernidade” da nação, do socialismo, morriam pela verdade, ou seja, pela sua ideologia. Hoje, quase ninguém mais acredita em ideologia e muito menos vai arriscar a vida para defendê-la.

Hoje, a liberdade é individual, imediata. É a liberdade de viver, a liberdade do corpo, a liberdade de viver a vida presente. O sujeito não quer perder sua vida em nome da história. Não quer somente ser sujeito da história, quer, sim, viver já, agora, hoje, intensamente, porque não sabe o que poderá acontecer no dia de amanhã.

O Sujeito é uma relação cada vez mais direta consigo mesmo na sociedade pós-moderna. Esse sujeito tem como herança a interiorização de um princípio criador e doador de sentido que até então permanecera exterior à experiência humana e projetado numa transcendência separada do mundo.

Quando se anuncia a modernidade é que se opera a separação, que, em seguida, não cessará de se ampliar entre, por um lado, o mundo do sujeito, projetado e exteriorizado numa imagem do divino; mas que tende à interiorização no sujeito humano e, por outro, o universo do sagrado, controlado pelas igrejas e pelos clérigos por meio das instituições e das práticas. Esta oposição entre o divino e o sagrado, entre o sujeito projetado para fora dele mesmo numa figura da transcendência e a criação do mundo, protegido por interditos e pelo monopólio da comunicação do mundo humano com o mundo divino, está no âmago do fato religioso... O

divino está afastado do mundo humano que lhe confere seu sentido, ao passo que o sagrado cria uma barreira que permite aos clérigos falar em nome do divino e gerir as comunicações entre fiéis e o divino. (Touraine. 2006, p. 148)

Por isso, em tempos passados não tão distantes, o sagrado ainda podia ser manipulado para confundir o sujeito com uma construção ideológica e institucional, que é assegurada por uma religião e mais concretamente por uma igreja. O 'mundo sagrado' das instituições religiosas reforçaram-se, ao longo da história, a ponto de constituírem um poder político-religioso, buscando anular o sujeito, enfatizando a renúncia total do seu eu e exaltando, de forma intensa, a grande virtude da obediência, uma das maiores virtudes que, segundo a Igreja, permitia ao cristão trilhar o caminho da santidade. É a obediência cega, a perda de si, a entrega total, denominada uma 'razão de fé' contra toda a razão humana. Os questionamentos, as buscas, as qualidades pessoais, enfim, quaisquer atributos do 'humano sujeito' que fossem esquecidos em prol de um projeto religioso maior, seria um grande, se não o maior sinal de santidade. Ao contrário, a busca de construção do sujeito com suas qualidades e dons, a exaltação da individualidade significavam quase sempre sinal de egoísmo pessoal; a pessoa tornava-se suspeita e poderia ser considerada inapta para o 'a vida religiosa', pois, para isso, seria necessária a suprema renúncia de si mesma, em todas as dimensões da vida, tornando-se como que uma simples peça a serviço de uma 'máquina religiosa'.

Para estas organizações religiosas tradicionais, a ordem social obedece a leis sagradas. Acreditam que foi Deus que estabeleceu as leis e que regula a convivência humana e todas as suas relações. Quem transgride as 'leis divinas' comete um sacrilégio, ou seja, perturba a ordem sagrada. Comblin relata, de forma resumida, o exemplo da Igreja Católica a este respeito:

Então é preciso compreender. Até o final da Idade Média, e mesmo até o século XX, a Igreja católica ensinou uma espiritualidade da austeridade, ascetismo, repressão dos desejos; exaltou a pobreza e situou a vida religiosa acima da vida dos leigos; ensinou a mortificação, a virtude do sacrifício e do sofrimento. Claro que tinha de fechar os olhos para não ver o modo de viver de muitos reis e príncipes... Fazem festins e comem muito... Então a Igreja ensinava que esta terra era um vale de lágrimas que abria, porém, caminho para uma vida feliz nos céus. O tema da felicidade estava sempre associado ao tema do céu. Felicidade, só no céu!". (Comblin, 1998, p. 168-169).

Mas, aos poucos, vai se instaurando uma nova maneira de pensar que perpassa toda a sociedade e instala-se definitivamente como idéia da modernidade: o desejo de ser mais feliz aqui na terra por meio das satisfações materiais; o corpo humano é assumido como um lugar privilegiado de satisfações e felicidade; estas não podem existir sem o corpo. Com o advento do capitalismo, a propriedade também passou a ser fonte de felicidade. Ela proporciona conforto ao corpo. E o conforto material toma-se um dos primeiros lugares no ranking dos itens que proporcionam felicidade.

De uma forma geral, essa 'nova cultura' traz consigo uma rejeição da espiritualidade tradicional.

Os próprios religiosos, que ainda fazem "voto de pobreza", totalmente anacrônico e sem conteúdo, puramente formal, adotaram a moral burguesa e procuram, cada vez mais, a propriedade, mais conforto material, mais bem-estar. O problema é que subsiste uma contradição entre o discurso e a realidade. (Idem, p. 169)

Em nossos dias, o sujeito inaugura sua própria liberdade, que é a liberdade individual, imediata. É a liberdade de viver, do corpo, de gozar a vida presente. As pessoas, em geral, nascem e crescem sem consciência do passado; sem memória histórica e com medo das ameaças do futuro.

Com o advento da modernidade, instaura-se a sociedade do sujeito e, ao mesmo tempo, do individualismo. No ritmo do avanço dessa sociedade acontece o processo de dessacralização da história, da política, da família, enfim, da liberdade. Deixam de existir as leis sagradas nas relações com o mundo material e nas relações entre pessoas, na sociedade. Tudo está à livre escolha do ser humano. As pessoas perderam o medo do mundo material e não acreditam mais nos entes espirituais que as governam.

A liberdade é experimentada na vida, no agir, no deixar a vida fluir espontaneamente; viver simplesmente; tirar todas as barreiras que impedem a espontaneidade da vida.

Mas, aí surge um drama: o sujeito pós-moderno rejeita a disciplina da modernidade, mas não consegue viver sem ela. Como concebe o trabalho como 'escravidão necessária' e o estudo como 'passagem obrigatória' sacraliza, então, o lazer, como o lugar da liberdade. Mas, o lazer também é programado e tem disciplinas como no trabalho: disciplinas do turismo, dos jogos, dos demais esportes, do consumo, da moda, etc. Vive-se, então, uma ilusão de liberdade. Na verdade,

‘este campo’ considerado o ‘campo da liberdade’, torna-se uma arena de vencedores e vencidos.

A sociedade atual tende a dividir a humanidade em duas categorias cada vez mais distantes. De um lado, estão os indivíduos integrados no complexo ciência-técnica-economia-poder. É o reino da razão analítica. Para permanecer nele, é preciso lutar, competir e considerar que os outros são possíveis rivais, mas também possíveis trampolins para subir mais. É um jogo que exige atenção permanente. Quem fica distraído corre o risco de ser derrotado por um outro mais astuto.

Nessa categoria, liberdade significa poder satisfazer os desejos e também poder impor aos outros a satisfação dos próprios desejos. É a liberdade do vencedor no combate. Todos os dias os jornais publicam listas de empresas falidas ou compradas por outras: a lista dos vencidos. Publicam também a lista do percentual de pessoas que perdem o emprego... Foram eliminados da competição. (Idem, p. 236-237).

Porém, o chamado ‘retorno a si mesmo’, apresenta aspectos muito positivos, nunca antes experimentados. O sujeito pós-moderno não deixa de ser alguém que, consciente ou inconscientemente, mesmo em meio a tantas dificuldades da vida pós-moderna, procura resgatar a dignidade do ser humano, em seu sentido mais radical, ou seja, ele não nasceu para ser submetido, mandado, escravizado. Sua existência é adequada para desencadear relações igualitárias e de convivência. A noção de direitos e deveres passa a ter outro sentido: o sentido de se viver os direitos em relação aos outros, a partir da experiência de se sentir sujeito de direitos.

Ele criou para si, em muitos lugares, garantias institucionais sólidas que protegem indivíduos e coletividades contra as forças nascidas da decomposição do espaço social e que procuram impor por toda parte a arbitrariedade e a violência. Por falta de vocabulário melhor, pode-se falar de substituição de um tipo de instituição por aquelas que visam proteger e reforçar os indivíduos e as coletividades que procuram se constituir como sujeitos. A defesa do cidadão contra o Estado é, sobretudo, uma defesa do sujeito, e a família e a escola, embora modelos das instituições do tipo antigo, estão amplamente engajadas num esforço de autotransformação: esta evolução choca-se contra o medo de introduzir a desordem por trás do nobre ideal da autonomia pessoal da criança; mas tanto uma como a outra são impulsionadas pelo fracasso dos métodos tradicionais e pelas exigências cada vez mais prementes daqueles que não suportam ser considerados como recursos humanos passíveis de ser utilizados eficazmente a serviço do Estado ou da empresa. (Touraine. 2006, p. 121).

A Psicologia e a Pedagogia, por exemplo, ainda insistem em afirmar que a educação verdadeira é aquela em se ‘impõe limites’. Daí, surgem outros termos assemelhados: dar liberdade, dar liberdade com responsabilidade etc. Mas, numa sociedade onde emerge a construção do sujeito, tem-se a impressão de que não se

quer compreender que 'impor limites' não resolve mais, pois se fez isso até hoje e o resultado é uma sociedade tão autoritária quanto aquelas medievais, obviamente com cara de modernidade e pós-modernidade. Numa sociedade de sujeitos, impõe-se a tarefa de construir um processo educativo protagonista invertendo, em primeiro lugar, o eixo do discurso sobre 'limites'. A questão, desta forma, não é 'impor limites', mas ensinar desde tenra idade, ou mesmo deste o berço, cada sujeito a 'impor limites para si mesmo'. Então, tudo se inverte, pois, quando uma pessoa desobedece aos limites que outros impuseram e é cobrada por isso, ela, geralmente se revolta, ou então, se submete. O contrário acontece quando a pessoa desobedece aos limites que ela mesma se impôs: passa a ter vergonha de si mesma e isso não cria revolta, mas sentimentos de desafio e dignidade pessoal. Muda-se também, com esta proposta o conceito de obediência, porque o sujeito passa a compreender que o ser humano não nasceu para obedecer outras pessoas, mas obedecer a propostas, nas quais se torne um ator que faça a diferença. Neste mesmo viés, muda-se o conceito de disciplina, que passa a ser entendida não como regras, simplesmente impostas por alguém, mas como a arte de ser discípulo, aprendiz, portanto, disciplinado, dentro daquela 'obediência' a que ele mesmo se propôs, vinda dele mesmo ou sugerida por outros e aceita por ele próprio. No entanto, a educação resiste a essas mudanças, porque sabe que as conseqüências seriam de grandes proporções, levando a uma mudança obrigatória da sociedade em gerir-se; além disso, é bem mais fácil e confortável educar para uma sociedade do mando ou da imposição de limites; enfim, a única coisa que ninguém está disposto a perder é o poder. Por isso, a velha frase ainda tem muita atualidade: "se quiseres conhecer uma pessoa, dê a ela o poder". Assim, vê-se que uma sociedade mais igualitária, de homens e mulheres igualitários, não partirá de quem está no poder, mas de quem é submetido. O maior exemplo desse princípio está no movimento das mulheres, na questão de gênero. Portanto, esse processo precisa ser construído aos poucos, no desabrochar cada vez mais amplo e generalizado de uma sociedade de sujeitos.

A liberdade, então, passa a dispensar a palavra 'responsabilidade', pois, entende-se que uma pessoa livre já é responsável e não se torna livre pela simples capacidade de decidir.

A liberdade vai muito além da possibilidade e necessidade de se escolher entre bens diversos ou entre o bem e o mal. A capacidade de escolher não revela o que é a liberdade. Pelo contrário, foi usada como ameaça, como

instrumento de coerção ou constrangimento... A liberdade não é simplesmente vida. Ela é uma forma muito mais evoluída de vida... Facilmente os pós-modernos definem a liberdade da seguinte maneira: Deixar a vida fluir espontaneamente, ser levado pela vida, tirar todas as barreiras que impedem a espontaneidade da vida... “Em todo caso, liberdade supõe consciência de liberdade...” (Comblin, 1998, p. 229-230).

As pessoas se cansaram de ouvir, ao longo do tempo, que o sentido de suas vidas deveria ser procurado numa determinada ordem do universo, ou num destino divino, numa cidade ideal, numa sociedade de iguais ou num progresso permanente. As possibilidades parecem estar esgotadas, pois, observa-se que estas realidades ideais estão cada vez mais distantes; o que sobressai é a falta de vontade política e mesmo a incapacidade dos detentores do poder em caminhar nessa direção. A desilusão maior surge quando os movimentos revolucionários surgidos a partir da Revolução Francesa, estendendo-se até a segunda metade do século XX, ao assumirem o poder, em muitos países, tornaram-se também eles iguais ou mais autoritários do que os poderes que eles mesmos condenavam. O ser humano é massificado e desaparece a possibilidade de construção do sujeito individual, dando lugar ao sujeito coletivo, no qual as pessoas passam a ser mais um número, na contagem da classe dirigente. Milhares de pessoas dão suas vidas nestas revoluções, mas o que restam como nas demais sociedades, são as estátuas de alguns heróis da ‘classe dirigente’. De desilusão em desilusão o ser humano pós-moderno compreende, num primeiro momento, que é necessário conjugar a revolução social, com uma revolução pessoal, numa dialética permanente. Num segundo momento, quando passa a reinar quase soberana a sociedade liberal, vai-se radicalizando esta posição; esquece-se a revolução; cada pessoa vai encontrando seu jeito de construir-se como sujeito, fechando um círculo em si mesmo ou em micro-grupos, buscando encontrar formas de sobreviver nesta construção, numa sociedade que ainda respira dominação em todas as dimensões da vida, a começar pela família.

O sujeito, com isso, não é ator privado do mundo ‘objetivo’ e total senhor de suas condutas; ele é aquele que se transforma a si mesmo em princípio de orientação de suas condutas. “Seja você mesmo”: esse princípio passa a vigorar por toda parte. Ele aprende que nem sempre deve obedecer as autoridades e acreditar em normas da organização social, particularmente no que se refere à vida pessoal, como se vê, por exemplo, na força da resistência de tantos católicos às decisões do Papa, em assuntos de moral privada. Instala-se uma grande desconfiança das

instituições, principalmente daquelas encarregadas de defender os direitos dos mais fracos ou de punir os corruptos e demais desviantes da lei. É no campo dos direitos que reside, de forma estreita, a noção de sujeito. A credibilidade poderia ser restaurada se houvesse grandes transformações no campo da justiça. Em muitos países dilacerados pelas guerras e toda sorte de violência, as pessoas recuam, fechando-se em suas próprias comunidades afins, grupos étnicos ou religiosos. Ali não se pode prever quando irá desabrochar a idéia de sujeito.

As pessoas querem ser vistas e valorizadas, não por aquilo que fazem e muito menos pela situação de nascimento, mas por sua situação no mundo, pela capacidade de construir a si mesmas, como sujeitos realizados e felizes, que fazem a diferença no mundo.

... aceitamos com desagrado cada vez maior ser definidos unicamente por nossas ações, ou seja, ser julgados através de categorias que são a dos empregadores, privados ou públicos, cuja preocupação principal nem sempre é o respeito pela personalidade dos assalariados que eles empregam. E mesmo aqueles dentre nós que continuamos a atribuir grande importância ao trabalho em nossa existência, sentimos necessidade de distanciar-nos de nossas atividades e retornarmos de vez em quando a nós mesmos e de colocar-nos perguntas que a pouco nos pareciam inconvenientes: sou feliz? O que faço é o que eu gostaria de fazer? Sou capaz de compreender fulano? Tenho consciência clara de que neste momento ocorrem acontecimentos intoleráveis, que uma grave injustiça é cometida? Essas perguntas que faço, esses juízos que lanço sobre mim mesmo e sobre o mundo equivalem aos olhares que eu, como sujeito, lanço sobre mim mesmo, enquanto ator social. O que explica porque o aparecimento do sujeito pode acontecer em qualquer situação social. É preciso proteger o sujeito contra interpretações, ao mesmo tempo, moralizantes e psicologizantes. O sujeito não é a pessoa que “realiza” como se costuma dizer, ou que cumpre bem as funções a ele confiadas – bom trabalhador, bom cidadão, bom pai ou boa mãe. (Touraine, 2006, p. 131)

É necessário que se tenha consciência de que pessoas, alienadas do mundo das pessoas e do que acontece nele, dificilmente tornar-se-ão sujeitos. A experiência de ser sujeito, como se pode concluir, a partir do que foi visto acima, se manifesta, sobretudo, pela consciência de um compromisso, não em relação a uma instituição ou a um valor, mas ao direito de cada um de viver e ser reconhecido, sem privar sua vida em qualquer sentido. Assim, a construção do sujeito só acontece naqueles e naquelas que se sentem responsáveis pela humanidade, em tudo o que implica na vida dos seres humanos, como os direitos de serem eles mesmos, até o direito que os filhos deles possuem de ter um futuro promissor, num planeta

conservado e auto-sustentado. Ser sujeito implica, dessa forma, em reconhecer o direito do outro de ser sujeito e contribuir para que isso se realize. .

Deram grandes contribuições nesta direção eminentes pensadores como: P. Feyerabend, J. F. Lyotard, A. Glucksmann, M. Foucaut, J. Derrida, J. Baudrillard, P. Bourdieu, A. Touraine, A. Giddens, entre tantos outros. A pós-modernidade traz a vontade de distanciamento de certo tipo de passado. Não se está mais no ontem, nem no amanhã. Vive-se no entretempo da história, num momento agônico em que o velho não morreu e o novo ainda está nascendo. De um lado, está o poder-dominação-enriquecimento, a partir da subjetivação do indivíduo branco, ocidental e cristão, submetendo tudo o mais a si mesmo. Do outro lado, o outro: excluídos, marginalizados, minorias, vítimas de toda sorte de violência. A pós-modernidade quer romper com essa cultura, reafirmando a diferença e o direito à existência do outro como sujeito. É tempo de virada para o sujeito. Cada forma de vida tem seus direitos. Deve haver espaços para todas as expressões, por mais diferentes que sejam. Mas, mesmo que isso venha ocorrendo, acredita-se que as chamadas sociedades democráticas e participativas representam novas formas de ilusões e camuflagens pós-modernas de novos e mais refinados tipos de dominação.

Viu-se que a construção do sujeito da pós-modernidade só acontece quando este mesmo sujeito mantém seu compromisso com os direitos dos demais sujeitos. Porém, há o perigo de se 'sectarizar' esta construção: nada deve ser normativo e proibitivo simplesmente. Apenas os indivíduos e suas subjetividades fundam valores. Os indivíduos fabricam as suas verdades. Tudo é bom desde que você se sinta bem. Tudo pode tornar-se uma vivência estética. Pode resultar daí a fragmentação de tudo, num contexto de crise e de ocultamento de todas as referências, sem compromisso com as demais pessoas.

A Escola de Frankfurt, particularmente Jürgen Habermas, introduziu a metáfora da "arena", na qual as várias forças sociais se encontram simultaneamente, interagem entre si e compõem, juntas, o teatro histórico-social.

Mas, não cabe aqui uma maior descrição sobre os dissabores da pós-modernidade; o que interessa é entender que ela traz algo de inevitável: as pessoas não podem ser mais usadas como meio, mas devem ser respeitadas como fim. Ninguém nasceu para ser servo de outros. Todos nascem portadores do infinito valor de seres humanos portadores de direitos, de pertencerem à família humana em condições igualitárias de vida, em todas as suas dimensões. Passa-se a compreender, enfim, que não há violência maior praticada contra o ser humano, que

privá-lo de exercer sua consciência e sua liberdade; ele pode e deve estabelecer relações cada vez mais abertas e inclusivas, tornando-se sujeito no sentido mais alto e profundo da palavra. .

Se a religião diz que o propósito da vida humana é glorificar a Deus e gozá-lo para sempre, o sujeito religioso sabe que a verdade é outra. “*Criamos Deus para salvar do nada o universo... E necessitamos de Deus para salvar a consciência...*” (Miguel de Unamuno, apud Alves, 2004, p. 33). “*Tome qualquer religião e você verá que sua eficácia existencial e social deriva do seu poder de fazer algo com o homem, dando-lhe forças*” (Durkheim, idem, p. 33). Portanto, quando o ser humano vai ao encontro do sagrado, mais que em qualquer outra época, ele busca sua própria construção como sujeito, tentando dar sentido a sua existência no mundo. Se uma religião o impede nesta busca, ele encontra outros meios para relacionar-se com o sagrado, ou então, faz isso diretamente.

Onde o mundo dos deuses domina os homens, não há lugar para o sujeito. Os espíritos religiosos que buscam fundir-se no universo, identificar-se com o grande *Tudo*, são os que mais longe se encontram da idéia de sujeito e o sabem. Da mesma forma, todos os que se identificam com uma ação técnica ou com o serviço a uma das funções do sistema social vivem num mundo estranho ao mundo do sujeito. Na maioria das vezes, aliás, eles negam a existência do sujeito... O sujeito é sempre um retorno a si mesmo, uma reflexão sobre si mesmo. (Touraine, 2006, p. 164)

4. Sobre o Sentido da Religião e Sua Prática

É um tema de muita complexidade. Trata-se de uma experiência universal da humanidade, através da qual o ser humano busca compreender o mistério que o envolve em sua existência e no mundo. No entanto, há divergências sobre a etimologia desta palavra. Alguns acham que ela deriva do verbo “*reler*”, isto é, uma atenta e cuidadosa observância dos rituais. Outros acreditam que venha da palavra “*reeleger*” significando uma opção básica de vida diante de sua meta última. Há também os que acham que ela procede do verbo “*religar*”, que seria a vinculação do ser humano com sua origem e seu destino. Seu sentido mais comumente aceito tem procedência na palavra latina “*religio*”, culto prestado a uma divindade, que, por sua vez, tem origem na palavra latina *religare*, ligar, atar, unir. Entende-se comumente como manifestação de uma crença em uma divindade ou num conjunto de divindades, através de um corpo de doutrina, ritual próprio e um conjunto de normas

morais; crença, pela qual, o ser humano reverencia uma divindade. Nela se manifesta a atitude de reverência do ser humano a uma divindade ou divindades, a partir do conhecimento (lógos) e da experiência interior (phátos), em relação à divindade; esta relação faz nascer uma espiritualidade, que significa o encontro com a “Suprema Realidade”.

É importante distinguir, no entanto, entre religião *como atitude pessoal*, que normalmente é chamada de religiosidade e a religião *como instituição social*, que é o que designa quando se fala em religiões do mundo.

Do ponto de vista pessoal, a religião é vivida através de atitude complexa, cheia de veneração e fascinação diante da suprema instância da existência para a qual o fiel se sente atraído. Neste sentido a religião se enraíza nas fontes do ser e dá sentido à caminhada sobre a terra, apontando-lhe uma direção, quase como um destino.

Do ponto de vista institucional, as religiões são sistemas simbólicos, dependentes de um fundador, portador de uma experiência religiosa original. Este sistema organizado de símbolos, ligado à tradição, contribui para que os indivíduos concretos adotem sua atitude religiosa pessoal. É um conjunto de crenças, dogmas e ritos administrados por uma instituição religiosa hierarquicamente organizada e regulada por normas e códigos morais.

A religião fez e faz parte do cotidiano das pessoas; mas, a situação vem mudando; de forma alguma, ela desapareceu, mas já não é mais presente, por exemplo, nos meios científicos, nas fábricas, no campo financeiro, nas produções culturais, enfim, nas grandes decisões políticas da humanidade e que podem selar os destinos de todos. Se uma pessoa sem religião era uma anomalia, na atualidade parece suceder o contrário: apenas uma minoria continua a fazer parte ativa deste universo. Mas, ela continua presente das formas mais diversas na linguagem, na crença e principalmente nos momentos mais desesperadores da maioria das pessoas; mas, quase sempre, uma religião sem igreja; há pessoas que declaram sua pertença a uma instituição religiosa, mas fazem parte dela apenas em momentos especiais da vida, mantendo, da mesma, distância no dia-a-dia; buscam seus serviços, principalmente em horas marcantes da vida, como a morte. Neste caso, pode-se afirmar que uma ampla maioria da população ainda pertence a uma Igreja.

A religião, no entanto, está presente, nesta forma difusa, em toda parte, como na linguagem, em práticas individuais, nas crenças diárias, nas superstições, enfim, na cultura e nos hábitos.

Diz-se que, em princípio, a ciência nega a religião. Mas, a religião existe, é um sistema de fatos dados; numa palavra, ela é uma realidade. Como poderia a ciência negar uma realidade? ... O que a ciência contesta à religião, não é o direito de existir, é o direito de dogmatizar sobre a natureza das coisas, é a espécie de competência especial que ela se atribuía para conhecer o homem e o mundo. (Durkheim, 1973, p. 534).

Durkheim não investiga a religião somente por curiosidade; ele viveu num período da história que apresentava sinais de desintegração e grandes turbulências, advindas da frenética expansão do capitalismo. Ele se perguntava então, que força misteriosa seria essa que faz com que os indivíduos isolados, cada um deles correndo atrás de seus interesses, em conflitos uns com os outros, não se destruam uns aos outros? Porque eles não haveriam de se devorar? Qual seria a origem da razoável harmonia da vida social? Neste contexto, Durkheim explora o estudo da religião, investigando as próprias condições para a sobrevivência da vida social. E é isso que o leva a afirmar a sua mais revolucionária conclusão acerca da essência da religião, como se refere Alves:

Sua certeza de que a religião era o centro da sociedade era tão grande que ele não podia imaginar uma sociedade totalmente profana e secularizada. Para ele, onde tivesse sociedade ali estariam os deuses e as experiências sagradas. E chegou mesmo a afirmar que “existe algo de eterno na religião que está destinado a sobreviver a todos os símbolos particulares nos quais o pensamento religioso sucessivamente se envolveu. Não pode existir uma sociedade que não sinta a necessidade de manter e reafirmar, a intervalos, os sentimentos coletivos e idéias coletivas que constituem sua unidade e personalidade”. A religião pode se transformar, mas nunca desaparecerá. E ele conclui reconhecendo um vazio e anunciando uma esperança: “Os velhos deuses já estão avançados em anos ou já morreram, e outros ainda não nasceram”. Entretanto, “Um dia virá quando nossas sociedades conhecerão de novo aquelas horas de efervescência criativa, nas quais idéias novas aparecem e novas fórmulas são encontradas que servirão, por um pouco, como um guia para a humanidade. (Alves, p. 66-67)

Para Marx, a religião não era a culpada pelas grandes desgraças sociais. Para ele a religião não era culpada, porque simplesmente ela não fazia diferença alguma. Como poderia a religião ser acusada de responsabilidade, se ela não passava de uma sombra, de uma imagem invertida projetada sobre uma parede? Ela não era causa, mas apenas sintoma. E Marx vai dizer:

Não é a consciência que determina a vida; é a vida que determina a consciência... Até mesmo as concepções nebulosas que existem nos cérebros dos homens são necessariamente *sublimadas* do seu processo de vida, que é material, empiricamente observável e determinado por premissas materiais. A produção de idéias, de conceitos, da consciência, está desde as suas origens diretamente entrelaçada com a atividade material e as relações materiais dos homens, que são a *linguagem da vida real*. A produção de idéias dos homens, o pensamento, as suas relações espirituais aparecem, sob este ângulo, como uma emanção da sua condição material. A mesma coisa se pode dizer da produção espiritual de um povo, representada pela linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica. Os homens são os produtores de suas concepções... É o homem que faz a religião; a religião não faz o homem. (Idem, p. 72-33)

No entanto, Marx, de alguma forma, traz uma das mais preciosas contribuições para a religião, principalmente para o cristianismo, cujos desvios de alguns de seus princípios básicos vêm de encontro com suas críticas, quando se pergunta quem é este homem que produz a religião. Afirma que ele é um corpo que precisa alimentar-se, vestir, morar, reproduzir-se, transformar a natureza, trabalhar e sobreviver. O corpo não existe no ar, insiste Marx; não o encontramos de forma abstrata e universal. Vemos os homens integrados aos mundos onde acontecem as lutas pela sobrevivência, e existindo em seus corpos as marcas da natureza e das ferramentas. Marx, de forma antecipada, nos lembra o mundo turbulento, nas cidades e também nos campos: bóias-frias, pescadores, trabalhadores da construção civil, motoristas de caminhão, táxi e ônibus, metalúrgicos, comerciantes, vendedores ambulantes, executivos, prestadores de serviços, professores, esportistas, enfim, uma sociedade altamente complexa e entrelaçada pelas amarras do trabalho e da sobrevivência. São marcas que se traduzem na comida que podem comer, na enfermidade que podem suportar, nas diversões a que se podem dar, nos anos que podem viver, no amores que conseguem ter, naquilo que podem sonhar e na religião que venha a ser ou não uma resposta e motivo de esperança a este estar-no-mundo.

Marx antevê o fim da religião, afirmando que ela só existe numa situação marcada pela alienação; quando esta desaparecesse, numa sociedade livre, sem opressores, desapareceria, então, a religião. O marxismo faz, então, da religião, o ópio do povo.

No entanto, seria muito difícil ignorar, como observa Albert Camus, que as pessoas não encontrem razões para viver e morrer em suas esperanças religiosas, Da mesma forma, Feuerbach vai afirmar que a religião é um sonho que reside na

mente humana. Neste sentido, é muito provável que o discurso religioso contenha algo mais que uma pura ausência de sentido, não podendo ser, assim, simplesmente eliminado pela crítica epistemológica, como observava Durkheim.

Mas, quais são as razões que levam os seres humanos a construir os mundos imaginários da religião?

Feuerbach afirma: “A religião é o solene desvelar dos tesouros ocultos do homem, a revelação dos seus pensamentos mais íntimos, a condição pública dos seus segredos de amor”. Aqui é necessário parar um pouco para ler, reler, meditar, usufruir a densidade poética das palavras. E ele continua: “Como forem os pensamentos e as disposições do homem, assim será o seu Deus; quanto valor tiver um homem, exatamente isto e não mais será o valor do seu Deus. Consciência de Deus é autoconsciência, conhecimento de Deus é auto-conhecimento”. (Idem. p. 97-98)

As religiões como instituições, normalmente, têm se tornado obstáculo para seus adeptos ou fiéis em seu encontro com Deus, consigo mesmos e com o cosmos, pelo excessivo número de preceitos, leis e obrigações que elas impõem. Os crentes, neste caso, geralmente limitam-se, em geral, a estar em dia com os preceitos externos da religião. Neste contexto, a religião não-religiosa, não harmoniza e não centra; por isso, esse meio religioso não transforma o comportamento do ser humano, em relação a si mesmo, ao mundo e às demais pessoas, razões, pelas quais, um contingente significativo de pessoas que se declaram pertencentes a uma religião, como a católica, relacionam-se com ela dentro dos padrões de uma simples convenção social. Nesse caso, a religião não se traduz na vida da maioria das pessoas, numa nova ética e moral, que produzam uma vida centrada, solidária, dialógica e feliz, bem como no respeito ao ser humano e a vida como um todo. Muitas práticas religiosas chegam a espoliar e até matar o ser humano, em nome de Deus.

Muitas pessoas religiosas têm mostrado que esta experiência humana radical do encontro pode responder aos anseios do ser humano, que se manifesta com uma sede infinita, mudando, assim, sua consciência, seu comportamento, o significado da vida e da morte. Neste sentido, a religião permite identificar o elo perdido, ou seja, possibilita religar o ser humano com o cosmos, consigo mesmo e com os demais seres humanos. O ser humano religado (centrado) ou religioso (harmonizado), normalmente tem um comportamento de veneração pela vida (ecologia) e pelos demais seres humanos.

A Mensagem cristã, posteriormente transformada em religião, surge com Jesus de Nazaré e procura resgatar a dignidade do ser humano, em todas as suas dimensões. Jesus não tem a pretensão de reunir apenas um pequeno grupo de 'escolhidos'; sua mensagem se dirige a todos os homens e mulheres, sem reserva. Para ele, a presença de Deus não está mais vinculada ao templo, aos ritos, às leis ou a lugares sagrados. Portanto, com Jesus é abolida a distinção entre profano e sagrado, puro e impuro, vida e morte. Os dogmas tornam-se relativos, pois o ser humano é colocado em primeiro lugar. Deus não é apresentado como um ser todo poderoso a quem se deve temer e tremer, mas como um pai ou uma mãe, cheio de amor e mesmo apaixonado por seus filhos e filhas; um Deus que está bem perto dos seres humanos e não sente prazer com seus sofrimentos; pelo contrário, a alegria de Deus é ver seus filhos e filhas felizes. Ao sentir-se assim aceito por Deus, é possível ao ser humano aceitar-se a si mesmo e encarar qualquer culpa sem medo, confiante. Abre-se a oportunidade de uma restauração criativa da vida.

A mensagem de Jesus, portanto, procura regenerar o ser humano desde seus fundamentos, possibilitando-o resgatar aquela re-ligação consigo mesmo, com demais seres humanos e com todas as realidades. É uma mensagem totalmente nova, e por ela é possível compreender como seus primeiros seguidores, pessoas simples e sem instrução, transformaram-se em protagonistas de uma importante revolução no mundo.

CAPÍTULO 2

A PROPOSTA PROTAGONISTA DE JESUS DE NAZARÉ

1. Sobre o Protagonismo

A palavra protagonismo vem do grego *prótos*: o primeiro; aquele que sai na frente, o principal; e *agonistés*: lutador, competidor. O protagonista era o personagem mais importante do teatro grego, em torno do qual se construía a trama. Posteriormente a palavra foi atribuída também ao personagem principal de um livro, filme ou telenovela. Fala-se também na atitude de um indivíduo que exerce papel de desataque em um evento social ou num simples acontecimento.

Protagonizar adquiriu também um sentido que é muito atual: tomar a dianteira, estar à frente, ter visão de onde se quer chegar; liderar, envolver pessoas.

Atualmente esta palavra vem despertando grande interesse na educação e em muitos outros setores da vida, num contexto em que se busca a construção do sujeito, autônomo, livre e cidadão.

A reflexão filosófica sobre o lugar da subjetividade na história foi particularmente enriquecida pela participação de Sartre. Seu pensamento, junto com Simone de Beauvoir e Merleau-Ponty, nos ajuda a entender a importância do caráter histórico dos acontecimentos dados pelo papel do ser humano na qualidade de classes, grupos e indivíduos na construção social. As estruturas são ações humanas objetivadas. "*O homem faz a história*", diz Sartre; ele se objetiva nela e nela se aliena. Referindo-se à condição de exploração, argumenta Sartre "*que aí o homem é ao mesmo tempo produto de seu próprio produto e um agente histórico que não pode, em caso algum, passar por um produto*". (Sartre, 1973, p. 12)

No contexto da instituição, da liberdade e do sujeito, a atitude protagonista é um processo e não um estado. Não é algo dado ou comprado, mas conquistado. É uma atitude contínua de garantir as conquistas já feitas e de ampliá-las.

No cotidiano, ser protagonista é um exercício de criação e recriação do espaço. É um movimento pessoal e coletivo, duas bases sem as quais o protagonismo não acontece. Por isso, ele se processa numa teia de relações. É a ação de cada indivíduo somada às ações dos demais, resultando em possibilidades muito maiores de realizações de potenciais criativos individuais, o que isoladamente isso não é facultado.

A velha e conhecida frase de John Locke “*minha liberdade termina quando começa a do outro*”, pode ser um equívoco, pois, mesmo conscientes da competitividade feroz e cruel que as pessoas enfrentam no dia-a-dia, sabe-se que o ser humano só se constrói na relação e num processo de cooperação; articuladas nessas relações de cooperação, as pessoas poderão superar a brutal competitividade que permeia toda a sociedade, transformando-as em desafios. A construção protagonista, dessa forma, não acontece num ambiente protegido dos embates sociais, mas na arena do cotidiano e em meio a todos os conflitos. Além disso, busca-se construir o protagonismo não de forma tímida e parcial, mas no conjunto da pessoa, desbloqueando também o *soma*, isto é, o corpo, a totalidade individual da pessoa humana. Mas, pode-se esbarrar nas estruturas sociais que normalmente atribuem às pessoas ‘um lugar’ e ‘um papel’ como forma de torná-las ‘normais’, isto é, conforme as normas pré-estabelecidas. O sujeito que decide protagonizar sua vida vai encontrar problemas com as estruturas sociais. Assim, as contradições geradas na sociedade onde se vive serão inevitáveis. Os antagonistas (adversários ou opositores) também são agonistas (aqueles que combatem), mas combatem contra, ‘promovendo’ um estado de estagnação ou anulação do sujeito, para conservar a ‘ordem estabelecida’. Por isso, aquele que constrói seu protagonismo precisa aprender estratégias para fazer das contradições fontes de energia e enfrentamento dos desafios postos no cotidiano.

1.1 O Protagonismo é um Risco

Qualquer pedagogia ‘da normalidade social’ leva o sujeito a adiar os sonhos mais para frente, “para quando for possível”. No momento, o importante é cumprir as regras estabelecidas, reprimir os sonhos e anseios, adiar os desafios e conquistar espaços para a sobrevivência. O sujeito acaba se convencendo de que mais tarde

haverá oportunidade de realizar aquilo que sonha conquistar na vida. Dessa forma, pode-se chegar ao fim da vida, de ilusão em ilusão, até a decepção final que é de ter vivido de forma medíocre, sem fazer a diferença no mundo.

A religião faz e diz a mesma coisa. Se o fiel se sacrifica, renunciando a si mesmo, receberá como recompensa o reino dos céus. O mesmo acontece com os programas políticos: não é agora já que vai melhorar; sempre se ouve dizer que no próximo ano haverá recuperação.

Como membro da sociedade, o sujeito assume vários papéis: pais, filhos, amantes, trabalhadores, estudantes, etc. As escolhas dar-se-ão dentro desses papéis, porque, quase sempre não se pode fugir deles, apesar de ser possível reinventá-los. Essas escolhas se colocam entre seguir as ordens da sociedade e, portanto, tornar-se cúmplice dela, ou fazer tudo de modo a atender as necessidades de realização da originalidade pessoal, através de ações protagonistas.

Na maioria das vezes, não são colocados dilemas existenciais para os que vivem aqui e agora. A tendência à evasão do espaço e tempo, nos quais se está inserido, é enorme. Rejeita-se o que se é e onde se está, sem criar algo novo, sem a aventura de novos caminhos, a não ser em fantasias. A pessoa é deste mundo, deste lugar, mas acaba morando em um castelo imaginário, que nem é prazeroso, construído por suas frustrações e pela incapacidade de mudar a rota da vida. Então, quando é possível, procura-se responder a esses anseios, consumindo aquilo que a publicidade vai dizer que resolve, e se cria dilemas existenciais cada vez maiores.

Os riscos que trazem a busca de construção de uma vida protagonista causam medo e o medo paralisa. Entre o risco no prazer e a certeza no sofrer, acaba-se assumindo a última opção.

A partir do momento que se arrebenta a casca social, a espontaneidade renasce, levando a superar as dificuldades e obstáculos, tornando a pessoa mais próxima do aqui e agora. Viver de uma maneira crítica e criativa inclui assumir as próprias limitações, mergulhando na aventura criativa da superação e da transformação do que é socialmente dado como obstáculo à ação protagonista, em relação a si mesmo e aos outros. Assim, acaba-se por resgatar a própria individualidade e originalidade. Quando o sujeito pode ser ele mesmo, tudo o que fizer sair de si será de extraordinário valor para a sociedade. Pode-se dizer: só é possível assumir a sociedade no sentido de sua transformação, assumindo a própria individualidade. É por aí, pelos caminhos da originalidade, que fluirá a força

transformadora. A paixão de viver é justamente trazer os sonhos para o presente e recriá-los permanentemente.

É extremamente chato, entediante, acreditar que a história já está contada, os caminhos já estão prontos, basta segui-los. É muito melhor contar a história que estamos fazendo. E esta será sempre nova... Estamos tentando fazer um trabalho simples, um capítulo sobre como seria possível conciliar a busca da liberdade individual com a conquista da liberdade coletiva... Existem caminhos diversos, e estamos procurando aqueles que possibilitam a expressão de nossa originalidade própria... O grande perigo é o de ficarmos falando da cátedra, quando apenas começamos a engatinhar na descoberta do que tem sido e pode ser a nossa própria libertação. (Brito, 1988, p.25).

Quando é transmitido o conhecimento histórico acumulado, normalmente dize-se que apenas esse conhecimento é o saber e não se mostra que este saber é uma condição para que, a partir dele, se possa protagonizar novos horizontes ainda não trilhados. Desta forma, aprender, para um protagonista, é ao mesmo tempo, a arte de desaprender e de acostumar-se a superar velhos hábitos de ver e pensar as coisas. O jeito de viver protagonizando inicia-se já nos primeiros momentos da vida e instala-se definitivamente na primeira infância, tempo em que se pratica permanentemente atos de amor e de medo. Depois, as estruturas sociais continuarão esse trabalho com mais facilidade.

Nos inícios do século XXI, as instituições estão se mostrando tanto quanto antes, ou até mais autoritárias: família, órgãos públicos, escolas, movimentos sociais, política partidária, entre tantas outras. Ao lado disso, as pessoas, em geral, mais que submissas, estão se acostumando a se tornar indiferentes, talvez por estarem desiludidas ou desencantadas. A 'era do sujeito' pode levar a uma cultura de extremo individualismo, que é outra forma de repressão ou de negação do protagonismo.

Mas, como fazer para desenvolver a autonomia e o protagonismo, a partir de uma sociedade estruturada em instituições autoritárias?

O processo em si traz o aprendizado mais fundamental: o da liberdade e, ao mesmo tempo, nada é tão contagiante como o gosto para a liberdade. Como é possível ensinar sem ser autoritário? Como é possível romper as relações de dominação na transmissão do conhecimento? A situação de posse do conhecimento já dá uma posição de superioridade, de poder. É uma posição de autoridade, queiramos ou não. Através do brilhantismo, da empatia, usamos a chantagem para conseguir submeter as pessoas ao nosso saber. Para atingir isso, o fundamental é convencer os que são objeto de nosso poder da sua capacidade de atingir o conhecimento de maneira crítica,... Isto significa que o mais importante é ensinar as crianças como estudar. Ajudar as pessoas a desenvolver sua capacidade crítica e

torná-las aptas a saber o que fazer com o conhecimento... (Idem, 1988, p. 41).

Pode ser um grande empecilho para o desenvolvimento do protagonismo, independentemente de qualquer idade, o ‘medo paralisante’ de romper barreiras e a ilusão de estar se educando apenas de cabeça, ou seja, um ensinamento que não desce ao corpo, transformando-se em atitudes; uma educação em que as pessoas estão bloqueadas em sua criatividade e liberadas para a imitação.

A atitude protagonista, portanto, requer que, em meio aos conflitos e embates humanos do cotidiano, a pessoa vá se liberando pela prática cotidiana, a partir de pequenos atos protagonistas, com base em paradigmas escolhidos, pensados e amadurecidos que nos oriente na direção para onde se quer ir. Pode-se aproveitar a originalidade e a criatividade dos outros, mas não viver apenas delas, pois o sujeito tem compromisso intransferível e inalienável como pessoa e com sua pessoa.

Quando se decide viver a vida de forma protagonista, inevitavelmente encontra-se oposições das mais diferentes naturezas, por parte de pessoas e organizações sociais, pois estas tendem sempre para a conservação e segurança, evitando riscos. Uma pessoa protagonista traz “incômodo” porque as demais sentem a vontade de fazer o mesmo, mas não têm coragem para isso. Essa pressão social se dá através de gratificações às quais a maioria não tem coragem de rejeitar.

Quem gosta do risco e se aventura, aceita a insegurança, porque tem sua própria utopia... O máximo da segurança é a escravidão. Sendo escravos, somos propriedade de alguém, não corremos nenhum risco desde que obedeçamos às leis da escravidão, que não abrem mão do fundamental... Então alguém opta por nós, se nós delegamos este poder a alguém. Temos menos medo porque não estamos nos arriscando. Se somos nós que temos de optar outra vez, se não delegamos nada a ninguém, vivemos permanentemente em risco. É uma coisa natural do homem esta necessidade de segurança, em conflito permanente com a necessidade de risco... Ninguém se faz livre sem desobedecer socialmente. (Idem, 1988, p. 65-66).

1.2 O Protagonismo e a Questão de Gênero

A questão de gênero também é parte integrante na formação do protagonismo.

Desde o neolítico, foi se tornando hegemônica uma cultura a partir da visão dos homens; um imenso processo civilizatório, que se desenvolveu sob o primado da dominação masculina.

A conhecida história de Prometeu, “aquele que pensa antes”, diz que ele criou um homem de barro, o que foi um grande benefício para a raça humana. Quando Zeus oprimiu os homens e os privou do fogo, Prometeu roubou para eles o fogo do céu e lhes ensinou muitas coisas. Através dos homens, Prometeu realizou outras ações ardilosas contra Zeus. Zeus, indignado, mandou Hefesto fazer uma mulher também de barro, à qual Atena deu vida. Os outros deuses dotaram a mulher, Pandora, de todos os encantos, mas Hermes ensinou-lhe a mentira e a astúcia. Então, Pandora, a primeira mulher, trouxe consigo um vaso que continha todos os males. Não podendo conter a curiosidade, Pandora abriu o vaso e imediatamente os males saíram e se espalharam pelo mundo inteiro. Assustada, Pandora fechou o vaso, ficando no seu fundo apenas a esperança. Prometeu torna-se senhor da história, que foi, assim, assentada sobre uma visão androcêntrica, sobre o poder-dominação do homem, aquele que havia “aprendido muitas coisas”. Esconde-se nesta narrativa mitológica também a figura bíblica de Adão e Eva. Neste berço, as civilizações foram se estruturando.

O poder-dominação apropriou-se de todas as realidades, expandiu-se, entranhou-se nos corpos e a todos submeteu. Mas, Elpis, a deusa esperança não foi submetida. O poder da dominação masculina começa a ser questionado e, das entranhas de uma cultura androcêntrica milenar, passa a florescer uma nova realidade. Giddens diz que o controle dos homens começa a falhar. Começa a ruir este paradigma masculino, que trouxe consigo a dominação, a destruição de culturas e da natureza; espalhou a violência, marginalizou a mulher e, com ela, o princípio feminino.

A progressiva integração do feminino traz consigo uma nova “política da vida”, na qual é possível o resgate de uma sociedade pautada, como se refere Sousa (1999), pela cidadania, pelo respeito, pela ética, pela luta contra a intolerância e pela construção do protagonismo.

Essa será uma sociedade de homens e mulheres que integraram em si o princípio masculino e feminino da vida. Mas, há muito caminho ainda a percorrer, principalmente por parte dos homens que, no romper do novo milênio, ainda estão encontrando enormes dificuldades e resistências no trato da própria intimidade. Não querem abrir mão de uma situação de dominação, antes cômoda, até certo ponto. Rilke, no início do século XX, com sua alma de poeta, em elevado estágio de integração, em si, do princípio masculino e feminino, já via uma realidade, que só mais tarde, foi se evidenciando para toda a sociedade:

A mulher, que uma vida espontânea, mais produtiva, mais confiante habita, está sem dúvida mais próxima do humano que o homem. O macho arrogante e impaciente que ignora o valor do que julga amar por estar preso às profundidades da existência, como a mulher, pelo fruto de suas entranhas. Esta humanidade, que no sofrimento e na humilhação amadurece a mulher, virá à superfície quando esta romper as algemas da sua condição social. E os homens, que não sentem aproximar-se este dia, ficarão espantados e vencidos. Um dia, (sinais certos o atestam já, nos países nórdicos) a moça existirá, a mulher existirá. E estas palavras: “moça”, “mulher”, não significarão apenas o contrário do homem, mas qualquer coisa de individual, valendo por si mesmo, não apenas um complemento, mas um modo completo da vida: a mulher na sua autêntica humanidade. (RILKE, p. 53)

Alain Touraine (1999) chama os homens de retardatários e atrapalhados em matéria de intimidade, pois ele constata que na relação entre homens e mulheres, a existência do sujeito será empenhada e desafiada. Giddens (1999), diz mais: que os homens estão mal preparados para preencher esta existência, bem como para responder ao erotismo feminino. Ele constata que as mulheres se queixam constantemente de seus parceiros homens desajeitados. A violência sexual masculina procede mais da insegurança e dos desajustes dos homens, do que de uma continuação do domínio patriarcal. A conquista de emancipação das mulheres que vêm se sucedendo decreta o fim de uma categoria particular de seres humanos como universal. Não é mais “o homem”, mas o homem e a mulher. Touraine (1999), afirma que não há nada mais importante que esta dualidade.

E assim, os homens estão diante de um imperativo impossível de ser desviado, amenizado, camuflado ou evitado. O mistério do feminino e do masculino, hoje radicalizados, respectivamente, na mulher e no homem, passa a ter uma função heurística para homens e mulheres. Não é mais possível evitar o desafio do encontro ou do confronto. O que se sabe é que o caráter quase insuportável da civilização atual está a clamar por um novo paradigma civilizacional, que passa, necessariamente, pelo reencontro do masculino e do feminino.

Célebres autores estão a dizer que, é a partir deste encontro fundamental, que todos passarão a encontrar-se com uma nova economia, uma nova ecologia, uma nova política da vida, uma nova religião, um jeito novo de ver, sentir, tratar todas as coisas e de se fazer no mundo.

Rilke, face a um desafio como este, dizia:

Devemos aceitar a nossa vida tão completamente quanto possível. Tudo, mesmo o inconcebível, deve tornar-se possível. No fundo, a única valentia

que nos é pedida é a de fazermos face ao singular, ao maravilhoso, ao extraordinário que se nos deparar. Custou bem caro à vida que os homens, neste ponto, tivessem sido débeis. (RILKE, p. 59).

A “compaixão ativa e solidária” era entendida na cultura hebraica como “rahamim” que quer dizer misericórdia sentida a partir das “entranhas”, que também pode significar, a partir do mais profundo da carne, dos corpos; é incondicional.

Não se pode esquecer que a cultura androcêntrica encontra-se “entranhada”. Portanto, é desde as entranhas que vai emergindo o homem e a mulher novos do séc. XXI, ternos, amorosos, amantes, cúmplices, compassivos e protagonistas, buscando consolidar em si os princípios básicos da uma verdadeira democracia, que serão vivenciados por mulheres e homens solidários, igualitários, participantes, livres, acolhedores de todos os diferentes e de toda a diversidade.

Mas, esta construção, para ser efetivada, deverá necessariamente buscar um entendimento amplo da relação entre moral e da ética. Obviamente são dois conceitos não contraditórios que regem as relações dos seres humanos, e deles com a realidade que os envolve.

Não será aprofundada aqui esta questão, mas apenas é importante assinalar que a ética, como se referia Hegel é a verdade da moral. Lembrar também que os “códigos morais” encarnados nas instituições, podem facilmente tornar-se moralismo e cair na anti-ética. A ética contém princípios aceitos universalmente, favorecendo, assim, o diálogo, numa linguagem comum, entre religiões, partidos, filosofias etc. Pela ética, pode-se concretizar o princípio da aceitação do diverso, do diferente, do democrático.

Por fim, encarar a mulher como “vítima radical” ou como “sexo fraco”, é no mínimo uma crença ingênua, superficial e aprisionada por uma visão machista. Na atualidade, pelo que tudo indica, é nela que residem as possibilidades de um acordar para o encontro das “duas humanidades”, no dizer de Rilke. As mulheres estão a abrir caminhos para si próprias e apontando caminhos para os homens, perdidos em sua intimidade. Bem mais que os homens, elas estão a apontar caminhos para o reencontro dos homens, no masculino e feminino que habitam cada pessoa humana. Bem mais que uma relação de provedores, os homens aprenderão com suas companheiras, que o caminho, como diz Gubert, é feito, não só de pão, mas de beleza, que significa o desabrochar do que está em dormência nos corpos divididos:

Não só a conquista do pão, mas a conquista da beleza. Esse espírito de conquista e beleza é construído no cotidiano, com dificuldades, com avanços, com esperanças, porque o sonho é feito de pão e beleza, a vida é feita de pão e beleza, [...] é o fruto da vida e do sonho da humanidade. (Gubert, 1999).

Analisando dessa perspectiva, pode-se afirmar que a construção do protagonismo social de um sujeito passa pela questão de gênero, como elemento de fundamental importância na formação de um ser humano integral.

1.3 Protagonismo e Educação

Weil (2003) considera que o ser humano da pós-modernidade, de certa forma, permanece cego, diante de uma vida mais plena, adormecido por uma sociedade desequilibrada e dirigido por uma cultura que ele qualifica de *“normática, masculinista, racionalista, fragmentada ao extremo, desprovida de amor feminino, tecnológica e fria”* (Weil, 2003, p.122-123). Esta mesma cultura, segundo o autor, está destruindo o planeta e pode ser chamada de *“estagnante”*, o outro extremo de uma cultura protagonista, que ele chama de *“proto-mutante”*. Weil expressa uma firme convicção de que o ser humano protagonista, em processo de transformação permanente, buscando dentro de si o equilíbrio entre o masculino e o feminino, que trabalha por uma cultura de paz e não-violência, poderá alcançar grande êxito em sua jornada, mesmo que viva em circunstâncias exteriores muito desfavoráveis. Nesse contexto, Weil confirma o papel decisivo da educação, seja ela curricular ou extracurricular. Ele vê a importância da educação escolar, como também o processo educativo que é oportunizado no dia-a-dia, através de cursos, encontros, convivência e, mais que isso, da capacidade do próprio auto-desenvolvimento do sujeito protagonista, transformando em processo educativo tudo o que lhe acontece no cotidiano. Quando se refere à educação de jovens e crianças, Weil é enfático ao afirmar que entre eles há um número muito grande de pessoas estagnadas. Lembra, no entanto, que jovens e crianças apresentam muitos potenciais de mudanças e o trabalho educativo com eles é mais urgente.

Os jovens têm maior urgência, pois muitos deles já estão em crise existencial e apresentam problemas específicos, tais como dependência financeira, revolta contra os pais, incerteza quanto a empregos futuros, tudo isso misturado a confusões e dúvidas quanto a posturas a adotar em matéria de sexo e amor. Muitos deles estão em crise por terem perdido o sentido da existência... A criança em idade pré-escolar apresenta perfil nitidamente diferente... A não ser que ela tenha um problema de atraso

intelectual ou emocional... Mas nossa cultura de violência e nossas normoses vão sendo transmitidas, moldando os valores, opiniões, atitudes e comportamentos, resultando na formação de um futuro estagnante. (Weil, 2003, p. 135)

Para Weil, fica claro que a educação em geral traz um problema sério: definem-se programas, mas não pessoas; sua missão será mudar as pessoas estagnadas em protagonistas, inclusive capazes de salvar a vida do planeta.

Edgar Morin (2004) aponta sete princípios da educação para o século XXI
As cegueiras do conhecimento: o erro e a ilusão:

É impressionante que a educação que visa a transmitir conhecimentos seja cega ao que é o conhecimento humano, seus dispositivos, enfermidades, dificuldades, tendências ao erro e à ilusão, e não se preocupe em fazer conhecer o que é conhecer. (Morin, 2004, p. 14).

Morin deixa claro que aprender a aprender é condição fundamental na formação de uma pessoa autônoma e consciente de sua missão nesse mundo, ou seja, uma pessoa que se prepara para enfrentar os riscos permanentes do erro e da ilusão, que não cessam de paralisar a mente humana, contra a lucidez.

Existe um problema capital, sempre ignorado, que é o da necessidade de promover o conhecimento capaz de apresentar problemas globais e fundamentais para neles inserir os conhecimentos parciais e locais. A supremacia do conhecimento fragmentado de acordo com as disciplinas impede freqüentemente de operar o vínculo entre as partes e a totalidade, e deve ser substituído por um modo de conhecimento capaz de apreender os objetos em seu contexto, sua complexidade, seu conjunto. (idem, p.14).

Morin alerta para a necessidade de ensinar as pessoas a situar as informações dentro de seus contextos e aprender métodos que permitam estabelecer relações mútuas entre as partes e o todo e vice-versa, dentro de um mundo complexo em que se vive. Fala do que chama de: os princípios do conhecimento pertinente:

Ensinar a condição humana

O ser humano é a um tempo físico, psíquico, cultural, social, histórico. Esta unidade complexa da natureza humana é totalmente desintegrada na educação por meio das disciplinas, tendo-se tornado impossível aprender o que cada um, onde quer que se encontre, tome conhecimento e consciência, ao mesmo tempo, de sua identidade complexa e de sua identidade comum a todos os outros seres humanos. Desse modo, a condição humana deveria ser o objeto essencial de todo o ensino. (Idem, p.15).

Segundo Morin, é possível, com base no conhecimento que a humanidade já possui, reconhecer a unidade e a complexidade humana, reunindo e organizando os conhecimentos que estão dispersos nas ciências humanas e da natureza.

Ensinar a identidade terrena

O destino planetário do gênero humano é outra realidade até agora ignorada pela educação. O conhecimento dos desenvolvimentos da era planetária, que tendem a crescer no século XXI, e o reconhecimento da identidade terrena, que se torna cada vez mais indispensável a cada um e a todos, devem converter-se em um dos principais objetos da educação. Convém ensinar a história da era planetária, que se inicia com o estabelecimento da comunicação entre todos os continentes no século XVI, e mostrar como todas as partes do mundo se tornam solidárias, sem, contudo, ocultar as opressões e a dominação que devastaram a humanidade e que ainda não desapareceram. (idem, p.15)

É por demais importante despertar a solidariedade humana, mostrando que toda a humanidade tem um destino comum e que todos os seres humanos enfrentam problemas comuns e que são muitas culturas e uma só raça.

Enfrentar as incertezas

As ciências permitiram que adquiríssemos muitas certezas, mas igualmente revelaram, ao longo do século XX, inúmeras zonas de incerteza. A educação deveria incluir o ensino das incertezas que surgiram nas ciências físicas (microfísicas, termodinâmica, cosmologia), nas ciências da evolução biológica e nas ciências históricas. Seria preciso ensinar princípios de estratégia que permitiriam enfrentar imprevistos, o inesperado e a incerteza, e modificar seu desenvolvimento, em virtude das informações adquiridas ao longo do tempo. É preciso aprender a navegar em um oceano de incertezas em meio a arquipélagos de certezas. (idem, p. 16)

Morin lembra o filósofo Eurípedes de vinte e cinco séculos atrás, mas que é mais atual que nunca: “*O esperado não se cumpre, e ao inesperado um deus abre o caminho*”. É preciso, portanto abandonar as concepções deterministas e os dogmas, mas acostumar-se com o inesperado.

Ensinar a compreensão

A compreensão é a um só tempo meio e fim da comunicação humana. Entretanto, a educação para a compreensão está ausente do ensino. O planeta necessita, em todos os sentidos, de compreensão mútua. Considerando a importância da educação para a compreensão, em todos os níveis educativos e em todas as idades, o desenvolvimento da

compreensão pede a reforma das mentalidades. Esta deve ser a obra para a educação do futuro. (idem, p.16-17)

Morin refere-se à compreensão que o ser humano deve ter com os que estão perto e com os distantes, conhecidos e estranhos, afirmando sempre, de maneira enfática, que ela é vital para as relações humanas. Para isso, lembra que é preciso estudar a incompreensão desde as suas raízes. Entre tantas realidades que poderão aparecer neste estudo, com certeza afluirão: o racismo, a xenofobia e o desprezo.

A ética do gênero humano

A educação deve conduzir à “antropo-ética”, levando em conta o caráter ternário da condição humana, que é ser ao mesmo tempo indivíduo/sociedade/espécie. Nesse sentido, a ética indivíduo/espécie necessita do controle mútuo da sociedade pelo indivíduo e do indivíduo pela sociedade, ou seja, a democracia; a ética indivíduo/espécie convoca, ao século XX, a cidadania terrestre. A ética não poderia ser ensinada por meio de lições de moral. Deve formar-se nas mentes com base na consciência de que o humano é, ao mesmo tempo, indivíduo, parte da sociedade, parte da espécie. Carregamos em nós esta tripla realidade. Desse modo, todo desenvolvimento verdadeiramente humano deve compreender o desenvolvimento do conjunto das autonomias individuais, das participações comunitárias e da consciência de pertencer à espécie humana. (Idem, p.17).

A comunidade humana, a partir desses pressupostos, deve considerar-se cada vez mais como comunidade planetária, pertencente à *nossa terra-pátria* como ele mesmo se refere, na qual a educação deve contribuir decididamente na construção da cidadania terrena, própria da construção do protagonismo pessoal, grupal e social.

Castro (2003) resgata de Ítalo Calvino, falecido em 1985, seis lições preciosas e profundamente sábias, para a construção do homem e da mulher protagonistas; são lições que evidenciam ‘sutilezas’ do ser humano, mas que fazem toda a diferença. É como o ser humano deixar-se modelar pelas mãos de um grande artista, até chegar no estado mais belo e apurado de sua natureza; isso é pouco para referir-se à sensibilidade de Ítalo Calvino.

Passados os anos da escritura das *Seis propostas*, nada parece arrefecer sua atualidade e força poética. Os ensaios, esperamos, provavelmente irão sobreviver ainda por alguns milênios, e levar até eles o conjunto de buscas morais e literárias inerentes ao próprio Calvino. Ao longo da redação do texto, quando fica claro para ele que as lições poderiam ser mais do que conferências acadêmicas; mas o momento propício para sua auto-avaliação, uma investigação pelas engrenagens da literatura e uma apologia aos valores, constrói, então, o que parece ser a sapata ou a base

elementar de sua poética e do que gostaria de ver preservado para o próximo milênio. (Galeno et alii, 2003, p. 171)

As seis lições ou ‘talismãs’, como se refere Castro, de Ítalo Calvino, fornece a matéria para o exercício de nossa vida protagonista; quem sabe são lições que não vão esgotar-se ao longo de uma vida, mesmo que praticadas todos os dias. Morin e Calvino, com suas lições para o século XXI, nos dão um caminho quase sem fim, uma proposta-processo, que nos colocam em horizontes avançados, que Nietzsche, Weil e tantos outros nos sugerem. Assim Calvino propõe seis lições:

A leveza, primeira das lições, explora a necessidade de contrapor ao peso do mundo com um espírito, ao mesmo tempo, sutil e preciso, “como pássaro e não como pluma”... Olhar que perscruta a função de tirar o peso das coisas; na recusa da visão direta, não na recusa da realidade do mundo, é que reside a força da leveza...

A rapidez tem a ver com a idéia de ritmo, de economia, de habilidade e de agilidade. A redução ao essencial, aliás, é uma idéia recorrente em Calvino. A rapidez da poesia, por exemplo, deveria ser incorporada à prosa. Mas não só: deveria valer também para o raciocínio, para a economia dos argumentos..., enfim, na busca de uma expressão necessária, única, densa, concisa, memorável. Calvino diz se inspirar desde cedo na máxima latina *festina lente* (apressa-te lentamente) como modo de percepção dos segredos do ritmo contidos nas narrativas e como modo de operacionalizar a continuidade e a descontinuidade das histórias... *A exatidão* aproxima-se da rapidez pela precisão que requer, mas afasta-se pela necessidade de se deter ante ao infinitesimal, de ser tragada pelo detalhe do detalhe do detalhe, coisa que a rapidez não permite. (idem, 2003, p. 171-172)

A visibilidade, como quarta lição, é um pensar e um enxergar de corpo inteiro, podendo revelar aos homens conhecimentos que ultrapassam a ciência, desmistificando a crença de que o conhecimento científico é o único pertinente. O uso da imaginação, para Calvino, pode ser um instrumento do saber e ‘*como identificação com a alma do mundo*’.

A multiplicidade, quinta lição, permite enxergar em cada objeto, mesmo que seja mínimo,

um centro, um nó ou uma rede de relações da qual não se consegue nem se pode esquivar’... É uma forma de encarar a totalidade. É uma maneira de tecer o fio que ata as coisas maiores às menores e vice-versa. É também a consciência da impossibilidade de concluir o que quer que seja, pois cada coisa, cada ação e cada presente se bifurcam invariavelmente em dois futuros, de modo a formar uma rede crescente e vertiginosa, sem fim. A idéia de histórias que se cruzam, caminhos que se bifurcam, relações dentro de relações, combinatórias de experiências, informações, leituras e imaginações é o que está por trás da proposta da multiplicidade. (idem, 2003, p. 173).

Enfim, a *consistência*, como sexta lição, representa um modo de ser no mundo, que garante a continuidade das buscas, dos avanços, das transformações, sem aquele hábito de destruir 'o realizado' para começar de novo, colocando a marca. As coisas não devem ser construídas, ao nosso ritmo 'pessoal', egoísta, mas ao ritmo delas mesmas. Aqui cabe o princípio da 'obediência' à história em marcha. Construir uma história que tenha a consistência, ou seja, auto-sustentação e auto-recriação em si mesma.

Respeitando os diferentes aspectos, podemos arriscar dizer, então, que o que há de comum entre... Morin e Calvino é o apelo e o elogio a uma nova forma de lidar com o conhecimento; articulado a um pensamento ético e estético... Descortina-se a idéia de uma relação sapiencial com o conhecimento. Morin e Calvino, a propósito, são intelectuais que se propuseram a pensar os saberes, seja como reflexão sobre a educação do futuro (Morin, 2000), seja como ensaio propositivo para o século XXI. (Calvino, 1994). Passamos assim ao novo milênio com algumas lições. Seis ou sete saberes que, segundo eles, devem ser preservados e incentivados à vida humana. (idem, p. 168).

Guareschi (2001) lembra que é um desafio viver num mundo bombardeado de mensagens, onde uma pessoa recebe em média 30 mil mensagens diárias em forma afirmativa, como: compre, fume, beba, viaje, coma etc. O autor sugere que, neste caso, uma pessoa em sua construção protagonista sempre pergunte por que fazer tal coisa ou deixar de fazer. Salieta que, numa sociedade acelerada e estonteante como a nossa, quase não há mais espaço para reflexão e para as opções livres e pessoais. Tudo vem como uma avalanche. Corre-se o risco de executar as ações por pura rotina, sem tirar tempo para a reflexão que permite escolhas e decisões. A maioria das pessoas, segundo Guareschi, perdeu o hábito de pensar e pensar os dois lados ou os vários lados das realidades que abordam o ser humano constantemente. Guareschi chama essa atitude de forma muito sugestiva, ou seja, denomina-as de "*hábitos de liberdade*", aplicados em cada momento da existência.

Examinando a história, vemos que os povos conquistadores sabiam disso muito bem. Os romanos, para poder dominar totalmente os povos e não deixá-los mais levantar a cabeça, destruíam sua cultura: destruíam os monumentos, não deixavam mais falar a língua, (exigiam que falassem o latim, língua dos dominadores), roubavam seus deuses... Os romanos, porque eram supersticiosos, não destruíam os deuses dos povos dominados, mas roubavam seus deuses e os levavam para Roma."... Outro exemplo de destruição dum povo através da cultura é o caso da conquista

da América Central pelos espanhóis. Dizem os historiadores que na cidade do México as fogueiras arderam durante semanas, queimando tudo o que os conquistadores encontraram; coisas preciosíssimas. Em alguns pontos a cultura mexicana ou incaica era até mais adiantada que a cultura européia. O calendário asteca, por exemplo, era corrigido num décimo de segundo de 52 em 52 anos... Pois, esses povos foram totalmente subjugados, e até hoje não conseguiram recuperar sua identidade e liberdade. Perderam sua cultura, sua alma..." (Guareschi, 2001, p. 142-143)

O protagonismo é um processo, uma conquista gradual e que, em tese, pode ser praticado por todos, através da busca do auto-conhecimento, do exercício dos direitos e deveres, de modo a facilitar a inserção no coletivo, percebendo-se como agente de transformação social, responsável e consciente de seus próprios limites e possibilidades.

O exercício do protagonismo, no entanto, conforme (Serrão e Baleeiro, 1999), não se faz sem planejamento, que não invalida o entusiasmo e o sonho, pelo contrário, foca a pessoas na direção de metas cada vez mais ousadas. O planejamento, portanto, não é uma camisa-de-força em que o sonho encerra. Ele possibilita que a visão do futuro se torne realizável. Sem planejamento, a pessoa está sempre partindo do zero; com ele é possível escrever uma história de caminhos possíveis, brilhantes e compartilhados.

Ser protagonista não significa pretender ser o melhor em relação aos outros, mas em relação a si mesmo, como considerava São Paulo, quando se comparava entre a distância do caminho em que se encontrava e as possibilidades que possuía para avançar e atingir o máximo de suas possibilidades; neste sentido todos podem ser 'o primeiro' pois o que desafia o caminhante é o seu próprio caminhar e a meta 'que está sempre mais à frente'.

2. Nietzsche Apresenta o Super-Homem, Contra Jesus, o Líder dos Fracos

Nietzsche (2004) coloca em oposição duas situações em que se encontram os seres humanos: a situação de *senhores e de escravos*; um contraste entre ideais e modos de existência. Para Nietzsche, a moral é de escravos, e seus valores vão se tecendo como um ideal de convivência. O imaginário social aspira como ponto ótimo uma convivência sem conflitos, *em que se pensa poder viver a "felicidade"*. No século XIX, depois de tantos distúrbios sociais, esperava-se viver numa sociedade sem conflitos, na qual eles desapareceriam e as contradições humanas e sociais,

enfim, superadas e, como diz Nietzsche, o rebanho humano poderia viver em paz.

Esse ideal de convivência supõe que os indivíduos não entrem mais em conflito; se esses indivíduos não entram mais em conflito, é porque não aspiram mais nada; suas vontades estão paralisadas e, por isso mesmo, vivem uma *felicidade definida como repouso*.

Assim, a moral vai pregar, o “*tu deves*”, que, segundo Nietzsche, são qualidades que apenas “adocicam” a vida, como o *altruísmo*, a *piedade*, o *desinteresse*; todo um tipo de ser já “*esgotados*”, que apenas exprimem uma “*vontade anêmica*”. Nietzsche está convencido de que é essa mesma vontade anêmica que está na origem dos desejos de crenças e convicções, uma perpétua necessidade de apoio a uma verdade, a uma religião ou a uma ideologia partidária. Por isso, segundo Nietzsche, a civilização ocidental cristã enaltece a obediência e coloca o comando ao lado da má-consciência, promovendo como figura do ser humano alguém preparado apenas para obedecer; um escravo, um ser domesticado, o “*animal do rebanho*”.

Nietzsche diz que, meditando por dez anos numa caverna no alto de uma montanha, Zarathustra, apenas na companhia dos seus animais prediletos, a águia e a serpente, determinou-se baixar à planície. Decidira-se, depois daqueles anos de rigor eremita, vir comunicar aos homens a chegada de um novo messias, o *super-homem*, o que dominará o futuro. Assim feito, Zarathustra enumera a quem sua mensagem se dirige: seus eleitos são aqueles que ele ama:

Amo aqueles que não sabem viver a não ser como os que sucumbem, pois são os que atravessam.

Amo os de grande desprezo, porque são os de grande respeito, e dardos da aspiração pela outra margem.

Amo aqueles que não procuram atrás das estrelas uma razão para sucumbir e serem sacrificados: mas que se sacrificam à terra, para que a terra um dia se torne além-do-homem.

Amo aquele que vive para conhecer e que quer conhecer para que um dia o além-do-homem viva. E assim quer ele sucumbir.

Amo aquele que trabalha e inventa para construir a casa para o além-do-homem e prepara para ele terra, animal e planta.

Amo aquele que ama sua virtude: pois virtude é vontade de sucumbir e dardo de aspiração.

Amo aquele que não reserva uma gota de espírito para si, mas quer ser inteiramente o espírito de sua virtude: assim ele passa como espírito por sobre a ponte.

Amo aquele que faz de sua virtude seu pendor e sua fatalidade: assim, é por sua virtude que ele quer viver ainda e não viver mais.

Amo aquele que não quer ter muitas virtudes. Uma virtude é mais virtude do que duas, porque tem mais nó a que suspender-se a fatalidade.

Amo aquele cuja alma se esbanja, que não quer gratidão e que não devolve: pois ele sempre dá e não quer poupar-se...

Amo aquele que justifica os futuros e redime os passados: pois ele quer ir ao fundo pelos presentes

Amo aquele que açoita seu Deus, porque ama seu Deus. Pois tem de ir ao fundo pela ira de seu Deus.

Amo aquele cuja alma é profunda também no ferimento, e que por um pequeno incidente pode ir ao fundo: assim ele passa de bom grado por sobre a ponte.

Amo aquele cuja alma é repleta, de modo que ele esquece a si próprio, e todas as coisas estão nele: assim todas as coisas se tornam seu sucumbir.

Amo todos aqueles que são como gotas pesadas caindo uma a uma da nuvem escura que pende sobre os homens: eles anunciam que o relâmpago vem, e vão ao fundo como anunciadores. (Nietzsche, 1974, p. 236-237).

Nietzsche continua afirmando que não são os negligentes nem os retardados que seguirão Zarathustra, mas sim os inventivos, os que colhem e se divertem, os solitários e todos aqueles que, unidos pela solidão, estão interessados em escutar coisas ainda não ouvidas. A marcha do profeta será a marcha deles. Assim é que sua oração dirige-se para os que estão atacados pela "Grande Náusea", o tédio de quem vive numa época em que o antigo deus morreu, mas que não existe ainda nenhum outro novo deus. Zarathustra veio para afastar deles a sombra dos deuses antigos que ainda escondem-se atrás das nuvens do presente. Veio para mostrar-lhes a verdadeira face da natureza; chegou para torná-la humana. O que irritava, sobretudo, o profeta, era o último homem, um teimoso, 'inabalável como uma pulga', que, segundo Heidegger, não queria '*se desfazer da sua depreciável maneira de ser*'. Ao insistir em viver de acordo com os valores desaparecidos, em prender-se a um ídolo que já se fora, esse cabeça-dura continuava a freqüentar o santuário do deus caído em ruínas. Ali, nada mais achando nele, o estulto agachava-se, arrastava-se no pó, em meio aos cacos, atrás das cobras e dos sapos, para adorá-lo.

Num primeiro momento da história espiritual do homem, pelo menos o de espírito sadio, ele não passa de um camelo, que, como o desgraçado animal, apenas ajoelha-se e agradece quando lhe dão uma boa carga. Carrega pelo deserto as culpas por ter nascido. Na sua humilde corcova avoluma-se as penas do mundo, sobrecarregado pelas regras morais e pelas imposições que lhe fazem e que lhe dizem - *tu deves!* Porém, no deserto, isolado, dá-se uma transformação. O camelo vira um leão. É o espírito que, liberto, quer ser '*o senhor do seu próprio deserto*'. Agora é ele quem, rugindo desafiante, responde - *eu quero!* Se bem que o leão não

consiga ainda criar os novos valores; ele pelo menos, assentado na sua força e vigor, sacode para fora a canga que afligia o pobre camelo. Dá-se então a derradeira transformação - o leão vira criança. Sim, porque a criança é esquecimento, é um novo começo, é o embrião do 'super-homem' que, ao crescer e desenvolver-se, quer conquistar seu mundo.

Zaratustra é, para Nietzsche, como uma espécie de anticristo. Ele não veio do deserto como Jesus Cristo, mas sim desceu do alto da montanha, do fundo da caverna, como viu Platão os filósofos emergirem em busca do sol, em busca da vida. Não se dirige aos pobres, humildes, doentes, perdidos e aos fracos, muito menos lhes promete o Reino dos Céus. Seu público é outro. É o dos vencedores, dos afirmadores da vida, os que querem viver o aqui e o agora, tendo a terra como seu único reino. A sua meta é atingir uma parte específica da humanidade; os homens superiores a quem Cristo ignorou. Zaratustra é sim um Cristo da elite, pois Nietzsche escreveu o evangelho do super-homem - o que anuncia um novo tempo, uma era em que Deus morreu, na qual o homem se apressa para assumir o poder na totalidade, e arcará com as conseqüências morais e éticas de um mundo sem Deus.

Tudo o que o cristianismo censurava: o orgulho, o egoísmo, a riqueza, a vontade de poder, a sensualidade e a nobreza de espírito voltarão a modelar e inspirar a humanidade. A resignação, a docilidade e o servilismo, por sua volta, serão sucedidos pela ação, pela inconformidade e pelo domínio - A lamúria do resignado cederá lugar ao grito do forte.

Os próprios símbolos que cercam Zaratustra, a águia e a serpente, antigas metáforas zoológicas do orgulho, da arrogância e da astúcia, contrapõem-se às do cordeiro e do peixe - os favoritos de Cristo - ícones da mansidão, da quietude e da simplicidade. Se Cristo pregou o Sermão da Montanha para os pobres de espírito, Zaratustra lança sua isca para alçar os destemidos. O seu é um *Evangelho dos Fortes*. Sua mensagem não é para todos, é para poucos.

Para analisar o valor da moral ocidental cristã, Nietzsche vai colocar em oposição duas situações em que se encontram os seres humanos: a situação de *senhores* e de *escravos*; um contraste entre ideais e entre modos de existência. Para Nietzsche, a moral é de escravos, e seus valores vão se tecendo como um ideal de convivência. O imaginário social aspira, como ponto ótimo, uma convivência sem conflitos, *em que se pensa poder viver a "felicidade"*. No século XIX, depois de tantos distúrbios sociais, esperava-se viver numa sociedade sem conflitos, na qual

os conflitos desapareceriam e as contradições humanas e sociais, enfim, superadas e, como diz Nietzsche, o rebanho humano poderia viver em paz. Esse ideal de convivência supõe que os indivíduos não entrem mais em conflito;

Se esses indivíduos não entram mais em conflito, é porque não aspiram mais nada, suas vontades estão paralisadas e, por isso mesmo, vivem uma *felicidade definida como repouso*.

Assim, nossa moral vai pregar, no “*tu debes*”, as qualidades que apenas “adocicam” a vida, como o *altruísmo*, a *piedade*, o *desinteresse*, todo um tipo de ser já “esgotados”, e apenas exprimem uma “*vontade anêmica*”. Nietzsche está convencido de que é essa mesma vontade anêmica que está na origem dos desejos de crenças e convicções dos cristãos, uma perpétua necessidade de apoio a uma verdade, uma religião ou uma ideologia partidária.

Por isso, segundo este Filósofo, nossa civilização enaltece a obediência e coloca o comando ao lado da má-consciência, promovendo como figura do ser humano alguém preparado apenas para obedecer; um escravo, um ser domesticado, o “*animal do rebanho*”.

Ao lado da moral e do ideal de convivência, que se pensa ser o único jeito de viver, existiu, segundo Nietzsche, outra moral e outro modo de encarar a existência. É o ‘*universo dos senhores*’, que ele acredita redescobrir, analisando a vida grega antes da ‘*decadência*’ platônica.

Desde a juventude, quando pesquisava a vida grega no mundo homérico, Nietzsche encontrava ali um ideal de convivência exatamente oposto ao atual: uma vida construída a partir de um elogio do conflito, não de sua eliminação.

3. A Realidade Social, Política, Econômica, Religiosa e Cultural em que Viveu Jesus.

Jesus viveu na Palestina, uma pequena faixa de terra com uma área de 20.000 metros quadrados, 240 km de comprimento e com um máximo de 85 km de largura, correspondendo aproximadamente à área do Estado de Sergipe. Esse território tem por limite ao oeste o Mar mediterrâneo e a leste o Rio Jordão.

A Palestina é dividida de alto a baixo por uma cadeia de montanhas, influenciando decisivamente em seu clima: na parte oeste, o vento frio do mar, ao chocar-se com as montanhas, provoca chuvas freqüentes, beneficiando toda a parte costeira. Ao lado leste das montanhas, porém, não recebe o vento do mar e, conseqüentemente,

apresenta clima quente e região mais árida. As terras cultiváveis estão na parte norte, na região da Galiléia e no vale do Rio Jordão. A Região da Judéia é montanhosa e se presta mais como pasto para rebanhos e cultivo de oliveiras.

A cidade de Jerusalém tinha 50.000 habitantes (hoje, 724.000 habitantes – 2006).

As atividades que formam a base da economia no tempo de Jesus são basicamente duas: A agricultura e a pecuária (junto com a pesca) de um lado e o artesanato, de outro.

No judaísmo de então as profissões eram altamente valorizadas. Quem não ensina uma profissão ao filho é como se lhe ensinasse o banditismo... Sabemos, porém, da existência de profissões tidas como desprezíveis; a de tecelão, por exemplo, e muitas outras. As razões desse desprezo são diversas: consideradas como sujas, baseadas notoriamente na fraude, reservadas às mulheres. (Jeremias, 1986, p.10)

A agricultura é desenvolvida principalmente na Galiléia. Cultivam-se trigo, cevada, legumes, hortaliças, frutas (figo e uva), e oliveiras. Das árvores de Jericó, na Judéia, extrai-se bálsamo para perfumes.

A pecuária desenvolve-se principalmente na Judéia: criação de camelos, vacas, ovelhas e cabras.

A pesca é intensa, no Mar Mediterrâneo, no Lago de Genesaré e no Rio Jordão.

A agricultura era a atividade da maior parte da população, formada principalmente por pequenos proprietários. Ao lado deles, existem os grandes (anciãos) que geralmente vivem na cidade, deixando a direção de suas propriedades a cargo de um administrador, e empregando a força de trabalho de diaristas e escravos.

Talvez já no exílio, quer dizer, com a extinção da realeza, os chefes das linhagens e das famílias mais importantes assumiram a chefia do povo, dirigindo, individualmente, a instalação das famílias em Babilônia e governando-as a título de guias e juizes. Após a volta do exílio, esses chefes de família, os “anciãos dos judeus” aparecem como representantes do povo com os quais o governador persa discute e que, unidos ao “governador judeu”, dirigem a reconstrução do templo. (idem, p. 317).

Acontecia que, muitas vezes, os pequenos proprietários, sem recursos, tomavam dinheiro emprestado dos grandes proprietários, hipotecando seus bens.

Isso favorece cada vez mais a acumulação de terras nas mãos de algumas famílias ricas.

Por fim, existiam os camponeses sem terra, que as arrendam e trabalham como meeiros.

O artesanato desenvolve-se nas aldeias e nas cidades, principalmente em Jerusalém. Os ramos principais dessas atividades são: cerâmica, (vasilhames e artigos de luxo), trabalho em couro (sapatos, peles curtidas), trabalho em madeira (carpintaria), fiação e tecelagem, aproveitando a lã de carneiros, abundantes na Judéia.

Naquela época, a forma típica de atividade profissional é o artesanato. Em tal gênero de empreendimento, o produtor, contando com todos os meios necessários, fabrica suas peças e, sem outra forma de transação, vende-as, ele mesmo, aos consumidores, a seus clientes. (idem, p.10-11)

O artesanato de luxo se concentra em Jerusalém, e serve principalmente para serem vendidos como lembranças aos peregrinos. Este trabalho é feito por autônomos estruturados em torno da produção familiar, em que o ofício passava de pai para filho.

As profissões de luxo foram as que mais prosperaram devido à corte herodiana. Convém lembrar, em primeiro lugar, o *artesanato artístico*. Tinha sua sede na cidade alta. Já na época de Pompéia, sabemos da existência de uma peça rara, de ouro, vinda de Jerusalém; vinhedo ou jardim, esse trabalho era chamado *terpolé* (prazer dos olhos), conta o capadócio Estrabão. (idem, p.19)

Há também pequenas unidades artesanais, que reúnem operários. Os trabalhadores do campo e os artesãos formam a mais importante classe trabalhadora da Palestina.

Dentre os artesãos pode-se contar também: padeiros, açougueiros, barbeiros, carregadores de água e escravos que trabalhavam tanto em atividades produtivas, como em outros ofícios.

A circulação de toda a produção dá origem a outro importante grupo de trabalhadores: os comerciantes, que trabalham com compra e venda, mas também muito na base da troca.

Toda a atividade comercial é também controlada por um sistema de impostos. Esta política fiscal faz com que tanto o Estado judaico, como o Estado Romano se tornem monopolizadores da circulação das mercadorias, efetuando vultuosas

arrecadações de impostos, que eram cobrados pelos publicanos. Há também taxas para transportar mercadorias de uma cidade para outra e de um país para outro. Estes impostos e taxas tornaram-se quase insuportáveis para o povo, no tempo de Jesus.

Jesus situa-se profissionalmente como artesão (carpinteiro). Vários de seus discípulos são pescadores e um deles cobrador de impostos.

O aparelho ideológico em Jerusalém exerce forte controle sobre a economia por todo o país. Além de pólo de atração da capital, o Estado é o maior empregador (restauração do templo, construção de palácios, monumentos, aquedutos, muralhas etc.). Nisso tudo, o templo tem papel central, pois nele se dá: a coleta de impostos, através da qual boa parte da produção do país volta para o Estado; comércio para atender as necessidades dos peregrinos e, principalmente para manter o sistema de sacrifícios e ofertas do próprio templo; o tesouro do templo, administrado pelos sacerdotes, é o tesouro do Estado.

Era o templo, portanto, o responsável pela importância do comércio em Jerusalém. Pela concentração do tesouro do templo, cada judeu devia pagar anualmente a sua cota; os judeus do mundo inteiro contribuía para o comércio da Cidade Santa. (idem, 1986, p.84)

Além de toda a centralização econômica, o templo emprega mão-de-obra qualificada, principalmente de artesãos; desta forma, ele se torna grande centro de exploração e dominação do povo.

Mas a exploração e a dominação, tão condenadas por Jesus, não se restringe à economia interna, pois a Palestina é colônia do império Romano. Este também cobra uma série de impostos: o tributo (imposto pessoal e sobre as terras), uma contribuição anual para o sustento dos soldados romanos que ocupam a Palestina, e um imposto sobre a compra e venda de todos os produtos.

No campo político, o poder sobre a Palestina está nas mãos dos romanos, embora estes tivessem um costume de respeitar, de alguma forma, a cultura dos países conquistados e propiciar uma relativa autonomia administrativa. A Judéia e a Samaria são dirigidas por um procurador romano, mas o sumo sacerdote tem o poder de gerir as questões internas, através da lei judaica. Este, porém, é nomeado e destituído pelo procurador romano, tornando este poder interno do povo dominado apenas uma ilusão.

É no templo que o sumo sacerdote governa, assessorado por um Sinédrio com 71 membros, composto de sacerdotes, anciãos e escribas ou doutores da lei. O

Sinédrio é o tribunal Supremo (criminal, político e religioso) e sua influência se estende sobre todos os judeus, mesmo os que vivem fora da Palestina.

A expectativa religiosa prendia-se a Jerusalém; por isso, todos os movimentos messiânicos, muito numerosos na época, voltavam-se para ela. Muita gente ali se estabelecia, a fim de morrer naquele local santo e ser enterrado lá onde se realizam a ressurreição e o juízo final. Acima de tudo, porém, havia o templo. Jerusalém era a *pátria do culto judaico*, lugar da presença divina na terra. Ali vinha para rezar, pois, as orações chegavam mais diretamente aos ouvidos do Senhor. No templo, o não-judeu desejoso de se tornar prosélito³ integrado, vinham oferecer seus sacrifícios; levavam para o julgamento de Deus a *sôtah*. Mulher suspeita de adultério. Ao templo traziam-se as primícias; ali, após cada nascimento, as mães se purificavam pelo sacrifício prescrito e os judeus do mundo inteiro para lá enviavam suas taxas. Cada um, por sua vez, os grupos dos sacerdotes, levitas e israelitas se revezavam; ao templo, três vezes por ano, afluía o judaísmo disperso por todas as nações. (idem, p.108-109)

Em cada cidade existe também pequeno aparato político (conselhos locais), controlado, de início, pelos grandes proprietários de terras e, mais tarde, pelos escribas e doutores da lei. Da mesma forma, nos povoados encontramos um Conselho de anciãos, que se reúne tanto para decidir sobre questões comunitárias, como para casos de litígio ou transgressão da lei, funcionando como tribunal.

Na sociedade do tempo de Jesus podemos distinguir vários grupos, que se diferenciam no modo de se relacionar com a política, economia e religião, e que têm grande importância no quadro social da época.

Os Saduceus: é um grupo formado pelos grandes proprietários de terras (anciãos) e pelos membros da elite sacerdotal. Têm hegemonia nas relações de poder com os demais grupos. Controlam a administração da justiça no Tribunal Supremo (Sinédrio). Embora não se relacionem diretamente com o povo, são intransigentes em relação a ele e vivem preocupados com a ordem pública. Foram os principais responsáveis pela condenação à morte de Jesus. Os Saduceus são os maiores colaboradores do império romano, e exercem uma política de conciliação, com a finalidade de preservar seus cargos e privilégios. Por isso, foram os mais odiados pela ala nacionalista do judaísmo. Religiosamente são conservadores: aceitam apenas a lei escrita e rejeitam as novas concepções definidas pelos doutores da lei e fariseus. (crença nos anjos, demônios, messianismo e ressurreição). O grande debate desse grupo, com Jesus, foi sobre a ressurreição.

³ Prosélito é um pagão que se converteu ao judaísmo (explicação nossa)

Os *Doutores da Lei (escribas)* conquistam grande prestígio na sociedade de seu tempo. O grande poder desse grupo reside em seu saber. *Paralelamente à antiga classe superior constituída pela nobreza hereditária do clero e do laicato, formou-se, nos últimos séculos antes de nosso era, uma nova classe superior: a dos escribas.* (idem, p. 317). São os intérpretes absolutos das escrituras e, por isso, são também especialistas em direito, administração e educação. A influência deles é exercida de maneira especial no Sinédrio, na Sinagoga e na escola. No Sinédrio eles se apresentam como juristas para a aplicação da lei em assuntos governamentais e em questões judiciais. Na Sinagoga eles são os grandes intérpretes das escrituras, criando a tradição através da releitura, explicação e aplicação da lei para os novos tempos. Abrem escolas e fazem novos discípulos. Embora não pertençam economicamente à classe mais rica, os doutores da lei gozam de uma posição estratégica única. Podem monopolizar a interpretação das escrituras e são, na prática, os guias espirituais do povo, determinando até mesmo as regras que dirigem o culto. Usam a estratégia de nunca ensinar tudo o que sabem e escondem ao máximo a maneira de como chegam a determinadas conclusões. Após a destruição de Jerusalém e do templo, foram os escribas e os fariseus que deram uma nova forma à religião judaica, tornando-a eminentemente uma religião da palavra.

Os *Fariseus* são os dirigentes do povo, embora mantenham distância daquelas pessoas mais pobres e simples que não conhecem a lei. São nacionalistas e hostis ao império romano. É um grupo formado por pessoas vindas de todas as camadas da sociedade, principalmente dentre os artesãos e pequenos comerciantes. A maioria do clero pobre, que se opõe à elite sacerdotal, também começa a pertencer a esse grupo. No campo religioso, os fariseus se caracterizam pelo rigoroso cumprimento da lei em todos os campos e situações da vida diária. São conservadores zelosos e também criadores de novas tradições, através da interpretação da lei para o momento histórico em que vivem.

Sociologicamente não se deve situar os fariseus na classe superior. Fariseu significa: “os separados”, quer dizer, os santos, a verdadeira comunidade de Israel... Eram eles, na maioria, pessoas do povo, sem formação de escriba. Todavia, mantinham elos estreitos com os escribas a ponto de não os podermos separar, tanto mais que a ascensão dos escribas marcou, ao mesmo tempo, sua própria ascensão... Com efeito, os fariseus não são simplesmente pessoas que vivem segundo os mandamentos religiosos dos escribas fariseus ou segundo as prescrições sobre o dízimo e a pureza; são membros de associações religiosas que visam essa meta. (idem, p. 334).

A maior expressão do farisaísmo é a criação da sinagoga, opondo-se ao templo, dominado pelos saduceus. Desse modo a sinagoga, com a leitura, interpretação dos textos bíblicos e oração, torna-se expressão religiosa oposta ao sistema cultural e sacrificial do templo. Os fariseus acreditam na predestinação, na ressurreição e no messianismo. Esperam um messias político-espiritual, cuja função será precipitar o fim dos tempos e a liberdade de Israel. Esse messias, para eles, será alguém da descendência de Davi. E, para os fariseus, a estrita observância da lei, a oração e o jejum provocarão a vinda do messias. Os fariseus e os doutores da lei simpatizam-se, a ponto de muitos doutores da lei serem também fariseus.

Os *Zelotas* formam um grupo a partir dos fariseus e são provenientes de pequenos camponeses e das camadas mais pobres da sociedade, massacrados por um sistema fiscal impiedoso. São muito religiosos e nacionalistas. Desejam expulsar os dominadores de seu país (os romanos) e são contrários ao governo de Herodes na Galiléia. Querem restaurar um Estado no qual Deus é o único rei, representado por um descendente de Davi (messianismo). Querem restabelecer a situação política do passado. Enquanto os fariseus se mantêm numa atitude de resistência passiva, os zelotas partem para a luta armada. Por isso, as autoridades os consideram criminosos e terroristas, e são perseguidos pelo poder romano. Entre os apóstolos de Jesus dois eram zelotas: Simão e Judas Iscariotes (Mc. 3,19). Simão Pedro parece adotar certos métodos dos zelotas. O radicalismo dos zelotas provinha do desejo de expulsar os dominadores romanos, através de uma luta armada. Eles estavam convencidos de que a aceitação de uma dominação estrangeira e o pagamento de impostos a um soberano estrangeiro era uma blasfêmia contra Deus.

Embora sendo uma minoria, os zelotas formavam um grupo muito ativo. Atacavam e matavam estrangeiros e também judeus suspeitos de colaborar com os romanos. Um grupo deles chegou a organizar uma espécie de guerrilha urbana: usavam um punhal que sempre traziam escondido sob o manto e, por isso, eram chamados de 'sicários' (apunhaladores). (Storniolo, 1986, p. 168).

Os *Herodianos* (partidários de Herodes) são funcionários da corte de Herodes. Embora não formem um grupo social, são uma amostra concreta da dependência dos Judeus aos romanos. Conservadores por excelência, têm o poder civil da Galiléia nas mãos. Fortes opositores dos zelotas, eles vivem preocupados

em capturar agitadores políticos na Galiléia. São os responsáveis pela morte de João Batista.

Os *Essênios* se tornaram mais conhecidos a partir da descoberta de documentos em grutas perto do mar Morto, em 1947. O grupo é resultado da fusão entre sacerdotes dissidentes do clero de Jerusalém e de leigos exilados. Na época de Jesus, eles vivem em comunidade, levando um estilo de vida bastante rigoroso, caracterizado pelo sacerdócio e hierarquia, legalismo, espiritualidade apocalíptica e a pretensão de ser o verdadeiro povo de Deus. E muitos pontos assemelham-se aos fariseus, mas vivem em ruptura radical com o judaísmo oficial. Deixaram Jerusalém e passaram a viver em regiões de grutas, no regime de vida monástica. Levam a vida em comum, na qual os bens são divididos entre todos. Há obrigação de trabalhar com as próprias mãos e o comércio é proibido, assim como qualquer espécie de derramamento de sangue, mesmo para oferecer sacrifícios nos cultos. A organização da comunidade lembra muito a forma de vida que mais tarde iriam levar as ordens religiosas cristãs: condições severas para a admissão, tempo de noviciado, governo hierárquico, disciplina severa, rituais de purificação, ceias sagradas, realizadas de forma comunitária, entre outras. Esperam a vinda de um messias que seria o 'Mestre da Justiça', que organizará a guerra santa para exterminar os ímpios e estabelecer o reino eterno dos justos.

Os *Samaritanos* não pertencem ao judaísmo propriamente dito.

Descendo o último grau, chegamos aos samaritanos. Durante o período pós-bíblico, a *atitude dos judeus* para com seus vizinhos, os samaritanos, povo judeu-pagão mesclado, passou por fortes variações e por vezes mostrou-se nada comedida. Os antigos enunciados sobre o assunto não os observaram, resultando deles uma imagem falsa. Desde o momento em que os samaritanos separaram-se da comunidade judaica e construíram seu templo sobre o Garizim... sérias tensões surgiram entre judeus e samaritanos. (Jeremias, p. 464).

Mais que os judeus, observam escrupulosamente as prescrições do Pentateuco⁴, mas não aceitam os demais livros do Antigo Testamento, nem freqüentam o templo de Jerusalém. Para eles, o único lugar de legítimo culto é o Monte Garizim, que fica perto de Siquém, na Samaria. Esperam o messias chamado 'Taeb' ou 'Aquele que Vem'. No entanto, esse messias não é descendente de Davi, e sim um novo Moisés, que vai revelar a verdade e colocar tudo em ordem, no final

⁴ São os cinco primeiros livros do Antigo Testamento: o Gênesis, o Êxodo, o Levítico, Números e o Deuteronômio.

dos tempos. Os samaritanos são considerados pelos judeus como uma raça impura, por serem descendentes de uma população misturada com estrangeiros.

3.1 O Templo e a Sinagoga

O *Templo* ocupa o lugar central. É nele que todos os judeus deveriam se reunir para prestar culto a Deus. Para eles, o Deus único habita no templo. Esse Deus é considerado também puro, separado, perfeito, em contraposição aos seres humanos e as coisas que são profanos, impuros, banais e imperfeitos.

A única forma de se purificar é aproximar-se de Deus. O ser humano se torna mais puro, quanto mais perto estiver de Deus; quanto mais distante, mais impuro. Dessa realidade, como consequência, os sacerdotes passam a exercer grande poder sobre as pessoas, na sociedade judaica, por serem eles considerados as pessoas mais próximas de Deus, cabendo a eles decidir o que é puro e impuro e também o que fazer para se purificar. Essa autoridade sobre o povo acaba reforçando o Templo, que se torna, não só o centro religioso, mas também o centro econômico e político. É por isso que no tempo de Jesus o Templo possui imensas riquezas (o tesouro) e toda a cúpula governamental age a partir daí (o Sinédrio). Desse modo, a casa de oração e as ofertas a Deus se tornam um imenso banco e lugar de poder político. Em outras palavras, a religião se torna instrumento de exploração e opressão das camadas mais pobres da população.

A *Sinagoga* é o centro religioso do cotidiano, enquanto o templo é o lugar do culto e o povo o frequenta principalmente nas ocasiões das grandes festas. Desta forma, existem sinagogas até mesmo nos pequenos povoados. Ela é o lugar onde as pessoas se reúnem para a oração, para ouvir a palavra de Deus e para a pregação. Qualquer israelita adulto pode fazer a leitura do texto bíblico na sinagoga, e pode escolher o texto que quiser. Depois da leitura, também qualquer adulto pode fazer a pregação, explicando o texto e relacionando-o com outros textos. Em geral, exalta-se a Deus e procura-se dar uma formação para a fé do povo, convidando-o a viver segundo a lei. A sinagoga pertence à comunidade local. Nos povoados menores, ela serve também como escola para jovens e crianças. Nos centros maiores, constroem-se salas de aula ao lado da sala de reunião. Em Jerusalém, algumas sinagogas tinham até hospedarias e instalações sanitárias para os peregrinos.

3.2 A Riqueza e a Pobreza na Sociedade de Jesus

3.2.1 Os ricos

A classe rica de Jerusalém ostentava muito luxo nas casas, nos trajés, na posse de criados. Faziam questão também de mostrar suas riquezas nos sacrifícios oferecidos no templo, nos presentes ao templo, nos monumentos funerários, etc. Conta-se que algumas pessoas muito ricas de Jerusalém amarravam com cordões de ouro seus ramos, para a cerimônia da festa das tendas. Os moradores naturais de Jerusalém e ricos tinham suas casas de campo. Os banquetes dos ricos eram também uma grande amostra da suntuosidade dessas pessoas, pela qualidade dos alimentos, pelo número de convidados e pelo tratamento dispensado aos convivas. Era costume contratar um cozinheiro por um salário elevado; se não se saísse bem devia receber uma penitência proporcional ao prestígio do dono da casa e de seus convidados, para reparar o vexame causado. O vinho era bebido em copos de cristal. Havia muita dança nas festas. A pessoa convidada esperava que lhe fosse revelado o nome dos demais convivas e que, independentemente do primeiro convite, algum emissário a chamasse no próprio dia do banquete. O convidado dobrava as largas mangas de suas vestes para não ser incomodado ao comer. Um véu suspenso do lado de fora da casa indicava às pessoas que ainda seriam acolhidas. Esse véu era retirado após ser servida a terceira entrada. Havia um costume entre os ricos de Jerusalém de convidar, para a ceia pascal, os pobres de rua. Em certas ocasiões da vida política a população era convidada para a refeição.

Nesses meios, os jovens recebiam grandes quantias por dote. No contrato de casamento de Miriam, por exemplo, filha de Nicodemos (Naqdemon ben Gorion) constava um milhão de denários de ouro, aos quais o sogro acrescentou algo mais. Assim sendo, as pretensões dessas jovens senhoras eram consideráveis. Tinham o direito a gastar um décimo de seu dote unicamente para seus caprichos e luxo: perfumes, vestuários, enfeites, dentes postiços reforçados por fios de ouro e prata, etc... Considerava-se o mundo das grandes damas de Jerusalém como um mundo cercado de mimos e cuidados. (idem, p. 137 -138).

Jerusalém atraía o capital nacional do país: altos negociantes, grandes proprietários de imóveis, arrendatários de impostos e pessoas que viviam de rendas. São encontrados alguns representantes dessa classe no sinédrio. O conselheiro Nicodemos, por exemplo, relatado no Evangelho de João, era rico; conta a tradição

que ele levou ao túmulo de Jesus, para ungi-lo, 100 libras romanas de mirra e aloés. A literatura rabínica menciona Jerosolimitanos (moradores de Jerusalém) como altos comerciantes de trigo, vinho, óleo e lenha, fazendo parte do Sinédrio.

A nobreza sacerdotal como Anás e Caifás, que fizeram parte do processo que condenou Jesus, pertencia à classe dos ricos. Segundo a tradição, reinava grande luxo nas residências das famílias sacerdotais.

Eis o que se conta de Marta, pertencente à família dos Boetos. No dia das expiações, todos deviam ir ao templo a pé. Ora, quando Marta desejava ver o marido Yoshua ben Gamaliel officiar nessa festa, fazia estender um tapete entre sua casa e a porta do santuário... Falava-se também das despesas feitas pelas mães dos sumos sacerdotes para o dia das expiações... Observemos de início, que os bens da nobreza sacerdotal são fabulosos... Convém também lembrar que essa nobreza parece interessar-se sobremaneira pelo tesouro do templo, colocando seus descendentes nos postos de tesoureiros do santuário... Encontramos ainda forte nepotismo nas nomeações para os postos mais lucrativos e mais influentes dos funcionários do templo, como os de tesoureiros e de comandantes do templo. (idem, p. 140, 141,142).

Conclui-se com facilidade que essa nobreza sacerdotal tirava do tesouro do templo quantias regulares, além das rendas particulares que possuíam, pois a tradição conta que parte significativa dessas famílias era proprietária de muitos imóveis.

3.2.2 A Classe Média

Logo abaixo da classe rica, estava o pequeno comerciante que explora com sua loja num dos mercados. Além desse, temos os artesãos donos das oficinas, alfaiates, funcionários e operários do templo, fabricantes de perfumes, hoteleiros, pequenos proprietários rurais, funcionários do Estado, membros do baixo clero, cobradores de impostos, os mestres escribas e fariseus, entre outros.

A vinda dos peregrinos constituía importante fonte de renda para o comércio de gêneros alimentícios e para as profissões responsáveis pelo reabastecimento.

As despesas extras feitas pelos peregrinos com alimentação eram ainda maiores do que essas despesas exigidas pelos deveres religiosos. Com palavras entusiásticas, Filon enaltece os dias de festa na cidade santa: no meio de uma existência agitada, são momentos de trégua que permitem às pessoas libertarem-se de qualquer preocupação e distenderem-se um pouco. Mas, para que o prazer fosse completo, eram precisas fartas refeições... abundantemente regadas de bom vinho . “Banqueteavam-se durante sete dias e não recuavam diante das maiores despesas”;... Convém acrescentar que essa espécie de luxo era não só justificada, mas obrigatória. Trata-se daquele dever... de gastar em Jerusalém todo o

dinheiro do segundo dízimo; de acordo com a lei (Dt. 14,26) devia-se comprar, com tal importância, gado, bebida fermentada e tudo quanto desejasse. (Idem, p. 147)

Dava-se grande importância à carne nas festas. Dizia-se que não havia alegria sem carne.

As demais profissões da cidade eram favorecidas por toda a espécie de comércio. Por exemplo, costumava-se, nessas épocas de festa, dar grande prazer às mulheres, oferecendo vestidos multicoloridos ou de linho branco, entre outros tantos presentes.

Além de todos os gastos da festa, os peregrinos levavam para casa muitas recordações. Portanto, essa classe tinha suas maiores oportunidades na medida em que estava ligada ao templo e aos peregrinos.

Jerusalém era uma cidade movimentada não só nas festas. Por ali, passavam pessoas provenientes de todos os lugares, durante o ano inteiro, o que fazia o pequeno e médio comércio e com ele a indústria e outros serviços funcionar de forma permanente e garantir a presença de uma significativa classe média.

Entre os membros da classe média, podemos mencionar os sacerdotes comuns. Eram pessoas abastadas e cultas. Muitos deles exerciam também a função de escribas. O próprio Estado cobrava taxas significativas do povo para o sustento dos sacerdotes.

3.2.3 Os Pobres e Marginalizados

Havia intenso comércio de escravos, no tempo de Jesus. Eles não representavam mão de obra significativa na área rural; eram utilizados mais nas cidades, como domésticos. Os diaristas eram mais numerosos que os escravos. É diarista aquele homem alugado por um rico para desenvolver determinados serviços. Os diaristas ganhavam, em média, um denário, com refeição. O pobre vivia a caçar pombos, o que poderia lhe render diariamente, em média, 1/4 de denário, o que era um ganho muito pequeno. Era mais catastrófica a situação do diarista, quando não encontrava trabalho.

A alta percentagem da população que vivia principal ou totalmente de auxílios constitui uma característica de Jerusalém... Na verdade, Jerusalém já no tempo de Jesus, apresentava-se como um centro de mendicância. A distribuição de esmolas era considerada particularmente meritória se feita na cidade santa, que mantinha essa mendicância. Não é de admirar que já então houvesse pessoas que simulavam cegueira, fingiam-se de surdas,

estropiadas, hidrópicas, coxas etc... A entrada da cidade santa era-lhes proibida; para protegerem-se das intempéries, sentavam-se sob as portas, consideradas como ainda não fazendo parte da cidade propriamente dita. (idem, p. 159 e 166).

A mendicância concentrava-se principalmente em torno dos lugares santos, ou seja, em torno do templo. Eles não tinham acesso a todos os lugares do templo. Os estropiados podiam penetrar no adro interior, mas somente sob certas condições. Os aleijados, em condições de mover-se por si mesmos com uma muleta, tinham abertamente o direito de entrar na parte do santuário proibido aos pagãos; em contrapartida, não podiam fazer o mesmo aqueles que não podiam mover-se sozinhos. O coxo que não conseguia andar por si mesmo, mencionado nos Atos dos Apóstolos (3,2), pode ser um exemplo disso. Ele fica na 'Porta Formosa', a porta que liga o átrio dos israelitas ao átrio das mulheres. É no pátio dos pagãos que encontramos os cegos e aleijados, como aqueles que se encontram com Jesus e lhe pedem a cura.

Havia, porém, muitos mendigos fora desse local; eles estão, por exemplo, nas portas externas da esplanada do templo; ali vivem muitos deles, desde a infância. Há vários outros também na condição de enfermos, cegos, coxos e paráliticos, presentes na piscina de Bezata.

Havia também os revolucionários; eram alguns ardorosos patriotas e outros cheios de ardor religioso, mas muitos eram escravos, pessoas sem destino, os mais pobres do povo, ou seja, aqueles que nada tinham a perder. Os Zelotas empreenderam esse movimento com o intuito de libertar o povo judeu da dominação romana. No ano 66 d.C., eles incendiaram os arquivos de Jerusalém para destruir as provas de dívidas que ali estavam guardadas. Enfim, Jerusalém, a chamada cidade santa, abrigava as pessoas que viviam no mais alto luxo e aquelas mergulhadas na pobreza, marginalidade e discriminação, por parte dos grupos dominantes.

3.3 A Posição Sócio- Religiosa de Jesus de Nazaré

Não é possível comparar as relações de Jesus e de seus discípulos, com o relacionamento rabínico da época, que acontecia entre mestre e discípulo. Os estudos mais recentes da Sociologia da Religião classificam Jesus de Nazaré como um mestre "marginal", religioso e profeta, guiado por uma nova experiência de Deus,

que tomou posse de todo o seu ser. Por isso, o que mais impressionava as pessoas é que Jesus era o que falava. O objetivo de sua ação não era a estabilização das idéias sócio-religiosas tradicionais ou situações dominantes, mas a conversão de Israel ao Deus que, segundo Jesus, volta-se para o ser humano de maneira nova, de forma inaudita. Sua proposta, segundo São Mateus, provoca uma transformação radical da pessoa em sua consciência de ser no mundo. Isso corresponde ao radical questionamento das pretensas seguranças apoiadas na tradição e no poder.

Com a força da mensagem de seu parente João Batista, Jesus assume um novo estilo de vida: abandonou a profissão paterna e tornou-se autônomo em relação à sua família e demais parentes. Entra, então, na anormalidade. Prega ao povo sua própria mensagem, que dizia ter ouvido de Deus, seu pai. Passa a levar uma vida sem pátria, acolhendo a todos, sem qualquer espécie de discriminação.

Sua atividade é acompanhada com suspeita pelo poder religioso e político, conforme relata o Evangelho de Marcos: *Logo depois, os fariseus saíram da sinagoga e, juntos com alguns do partido de Herodes, faziam um plano para matar Jesus.* (Mc. 3,6). O relato de Lucas mostra a posição segura e determinada de Jesus, em relação a seus adversários:

Nesse momento, alguns fariseus se aproximaram, e disseram a Jesus: "deves ir embora daqui, porque Herodes quer te matar". Jesus disse: "vão dizer àquela raposa: eu expulso demônios, e faço curas hoje e amanhã; e no terceiro dia terminarei meu trabalho. Entretanto preciso caminhar hoje, amanhã e depois de amanhã, porque não convém que um profeta morra fora de Jerusalém". (Lc. 13, 31-33)

Como o Batista, também Jesus será processado pelas autoridades políticas, porque através dele, viam ameaças às condições político-religiosas dominantes. Jesus vai se tornando 'um perigo político' para a classe dominante.

Usando categorias da Sociologia de Max Weber, a atividade de Jesus pode ser entendida como uma *irrupção carismática*, na qual se enquadram, de forma adequada, tanto a marginalidade de Jesus como força de sua mensagem, que age de forma revolucionária e subverte toda a ordem estabelecida, rompendo com todas as normas tradicionais e racionais.

Weber vê em tais irrupções o *poder revolucionário* especificamente criador da história.

3.3.1 A Proposta de Jesus de Nazaré

Segundo Jesus de Nazaré, o Reino de Deus já começou. Neste mundo as condições da construção desse reino não podem ser estabelecidas nem por uma intervenção totalitária, nem por uma 'visionária retirada' para uma 'comunidade pura'. Tudo está junto como o joio e o trigo. É o senhor da messe e não os discípulos que farão a separação: *Deixem crescer um e outro até a colheita. E no tempo da colheita direi aos ceifadores: arranquem primeiro o joio, e o amarrem em feixes para ser queimado. Depois, recolham o trigo no meu celeiro!* (Mt. 13, 30)

Portanto, a ação de Jesus não vai acontecer em um lugar sem conflitos e desafios, mas dentro da história, assim como ela se apresenta.

Segundo Jesus, os poderes do mal estão definitivamente derrotados, porque Deus começa a recuperar sua criação até então dominada pelo mal. É dentro da história humana que esta transformação acontece. *Os fariseus perguntaram a Jesus sobre o momento em que chegaria o reino de Deus. Jesus respondeu: "O reino de Deus não vem ostensivamente; nem se poderá dizer: 'está aqui' ou 'está ali', porque o Reino de Deus está no meio de vocês".* (Lc. 17, 20-21).

Jesus deixa claro também que suas atividades não estão ligadas ao Zelotas, para libertar Israel através de uma guerra santa, nem estão vinculadas ao nacionalismo de Israel ou ao templo, e nem mesmo aos atos de culto ou ao rigoroso cumprimento da lei.

A mensagem de Jesus é dirigida a todos, mas de forma especial aos mais marginalizados da sociedade que eram: os doentes, especialmente 'os impuros', os leprosos e os 'possessos de espíritos maus', as mulheres inferiorizadas, as crianças, os cobradores de impostos, os pecadores e os desprezados pela religião. Portanto, Jesus tem por alvo principal de sua mensagem os pobres, vítimas do poder político-econômico e os pecadores, discriminados pelo poder religioso dominante. Por isso, ele é chamado de glutão e beberrão: *Veio João que não come nem bebe e disseram: 'Ele está com um demônio'. Veio o Filho do Homem, que come e bebe, e dizem: 'Ele é um comilão e um beberrão, amigo dos cobradores de impostos e dos pecadores'.* (Mt. 11-18-19).

Em várias oportunidades, Jesus quebra os tabus de caráter sócio-religioso, considerados sagrados e intocáveis pelos judeus. Por exemplo, ele cura da mulher que sofria fluxo de sangue, mantendo, assim, estreito relacionamento com os

'impuros'. Ao deixar-se tocar pela mulher, segundo a tradição, Jesus torna-se também impuro; ele quebra esse tabu:

Neste momento, chegou uma mulher que fazia doze anos vinha sofrendo de hemorragia. Ela foi por trás e tocou a barra da roupa de Jesus, porque pensava: 'Ainda que eu toque só na roupa dele, ficarei curada'. Jesus virou-se, e, ao vê-la disse: 'Coragem, filha! Sua fé curou você'. E desde esse momento, a mulher ficou curada. (Mt. 9, 9,20-22).

Jesus apresenta um Deus bondoso, rico em misericórdia, sempre pronto a perdoar, sem prévios atos de penitência. É o Jesus da parábola da vinha. Assim, entra em conflito uma religiosidade e uma moral com base nas obras ou num sistema de trocas, ou seja, Jesus vai além de uma 'religiosidade comercial', inaugurando uma forma gratuita de relacionamento com Deus:

De fato, o Reino do Céu é como um patrão que saiu de madrugada para contratar trabalhadores para a sua vinha. Combinou com os trabalhadores uma moeda de prata por dia, e os mandou para a vinha. Às nove horas da manhã, o patrão saiu de novo. Viu outros que estavam desocupados na praça, e lhes disse: 'Vão vocês também para a minha vinha. Eu pagarei o que for justo'. E eles foram. O patrão saiu de novo ao meio dia e às três horas da tarde e fez a mesma coisa. Saindo outra vez pelas cinco horas tarde, encontrou outros que estavam na praça e lhes disse: 'Por que vocês estão aí o dia inteiro desocupados?' Eles responderam: 'Porque ninguém nos contratou'. O patrão lhe disse: 'vão vocês também para a minha vinha'. Quando chegou a tarde, o patrão disse ao administrador: 'Chame os trabalhadores e pague uma diária a todos. Comece pelos últimos e termine pelos primeiros'. Chegaram aqueles que tinham sido contratados pelas cinco da tarde, e cada um recebeu uma moeda de prata. Em seguida, chegaram os que tinham sido contratados primeiro, e pensavam que iam receber mais. No entanto, cada um deles recebeu também uma moeda de prata. Ao receberem o pagamento, começaram a resmungar contra o patrão: 'Esses últimos trabalharam uma hora só, e tu os igualaste a nós, que suportamos o cansaço e o calor o dia inteiro!'. E o patrão disse a um deles: 'Amigo, eu não fui injusto com você. Não combinamos uma moeda de prata? Tome o que é seu e volte para sua casa. Eu quero dar também a esse, que foi contratado por último, o mesmo que dei a você. Por acaso não tenho direito de fazer o que eu quero com aquilo que me pertence? Ou você está com ciúme porque estou sendo generoso?'. Assim os últimos serão os primeiros e os primeiros serão os últimos. (Mt. 20, 1-16).

Desta forma, a lógica de Jesus é outra. Em seu Reino não devem existir marginalizados. Todos têm o mesmo direito de participar da bondade e da misericórdia de Deus. No Reino de Jesus não há lugar para ciúmes e o que conta é a necessidade das pessoas. Aqueles que julgam ser mais merecedores que outros devem aprender que o Reino de Deus, segundo Jesus, é dom gratuito.

Pois, ao sentir-se assim aceito por Deus é-lhe possível aceitar-se a si mesmo e sua culpa sem medo. Só assim se lhe abre a oportunidade de uma restauração criativa de sua vida... O fariseu que, com a ajuda das suas 'boas obras' reprime o seu lado negativo, omite a verdade da sua vida e conseqüentemente perde também a sua justificação perante Deus. Por esta 'mentira da vida' torna-se hipócrita no sentido existencial. (Hoffmann, 1998, p. 22-23).

Jesus mostra que o tratamento dado a Deus não precisa estar carregado de reverência, temor e tremor, mas como os filhos e as filhas tratam despreocupadamente seus pais na convivência e linguagem do dia-a-dia, sem subordinação ou infantilismo, mas com aquela experiência primordial, acolhedora, plena da força paternal e da ternura materna.

Portanto, Jesus apresenta um Deus que oferece ao ser humano possibilidades de reconciliação consigo mesmo e com os demais seres humanos. A história do Filho Pródigo deixa claro que há sempre oportunidade para o ser humano reencontrar-se. O fracasso e o erro nem são lembrados pelo pai, nesta parábola, porque, o que interessa para ele é ver o filho com vida e recuperado.

Jesus continuou: 'Um homem tinha dois filhos. O filho mais novo disse ao Pai: 'Pai me dá a parte da herança que me cabe'... Poucos dias depois, o filho mais novo juntou o que era seu e partiu para um lugar distante. E aí esbanjou tudo numa vida desenfreada. Quando já tinha gastado tudo o que possuía, houve uma grande fome nessa região, e ele começou a passar necessidade... O rapaz queria matar a fome com a lavagem que os porcos comiam, mas nem isso lhe davam. Então, caindo em si disse: 'Quantos empregados do meu pai têm fartura e eu aqui morrendo de fome... Vou me levantar e vou encontrar meu pai... Então levantou-se e foi ao encontro do pai. Quando ainda estava longe, o pai o avistou e teve compaixão. Saiu correndo, o abraçou e o cobriu de beijos. Então o filho disse: 'Pai pequei contra Deus e contra ti; já não mereço que me chamem teu filho'. Mas o pai disse aos empregados: 'Depressa, tragam a melhor túnica para vestir meu filho. E coloquem um anel em seu dedo e sandálias nos pés. Peguem um novilho gordo e o matem. Vamos fazer um banquete, porque este meu filho estava morto e tornou a viver; estava perdido e foi encontrado'. (Lc. 15,11-25)

A mensagem de Jesus causava impacto nas pessoas, pois, seus princípios básicos eram diferentes de todos os conteúdos religiosos que circulavam na época, em todo o império romano e fora dele. Não é mais a 'lei divina', 'o templo' ou o 'culto' que ocupam o lugar central, mas a pessoa humana. Em qualquer situação, Jesus coloca o ser humano acima da lei vigente, por mais sagrada que ela possa parecer e proclama que a lei foi feita para o ser humano e não contrário. O impacto dessa

mensagem torna-se imenso, numa sociedade judaica que colocava a lei e as tradições acima de qualquer circunstância.

Enquanto Jesus ia quebrando as estruturas de sua sociedade, os líderes buscavam uma forma de eliminá-lo, pois ele estava se tornando 'perigoso demais' para eles; só não eliminaram Jesus imediatamente porque tinham medo do povo, pois este estava maravilhado com essa nova proposta de vida.

Assim, Jesus relativizava, por exemplo, o sagrado mandamento do sábado:

Num dia de sábado Jesus estava passando por uns campos de trigo. Os discípulos iam abrindo caminho e arrancando as espigas. Então os fariseus perguntaram a Jesus: 'Vê: Por que os teus discípulos estão fazendo o que não é permitido no dia de sábado?' Jesus perguntou aos fariseus: 'Vocês nunca leram o que Davi e seus companheiros fizeram quando estavam passando necessidade e sentindo fome? Davi entrou na casa de Deus, no tempo em que Abiatar era sumo sacerdote, comeu dos pães oferecidos a Deus e os deu também aos seus companheiros. No entanto, só os sacerdotes podem comer desses pães'. E Jesus acrescentou: 'O sábado foi feito para servir o homem e não o homem para servir o sábado. Portanto, o Filho do Homem é senhor também do sábado'. (Mc. 2,23-28)

São inúmeras as ocasiões e situações narradas pelos Evangelhos nas quais Jesus vai quebrando as regras mais sagradas dos Judeus, desde que estas venham prejudicar a vida do ser humano. Jesus, em todas as suas mensagens, mostra-se sempre centrado no ser humano e diz categoricamente que esta é a razão pela qual ele veio ao mundo. O culto e o templo perderam seu sentido como lugares privilegiados da presença de Deus. Para Jesus não há mais distinção entre puro e impuro, profano e sagrado. Pode-se dizer com Kant que, com Jesus ocorreu a “a virada de Copérnico” ou “revolução copernicana” na interpretação religiosa do mundo. Jesus apresenta uma nova e radical forma de se ver e viver a lei de Deus, conferindo ao ser humano uma autonomia tal, que o liberta das amarras dos mandamentos, leis e rituais. Ele vai mais longe: os evangelhos mostram que Jesus confere ao ser humano o título de 'senhor do sábado' e 'senhor da lei'. Estabelece um novo paradigma para as relações dos seres humanos entre si, substituindo a velha idéia de clã, pelo princípio de uma reciprocidade incondicional: *Se **amais** só aqueles que voa **amam**, se saudais só os vossos compatriotas, qual é o vosso mérito? Não fazem isso também os cobradores de impostos e os pagãos?* (Mt. 5, 46).

A parábola do bom samaritano ilustra bem qual deve ser o conceito de 'próximo':

Mas o especialista em leis, querendo justificar disse a Jesus: 'E quem é o meu próximo? Jesus respondeu: 'Um homem ia descendo de Jerusalém para Jericó e caiu nas mãos de assaltantes, que lhe arrancaram tudo e o espancaram. Depois, foram embora e o deixaram quase morto. Por acaso, um sacerdote estava descendo por aquele caminho; quando viu o homem, passou adiante, pelo outro lado. O mesmo aconteceu com um levita: chegou ao lugar, viu e passou adiante pelo outro lado. Mas, um samaritano que estava viajando, chegou perto dele, viu, e teve compaixão. Aproximou-se dele e fez curativos, derramando óleo e vinho nas feridas. Depois, colocou o homem em seu próprio animal e o levou a uma pensão, onde cuidou dele. No dia seguinte, pegou duas moedas de prata e as entregou ao dono da pensão, recomendando: 'Tome conta dele. Quando eu voltar, vou pagar o que ele tiver gasto a mais'. E Jesus perguntou: 'Na sua opinião, qual dos três foi o próximo do homem que caiu nas mãos dos assaltantes'? O especialista em leis respondeu: 'Aquele que praticou misericórdia para com ele'. Então Jesus lhe disse: 'Vá e faça a mesma coisa'. (Mt. 10, 29-37)

Jesus coloca a posição dos personagens de forma muito significativa e revolucionária nesta parábola: o sacerdote e o levita são representantes da religião e a pessoa assaltada, um compatriota deles. Samaritanos e judeus eram inimigos. Mas, foi um samaritano que prestou socorro, porque, para Jesus, o critério de ser próximo do outro não é mais delimitado pela cultura, religião, nacionalidade ou qualquer outro, mas pela necessidade. Basta que seja um ser humano. O próximo é aquele que se encontra no caminho. Não há mais fronteiras para a prática da solidariedade humana. Assim ele descarta qualquer idéia de clã.

Enfim, a proposta de Jesus leva à construção de um novo mundo, no qual será colocada em prática uma proposta diferente daquela contida no Príncipe de Maquiavel, segundo a qual é necessário ser mau para sobreviver.

3.3.2 Jesus de Nazaré: um Protagonista ou um Fraco?

O Evangelho de Lucas narra um fato inusitado sobre a vida de Jesus, que, à primeira vista, parece um ato de desobediência aos seus pais. No entanto, pode-se concluir que, desde cedo, Jesus já era uma pessoa determinada e autônoma. Tinha consciência clara de sua missão. As primeiras palavras de Jesus narradas pelos evangelhos acontecem durante um ato protagonista sem igual, praticado por Jesus:

Os pais de Jesus iam todos os anos a Jerusalém, para a festa da Páscoa. Quando o menino completou doze anos, subiram para a festa, como de costume. Passados os dias da Páscoa, voltaram, mas o menino Jesus ficou em Jerusalém, sem que seus pais o notassem. Pensando que o

menino estivesse na caravana, caminharam o dia inteiro. Depois começaram a procurá-lo entre parentes e conhecidos. Não o tendo encontrado, voltaram a Jerusalém à procura dele. Três dias depois, encontraram o menino no templo. Estava sentado no meio dos doutores, escutando e fazendo perguntas. Todos os que ouviam o menino estavam maravilhados com a inteligência de suas respostas. Ao vê-lo, seus pais ficaram emocionados. Sua mãe lhe disse: “Meu filho, por que você fez isso conosco? Olhe que seu pai e eu estávamos angustiados, à sua procura”. Jesus respondeu: “Por que me procuravam? Não sabiam que eu devo estar na casa de meu Pai?” Mas eles não compreenderam o que o menino acabava de lhes dizer. (Lc. 2, 41-50)

Max Weber vê a intervenção histórica de Jesus como uma *irrupção carismática* acompanhada de grande *poder revolucionário* que se torna criador de uma nova história.

No Evangelho de Mateus Jesus afirma categoricamente que não veio trazer ‘paz’, passividade e conformismo à terra, muito menos a ausência de conflito, como pensava Nietzsche; essa ‘cultura’ de submissão sedimentou-se no cristianismo, ao longo da história, pois sem ela a Igreja não poderia ‘guiar seu rebanho’; mas, assim, ela ficou muito longe e mesmo do lado oposto do pensamento de Jesus. Ele afirma que sua proposta causará até separação entre parentes; cortará como uma espada, exigindo posição firme e corajosa daqueles que resolverem aceitar seu convite.

·

Não pensem que eu vim trazer paz à terra; eu não vim trazer a paz e sim a espada. De fato, eu vim separar o filho de seu pai, a filha de sua mãe, a nora de sua sogra. E os inimigos do homem serão os seus próprios familiares. Quem ama seu pai ou mãe mais do que a mim, não é digno de mim. Quem ama seu filho ou filha mais do que a mim, não é digno de mim. (Mt. 10. 34-37)

Sua proposta, portanto, acaba provocando divisões, pois exige tomada de posição: uns aceitam, outros rejeitam. Nem os laços familiares, nem a ameaça à própria vida deverão impedir um cristão de seguir a proposta evangélica.

A visão sobre a qual Jesus constrói sua mensagem emerge da compaixão mais profunda pelo sofrimento humano, da miséria e do desespero do povo oprimido pelas grandes potências da época, e escravizado pelos seus próprios dirigentes. Ele não joga a realização dessa visão para um futuro distante, mas procura colocá-la em prática, no aqui e no agora da história.

O convite que ele faz às pessoas não contém qualquer forma de pressão; a palavra-chave é sempre a mesma: ‘se *quiseres*’, e ao mesmo tempo, não ilude as pessoas com promessas materiais; pelo contrário, alerta a todos os convidados que segui-lo acarretará muito sofrimento e perseguições por parte dos detentores dos

poderes instituídos e dos demais privilegiados da sociedade. *Então Jesus disse aos discípulos: “Se alguém quer me seguir, renuncie a si mesmo, tome a sua cruz e me siga... Com efeito, que adianta ao homem ganhar o mundo inteiro, mas perder a própria vida”?* (Mt.16, -24-26). Em outro momento,

Enquanto iam andando, alguém no caminho disse a Jesus: “Eu te seguirei para onde quer que fores”. Mas Jesus lhe respondeu: “As raposas têm tocas e os pássaros têm ninhos; mas o filho do homem não tem onde repousar a cabeça”. Jesus disse a outro: “Siga-me”. Esse respondeu: “Deixa primeiro que eu vá sepultar meu pai”. Jesus respondeu: “Deixe que os mortos sepultem seus próprios mortos; mas você vá anunciar o reino de Deus”. Outro ainda lhe disse: “Eu te seguirei, Senhor, mas deixa primeiro que eu vá me despedir do pessoal de minha casa”. Mas Jesus lhe respondeu: “Quem põe a mão no arado e olha para trás, não serve para o reino de Deus”. (Lc. 9, 57-62)

Os seguidores de Jesus devem mostrar disponibilidade contínua e coragem para deixar para trás todas as seguranças pessoais, abraçando uma causa que não trará qualquer recompensa material pessoal, aos moldes da sociedade vigente na época. É um salto no escuro.

A coragem exigida dos discípulos de Jesus faz deles, não homens fracos, mas corajosos, com capacidade de fazerem a grande ‘travessia de Zaratustra’ e sem medo de ‘desprezar-se a si mesmos’. São pessoas ‘que se sacrificam em favor da terra’ e que ‘não reservam uma gota de espírito para si’,

Entre os seguidores de Jesus não deve haver diferenças de grandeza entre as pessoas. Quem é o maior? Jesus mostra que a grandeza nesta nova sociedade que propõe não se baseia na riqueza e no poder, mas no serviço ao próximo, ou seja, as pessoas e a construção de uma sociedade fraterna são as razões da ação de Jesus. Nessa sociedade fundamentalmente haverá uma concepção igualitária do ser humano; segundo Jesus, este não existe para dominar ou escravizar, nem para ser dominado ou escravizado.

Quando chegaram na cidade de Cafarnaum e estavam em casa, Jesus perguntou aos seus discípulos: “Sobre o que vocês estavam discutindo no caminho?” Os discípulos ficaram calados, pois no caminho tinham discutido sobre qual deles era o maior. Então Jesus se sentou, chamou os doze e disse: “Se alguém quer ser o primeiro, deverá ser o último, e ser aquele que serve a todos”... “Sabeis que aqueles que vemos governar as nações as dominam, e seus grandes as tiranizam. Entre vós não deverá ser assim; ao contrário, aquele que dentre vós quiser ser grande, seja vosso servidor e aquele que quiser se o primeiro dentre vós, seja o servo de todos”. (Mc. 9, 33-36 e 10, 42-43).

Jesus mostra que a única coisa importante para o discípulo é seguir o exemplo dele: servir e não ser servido. Na sociedade projetada por Jesus a autoridade não é exercício de poder, mas qualificação para o serviço, que é uma entrega pessoal em função do bem comum.

Uma cena 'única' é a do lava-pés, descrita por no Evangelho de João. O gesto de Jesus de lavar os pés dos discípulos traz a grande mensagem de que a autoridade só pode ser entendida como função de serviço aos outros. Pedro resiste, porque ainda acredita que a desigualdade é legítima e necessária, e não entende que o amor produz igualdade nas relações pessoais, grupais e sociais. Na comunidade cristã, segundo Jesus, deve existir diferenças de funções, mas todas elas devem concorrer para que uma relação social igualitária seja eficaz. Já não se justifica nenhum tipo de superioridade e mando.

Antes da festa da Páscoa, Jesus sabia que tinha chegado a sua hora... Então Jesus se levantou da mesa, pegou uma toalha e amarrou-a na cintura. Colocou água na bacia e começou a lavar os pés dos discípulos, enxugando com a toalha que tinha na cintura. Chegou a vez de Simão Pedro. Este disse: "Senhor tu vais lavar os meus pés"? Jesus respondeu: "Você agora não sabe o que estou fazendo. Ficará sabendo mais tarde". Pedro disse: "Tu não vais lavar os meus pés nunca!". Jesus respondeu: "Se eu não o lavar você não terá parte comigo". Simão Pedro disse: "Senhor, então podes lavar não só os meus pés, mas também as mãos e a cabeça". (Jo. 13, 1 e 13, 4-9).

Jesus proclama uma nova forma das pessoas se relacionarem; um mandamento que supera todos os demais, que é o mandamento do amor. A condição que Jesus coloca para que um ser humano possa afirmar que ama a Deus é o amor ao ser humano. Para Jesus, esta proposta é incondicional, ou seja, ele não abre mão das relações igualitárias entre os seres humanos, sob pena de sua mensagem perder todo o sentido. A proposta de vida trazida por Jesus, portanto, não se refere à outra vida, mas a esta; ela é material e revolucionária, que procura mudar radicalmente aquilo que, mais tarde, Marx vai chamar de '*as condições materiais de existência*', pois a dignidade do ser humano inaugurada por Jesus está acima de todas as outras normas e prescrições religiosas.

O maior teste pelo qual o ser humano passará, pelo juízo de Deus e da história, segundo Jesus, será sobre o que fizemos pelas pessoas com fome, sede, sem roupa, estrangeiro, doente, enfim, a verdadeira religião só existe quando ela se volta para as necessidades do ser humano, procurando criar um mundo de igual oportunidade para todos. Jesus identifica-se de forma tão intensa com a

humanidade que sofre, a ponto de afirmar categoricamente que, qualquer coisa que alguém fizer a uma pessoa, é a ele que está fazendo.

Em João 10,10 ele afirma: *'Eu vim para que todos tenham vida, e a tenham em abundância. O Bom Pastor dá a vida por suas ovelhas. O mercenário, que não é pastor e a quem as ovelhas não pertencem, quando vê o lobo chegar, abandona as ovelhas e sai correndo'*. Jesus chama de mercenários, ladrões e assaltantes os dirigentes romanos e judeus, pois, para ele, os governos que sustentam uma instituição opressora do povo estão em confronto direto com sua mensagem; ela pretende libertar todos aqueles que nela acreditam, a fim de formarem uma comunidade que possa ter vida abundante e liberdade. Jesus se coloca como alguém que não busca salvaguardar seus próprios interesses; ao contrário, ele dá sua vida para que as pessoas possam conquistar uma vida feliz, dentro de uma sociedade justa, na qual todos sejam respeitados como pessoa.

Jesus sempre tratou com compreensão e profundo respeito as pessoas que, na sua sociedade, eram desprezadas como pecadoras, pobres ou doentes. Porém, tratou com palavras pesadas e com muito rigor os grupos dominantes que definiam quem era bom e quem era ruim, e que colocavam cargas pesadas nas costas do povo, enquanto eles mesmos nada faziam.

Enquanto Jesus falava, um fariseu o convidou para jantar em sua casa. Jesus entrou e se pôs à mesa. O fariseu ficou admirado ao ver que Jesus não tinha lavado as mãos antes da refeição. O Senhor disse ao fariseu: "Vocês, fariseus, limpam o copo e o prato por fora, mas o interior de vocês está cheio de roubo e maldade. Gente sem Juízo! Aquele que fez o exterior não fez também o interior? Antes, dêem em esmola o que vocês possuem e tudo ficará puro para vocês. Mas ai de vocês, fariseus, porque vocês pagam o dízimo da hortelã, da arruda e de todas as outras ervas, mas deixam de lado a justiça e o amor a Deus. Vocês deveriam praticar isso, sem deixar de lado aquilo. Ai de vocês, fariseus, porque gostam do lugar de honra nas sinagogas, e de serem cumprimentados em praças públicas. Ai de vocês, porque são como túmulos que não se vêem e os homens pisam sobre eles sem saber". Um especialista em leis tomou a palavra e disse: "Mestre, falando assim insultas também a nós!" Jesus respondeu: "Ai de vocês também, especialistas em leis! Porque vocês impõem sobre os homens cargas insuportáveis, e vocês mesmos não tocam essas cargas nem com um só dedo... Ai de vocês especialistas em leis, porque vocês se apoderam da chave da ciência. Vocês mesmos não entraram e impediram os que queriam entrar". (Lc. 11, 37-52).

Jesus, portanto, desmascara os mantenedores de uma estrutura social, política e jurídica opressora. Condena os fariseus que deixam de lado a justiça e se

dedicam a roubos e toda espécie de maldade, refugiando-se atrás de todo um aparato de religioso falso.

Os especialistas em leis são aqueles que *se apoderam da chave da ciência*, ou seja, interpretam as leis de acordo com os seus próprios interesses, exercendo, assim, o controle ideológico sobre o povo.

O evangelho de Lucas conclui este capítulo dizendo que, ao ouvirem as palavras de Jesus, os fariseus e os especialistas em leis *‘começaram a tratá-lo mal e a provocá-lo sobre muitos pontos. Armavam ciladas para pegá-lo de surpresa em qualquer coisa que saísse de sua boca’*.

São Mateus relata, em seu evangelho, da mesma forma, o duro tratamento dado por Jesus à classe dirigente mergulhada na hipocrisia e na corrupção.

O povo sofria todas as conseqüências dessa sociedade injusta; Jesus alertava-os para que seguissem o que os escribas e fariseus diziam, mas não o que faziam, pois eles diziam uma coisa e faziam outra.

Ai de vocês, doutores da lei e fariseus hipócritas! Vocês exploram as viúvas, e roubam suas casas e, para disfarçar, fazem longas orações! Por isso, vocês vão receber uma condenação mais severa. Ai de vocês, doutores da lei e fariseus hipócritas! Vocês percorrem o mar e a terra para converter alguém, e quando conseguem o tornam merecedor do inferno duas vezes mais do que vocês. Ai de vocês, guias cegos! Vocês dizem: ‘Se alguém jura pelo templo não fica obrigado, mas se alguém jura pelo ouro do templo fica obrigado’. Irresponsáveis e cegos! O que vale mais: o ouro ou o templo que santifica o ouro?...Ai de vocês, doutores da lei e fariseus hipócritas! Vocês pagam o dízimo da hortelã, da erva-doce e do cominho, e deixam de lado os ensinamentos mais importantes da lei, como a justiça, a misericórdia e a fidelidade... Ai de vocês, doutores da lei e fariseus hipócritas! Vocês limpam o copo e o prato por fora, mas por dentro vocês estão cheios de desejos de roubo e cobiça. Fariseu cego! ... Ai de vocês, doutores da lei e fariseus hipócritas! Vocês são como sepulcros caiados: por fora parecem bonitos, mas por dentro estão cheios de ossos de mortos e podridão! Assim também vocês: por fora, parecem justos diante dos outros, mas por dentro estão cheios de hipocrisia e injustiça. (Mt. 23, 14-28)

Jesus critica duramente os intelectuais e líderes da classe dominante que transformam o saber em poder, agindo hipocritamente e oprimindo o povo. Condena também esses líderes porque eles sustentam um sistema formalista e injusto, que mantém a classe dirigente no poder e reproduz permanentemente esse tipo de sociedade. O sistema assim organizado de forma injusta e opressora faz com que as pessoas se tornem iguais e até piores que seus dirigentes. É o caso do cego que dirige outro cego: os dois podem cair juntos no abismo.

Jesus deixa claro que uma religião formalista e jurídica não é meio de salvação, mas produz e reproduz práticas de escravidão; sua mensagem propõe uma forma de vida em que o ser humano está acima da lei. Por isso, Jesus, vai quebrando todas as regras que mantinham a sociedade de sua época, o que atrai cada vez mais a fúria da classe dirigente, que procura uma forma apropriada para matá-lo, como relata o Evangelho de João:

Então, o homem saiu e disse às autoridades dos judeus que tinha sido Jesus que o havia curado. Então, as autoridades dos judeus começaram a perseguir Jesus, porque ele havia curado em dia de sábado... Por isso, as autoridades dos judeus tinham mais vontade ainda de matar Jesus, porque, além de violar a lei do sábado, chegava até a dizer que Deus era seu pai, fazendo-se assim igual a Deus. (Jo. 5, 15-18)

O Evangelho de Mateus mostra Jesus desafiando novamente as leis e as autoridades dentro da sinagoga. Ele sabia que os judeus não permitiam que um homem paraplégico fosse curado em dia de sábado, mas permitiam que nessa mesma situação um animal fosse salvo. E então ele deixa essa grande interrogação às autoridades: será que um homem vale menos do que um animal?

Aí havia um homem com uma das mãos paralisada. E, para poder acusar Jesus, os fariseus perguntaram: "É permitido fazer cura em dia de sábado?" Jesus respondeu: "Suponham que um de vocês tenha uma só ovelha, e ela cai num buraco em dia de sábado. Será que ele não a pegaria e não a tiraria de lá? Ora, um homem vale muito mais do que uma ovelha! Logo, é permitido fazer uma boa ação em dia de sábado". Então Jesus disse ao homem: "Estenda a mão". O homem estendeu a mão, e ela ficou boa e sadia como a outra. Logo depois os fariseus saíram e fizeram um plano para matar Jesus. (Mt. 12, 10-14). Os Chefes dos sacerdotes e os fariseus ouviram a parábola de Jesus e compreenderam que estava falando deles. Procuraram prender Jesus, mas ficaram com medo das multidões, pois elas consideravam Jesus um grande profeta. (Mt. 21, 45-46).

Os evangelhos de Mateus e Marcos referem-se às multidões maravilhadas ouvindo a mensagem de Jesus, porque percebiam que emanava dele uma autoridade diferente daquela dos doutores da lei e dos fariseus. Além disso, Jesus usava esta autoridade para desmascarar todos aqueles que viviam por meio da mentira e da exploração do povo. Seus ouvintes e seguidores percebiam nele um homem sem medo de enfrentar os judeus e, em cada embate, ele mostrava com mais clareza em que bases aquela sociedade estava alicerçada. Mostra-se,

inclusive, imbatível em seus argumentos; todas as armadilhas das autoridades contra ele acabavam revertidas contra elas próprias.

Portanto, a proposta de Jesus não tem por base uma simples doutrina que ele tenha apreendido através de uma inspiração especial, mas emana da própria realidade social, política, econômica e cultural de sua época. Pode-se concluir, pela prática de Jesus, que é necessário conhecer muito bem a realidade em que se vive, seus mecanismos e articulações, as instituições que a sustentam, bem como as intenções das classes que a governam, para se poder propor uma real e verdadeira transformação. Quando essa proposta mexe no coração do poder dominante, este se sente ameaçado. Foi por isso que Jesus foi condenado à morte: por motivos políticos e não religiosos, como muitos possam imaginar.

As atividades de Jesus provocam temor e reação nas autoridades. Jesus não as teme e continua sua missão, mesmo tendo consciência que isso pode levá-lo à morte. Ele enfrenta com total autonomia até Herodes, chamando-o de raposa.

Neste momento alguns fariseus se aproximaram e disseram a Jesus: “Deves ir embora daqui, porque Herodes quer te matar”. Jesus respondeu: “Vão dizer àquela raposa: eu expulso demônios, e faço curas hoje e amanhã e no terceiro dia terminarei ao meu trabalho. Entretanto, preciso caminhar hoje, amanhã e depois de amanhã, porque não convém que um profeta morra fora de Jerusalém”. (Lc.13, 31-33).

As palavras e ações de Jesus deixam o povo e as autoridades sem saber o que pensar. É que a presença de dele força a todos a se perguntar: “Quem é esse homem?”

O próprio Governador Herodes não sabia o que pensar, conforme conta Lucas em seu evangelho, pois ele havia mandado degolar João e, diziam que Jesus poderia ser João que havia ressuscitado dos mortos. Por isso, ele queria muito ver Jesus. Esse encontro vai acontecer por ocasião da prisão de Jesus.

Ao saber que Jesus estava sob a jurisdição de Herodes, Pilatos o mandou a este, pois também Herodes estava em Jerusalém nestes dias. Herodes ficou muito contente ao ver Jesus, pois já ouvira falar a respeito dele, e há muito tempo desejava vê-lo. Esperava ver Jesus fazendo algum milagre. Herodes o interrogou com muitas perguntas. Jesus, porém, não respondeu nada. Entretanto, os chefes dos sacerdotes e os doutores da lei estavam presentes, e faziam violentas acusações contra Jesus. Herodes e seus soldados trataram Jesus com desprezo, caçoaram dele, e o vestiram com uma roupa brilhante. E o mandaram de volta a Pilatos. Nesse dia, Herodes e Pilatos ficaram amigos, pois antes eram inimigos. (Lc. 23, 6-12).

Mesmo na prisão e diante de um governador romano, Jesus mantém sua autonomia e porta-se com segurança e como alguém que tem carisma e autoridade, sem covardia ou medo.

Portanto, analisando as principais cenas que relam a postura de Jesus diante de todos, seria muito difícil concluir que ele tenha sido um fraco; pelo contrário, sua presença chegou a embaraçar e confundir as mais altas autoridades dos judeus e romanos. Foi um líder de tal magnitude que fez temer as autoridades e provocou a união dos rivais contra ele, pois sua presença pacífica atemorizava a todos. Jesus, portanto, foi um protagonista em todas as suas ações, e levou a todos a se interrogarem sobre suas atitudes e a se sentirem ameaçados em suas posições. Um homem de tamanha grandeza não pode ser classificado como fraco, conforme imaginou Nietzsche. Pelo contrário, ele foi alguém diante do qual ninguém ficava passivo. Seus interlocutores tomavam posição a favor ou contra, pois sua personalidade e mensagem estavam revestidas de um protagonismo que mexia com todas as posições sociais, exigindo tomada de decisão de cada um.

3.3.3 A Prática e as Palavras de Jesus de Nazaré Provocam Libertação

Jesus afirma que sua missão é anunciar a 'boa notícia' aos pobres. Quando ele convida colaboradores, deixa claro a eles que essa é a missão. Desde o primeiro momento, ele envolve seus colaboradores na missão.

Havia outros movimentos que, como Jesus, procuravam uma maneira alternativa de viver: essênios, fariseus e, mais tarde, os zelotes. Muitos deles também formavam comunidades de discípulos e procuravam adeptos. Dentro da comunidade de Jesus, porém, havia algo novo que a diferenciava dos outros grupos e que dava consistência ao anúncio da Boa Nova. Era a atitude ante os pobres e marginalizados. (CRB, 1994, p. 32-33).

Os fariseus e os escribas consideravam o pobre como ignorante e maldito: *esse povinho que não conhece a lei é maldito* (Jo.7,49) e cheio de pecado: *Eles disseram: “Você nasceu inteirinho no pecado e quer nos ensinar?” e o expulsaram.* (Jo. 9,34). Jesus, desde o início de sua missão, deixa claro que sua ação não tem por base qualquer bem material e que ele mesmo nada possui. Pelo seu modo de viver, portanto, Jesus começa a subverter o sistema vigente; ele denuncia todo o

sistema de exploração existente e mostra que a exclusão dos pobres dos bens da terra é contrária à vontade do Deus que os Judeus adoravam.

Ele foi a Nazaré onde fora criado e, segundo o costume, entrou em dia de sábado na sinagoga e levantou-se para ler. Foi-lhe entregue o livro do profeta Isaías; abrindo-o, encontrou o lugar onde está escrito: *O Espírito do Senhor está sobre mim, porque ele me ungiu para evangelizar os pobres; enviou-me para proclamar a remissão aos presos e aos cegos a recuperação da vista, para restituir a liberdade aos oprimidos e para proclamar o ano da graça do senhor.* Enrolou o livro, entregou-o ao servente e sentou-se. Todos na sinagoga olhavam-no, atentos. Então, começou a dizer: "Hoje realizou-se essa escritura que acabastes de ouvir". Todos testemunhavam a seu respeito e espantavam-se das palavras cheias de graça que saíam de sua boca. (Lc. 4, 16-22).

Jesus deixa claro que a religião vivenciada pelos grupos políticos e religiosos de sua época era falsa e hipócrita; ele radicaliza a lei: *não pensem que eu vim abolir a lei e os profetas. Não vim abolir, mas dar-lhe pleno cumprimento* (Mt. 5:17), isto é, ele a reduz à sua raiz que é a prática do amor a Deus e ao próximo. Em sua pregação Jesus mostra que o Deus inacessível dos fariseus e escribas é falso, pois o Deus verdadeiro ama os pobres e sofredores, dando especial atenção às suas dores. Não esconde a ninguém que os destinatários privilegiados de sua mensagem são os cegos, doentes, pobres, presos e oprimidos, ou seja, todos os rejeitados, abandonados e discriminados pela sua sociedade e principalmente pelos representantes da religião e do templo. Com isso, a ideologia dos grupos dominantes é desmascarada e as pessoas que até então se sentiam à margem de tudo passam a admirá-lo e muitos deles a segui-lo. Eles percebem claramente a diferença e a novidade do anúncio e o aceitam com entusiasmo: *Este é verdadeiramente o profeta que deve vir ao mundo* (Jo. 6,14).

Quando Jesus acabou de proferir estas palavras, partiu dali e, dirigindo-se para a sua pátria, pôs-se a ensinar as pessoas que estavam na sinagoga, de tal sorte que elas se maravilhavam e diziam: "De onde lhe vem essa sabedoria e esses milagres? Não é ele o filho do carpinteiro? Não se chama a mãe dele Maria e os seus irmãos Tiago, José, Simão e Judas? E suas irmãs não vivem todas entre nós? Donde então lhe vêm todas essas coisas?" (Mt. 13,53-56)

Logo os grupos dominantes percebem que as classes populares estavam despertando para a verdadeira realidade e começaram a sentir-se ameaçados; compreenderam que a morte de Jesus era necessária para que continuassem no poder.

4. A Palavra 'Pobre ou Pobreza' no Vocabulário Cristão

Por um lado, esta palavra significa a simples carência de bens, que incapacita o ser humano para as tarefas da vida. Esse é o sentido corrente que a palavra costuma ter. E, nesse sentido, a pobreza é considerada um verdadeiro mal. A simples carência de bens não é uma virtude cristã. Outras formas de carência, que privam o ser humano de sua realização também são rejeitadas pelo evangelho, pois a vida só se desenvolve através do uso e emprego dos bens terrenos.

É precisamente pela utilização das coisas que a liberdade se desenvolve e o homem adquire conhecimentos e domínio de si mesmo e do mundo. As conseqüências são ainda mais claras quando se trata de bens espirituais. Graças a eles, o homem alcança a sua plenitude, conhece o mundo, sabe dispor dele e orientar sua vida inteira para uma profunda satisfação. Muitas vezes, os miseráveis, que nada conhecem, desenvolvem-se mutilados por falta de meios, vivendo em clima de ressentimento diante da abundância que constataem naqueles que os cercam, pois, sentem que, com esses meios, eles teriam sido capazes de multiplicar de forma extraordinária as suas capacidades. A bíblia considera detestável esse aspecto da pobreza. Contudo a bíblia vê os perigos da riqueza... À medida que crescem as riquezas do povo, elas se tornam fontes de injustiça e os pobres começam a ser oprimidos pela força crescente e cega do dinheiro. (Idígoras, 1983, p. 375-376)

Jesus viveu num ambiente de pobreza; sua cidade natal, seus amigos, sua família. Sua opção foi claramente pelos pobres de condição econômica. Entre eles viveu e a eles pregou preferencialmente. Os principais ouvintes e seguidores de sua mensagem foram os pobres. Quando Mateus narra em seu evangelho as diversas atitudes dos homens diante Jesus, os humildes e pobres são quase os únicos que tomam uma posição positiva diante dele. *“Eu te louvo ó Pai, Senhor do céu e da terra, porque escondestes essas coisas aos sábios e doutores e as revelastes aos pequeninos”* (Mt.11,25). E o próprio Jesus se apresenta como mestre manso e humilde de coração ao conchamar os pobres para o seu seguimento. O ensinamento de Jesus corresponde ao seu modo de vida. Ele deixa claro que o pobre que entende sua proposta é aquela pessoa de coração humilde e ânimo generoso.

Sempre foi difícil entender o sentido da pobreza evangélica e sua diferença fundamental em relação à simples carência de bens humanos ou dons humanos. Ao contrário dessa pobreza, aquela que é pregada por Jesus é uma atitude livremente escolhida e amada como fonte de realização espiritual e humana. Existe certamente uma relação entre ambas, à medida que pressupõem uma ausência de riquezas. Mas, por outro lado, elas se contrapõem abertamente. Poderíamos dizer até que a pobreza evangélica,

em sentido muito profundo, é uma grande riqueza humana... A pobreza cristã sempre pressupõe a posse de algum bem ou sua possibilidade da qual nos desfazemos generosamente para nos colocarmos a serviço dos irmãos. O protótipo dessa posição é Cristo, que, possuindo a riqueza suprema, despojou-se dela em benefício de seus irmãos pobres. Todo cristão deve viver a pobreza na abertura de seu coração e de seus bens aos outros. (idem, p. 376).

Embora a pobreza evangélica não se reduza à carência de bens, sabe-se que tem relação com ela. Quem tem o coração aberto aos outros e sede de justiça não é cativo do dinheiro. Quando é sincero e fraternal, um ser humano pode até ter um bom nível de vida, mas não será um acumulador de riquezas. É por isso que o evangelho causa estranheza para aqueles que identificam o progresso com a abundância de riqueza e a felicidade com a acumulação de bens.

Ao mesmo tempo a pobreza evangélica também exige que não se confie na riqueza religiosa, ou seja, numa atitude de segurança, com base em seus pretensos méritos e justiça. Essa atitude altiva e auto-suficiente é própria dos fariseus. A pobreza também diz respeito aos dons espirituais. Diante do fariseu orgulhoso, o publicano reza com autêntico espírito de pobre.

Para alguns que confiavam em sua própria justiça e desprezava os outros, Jesus contou esta parábola: "Dois homens subiram ao templo para rezar; um era fariseu e o outro era cobrador de impostos. O fariseu, de pé, rezava assim no seu íntimo: 'Ó Deus, eu te agradeço, porque não sou como os outros homens, que são ladrões, desonestos, adúlteros, nem como esse cobrador de impostos. Eu faço jejum duas vezes por semana e dou o dízimo de toda a minha renda. O cobrador de impostos ficou à distância, e nem se atrevia a levantar os olhos para o céu, mas batia no peito, dizendo: 'Meu Deus, tem piedade de mim, que sou pecador!' Eu declaro a vocês: este último voltou para a casa justificado, o outro não. Pois quem se eleva será humilhado, e quem se humilha, será elevado". (Lc.18, 9-14) .

Jesus coloca o dinheiro como meio e não como fim. Diz que ninguém pode servir a seu projeto e ao dinheiro ao mesmo tempo, pois ninguém pode servir a dois senhores. Os fariseus amigos do dinheiro ouviam tudo e zombavam dele. Portanto, Jesus considera o verdadeiro pobre, muito mais aquele que está disposto a arriscar a própria vida em vista de um mundo mais justo e fraterno, do que aquele que é simplesmente carente de bens materiais. Por isso, apesar de dar uma atenção especial aos mais marginalizados da sociedade, muitas pessoas que possuíam bens também faziam parte dos seguidores de Jesus.

5. Como Jesus Vive a Liberdade

Jesus é uma pessoa indissoluvelmente ligada à sua missão e ao seu ensinamento. A Autenticidade é uma ‘marca registrada’ de sua personalidade. Ele, em momento algum, mostra-se um ingênuo perante a trama política dos vários grupos dominantes, nem diante da realidade social que o cerca. *Uma das atitudes mais revolucionárias que ele prega e vive é a da liberdade* (Idígoras, 1983, p.241). Ele não se submete às autoridades e chama Herodes de raposa. Expulsa os vendilhões do templo e quebra as leis mais sagradas dos judeus. Seus ensinamentos sempre levam à libertação dos temores, angústias e submissão aos ritos. Seu pensamento é positivo e tem certeza de que sua proposta vai sair vitoriosa. Seu espírito de liberdade vai além:

Por isso, eu lhes digo: não fiquem preocupados com a vida, com o que comer; nem com o corpo; com o que vestir. Afinal, a vida não vale mais do que a comida? E o corpo não vale mais do que a roupa? Olhem os pássaros do céu: eles não semeiam, não colhem, nem ajuntam em armazéns. No entanto, o pai que está no céu os alimenta. Será que vocês não valem mais do que os pássaros? Quem de vocês pode crescer um só centímetro à custa de se preocupar com isso? E por que vocês ficam preocupados com a roupa? Olhem como crescem os lírios dos campos: eles não trabalham nem fiam. Eu, porém, vos digo: nem o rei Salomão, em toda a sua glória, se vestiu como um deles. (Mt. 6, 25-29)

Jesus obviamente não quis dizer que as pessoas devem esperar que ‘as coisas caiam do céu’, que não é necessário trabalhar. Pelo contrário; ele mostra que a aquisição de bens necessários para viver, para muitos, torna-se ansiedade contínua e pesada. Numa sociedade onde reina a justiça haverá fartura de bens para todos. Proclama o valor da pessoa humana acima de todos os bens; segundo ele, Deus criou o mundo com fartura de bens para todos; ele chama de louco aquele que fica acumulando bens.

Jesus liberta também o sábado, que era considerado a coisa mais sagrada da religião. No evangelho de Marcos ele vai dizer que o sábado deve estar a serviço do ser humano. Nenhuma lei deve ser interpretada literalmente, mas em ‘seu espírito’, tornado-a, assim, flexível. O templo deixa de ser lugar sagrado e importante no qual o homem se humilha, porque o verdadeiro templo sagrado é o próprio ser humano. A proposta de Jesus liberta o ser humano dos temores da natureza, da sociedade e da religião, e o transforma num ser confiante, que enfrenta o presente e o futuro com decisão, confiança e segurança.

Desta forma, surge em torno de Jesus um movimento de libertação que devolve às pessoas a sua plena confiança e audácia na tarefa de preparar um novo tempo, onde o ser humano ocupará o primeiro lugar em tudo. Em outras palavras, a liberdade que Jesus propõe não se baseia em algo fora dele mesmo, que cria dependência e medo, mas numa atitude protagonista e cidadã.

5.1 Jesus e Seus Interlocutores

Jesus não é apresentado pelos evangelhos como um homem especializado em alguma área do saber, mas como um profundo conhecedor do ser humano e de seu destino. Ele jamais se deixou apanhar pelas bem preparadas armadilhas de seus inimigos, dando a resposta certa na hora certa, sem jamais manifestar qualquer tipo de revide ou vingança. Em vez de ódio ele sentia compaixão daquelas pessoas, como escribas, fariseus, saduceus e herodianos, fechados em sua própria ignorância, sem dela desejarem sair. Usava todos os meios para fazê-los ver que o 'caminho da vida' era outro e não aquele no qual persistiam em permanecer.

Então as autoridades mandaram alguns fariseus e alguns partidários de Herodes para apanharem Jesus em alguma palavra. Quando chegaram, disseram a Jesus: "Mestre, sabemos que tu és verdadeiro, porque não dás preferência a ninguém. Com efeito, não levas em conta as aparências, e ensinas de verdade o caminho de Deus. Dize-nos: é lícito ou não pagar o imposto a César? Devemos pagar ou não?" Jesus percebeu a hipocrisia deles e respondeu: "Por que vocês me tentam? Tragam uma moeda para eu ver". Eles levaram a moeda e Jesus perguntou: "De quem é a figura e a inscrição que está nessa moeda?" Eles responderam: "É de César". Então Jesus disse: "Pois devolvam a César o que é de César e a Deus o que é de Deus". E eles ficaram admirados com Jesus. (Mc. 12, 13-17).

Eles demonstram ter consciência de quem era Jesus e da grandeza de suas atitudes. Mas, o que lhes interessava não era a busca da verdade, mas a salvaguarda de seus próprios interesses.

O imposto era o sinal da dominação romana; os fariseus a rejeitavam, mas os partidários de Herodes a aceitavam. Se Jesus respondesse 'sim', os fariseus o desacreditariam diante do povo; de ele dissesse 'não' os partidários de Herodes poderiam acusá-lo de subversão. Mas Jesus não discute a questão do imposto. Ele se preocupa com o povo; a moeda é de César, mas o povo é de Deus. O imposto só é justo quando reverte em benefício do bem comum. Jesus condena a transformação do povo em mercadoria que enriquece e fortalece tanto a dominação

interna, como a estrangeira. A vontade da classe dominante de eliminar Jesus era tão grande que dois grupos rivais: fariseus e herodianos chegam a se unir com essa mesma finalidade, buscando defender seus interesses comuns, ou seja, de permanecer em suas posições sociais, sem ameaças. Diante do fechamento das pessoas em si mesmas e em seus interesses Jesus chega a afirmar que *todo pecado e blasfêmia serão perdoados, mas a blasfêmia contra o Espírito Santo não será perdoada* (Mt. 12, 31), isto é, quando o ser humano fecha-se em si mesmo nada se pode fazer, pois depende de seu querer trilhar novos caminhos ou permanecer em seu próprio mundo. Segundo Jesus, a abertura para o novo, o reconhecimento das próprias limitações e o espírito de busca é fundamental para a realização e felicidade do ser humano. Segundo ele, nem Deus pode fazer algo com as pessoas fechadas, pois, como dar o perdão, por exemplo, a alguém, que não reconhece seus erros e nem quer ser perdoado?

Sua atitude perante os homens é de uma bondade ilimitada, revelando um coração amável e sensível a todas as dores humanas. Pedro diz que ele passou por toda parte fazendo o bem. Ele mostra compaixão das multidões abandonadas, cura os doentes e se compadece dos considerados ‘pecadores’.

Quando saiu da barca Jesus viu uma grande multidão e teve compaixão, porque eles estavam como ovelhas sem pastor. Então começou a ensinar muitas coisas para eles. Quando estava ficando tarde, os discípulos chegaram perto de Jesus e disseram: “Este lugar é deserto e já é tarde. Despede o povo para que possam ir aos campos e povoados vizinhos comprar alguma coisa para comer”. Mas Jesus respondeu: “Vocês é que têm de lhes dar de comer”. Os discípulos perguntaram: “Devemos gastar meio ano de salário e comprar pão para dar-lhes de comer”? Jesus perguntou: “Quantos pães vocês têm? Vão ver.” Eles foram e responderam: “Cinco pães e dois peixes.” Então Jesus mandou que todos se sentassem na grama verde, formando grupos. E todos se sentaram, formando grupos de cem e de cinquenta pessoas. Depois Jesus pegou os cinco pães e os dois peixes, ergueu os olhos para o céu, pronunciou a bênção, partiu os pães e ia dando aos discípulos, para que os distribuíssem. Dividiu entre todos também os dois peixes. Todos comeram, ficaram satisfeitos e recolheram doze cestos cheios dos pedaços de pão e também dos peixes. (Mc. 6, 34-43).

Esse relato refere-se ao ‘milagre’ da partilha, provocado por Jesus. Mais do que uma ‘ação fabulosa’, um milagre que tenha deixado a multidão estupefata, Jesus provou que, quando as pessoas não vivem para acumular riqueza, há abundância para todos; que a miséria e a fome residem na concentração dos bens

nas mãos de poucos. Se Jesus não tivesse convencido a multidão de repartir o que cada uma tinha no momento, em função do bem comum, a multidão tinha que ser mandada embora e cada um arranjar-se como pudesse. No entanto, o assistencialismo não faz parte da pedagogia de Jesus. Aquele mesmo povo que fez a partilha no deserto e comeu até saciar-se voltou a procurar Jesus. Diz São João que quando *as pessoas viram o sinal que Jesus tinha realizado, disseram: "Este é mesmo o profeta que devia vir ao mundo". Mas Jesus percebeu que iam pegá-lo para fazê-lo rei. Então, ele se retirou sozinho para a montanha.* (Jo. 6, 14-15). A segurança da subsistência não está no muito que poucos possuem e retêm para si, mas no pouco de cada um que é repartido entre todos. A garantia da dignidade não se encontra no poder de um líder que manda, mas no serviço de cada um que organiza a comunidade para o bem de todos.

Quando a multidão viu que nem Jesus nem os discípulos estavam aí, as pessoas subiram nas barcas e foram procurar Jesus, em Cafarnaum. Quando encontraram Jesus no outro lado do lago, perguntaram: "Rabi, quando chegaste aqui?" Jesus respondeu: "Eu garanto a vocês: vocês estão me procurando, não porque viram os sinais, mas porque comeram o pão e ficaram satisfeitos. Não trabalhem pelo alimento que se estraga. (Jo. 6, 24-27)

A proposta de Jesus não é entendida pela multidão que quer fazê-lo rei. A Multidão procura Jesus, desejando continuar na situação de abundância, isto é, governada por um líder político que decide e providencia tudo, sem exigir esforço. Jesus mostra que essa não é a solução e deixa claro que as pessoas não entenderam o 'sinal', ou seja, sua proposta é que elas exerçam seu protagonismo pessoal e social colocando-se a serviço da comunidade, colaborando e não competindo. A outra pessoa não é alguém com quem se deve rivalizar, mas colaborar. Jesus queria que todos compreendessem que a vida se realiza plenamente quando cada um faz a sua parte, e negou-se a praticar o assistencialismo, no qual elas cruzam os braços e ficam esperando que alguém lhes ajude. Cada passo deve ser conquistado. Segundo Jesus, Deus ajuda quem faz a sua parte. A tarefa da libertação que ele propôs, portanto, não é uma obra de um líder herói que tudo resolve, mas missão de uma coletividade. Nesse sentido, Jesus vai ensinando, aos poucos, seus discípulos que a vida de comunidade era essencial para a realização dessa nova sociedade.

5.2 A Posição Social das Mulheres Judias no Tempo de Jesus

No tempo de Jesus, a mulher judia não participava da vida pública. Quando saía de casa, mantinha o rosto escondido por um manto dividido em duas partes, uma cobrindo-lhe a cabeça e outra, cingindo a fronte e caía até o queixo; tipo de rede com cordões e nós. Assim não se podia reconhecer os traços de seu rosto.

Certa vez, um sumo sacerdote de Jerusalém não reconheceu a própria mãe, quando lhe aplicou sentença prescrita para a mulher acusada de adultério. A mulher que saía de casa sem ter a cabeça coberta, quer dizer, sem o véu que ocultava seu rosto, faltava de tal modo com os bons costumes que o marido tinha o direito, até mais, tinha o dever de despedi-la; e sem ser obrigado a pagar a quantia que, no caso de divórcio, pertencia à esposa, em virtude do contrato matrimonial. Havia mulheres tão rigorosas que não se descobriam nem mesmo em casa... Somente no dia do casamento a esposa, se fosse virgem e não viúva, aparecia de cabeça descoberta no cortejo. (Jeremias, 1986, p. 473-474)

As regras exigiam que as mulheres deveriam passar despercebidas em público; era proibido a uma mulher encontrar-se sozinha com um homem; não permitiam a um homem olhar para uma mulher casada e até mesmo cumprimentá-la. Seria vergonhoso para um aluno de um escriba falar com uma mulher na rua. A mulher que conversasse com alguém na rua ou ficasse do lado de fora de sua casa podia ser repudiada sem receber o pagamento previsto no contrato de casamento. Recomendava-se que a moça, antes de seu casamento, não saísse de casa.

Negócios, conselhos, tribunais, procissões festivas, reunião de muitos homens, em suma, toda a vida pública com suas discussões e assuntos, em tempo de paz ou de guerra, é feita para homens. As jovens devem permanecer em cômodos afastados, fixando como limite, a porta de comunicação; e as mulheres casadas, como limite, a porta do pátio... Quanto às moças, ficam confinadas nos quartos das mulheres e, por pudor, evitam o olhar dos homens, mesmo de parentes próximos. Inúmeras provas nos demonstram que essa reclusão da mulher, desconhecida na época bíblica, era usual mesmo fora do judaísmo alexandrino. (Idem, p. 475).

Entretanto, as mulheres pobres e dos meios populares não podiam levar uma vida totalmente retirada, como as da classe alta. Em muitas situações, elas precisavam trabalhar para ajudar o marido. Nos meios mais populares havia menos rigor. Pode-se perceber isso, também pelas festas populares que se realizavam nos

átrios das mulheres, durante a festa das tendas: a multidão aí se descontraía de tal forma que foi necessário construir galerias para as mulheres, a fim de separá-las dos homens. Relações mais livres reinavam no meio rural. Ali a jovem vai à fonte, a mulher dedica-se, juntamente com o marido e filhos, ao trabalho agrícola, vende azeitonas à porta, serve à mesa. Mesmo assim, não era permitido a uma mulher ficar sozinha no campo e não era comum um homem estranho manter com ela uma conversa.

A situação da mulher em casa correspondia a essa exclusão da vida pública. Na casa paterna, o lugar das filhas vinha após os dos meninos; sua formação limitava-se ao aprendizado do trabalho doméstico, costura, fiação, especialmente; tomavam conta dos irmãos e irmãs menores. Para com o pai, tinham, certamente, os mesmos deveres que os filhos: alimentá-lo e dar-lhe de beber, vesti-lo e cobri-lo, ajudá-lo a entrar e sair, quando se tornasse velho, lavar-lhe o rosto, as mãos e os pés. Não tinham, porém, os mesmos direitos que os irmãos; do ponto de vista da sucessão, por exemplo, os filhos homens e seus descendentes passavam à frente. (idem, p.478).

Até a idade de doze anos e meio, a autoridade do pai é soberana. A filha nada pode possuir; a renda de seu trabalho e o que encontra pertencem a ele. Até essa idade, ela não dispõe de si mesma. Assim, o pátrio poder era exercido fortemente sobre os filhos até se casarem. A aceitação ou recusa de um casamento pertence ao pai ou a um seu representante legal. Até essa idade o pai podia, inclusive, vender sua filha como escrava, se assim o desejasse. Acima de doze anos e meio, ela se torna autônoma; seu noivado pode ser decidido sem o consentimento paterno. Mesmo com essa autonomia, a quantia para o casamento, que o noivo pagava por ocasião do noivado, pertence ao pai da noiva. Com isso, as filhas passam a tornar-se uma fonte de lucro. Alguns casam a filha e contraem grandes dívidas; outros a casam e recebem dinheiro por ela.

Os noivados aconteciam de forma muito precoce e preparavam a transferência da jovem do poder do pai para a submissão ao esposo.

O noivado que precedia o pedido de casamento e a execução de seu contrato, expressavam a aquisição da noiva pelo noivo. Uma viúva que praticar adultério é condenada à morte. É característico da situação legal da noiva que a 'aquisição' da mulher e do escravo sejam postas em paralelo: 'adquire-se' uma mulher pelo dinheiro, contrato e pelas relações sexuais; assim adquire-se também um escravo pagão por dinheiro, contrato e tomada de posse... Há, pois, alguma diferença entre a aquisição de uma mulher e a de um escravo? (idem, p. 483).

O casamento acontecia normalmente um ano após o noivado, data em que a mulher passava do poder do pai ao do marido. O casal quase sempre ia morar na casa da família do marido. Os direitos da mulher resumiam-se em ser mantida pelo marido, em receber alimento, vestuário, habitação, medicamentos, resgate em eventual cativo e sepultura em caso de falecimento. O marido, mesmo muito pobre, deveria providenciar, em caso de morte da esposa, pelo menos dois tocadores de flauta e uma carpideira. Onde era costume o discurso fúnebre, ele deveria providenciá-lo. Desta forma, a mulher recebia cerimônia de honra só depois de morta.

A esposa deveria atender as necessidades do lar: moer, cozinhar, lavar, amamentar os filhos, fiar e tecer a lã, preparar a bacia para o marido, levando seu rosto, mãos e pés. Ela era obrigada a obedecer ao marido como seu senhor, até como um dever religioso. Os filhos deveriam colocar o respeito ao pai acima do respeito à mãe, pois ela também deveria prestar respeito semelhante em relação ao pai de seus filhos. Era permitida a poligamia. A esposa devia tolerar a presença de concubinas. Por falta de recursos, a maioria dos homens não tinha muitas mulheres... *Os maridos admitiam uma segunda mulher, quando não se entendiam bem com a primeira e não podiam repudiá-la devido à alta quantia mencionada no contrato de casamento.* (idem, p. 486).

O direito do divórcio achava-se exclusivamente do lado do homem; Eram raros, mas existiam casos em que a mulher tinha o direito de requerer o divórcio.

A lista II cita três profissões que na verdade não eram consideradas desonestas e sim, repugnantes, especialmente por causa do mau cheiro produzido por tais atividades. Coletor de excrementos e curtidor de peles estão ligados um ao outro, porque o primeiro apanha e junta os excrementos para o pisoar do couro e a curtição. Se algum homem exercia uma das três profissões citadas por essa lista, sua esposa tinha o direito de exigir o divórcio diante do tribunal, reivindicando o pagamento da quantia que lhe fora prometida no contrato de casamento para o caso em que mandassem embora ou em caso de morte de seu marido. (idem, p. 409-410).

Para um homem, bastava encontrar algo que ele considerasse vergonhoso na mulher ou qualquer coisa que nela lhe desagradasse, já era considerado justo motivo para repudiá-la e mandá-la embora. No entanto, a situação da mulher podia variar conforme cada caso. De um lado, ela encontrava grande apoio junto a seus parentes, sobretudo seus irmãos. De outro lado, ter filhos, especialmente filhos

homens, tinha grande importância para a mulher, pois a falta de filhos era considerada uma desonra, até mesmo um castigo divino. Como mãe, ela se sentia valorizada porque havia dado ao seu marido o mais precioso presente. Quando ficava viúva, permanecia, de alguma forma, ligada ao marido, no caso em que ele morresse sem deixar filho.

Alguns deles foram até Jesus e lhe propuseram este caso: “Mestre, Moisés escreveu para nós: se alguém morrer e deixar a esposa sem filho, o irmão desse homem deve casar-se com a viúva, a fim de que possam ter filhos, em nome do irmão que morreu”. (Mc. 12,18-19)

Nessa circunstância, a única coisa que a viúva podia fazer era esperar, sem poder opinar, o que os irmãos do falecido iriam decidir. Somente com a recusa dos mesmos é que ela poderia se casar com outra pessoa.

A submissão da mulher não era prescrita somente pela legislação civil e penal, mas também pelas leis religiosas. Ela enfrentava também todo o rigor da Torá, pois as leis consideradas divinas também consideravam a mulher inferior ao homem.

Em todo caso as escolas lá estavam unicamente para os meninos e vedadas às meninas. Das duas repartições da sinagoga mencionadas na lei de Augusto... a primeira reservada para as cerimônias litúrgicas, era igualmente acessível às mulheres; em contrapartida, o outro lado, destinado às instruções dos escribas, só se abria para os homens e meninos, conforme o próprio nome indica. Entretanto, nas famílias de classe alta, dava-se às jovens uma formação profana, ensinando-lhes, por exemplo, o grego, pois era um adorno para elas. Os direitos religiosos da mulher eram tão limitados quanto seus deveres religiosos. Segundo Josefo, no Templo só lhes era permitido penetrar no átrio dos gentios e no das mulheres; durante os dias da purificação mensal e, além desse, no período de 40 dias após o nascimento de um filho, de 80 dias se fosse menina, não podiam penetrar nem mesmo no átrio dos gentios. (idem, p. 491).

No serviço litúrgico, as mulheres compareciam somente para escutar. Em casa, à mesa, não pronunciavam a bênção não tinham o direito de prestar testemunho, pois não eram consideradas ‘dignas de fé’. Seu testemunho era aceito somente em certos casos em que se podia também aceitar o testemunho de um escravo pagão. Não faltavam sobre as mulheres opiniões desdenhosas.

Em resumo, a mulher no Judaísmo do tempo de Jesus era desvalorizada em quase tudo. A lei se baseava no decálogo. A autoridade de chefe de família era

muito grande. Os mestres chegavam a ensinar que o homem podia mandar sua mulher embora, se ela deixasse queimar a comida ou se ele encontrasse outra mais bonita. Eram proibidas de estudar a escritura. Uma oração judaica do século I depois de Jesus deixa clara a situação de mulher. *“Bendito seja Deus que não me fez nascer pagão, escravo ou mulher”*.

5.3 Como Jesus Tratou as Mulheres

Jesus, como se pode observar nos evangelhos, foi um homem que revolucionou o tratamento dado às mulheres, ou seja, ele quebrou todas as regras judaicas que prescreviam a inferioridade da mulher em relação ao homem; além disso, deixou claro que esta situação não teve origem na lei divina.

Era impensável a um mestre da época, ter ‘discípulas’ que o acompanhassem e fossem instruídas por ele; esse mestre perderia sua posição e seu prestígio, além de merecer castigo por estar infringindo gravemente a lei a respeito das mulheres. O Evangelho de Lucas conta que

Depois disso, Jesus andava por cidades e povoados, pregando e anunciando a boa notícia do reino de Deus. Os doze iam com ele, e também algumas mulheres... Maria, chamada Madalena... Joana mulher de Cuza, alto funcionário de Herodes, Susana e várias outras mulheres... (Lc. 8, 1-3).

Trata-se de um fato sem precedentes na história da época. Jesus altera conscientemente os costumes, possibilitando que as mulheres o sigam.

O Evangelho de Lucas mostra Jesus quebrando mais uma norma em relação à mulher, quando foi tomar refeição em casa de um fariseu. Ele se deixa tocar e ungir os pés por uma conhecida prostituta chamada Madalena.

Certo fariseu convidou Jesus para uma refeição em casa. Jesus entrou na casa do fariseu e se pôs à mesa. Apareceu, então, certa mulher, conhecida na cidade como pecadora. Ela, sabendo que Jesus estava à mesa na casa do fariseu, levou um frasco de alabastro com perfume. A mulher se colocou por trás, chorando aos pés de Jesus; com as lágrimas começou a banhar-lhe os pés. Em seguida, os enxugava com os cabelos, cobria-os de beijos e os ungia com perfume. Vendo isso, o fariseu que havia convidado Jesus ficou pensando: “Se esse homem fosse mesmo um profeta, saberia que tipo de mulher está tocando nele, porque ela é pecadora”. Jesus disse então ao fariseu: “Simão, tenho uma coisa para dizer a você”. Simão respondeu: “Fala Mestre”. “Certo credor tinha dois devedores. Um lhe devia quinhentas moedas de prata, e outro lhe devia cinquenta. Como não tivessem com que

pagar, o homem perdoou os dois. Qual deles o amará mais”? Simão respondeu: “Acho que é aquele a quem ele perdoou mais”. Jesus lhe disse: “você julgou certo”. Então Jesus voltou-se para a mulher e disse a Simão: “Está vendo está mulher? Quando entrei em sua casa, você não me ofereceu água para lavar os pés; ela, porém, banhou meus pés com lágrimas, e os enxugou com os cabelos. Você não me deu o beijo da saudação; ela, porém, desde que entrei, não parou de beijar meus pés. Você não derramou óleo na minha cabeça; ela, porém, ungiu meus pés com perfume. Por esta razão, eu declaro a você: os muitos pecados que ela cometeu estão perdoados, porque ela demonstrou muito amor. Aquele a quem foi perdoado pouco, demonstra pouco amor”. (Lc. 7, 36-47).

Para Jesus a questão da igualdade homem e mulher é tão normal que nem se refere a ela; mas afirma que qualquer pessoa é ‘medida’ pelo amor que demonstra. É a atitude que dignifica ou não a pessoa e não leis pré-estabelecidas e julgamentos discriminatórios. A revolução ética de Jesus, portanto, consistiu, fundamentalmente, em ter superado a ética da norma pela ética da responsabilidade e do amor, que se expressa pelo reconhecimento da pessoa, e pela busca de relações igualitárias entre homens e mulheres.

Jesus conversa com as mulheres, em particular e em público, dialoga com elas e as escuta. Elas participam ativamente das atividades de Jesus; ele não se esquiva de ser tachado de imoral e escandaloso, enquanto desafia os preceitos legais, por exemplo, entrando em casa de mulheres sozinhas, como de Marta e Maria:

Enquanto caminhavam, Jesus entrou num povoado, e certa mulher, de nome Marta, o recebeu em sua casa. Sua irmã, chamada Maria, sentou-se aos pés do Senhor, e ficou escutando a sua palavra. Marta estava ocupada com muitos afazeres. Aproximou-se e falou: “Senhor, não te importas que minha irmã me deixe sozinha com todo o serviço? Manda que ela venha ajudar-me!” O Senhor respondeu: “Marta, Marta! Você se preocupa e anda agitada com muitas coisas; porém, uma só coisa é necessária. Maria escolheu a melhor parte, e esta não lhe será tirada”. (Lc. 10, 38-42).

Essa narrativa mostra que fazer parte da missão de Jesus exige um processo de aprendizado, o que na sociedade judaica era expressamente proibido às mulheres. Maria, a irmã de Marta, é elogiada pelo próprio Jesus porque *escolheu a melhor parte, que não lhe será tirada*, ou seja, Jesus devolve algo de precioso às mulheres, que é a capacidade de aprender, que havia sido ‘tirada’ pela sociedade judaica, como forma de dominá-las. Com Jesus, as mulheres readquirem a possibilidade de construírem seu protagonismo social pelo aprendizado. Marta é repreendida porque quer continuar na antiga condição de mulher servil. Ela também,

agora, pode escolher entre o protagonismo e o servilismo. Marta entendeu a mensagem, naquele dia ou mais tarde, não se sabe. O que se sabe é que ela também se tornou protagonista.

Um tal de Lázaro tinha caído de cama. Ele era natural de Betânia, o povoado de Maria e de sua Irmã Marta... Então, uma das irmãs mandou a Jesus um recado que dizia: “Senhor, aquele a quem amas está doente”. Ouvindo o recado Jesus disse: “Essa doença não é para a morte, mas para a glória de Deus”... Jesus amava Marta, a irmã dela e Lázaro... Quando Marta ouviu que Jesus estava chegando, foi ao encontro dele. Maria, porém, ficou sentada em casa. Então Marta disse a Jesus: “Senhor, se estivesses aqui, meu irmão não teria morrido”... (Jo. 11, 1.20-21).

Vemos, assim, que, quando Jesus chega, é Marta quem corre ao seu encontro e inicia o diálogo com ele. Em outras passagens dos evangelhos de João e de Mateus vê-se também que Marta se torna importante dentre os discípulos e discipulas de Jesus.

Pode-se perceber que as mulheres que convivem com Jesus tornam-se protagonistas do seu projeto, que passa a ser também delas. Um exemplo típico foi a conversa com a samaritana. No diálogo com ela, Jesus rompe diversas convenções sociais: fala com uma mulher, sozinho, em lugar público, sendo ela estrangeira, samaritana e talvez prostituta. E ele se revela a ela como o messias. E ela entende sua proposta e vai anunciá-lo a seus conterrâneos. Essa cena causa admiração até nos discípulos.

Chegou, então, a uma cidade da Samaria chamada Sicar, perto do campo que Jacó tinha dado a seu filho José. Aí ficava a fonte de Jacó. Cansado da viagem, Jesus sentou-se junto à fonte. Era quase meio dia. Então chegou uma mulher da Samaria para tirar água. Jesus lhe pediu: “Dê-me de beber”. (Os discípulos tinham ido à cidade para comprar mantimentos). A samaritana perguntou: “Como é que tu, sendo judeu, pedes de beber a mim, que sou samaritana”? (De fato os judeus não se dão com os samaritanos). Jesus respondeu: “Se você conhecesse o dom de Deus e quem lhe está pedindo de beber, você é que lhe pediria. E ele daria a você água viva”. A mulher respondeu: “Senhor, não tens um balde e o poço é fundo. De onde vais tirar a água viva? Certamente não pretendes ser maior que o nosso pai Jacó, que nos deu este poço, e do qual ele bebeu junto com seus filhos e animais”. Jesus respondeu: “Quem bebe desta água vai ter sede de novo. Mas aquele que beber da água que eu lhe der, esse nunca mais terá sede”... A mulher disse a Jesus: “Senhor dá-me desta água, para que eu não tenha mais sede, nem precise vir aqui para tirar”. (Jo. 4, 5-15)

Depois desse primeiro diálogo, Jesus percebe que a samaritana dá o primeiro passo para o entendimento da mensagem. Vê nela uma pessoa aberta a ultrapassar

as barreiras do preconceito e conquistar a liberdade protagonista de novas relações humanas e sociais. Então Jesus dá um segundo passo nesse diálogo, abordando a vida pessoal dela; novamente obtém uma resposta positiva.

Jesus disse à samaritana: “Vá chamar seu marido e volte aqui”. A mulher respondeu: “Eu não tenho marido”. Jesus disse: “Você tem razão ao dizer que não tem marido; de fato você já teve cinco maridos. E o homem que você tem agora não é seu marido. Nisso você falou a verdade. A mulher então disse a Jesus: “Senhor, vejo que és profeta! Os nossos pais adoraram a Deus nessa montanha. E vocês Judeus dizem que é em Jerusalém o lugar onde se deve adorar”. (Jo. 4, 16-20)

Vemos que, mesmo reconhecendo a grandeza da pessoa de Jesus, a mulher responde as suas provocações, dizendo que os Judeus são manipuladores dos lugares sagrados nos quais devem se adorar a Deus. Ela tomou uma atitude provocante e protagonista.

Jesus disse: “Mulher, acredite em mim. Está chegando a hora, em que não adorarão o Pai, nem sobre esta montanha, nem em Jerusalém... Mas está chegando a hora, e é agora,... A mulher disse a Jesus: “Eu sei que vai chegar um messias (aquele que se chama Cristo); e quando chegar, ele nos vais ensinar todas essas coisas”. Jesus disse: “Esse messias sou eu, que estou falando com você”. (Jo. 4, 21-26)

É interessante observar que em vários momentos, segundo os evangelhos, Jesus proíbe aos discípulos de dizer quem ele era. Nesse momento, ele se revela a uma mulher; ele já havia quebrado muitas prescrições, quebrando nesse ato tantas outras, causando admiração até nos discípulos.

Nesse momento, os discípulos de Jesus chegaram. E ficaram admirados de ver Jesus falando com uma mulher, mas ninguém perguntou o que ele queria ou por que ele estava falando com uma mulher. Então a mulher deixou o balde, foi para a cidade e disse para as pessoas: “Venham ver um homem que me disse tudo o que eu fiz. Será que ele não é o messias?” O pessoal saiu da cidade e foi ao encontro de Jesus. (Jo. 4, 27-30).

Diz ainda o Evangelho de João, que os samaritanos creram em Jesus por causa, num primeiro momento, da palavra da mulher. Não sabemos o que aconteceu depois, mas, com certeza, ela se tornou mais uma discípula de Jesus.

Uma das atitudes mais desafiadoras de Jesus, envolvendo as leis judaicas e a mulher, aconteceu no episódio da mulher adúltera; ele correu o risco de morrer por causa dela. Os fariseus queriam uma decisão. Jesus não deu uma resposta,

imediatamente. O clima criou um momento terrificante também aos discípulos, mas acabaria numa lição tão profunda que certamente eles jamais esqueceram.

Jesus foi para o monte das oliveiras. Ao amanhecer, ele voltou ao templo, e todo o povo ia ao seu encontro. Então Jesus sentou-se e começou a ensinar. Chegaram os doutores da lei e os fariseus trazendo uma mulher, que tinha sido pega cometendo adultério. Eles colocaram a mulher no meio e disseram a Jesus: “Mestre, essa mulher foi pega em flagrante, cometendo adultério. A lei de Moisés manda que mulheres desse tipo devem ser apedrejadas. E tu, o que dizes?” Eles diziam isso para por Jesus à prova e ter um motivo para acusá-lo. Então Jesus inclinou-se e começou a escrever no chão com o dedo. Os doutores da lei e os fariseus continuaram insistindo na pergunta. Então Jesus se levantou e disse: “Quem de vocês não tiver pecado, atire nela a primeira pedra”. E, inclinando-se de novo, continuou a escrever no chão. Ouvindo isso, eles foram saindo um a um, começando pelos mais velhos. E Jesus ficou sozinho. Ora, a mulher continuava ali no meio. Jesus, então, se levantou e perguntou: “Mulher, onde estão os outros? Ninguém condenou você?” Ela respondeu: “Ninguém, Senhor”. Então Jesus disse: “Eu também não te condeno...” (Jo. 8, 1-11).

Era muito mais fácil dizer que a matassem, cumprindo a lei. Mas, se Jesus fizesse isso, estaria matando todo o seu projeto de vida, que tinha por base o amor incondicional pelo ser humano..

Mais uma vez Jesus mostra que a pessoa está acima de qualquer lei. Os homens não podem julgar e condenar, porque são todos pecadores, ‘começando pelos mais velhos’. Se eles condenavam a mulher cometendo adultério, porque não condenavam também o homem, pois ela não poderia ser adúltera, sem o adúltero. No entanto, Jesus quebra mais essa regra hipócrita e discriminatória. Conta a tradição oral que Jesus certamente escrevia os pecados deles no chão.

Esta foi mais uma das mulheres que passou a seguir Jesus, aderindo ao seu projeto, tornando-se protagonista de uma nova forma de viver.

Outro fato muito singular acontece entre Jesus e uma mulher cananéia.

Jesus saiu daí, e foi para a região de Tiro e Sidônia. Nisso, uma mulher cananéia, que morava nessa região, gritou para Jesus: “Senhor, filho de Davi, tende piedade de mim. Minha filha está sendo cruelmente atormentada por um demônio. Mas Jesus nem lhe deu resposta. Então os discípulos se aproximaram e pediram: “Manda embora essa mulher, porque ela vem gritando atrás de nós. (Mt. 15, 21-23)

Aqui se percebe que os discípulos – pelo menos os discípulos homens – ainda não haviam compreendido a missão que Jesus estava lhes convidando a participar; uma pessoa, ‘ainda mulher’ pobre e necessitada, que estava insistindo

num favor diante do desespero da doença de sua filha, deveria ser mandada embora. Essa era ainda a lógica dos discípulos.

Jesus respondeu: “Eu fui mandado somente para as ovelhas perdidas da casa de Israel”. Mas, a mulher aproximando-se, ajoelhou-se diante de Jesus e começou a implorar: “Senhor ajuda-me”. Jesus lhe disse: “Não está certo tirar o pão dos filhos, e jogá-lo aos cachorrinhos”. A mulher disse: “Sim Senhor, é verdade; mas também os cachorrinhos comem as migalhas que caem da mesa de seus donos”. Diante disso, Jesus disse: “Mulher, é grande a sua fé! Seja feito conforme você quer”. E desde esse momento, a filha dela ficou curada. (Mt. 15, 24-28)

A mulher ‘pagã’ reconhece que Jesus não é uma personalidade moral e religiosa, mas alguém que coloca o ser humano em primeiro lugar. Por isso, ela se torna protagonista no sentido de conquistar seu objetivo, que, no momento era a cura de sua filha. Com a confiança nessa forma nova de agir ela tem coragem de romper as prescrições estabelecidas e grita do meio da multidão pedindo socorro. As mulheres não podiam agir assim. Ela tem certeza de que, com Jesus as coisas são diferentes. Jesus, porém, testa sua capacidade de persistir e faz que não a escuta. Ela passa no teste. Enfrenta tudo e a todos, inclusive os discípulos, e conquista seu objetivo. No diálogo, mais uma vez provocante de Jesus, ela ‘tira de letra’ com sua argumentação. Essa é mais uma mulher protagonista que certamente entra para o grupo de Jesus.

Além de tantos contatos interessantes, Jesus coloca mulheres como protagonistas de suas parábolas e responde aos judeus qual deve ser a relação entre homens e mulheres:

Jesus partiu daí e foi para o território da Judéia, do outro lado do rio Jordão. As multidões se reuniram de novo em torno de Jesus. E ele, como de costume, as ensinava. Alguns fariseus se aproximaram de Jesus. Queriam tentá-lo e lhe perguntaram se a lei permitia um homem se divorciar de sua mulher. Jesus perguntou: “O que é que Moisés mandou vocês fazer?” Os fariseus responderam: “Moisés permitiu escrever uma certidão de divórcio e depois mandar a mulher embora”. Jesus, então, disse: “Foi por causa da dureza do coração de vocês que Moisés escreveu esse mandamento. Mas, desde o início da criação, Deus os fez homem e mulher. Por isso, o homem deixará seu pai e sua mãe, e os dois serão uma só carne. Portanto, o que Deus uniu, o homem não deve separar”. (Mc.10, 1-9)

Jesus não hesita em criticar a Torá por permitir o divórcio, por causa da dureza do coração humano; recusa-se a ver o matrimônio a partir de permissões e restrições legalistas. Ele o reconduz ao seu sentido original, que tem por base a

aliança de amor entre duas pessoas iguais. A responsabilidade diante do matrimônio é igual para o marido e a mulher. Portanto, Jesus, mais uma vez, declara a igualdade da mulher em relação ao homem.

5.4 Como Jesus Tratou Outras Pessoas

Já foi visto que a mensagem de Jesus coloca o ser humano, mulher e homem, acima de todas as realidades, inclusive da lei e do templo. Para ele, depois de Deus a pessoa é o que de mais sagrado existe. Em Jesus o ser humano readquire sua autoconfiança, enfrentando o futuro com decisão.

O evangelho de Mateus mostra o convite que Jesus faz para que as pessoas caminhem rumo à perfeição. *Portanto, sejam perfeitos, como é perfeito o pai de vocês que está no céu* (Mt. 5,48); ou seja, Jesus convida para que as pessoas sejam perfeitas como Deus. O sentido desse convite não pode ser entendido ao pé da letra, o que seria impossível. Mas, Jesus convida cada pessoa a caminhar e a aperfeiçoar-se durante toda a vida. Quando uma pessoa desanima ou se acomoda, deixa de exercer seu protagonismo; é o convite para viver intensamente e como aprendiz cada momento da vida. As possibilidades do ser humano são quase infinitas; é necessário acreditar nelas e desenvolvê-las todos os dias da vida, não importando as circunstâncias e a idade. Por isso, cada encontro com Jesus é um desafio, um convite para caminhar, um chamado a superar permanentemente a própria condição, enfim, um convite à liberdade e à capacidade de realizar grandes coisas: *Eu garanto a vocês: quem acreditar em mim fará as obras que eu faço, e fará maiores do que estas.* (Jo. 14, 12). Em outra passagem, Jesus diz aos discípulos e discípulas: *Eu garanto a vocês: se vocês tiverem fé do tamanho de uma semente de mostarda, podem dizer a esta montanha 'vá para lá', e ele irá. E nada será impossível para vocês.* (Mt. 17, 20).

5.4.1 A Viagem de Barca

Logo depois de despedir as multidões, Jesus subiu ao monte para rezar. Ao anoitecer Jesus continuava aí sozinho. A barca, porém, já longe da terra, era batida pelas ondas, porque o vento era contrário. Entre as três e as seis horas da madrugada, Jesus foi até os discípulos, andando sobre o mar. Quando os discípulos o avistaram andando sobre o mar, ficaram apavorados e disseram: "É um fantasma!" E gritaram de medo. Jesus, porém, logo lhes disse: "Coragem, sou eu. Não tenham medo". Então Pedro lhe disse: "Senhor, se és tu manda-me ir ao teu encontro

caminhando sobre a água”. Jesus respondeu: “Venha” Pedro desceu da barca e começou a andar sobre a água, em direção a Jesus. Mas ficou com medo quando sentiu o vento e, começando a fundar, gritou: “Senhor Salva-me”. Jesus logo estendeu a mão, segurou Pedro e lhe disse: “Homem fraco na fé, por que você duvidou?” (Mt. 14, 23-31)

Nesta passagem, sobressai a figura de Pedro, que confiava unicamente na pessoa de Jesus e não em si mesmo. Por isso, afunda com a primeira ameaça e pede socorro a Jesus, que o chama de ‘homem fraco na fé’, que ‘naufraga’ na dúvida e na indecisão. Mas, Jesus desafia-o e trata-o como um aprendiz que ainda está dando seus primeiros passos. Pedro compreendeu, com certeza, que o ser humano tem muito poder, mas não o exerce por medo. As ameaças da vida levam as pessoas a encolherem-se sobre si mesmas e a não se desafiarem em novas tentativas. Mas, esse não foi o caso de Pedro, um ex-pescador que se torna protagonista de muitas histórias, ‘emergindo das ondas’ nos momentos mais críticos, como aquele em que traiu seu amigo Jesus, ou quando ele próprio foi condenado à morte.

5.4.2 O Caso do Menino Possesso⁵

Logo que a multidão viu Jesus, ficou surpresa e correu para cumprimentá-lo. Jesus perguntou aos discípulos: “O que é que vocês estão discutindo com eles?” Alguém da multidão respondeu: “Mestre, eu trouxe a ti meu filho que tem um espírito mudo. Cada vez que o espírito o ataca, joga-o no chão e ele começa a espumar, range os dentes e fica completamente rijo. Eu pedi aos teus discípulos para expulsarem o espírito, mas eles não conseguiram. Jesus disse: “Ó gente sem fé! Até quando deverei ficar com vocês? Até quando terei que suportá-los? Tragam o menino aqui”. E levaram o menino. Quando o espírito viu Jesus, sacudiu violentamente o menino, que caiu no chão e começou a rolar e a espumar pela boca. Jesus perguntou ao pai: “Desde quando ele está assim?” O pai respondeu: “Desde criança. E muitas vezes já o jogou no fogo e na água para matá-lo. Se podes fazer alguma coisa tende piedade de nós e ajuda-nos”. Jesus disse: “Se podes!...Tudo é possível para quem tem fé”. O pai do menino gritou: “Eu tenho fé, mas ajuda minha falta de fé”. Jesus viu que a multidão corria para perto dele. Então ordenou ao espírito mau: “Espírito mudo e surdo eu lhe ordeno que saia do menino e nunca mais entre nele”. O espírito sacudiu o menino com violência, deu um grito e saiu. O menino ficou como morto e por isso todos diziam: “Ele morreu!” Mas Jesus pegou o menino pela mão, levantou-o, e o menino ficou de pé. (Mc.9, 15-27).

Esta passagem nos ensina que os discípulos de Jesus só poderão ajudar os homens e a mulheres a discernir a realidade (ouvir) e a dizer a palavra transformadora (falar), ou seja, a exercerem seu protagonismo, se acreditarem em si

⁵ As doenças desconhecidas eram tratadas pelo povo como espírito mau ou demônio.

mesmos. Jesus profere palavras de forte admoestação e mesmo de decepção frente à debilidade de seus discípulos. No entanto, não desiste deles. Eles estavam em processo de aprendizagem. Reconhecem a própria fraqueza e aprendem com a serenidade e segurança de Jesus, exercendo seu poder. O pai do menino também jogou a responsabilidade de seu filho para Jesus, dizendo: 'se podes' e Jesus adverte-o, repetindo sua frase e afirmando mais uma vez que tudo é possível para quem acredita. O homem não fica calado, mas dá início ao seu protagonismo, reconhecendo sua falta de fé, e pedindo ajuda para poder exercer o poder que está nele próprio.

5.4.3 O Caso do Cego Bartimeu

Bartimeu era um cego que vivia pedindo esmola. Pelo que narra o evangelho, pode-se chegar a uma conclusão que essa era uma vida que ele não queria levar e esperava uma oportunidade para libertar-se; quando ela chegou, isto é, quando Jesus ia passando, ele não a desperdiçou. E Jesus, mais uma vez, testa a perseverança e a firmeza na busca de um de seus interlocutores, e vai em frente, como se nada tivesse ouvido. Mas Bartimeu persiste, mesmo havendo pessoas que o repreenderam para que ele se calasse e continuasse em sua condição de cego e mendigo.

Chegaram a Jericó. Jesus saiu de Jericó, junto com seus discípulos e uma grande multidão. Na beira do caminho havia um cego que se chamava Bartimeu, o filho de Timeu; estava sentado, pedindo esmolas. Quando ouviu dizer que era Jesus Nazareno que estava passando, o cego começou a gritar: "Jesus, Filho de Davi, tem piedade de mim!" Muitos repreenderam e mandaram que ficasse quieto. Mas, ele gritava mais ainda: "Filho de Davi, tende piedade de mim!" Então Jesus parou e disse: "Chamem o cego". Eles chamaram o cego e disseram: "Coragem levante-se, porque Jesus está chamando você". O cego largou o manto, deu um pulo e foi até Jesus. Então, Jesus lhe perguntou: "O que você quer que eu faça por você?" O cego respondeu: "Mestre, eu quero ver de novo". Jesus disse: "Pode ir, a sua fé curou você". No mesmo instante, o cego começou a ver de novo e seguia Jesus pelo caminho. (Mc. 10. 46-52)

Bartimeu não dá ouvidos às pessoas que simplesmente seguem o que todo mundo faz, e não têm coragem de ir além do 'normal'. Continua gritando ainda mais forte. Quando Jesus o chama, o texto diz que ele largou o manto: a expressão 'largar o manto' ou 'largar a capa' significa deixar tudo para traz, despojar-se de tudo, para ir ao encontro do objetivo. Do mesmo modo, a expressão: 'dar um pulo', significava vigor, colocar em ação todas as suas energias. Diante da pergunta de Jesus,

Bartimeu não hesitou em responder que queria 'ver de novo'. Jesus deixa claro a Bartimeu, como o fez a tantas outras pessoas, que 'foi a sua fé que o salvou'. Em outras palavras, se Bartimeu não tivesse tomado todas as iniciativas descritas, nada teria acontecido. Mas, ele decidiu transforma-se de cego e mendigo em discípulo protagonista de um novo mundo, seguindo Jesus.

5.4.4 O Encontro de Zaqueu com Jesus

Zaqueu é um exemplo de que naquela sociedade havia pessoas ricas que também resolveram mudar de vida: de explorador do povo a protagonista de uma nova história. É o caso de Zaqueu, chefe dos cobradores de impostos.

Jesus tinha entrado em Jericó, e estava atravessando a cidade. Havia aí um homem chamado Zaqueu: era chefe dos cobradores de impostos, e muito rico. Zaqueu desejava ver quem era Jesus, mas não o conseguia, por causa da multidão, pois ele era muito baixo. Então correu na frente, e subiu numa figueira para ver, pois Jesus devia passar por ali. Quando Jesus chegou ao lugar, olhou para cima, e disse: "Desça depressa, Zaqueu, porque hoje preciso ficar em sua casa". Ele desceu rapidamente, e recebeu Jesus com alegria. Vendo isso, todos começaram a criticar, dizendo: "Ele foi se hospedar na casa de um pecador!" Zaqueu ficou de pé e disse ao Senhor: "A metade de meus bens, Senhor, eu dou aos pobres; e, se roubei alguém, vou devolver quatro vezes mais". Jesus disse: "Hoje a salvação entrou nesta casa, porque também este homem é um filho de Abraão. De fato, o Filho do Homem veio procurar e salvar o que estava perdido". (Lc. 19, 1-10).

Apesar de satisfeitas todas as necessidades materiais, Zaqueu alimentava o desejo de conhecer Jesus de perto. Não teve vergonha de subir numa árvore. No encontro, Jesus nem toca na sua situação social de homem catalogado como pecador público. Ele percebe que Zaqueu sentiu-se valorizado e viu que Jesus era diferente; não o discriminava. Foi um encontro decisivo para Zaqueu. Muda radicalmente de vida, tornando-se um protagonista social, passando de explorador a aliado do povo.

5.4.5 Não Servos, mas Amigos

O Evangelho de João deixa claro que Jesus não quer estabelecer uma relação de servidão com seus discípulos, nem quer uma adesão de servos ao seu projeto. Ele espera uma adesão livre, de amigos. E a amizade é dom. Jesus é o amigo que dá a vida por seus amigos.

O meu mandamento é este: amem-se uns aos outros, assim como eu amei vocês. Não existe amor maior do que dar a vida pelos amigos... Eu já não chamo vocês de empregados, pois o empregado não sabe o que seu patrão faz; eu chamo vocês de amigos, porque eu comuniquei a vocês tudo o que ouvi de meu Pai. (Jo. 14, 12-15).

A missão da comunidade dos discípulos não nasce da obediência a uma lei, mas de uma adesão livre que faz com que todos participem de uma tarefa comum, que é fazer com que as pessoas se tornem também amigas e a sociedade se torne justa e igualitária. Portanto, Jesus propõe uma relação totalmente diferente daquela praticada em sua época. Jamais um mestre iria chamar seus discípulos de amigos. Com esse 'diálogo revolucionário' Jesus prepara seus discípulos para uma missão protagonista e revolucionária: viver e anunciar a prática do amor irrestrito.

5.4.6 O Poder dos Setenta e Dois

Jesus escolhe outros setenta e dois discípulos e os envia para a missão. A segurança dos discípulos enviados não está nos recursos financeiros que levam, nem em quaisquer outras situações, a não ser no poder pessoal que eles exercerão. Eles devem ir para as cidades e ali praticarem seu protagonismo, tanto nos momentos de sucesso, como nas horas mais difíceis. Eles não devem ter medo de nada.

O Senhor escolheu outros setenta e dois discípulos e os enviou dois a dois, na sua frente, para toda a cidade e lugar aonde ele próprio devia ir. E lhes dizia: "Vão! Estou enviando vocês como cordeiros para o meio de lobos. Não levem bolsa, nem sacola, nem sandálias, e não parem no caminho para cumprimentar ninguém. Em qualquer casa em que entrarem digam primeiro: a paz esteja nesta casa! Se aí morar alguém de paz, a paz de vocês irá repousar sobre eles; se não, ela voltará para vocês. Permaneçam nessa mesma casa, comam e bebam do que tiverem, porque o trabalhador merece o seu salário... Quando vocês entrarem numa cidade e forem bem recebidos, comam o que servirem a vocês, curem os doentes que nela houver... Mas quando vocês entrarem numa cidade, e não forem bem recebidos saiam pelas ruas e digam: até a poeira dessa cidade, que se grudou em nossos pés, nós sacudimos contra vocês. Apesar disso, saibam que o Reino de Deus está próximo"... Os setenta e dois discípulos voltaram muito alegres, dizendo: "Senhor, até os demônios obedecem a nós por causa do teu nome". Jesus respondeu: "... Vejam: eu dei a vocês o poder de pisar em cima de cobras e escorpiões e sobre toda a força do inimigo, e nada poderá fazer mal a vocês. (Lc. 10, 1-19).

As proezas realizadas causam muita alegria nos discípulos. Eles sentem que podem exercer poderes que brotam deles mesmos, os quais aprenderam a exercer com Jesus. Como protagonistas de uma nova realidade que se aproxima, eles não se abalam, nem mesmo quando não são mal recebidos, deixando claro o motivo de sua visita a seus interlocutores e o que eles estão perdendo, ficando fora da nova história. Portanto aquelas pessoas não são mais as mesmas depois do encontro com Jesus. Descobrem que têm muitos desafios pela frente, mas estão certas de que serão vencedoras.

5.4.7 A Parábola dos Talentos

Não basta ficar parado, esperando passivamente a manifestação de Jesus. Ele adverte seriamente a respeito das pessoas que têm medo de arriscar e só andam por 'caminhos seguros'. É preciso lançar-se à ação para que os dons recebidos frutifiquem e se desenvolvam. Foi grande a missão que Jesus confiou à comunidade de seus discípulos, o que não os permite o medo de arriscar; pelo contrário, exige muita coragem e o uso dos dons recebidos.

Acontecerá como um homem que ia viajar para o exterior. Chamando seus empregados, entregou seus bens a eles. A um deu cinco talentos, a outro dois e um ao terceiro; cada qual de acordo com a própria capacidade. Em seguida, viajou para o estrangeiro. O empregado que havia recebido cinco talentos saiu logo, trabalhou com eles, e lucrou outros cinco. Do mesmo modo o que havia recebido dois, lucrou outros dois. Mas aquele que havia recebido um só, saiu, cavou um buraco na terra e escondeu o dinheiro de seu patrão. Depois de muito tempo, o patrão voltou, e foi ajustar contas com seus empregados. O empregado que havia recebido cinco talentos, entregou-lhe mais cinco, dizendo: "Senhor tu me entregaste cinco talentos. Aqui estão mais cinco que lucrei". O patrão lhe disse: "Muito bem, empregado bom e fiel! Como você foi fiel na administração de tão pouco, eu lhe confiarei muito mais. Venha participar da minha alegria". Chegou também o que havia recebido dois talentos e disse: "Senhor, tu me entregaste dois talentos. Aqui estão mais dois que lucrei". O patrão disse: "Muito bem, empregado bom e fiel! Como você foi fiel na administração de tão pouco, eu lhe confiarei muito mais. Venha participar da minha alegria". Por fim, chegou aquele que havia recebido um talento e disse: "Senhor, eu sei que tu és um homem severo, pois colhes onde não plantaste, e recolhes onde não semeaste. Por isso, fiquei com medo, e escondi o teu talento no chão. Aqui tens o que te pertence". O patrão lhe respondeu: "Empregado mau e preguiçoso! Você sabe que eu colho onde não plantei e recolho onde não semei. Então você devia ter depositado o meu dinheiro no banco, para que, na volta, eu recebesse com juros o que me pertence. Tirem dele o talento e dêem a quem tem dez. Porque, a todo aquele que tem, será dado ainda mais, e terá em abundância. Mas daquele que não tem, até o que tem lhe será tirado. (Mt. 25, 14-29)

Ao contrário do que muitos imaginam, o discípulo de Jesus é alguém que usa criatividade e tem espírito empreendedor. Ele não pretende alimentar a preguiça de ninguém, nem aceita a passividade. O discípulo de Jesus é aquele que vai à luta, desenvolvendo-se e aprendendo de forma permanente. É isso que ele quis dizer quando advertiu seus discípulos para que fossem perfeitos como Deus, ou seja, não há idade para deixar de crescer. Não há espaço para os acomodados que cruzam os braços à espera de que Deus resolva seus problemas. Por isso, em sua pedagogia jamais constou o assistencialismo. Ele assistiu muitas pessoas em suas dores, mas sempre exigiu uma contrapartida. Negou-se decididamente a continuar ‘o milagre do pão’, quando percebeu que as pessoas estavam mais interessadas em cruzar os braços e ganhar passivamente o alimento. Naquela ocasião, ele admoestou e exortou a todos, para que buscassem realidades maiores. Portanto, é marca registrada da pedagogia de Jesus despertar o protagonismo de seus interlocutores; uma atitude ativa e cidadã. A autonomia plena.

5.4.8 A Parábola da Semente

Jesus descreve o ser humano como vários tipos de solos, sem, no entanto, julgá-lo por seus erros, acertos fracassos ou sucessos. Jesus plantava continuamente sementes nos solos humanos de seus discípulos, que eram muito misturados e diversificados. Observando sua forma de convivência com os discípulos e discípulas, fica evidente que ele queria construir pessoas autônomas, pensadoras e não meras repetidoras. Por isso, Jesus não ficou proferindo ensinamentos ou regras de comportamento e condutas; ele desejava que seus discípulos soubessem lidar consigo mesmos, a partir de dentro, exercendo seu protagonismo social e originalidade no agir, para realizar a missão assumida.

Ouçam, portanto, o que a parábola do semeador quer dizer: Todo aquele que ouve a palavra do Reino e não a compreende, é como a semente que caiu à beira do caminho: vem o maligno e rouba o que foi semeado no coração dele. A semente que caiu em terreno pedregoso é aquele que ouve a palavra, e logo a recebe com alegria. Mas ele não tem raiz em si mesmo; é inconstante: quando chega uma perseguição ou uma tribulação por causa da palavra, ele desiste logo. A semente que caiu no meio dos espinhos é aquele que ouve a palavra, mas a preocupação do mundo e a ilusão da riqueza sufocam a palavra, e ela fica sem dar fruto. A semente que caiu em terra boa é aquele que ouve a palavra, e a compreende. Esse,

com certeza, produz fruto. Um dá cem, outro, sessenta e outro trinta por um. (Mt. 13, 18-23).

Jesus percebe que as maiores dificuldades dos discípulos para entenderem a grandeza da missão, está na alienação, que tira o poder da decisão humana e causa desânimo, e nas estruturas políticas que fascinam e seduzem. A compreensão da parábola do semeador se realiza no drama da condição humana, dentro da história, dos conflitos pessoais e sociais.

Apesar de tantas dificuldades apresentadas, Jesus percebeu que seus discípulos e discipulas eram bem mais fáceis de serem trabalhados do que, por exemplo, os escribas ou fariseus; estes, apesar de muito superiores intelectualmente, estavam fechados em si mesmos. Para Jesus, as pessoas que não reconhecem as próprias limitações e que não estão abertas a mudanças, não têm chances de crescer e se desenvolver. Mesmo começando suas jornadas de discípulos de Jesus como ‘terrenos à beira do caminho’, de ‘solos rochosos’, ou ainda de ‘solos cheios de espinhos’, todos passaram por estágios de crescimento, porque estavam abertos às novas realidades que iam descobrindo. Houve também muitas desistências; gente que foi ficando pelo caminho, por não acreditar na realização das propostas de Jesus, ou por se tornar ‘impermeável’ às mesmas.

Depois que ouviram essas coisas, muitos discípulos de Jesus disseram: “Esse modo de falar é duro demais. Quem pode continuar ouvindo isso?” Jesus sabia que seus discípulos estavam criticando o que ele tinha dito. Então lhes perguntou: “Isso escandaliza vocês?”... A partir desse momento, muitos discípulos voltaram atrás, e não andavam mais com Jesus. Então Jesus disse aos doze: “Vocês também querem ir embora?” (Jo. 6, 60-67).

As palavras de Jesus provocam resistências e desistências entre os discípulos. Muitos conservam a idéia de um Messias-Rei e queriam seguir Jesus apenas no triunfo. Desistem por medo de se comprometerem frente às inúmeras dificuldades e às poucas vantagens materiais que essa proposta apresentava. Alguns poucos, possivelmente com muito medo, dão sua adesão, aceitando as exigências. Os discípulos e discipulas passaram por vários testes. A cada teste, lançavam raízes mais profundas. É passando por momentos difíceis como estes que eles vão forjando seu protagonismo pessoal e social.

Passado mais de um ano, os discípulos apresentavam reações agressivas e egoístas. No segundo ano, ainda competiam, uns querendo ser maiores

que os outros. No terceiro ano, o individualismo ainda tinha fortes raízes. No final da jornada, logo antes da crucificação, o medo ainda encarcerava os discípulos... Jesus não era apenas um vendedor de sonhos. Ele acreditava no potencial de suas sementes e nos solos que cultivara... Raramente alguém acreditou tanto no ser humano. Nunca alguém entendeu tanto das vielas de nossa emoção e desejou transformar o teatro de nossa mente num espetáculo de sabedoria. (Cury, 2006, p. 86-87).

A ação de Jesus não era paternalista, mas um verdadeiro diálogo libertador com os discípulos, do qual esperava uma adesão livre. Era um diálogo, muitas vezes dramático, porque a resposta devia ser pessoal, com todo o risco que isso significava. Risco de lentidão, de retrocesso, de traição e de fracasso. Jesus não fez do ato de ensinar seus discípulos uma representação ou um teatro, mas uma aposta real na resposta positiva desses homens e mulheres, a caminho, débeis e sujeitos a tantas fraquezas humanas. Jesus contou com a resposta que brotou do coração, como do amor de um verdadeiro amigo, filho ou esposa, e não como de um servo ou de uma escrava.

5.4.9 O Risco de Quem Adquire Poder

Para compreender Jesus é preciso mudar radicalmente de idéia que se tem a respeito do poder. Jesus continua paciente, ensinando seus discípulos que o poder, quando é usado para dominar os outros, não vem de Deus e é contrário à sua proposta. Mas os discípulos custam a entender isso. João disse a Jesus: *“Mestre, vimos um homem que expulsava demônios em teu nome. Mas nós lhe proibimos, porque ele não anda conosco”*. Jesus lhe disse: *“Não lhe proibam. Pois, quem não está contra vocês, está a favor de vocês”*. (Lc., 9, 49-50).

Com certeza, o projeto de Jesus não era fundar uma religião, como tantas outras. Ele queria alcançar toda a humanidade; desejava encontrar o ser humano, independentemente de sua condição cultural, econômica ou social. Ele pretendia que seus discípulos e discípulas fossem homens e mulheres livres, que, por sua vez, formassem outras pessoas livres.

Então ele tomou firme decisão de ir para Jerusalém, e enviou mensageiros à sua frente. Estes puseram-se a caminho, e entraram num povoado dos samaritanos, para conseguir alojamento para Jesus. Mas, os samaritanos não o receberam, porque Jesus dava a impressão de quem se dirigia para Jerusalém. Vendo isso, os discípulos Tiago e João disseram: *“Senhor, queres que mandemos descer fogo do céu para acabar com eles?”* Jesus,

porém, voltou-se e os repreendeu. E partiram para outro povoado. (Lc. 9,51-56)

A paciência de Jesus conseguiu vencer as resistências de seus discípulos, mesmo que, para isso, na última ceia, tenha precisado lavar os pés dos mesmos, para fazê-los entender que seu reino era de outra natureza, ou seja, não residia na conquista do poder político ou religioso, mas no serviço ao ser humano. Jesus mostrou-lhes que o maior não é aquele que ‘acaba’ com os outros ‘usando fogo do céu’, mas aquele que serve; ele fez isso num momento extremo de sua via, quando estava para ser traído e condenado à morte. Deixou ‘uma cena viva e chocante’ como memorial, nos corações e nas mentes de seus discípulos, lavando-lhes os pés. Com certeza, os discípulos entenderam que o protagonismo social que iriam exercer era também de outra natureza.

5.4.10 O Poder de Ganhar o Mundo

Os quatro evangelistas, Mateus, Marcos, Lucas e João referem-se à missão dada por Jesus aos discípulos, no momento de sua despedida. Não será tratada aqui a questão da ressurreição de Jesus, pois, neste caso, estaria sendo abordado o campo da fé, o que não é a finalidade deste trabalho.

O fato é que Jesus reuniu seus discípulos e deu-lhes uma missão, abrangendo o mundo inteiro. Eles devem continuar sua ação.

Então Jesus disse: “Vão pelo mundo inteiro e anunciem a boa notícia para toda a humanidade... Os sinais que acompanharão aqueles que acreditarem são estes: expulsarão demônios em meu nome, falarão novas línguas; se pegarem cobras ou beberem algum veneno, não sofrerão nenhum mal; quando colocarem as mãos sobre os doentes, estes ficarão curados... Os discípulos então saíram e pregaram por toda parte. O Senhor os ajudava e, por meio dos sinais que os acompanhavam, provava que o ensinamento deles era verdadeiro. (Mc. 16, 15-20).

É uma missão destinada a todos os povos e pretende provocar a transformação da história, a partir dos mais sofredores e marginalizados. Lucas deixa claro que a missão dos discípulos se dá na história, em meio aos conflitos e perseguições. Os limites geográficos desta missão, segundo Lucas, são ‘os extremos da terra’. (Atos, 1, 8). Segundo a narração de Marcos e Mateus, alguns

discípulos ainda estavam duvidando no momento da despedida; Jesus os repreendeu e os incentivou a continuarem firmes. Não desistiu, mas apostou neles até o fim. Jesus não deixou um sinal, um dogma religioso ou qualquer outro símbolo externo para identificar os discípulos, mas apenas o amor entre eles. Não quis que os discípulos se tornassem meros repetidores de regras morais ou éticas. Seu plano era mais profundo. Desejava que eles escrevessem a própria história, aprendessem a pensar antes de agir, rompessem o cárcere interior e se tornassem, antes de tudo, líderes de si mesmos. Só assim seriam capazes de amar o espetáculo da vida, principalmente daquelas pessoas mais maltratadas pelo egoísmo humano.

Essa era a grande missão: fazer com que as pessoas, enfim, os povos se amassem uns aos outros.

Ao aprender a linguagem do amor, os discípulos perderam paulatinamente o individualismo, mas não a individualidade. Mantiveram sua identidade, as suas características particulares, preferências, gostos, reações. Os discípulos continuaram com personalidade diferentes umas das outras. Mas qual era a personalidade preferida de Jesus? A sensível como a de João, a determinada como a de Pedro ou a perspicaz como a de Paulo? Jesus não demonstrou qualquer preferência. O mestre inesquecível respeitava e apreciava as diferenças. Queria apenas saber se o amor irrigava ou não a personalidade deles... Se Nietzsche, Karl Marx e Jean-Paul Sartre tivessem tido a oportunidade de analisar a personalidade de Jesus e sua atuação nos bastidores da mente dos discípulos, como eu fiz... É possível que se colocassem entre seus mais apaixonados seguidores. (Cury, 2006, p.165 e 185)

O treinamento que Jesus fez com seus discípulos incluiu não só as mensagens mais profundas da vida, mas os caminhos da libertação pessoal, a motivação pela missão, ou seja, a paixão pelo ser humano, a comunicação, a oratória, e, o mais difícil, o relacionamento fraterno entre eles, aprendendo a servir primeiro aquele que desejava ser o maior. Eles permaneceram, por muito tempo, apegados a uma idéia de grandeza que consistia na crença de que Jesus iria restaurar politicamente o Reino de Israel, libertando-o das mãos dos romanos. Esta pergunta eles ainda fizeram no momento da despedida: *Então, os que estavam reunidos perguntaram a Jesus: “Senhor, é agora que vais restaurar o Reino de Israel?”* (Atos, 1, 6). Jesus agiu mais uma vez com paciência, ajudando, mesmo neste momento extremo, a elevar a compreensão dos discípulos, mostrando que a missão deles era muito mais ampla que essa: era restaurar o reino da vida.

5.5 Os Protagonistas Sem Jesus

Após a morte de Jesus, seus discípulos tornaram-se grandes propagadores de sua proposta, cada qual com sua individualidade própria, mas seguindo estratégias comuns; libertaram sua criatividade, inteligência, sensibilidade e coragem. Discursaram com a maior convicção e encantaram platéias pelo mundo afora. Eles têm consciência de que o Reino de Deus não é algo mágico, descendo do céu, mas ele acontece no dia-a-dia da história dos seres humanos, com todas as suas implicações e desafios. O livro dos Atos dos Apóstolos mostra o protagonismo desses discípulos; eles testemunham a grande novidade que transforma pessoas, relações estruturais e sociais, provocando alternativas que se chocam frontalmente com os interesses sociais vigentes da classe dominante. A novidade desperta conflitos dentro da própria comunidade dos discípulos e desta com a sociedade. Dentro da comunidade surge o conflito de tendências:

Naqueles dias o número dos discípulos tinha aumentado, e os fiéis de origem grega começaram a queixar-se contra os fiéis de origem hebraica. Os de origem grega diziam que suas viúvas eram deixadas de lado no atendimento diário. Então os doze convocaram uma assembléia geral dos discípulos e disseram: "Não está certo que nós deixemos a pregação da palavra de Deus para servir às mesas. Irmãos é melhor que escolham entre vocês sete homens de boa fama, repletos do espírito e sabedoria, e nós os encarregaremos dessa tarefa. Desse modo nós poderemos dedicar-nos inteiramente à oração e ao serviço da palavra". A proposta agradou a toda a assembléia. (Atos, 6, 1-5).

Os primeiros discípulos aprenderam, desde cedo, a resolver os conflitos e outras questões, de forma democrática, nas assembléias, através da quais todos se sentiam protagonistas da construção da proposta assumida. Não havia concentração de poder, nem de funções. Todos participavam do poder e assumiam responsabilidades. Este episódio, entre tantos outros, mostra como os ministérios ou serviços vão surgindo na comunidade, em resposta às necessidades concretas que surgem. Assim, vão se formando estruturas de serviço e não de mando.

Os conflitos internos também surgem entre os discípulos de origens diversas.

Chegaram alguns irmãos da Judéia e doutrinaram os irmãos de Antioquia, dizendo: "Se não forem circuncidados, como ordena a lei de Moisés vocês não poderão salvar-se". Isso provocou alvoroço e uma discussão muito séria deles com Paulo e Barnabé. Então ficou decidido que Paulo, Barnabé e mais alguns iriam a Jerusalém para tratar dessa questão com os

apóstolos e anciãos. Com o apoio e solidariedade da Igreja de Antioquia, eles atravessaram a Fenícia e a Samaria... Então os apóstolos e os anciãos se reuniram para tratar do assunto. Depois de longa discussão, Pedro levantou e falou: "... Então, por que vocês agora tentam a Deus, querendo impor aos discípulos um jugo que nem nossos pais nem nós mesmos tivemos a força para suportar?"... Houve então um silêncio em toda a assembléia. Depois disso, ouviram Barnabé e Paulo... Quando Barnabé e Paulo acabaram de falar, Tiago tomou a palavra e disse: "... Por isso, eu sou da opinião que não devemos importunar os pagãos que se converteram a Deus". Então os apóstolos e os anciãos, de acordo com toda a comunidade de Jerusalém, resolveram escolher alguns da comunidade para mandá-los com Paulo e Barnabé para Antioquia. (Atos, 15, 1-22)

Na relação da comunidade dos discípulos com a sociedade surge o conflito frente ao poder político romano, como um prolongamento dos conflitos de Jesus com as estruturas políticas de seu tempo. A comunidade dos discípulos se desenvolve como dinamismo polarizado no testemunho e na missão, livre do jurisdicismo. Sua estrutura ainda é bastante carismática e suas instituições só vão sendo criadas à medida que se tornam meios eficazes para atender às necessidades internas e às exigências da missão.

5.5.1 A Pedagogia dos Discípulos

Pedro e João, a caminho do templo, encontram um coxo de nascença. A cura que realizam lembra a ação de Jesus, diante dos sofredores: uma atenção total à pessoa e uma oferta muito maior que uma simples esmola. Os apóstolos tinham certeza do poder que possuíam e sabiam que esse poder era infinitamente maior que aquele que provém do dinheiro ou de um cargo político. Era um poder que libertava as pessoas e as ajudava a tornar-se sujeitas da própria história.

Pedro e João iam subindo ao templo para a oração das três horas da tarde, quando viram um homem, coxo de nascença. Costumavam colocá-lo todos os dias na porta do templo, chamada Formosa, para pedir esmola aos que entravam no templo. Quando viu Pedro e João entrando no templo, o homem pediu uma esmola. Pedro e João olharam bem para o homem. E Pedro disse: "Não tenho ouro nem prata, mas o que tenho eu lhe dou: em nome de Jesus Cristo, o Nazareu, levante-se e comece a andar!". Depois, Pedro pegou a mão direita do homem e o ajudou a se levantar. Na mesma hora, os pés e os tornozelos do homem ficaram firmes. Então deu um pulo, ficou de pé e começou a andar. E entrou no templo junto com Pedro e João, andando, pulando e louvando a Deus. O povo viu o homem andando e louvando a Deus. Reconheceram que era ele quem ficava pedindo esmolas na porta Formosa do templo. E ficaram admirados e espantados

com o que havia acontecido a ele. O homem curado não deixava mais Pedro e João. (Atos, 3, 1-10).

A mensagem é clara: o aleijado é a personificação do fraco e dependente. A riqueza (ouro e prata) não liberta; ao contrário, produz sempre novas formas de submissão e opressão. As religiões vigentes naquela sociedade não incluíam os mais pobres. Eles ficavam do lado de fora. Não tinham chance de se libertar, porque a única coisa que aquela sociedade oferecia era esmola. O coxo, num primeiro momento, nem acreditou no que estava acontecendo. Precisou da ajuda de Pedro. Quando caiu em si, deu um pulo, o que queria significar: muita vitalidade e energia. Bartimeu, diante de Jesus, também havia dado um pulo na hora que se sentiu curado. O coxo não ganhou uma esmola, mas a própria liberdade. Tornou-se um protagonista, pois ele entrou no templo pulando e louvando a Deus. Só as pessoas que possuíam um lugar social podiam fazer isso. O trajeto daquele homem foi o de milhares de pessoas, também depois da partida de Jesus Cristo: de coxo, mendigo e esmoleiro a protagonista social, autônomo e sujeito. Com certeza tornou-se mais um discípulo de Jesus. As perseguições logo chegaram, pois a ameaça à classe dominante daquela sociedade continuou contra os discípulos de Jesus.

Pedro e João ainda estavam falando ao povo, quando chegaram os sacerdotes, o chefe da guarda do templo e os saduceus. Estavam irritados porque os apóstolos ensinavam ao povo... Prenderam Pedro e João... Todavia, muitos daqueles que tinham ouvido o discurso acreditaram... No dia seguinte se reuniram em Jerusalém os chefes, os anciãos e os doutores da lei. Aí estava o sacerdote Anás e também Caifás, João Alexandre e todos os que pertenciam às famílias dos chefes dos sacerdotes. Então Pedro... falou para eles... Eles ficaram admirados ao ver a segurança com que Pedro e João falavam, pois eram pessoas simples e sem instrução. Reconheceram que eles eram companheiros de Jesus... (Atos, 4, 1-13)

O Sinédrio vive um dilema: Não pode negar a cura do aleijado, em nome daquele Jesus, que tinha sido condenado e morto por eles mesmos. Mas também não pode inventar qualquer outra explicação, porque teme o povo. Resta apenas uma atitude: reprimir os apóstolos, proibindo-os de continuar uma prática ligada ao nome de Jesus. As autoridades se reúnem para decidir a sorte dos apóstolos. Enquanto isso, esses continuam a ensinar o povo, apesar da proibição.

De início, para as autoridades, o anúncio cristão foi considerado um movimento de insurreição política, como qualquer outro. Mas, aos poucos, as

comunidades vão tomando corpo e se multiplicando. Rapidamente a mensagem se estende por todo o império romano. Passa-se, então a entender que o fenômeno era bem mais amplo e que era portador de uma mensagem e um modo de viver que encantava milhares de pessoas.

Muitos sinais e prodígios eram realizados entre o povo pelas mãos dos apóstolos. E todos os fiéis se reuniam em grupo no Pórtico de Salomão. Os outros não se atreviam a ajuntar-se a eles, mas o povo os elogiava muito. Uma multidão cada vez maior de homens e mulheres aderiu ao Senhor, pela fé. Chegaram ao ponto de transportar doentes para as praças, em esteiras e camas, para que Pedro, ao passar, pelo menos a sua sombra cobrisse alguns deles. A multidão vinha até de cidades vizinhas de Jerusalém, trazendo doentes e pessoas tomadas por espíritos maus. E todos eram curados. (Atos, 5, 12-16).

A prática dos discípulos liberta da alienação a consciência (espíritos maus) e liberta os corpos oprimidos (doenças). Favorecido, o povo acolhe e adere à mensagem e vê nela um projeto inovador, mas teme ajuntar-se aos discípulos, com medo das autoridades.

Portanto, a atuação dos discípulos e discípulas de Jesus em seus inícios é de caráter carismático-pessoal livre, acontecendo através de missionários itinerantes. Não tinha por base uma autoridade hierárquico-institucional, mas pneumático-pessoal. A institucionalização da comunidade cristã, que vai acontecer mais tarde, representa um processo sociologicamente necessário; um movimento carismático necessita de institucionalização para sobreviver ao tempo e não reduzir-se simplesmente a uma seita. Entretanto, se o processo de institucionalização vai acontecer de forma autoritária, monárquica ou comunitária, participativa e democrática, é outra questão.

Os Atos dos Apóstolos, livro que conta a atuação e formação das primeiras comunidades, mostram a comunidade primitiva, vivendo ainda o fervor dos primeiros momentos, aberta à inspiração do futuro.

O passo decisivo ocorreu quando surgiram as comunidades nas grandes cidades do império romano, principalmente ligadas ao trabalho do apóstolo Paulo; nessas comunidades, com um número maior de pessoas concentradas num mesmo lugar, surgiu a necessidade de se criar funções diferenciadas. Surgem os 'ministérios' ou serviços na base das comunidades, nascidos do engajamento pessoal e da aptidão específica de cada indivíduo (tanto homens como mulheres).

5.5.2 O 'Destino' dos Discípulos Protagonistas e o Sucesso da Missão

Já nos primeiros tempos da comunidade cristã, desencadeiam-se diversas perseguições contra eles. No ano 65, por exemplo, Nero provocou um incêndio criminoso em Roma e culpou os cristãos. Queria um pretexto para eliminá-los. Milhares de cristãos serviram de pasto aos leões nas arenas romanas.

Antes da perseguição de Nero, Tiago Maior sofrera o martírio (43) e em (61) Tiago Menor.

Da mesma forma, conta a tradição que Tomé morreu atravessado por uma flecha, na Índia e, neste mesmo país, Bartolomeu foi abatido a bordoadas e depois crucificado na Armênia.

Filipe morreu em Hierápolis, cidade da Frigia. Foi condenado e crucificado como criminoso.

André também foi condenado e crucificado. Marcos foi arrastado para uma fogueira e queimado vivo. Mateus morreu transpassado por uma lança, no Egito.

Pedro, como tantos outros discípulos, foi preso várias vezes. Ele teria morrido como um pescador anônimo, se não tivesse encontrado Jesus. Pedro, de pescador passa a ser um grande protagonista, que vê a humanidade de uma maneira nova; a vida adquiriu um novo sentido. Alguns relatos dizem que ele foi crucificado em Roma. Hegessipo (1980) diz que o imperador Nero procurava fatos para condenar Pedro. Ao ser crucificado, a tradição conta que ele não se achou digno de morrer do mesmo modo que Jesus. Pedro pede para ser crucificado de cabeça para baixo.

Paulo não teve outra sorte. Por causa de sua ação protagonista e pelo 'perigo' que representava à sociedade, foi decapitado; só não foi crucificado porque tinha cidadania romana.

No tempo do imperador Domiciano, depois de perseguido, João foi exilado na ilha de Patmos.

Foi em Jerusalém que teve início a formação do cristianismo. Durante os 15 primeiros anos, os cristãos foram se espalhando rapidamente.

O Cristianismo, depois de atingir os Judeus da Palestina e fora da Palestina (Diáspora), entra nos ambientes pagãos, no oriente e no ocidente.

No mundo oriental, onde se falava o Aramaico, o cristianismo atingiu: a Transjordânia, Arábia, Fenícia, Celessíria, Adiabena e Osroena.

Quando Saulo se converteu em 38, já existia uma comunidade cristã em Damasco, uma vez que para lá se dirigiu a fim de efetuar prisões. A Fenícia que faz

parte de Damasco também foi evangelizada. A primeira comunidade em Damasco aparece, pois, em 37; os cristãos de Damasco são judeus.

O segundo centro, e o principal da expansão da Igreja na Síria é Antioquia, cidade muito importante politicamente. É a capital do oriente. Lugar onde se desenvolveu muito a cultura grega. Sua população é de maioria Síria, com muitos gregos e judeus em seu meio.

Foi em Antioquia que, pela primeira vez, se deu o nome a esta comunidade de “cristãos”; chamaram assim para referir-se aos “partidários de Cristo”.

Assim, muito cedo, Antioquia se tornou um centro de expansão do cristianismo ao mundo helenístico. A partir daí a obra missionária continua. É em Antioquia que se encontram alguns dos documentos mais antigos do cristianismo como, por ex, os primeiros textos do Evangelho de Mateus. A partir de Antioquia também foram evangelizadas as regiões vizinhas. Na carta aos Gálatas, Paulo fala da pregação na Síria e na Cilícia, em 43-44, ano em que passa em Antioquia com Barnabé.

A evangelização de Chipre é mais antiga. Os (Atos 11,19) dizem que os helenistas aí chegaram, depois de 37; quando Paulo e Barnabé vão para lá, em 45, já encontram comunidades.

Outras regiões evangelizadas por Paulo e Barnabé foram a Ásia, Macedônia e Acaia.

É desse grupo que na primavera de 45 há de partir uma missão para a Ásia. Ali começa o ministério de Paulo. Essa missão compreende Perge e Átala na Panfília, Antioquia na Pisídia, Icônio, Listra e Derbe na Licaônia. (At. 13,5; 13,14; 41,1).

Enfim, estes e milhares de outros seguidores desenvolveram de forma extraordinária seu protagonismo pessoal e social. Não tiveram medo de nada, nem de perder a própria vida. Tornaram-se pessoas focadas numa proposta revolucionária e por ela deram a vida. O sucesso da missão foi absoluto.

Mas, a proposta de Jesus, a partir do fim do segundo século, começa a passar por grandes transformações; ela vai perdendo o equilíbrio entre a instituição necessária, para que seja garantida a continuidade da mensagem, e seu conteúdo profético. Cresce a instituição e as condições históricas, no contexto do império romano, fazem com que esta instituição se fortaleça cada vez mais, deixando-se seduzir pelo poder temporal e distanciando-se da proposta de Jesus.

CAPÍTULO 3

A PROPOSTA DE JESUS E O PODER IDEOLÓGICO DA IGREJA

1. As Ideologias e o Poder Dominação

No 'mundo da Igreja' existe um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações e significações, de normas e regras, que prescrevem aos seus agentes o que devem pensar e como devem pensar, o que devem sentir e como devem sentir, o que devem dizer e fazer e como devem dizer e fazer. Este conjunto forma um *poder ideológico* que perpassa também todas as estruturas da Igreja, criando um corpo bem articulado, que explica, justifica e regula a vida de seus membros.

O poder ideológico da Igreja Católica vai além de uma simples ideologia religiosa em sentido amplo, e de simplesmente conferir regras de conduta aos seus fiéis ou estabelecer a eles um corpo doutrinário. Marx diz que uma ideologia, além de conferir regras e estabelecer um corpo doutrinário, também está perpassada por várias *formas de conhecimento ilusório* que levam a um *mascaramento e inversão da realidade*. Segundo a concepção marxista, a ideologia adquire um sentido negativo, como instrumento de dominação. Marilena Chauí afirma que:

A função principal da ideologia é ocultar e dissimular as divisões sociais e políticas, dar-lhes aparência de indivisão e de diferenças naturais entre os seres humanos. Indivisão: apesar de divisão social das classes, somos levados a crer que somos todos iguais porque participamos da idéia de “humanidade”, ou da idéia de “raça” etc. Diferenças naturais: somos levados a crer que as desigualdades sociais, econômicas e políticas não são produzidas pela divisão social das classes, mas por diferenças individuais de talentos e das capacidades, da inteligência, da força de vontade maior ou menor, etc. (Chauí, 2000, p. 174)

Portanto, uma das principais funções da ideologia é o processo de naturalização, na medida em que considera naturais aquelas situações, que, na verdade, são produtos da ação humana e que, por isso, são históricas. Opera também um processo de universalização, produzindo um ocultamento das coisas que não ‘devem’ ser explicadas, sob pena de seu desmascaramento. A ideologia é, portanto, ilusória, enquanto produz uma aparência que oculta a forma pela qual uma realidade social é produzida.

Para Chauí,

A produção ideológica da ilusão social tem como finalidade fazer com que todas as classes sociais aceitem as condições em que vivem, julgando-as naturais, normais, corretas e justas, sem pretender transformá-las ou conhecê-las realmente, sem levar em conta que há uma contradição profunda entre as condições reais em que vivem e as idéias. Por exemplo, a ideologia afirma que somos todos cidadãos e, portanto, temos todos os mesmos direitos sociais, econômicos, políticos e culturais. (idem, p. 174)

Como a ideologia adquire tanto poder? Como ela consegue fazer com que idéias e práticas de dominação se reproduzam por décadas e até séculos? De onde vem a sua força? Por que as pessoas encontram tanta dificuldade de enxergar a realidade assim como ela é? Segundo Marilena Chauí a ideologia opera através de três formas básicas: *a inversão, o imaginário social e o silêncio.*

Em primeiro lugar, opera a **inversão**, isto é, coloca os efeitos no lugar das causas e transforma estas últimas em efeitos. Ela opera como o inconsciente: este fabrica imagens e sintomas; aquela fabrica idéias e falsas causalidades. (idem, p. 175)

Ao se colocar os efeitos no lugar das causas e as causas no lugar dos efeitos, a realidade se posiciona de cabeça para baixo, invertendo-se.

A segunda maneira de operar da ideologia é a produção do **imaginário social**, através da imaginação reprodutora. Recolhendo as imagens diretas

e imediatas da experiência social (isto é, do modo como vivemos as relações sociais), a ideologia as reproduz, mas transformando-as num conjunto coerente, lógico e sistemático de idéias que funcionam em dois registros: como representação da realidade (sistema explicativo ou teórico) e como normas e regras de conduta e comportamento (sistema prescritivo de normas e valores). Representações, normas e valores formam um tecido de imagens que explicam toda a realidade e prescrevem para toda a sociedade o que ela deve pensar e como ela deve pensar, falar, sentir e agir. A ideologia assegura a todos, modos de entender a realidade e de se comportar nela ou diante dela, eliminando dúvidas, ansiedades, angústias, admirações, ocultando contradições da vida social, bem como as contradições entre esta e as idéias que supostamente a exprimem e controlam. (idem, p. 175)

As pessoas passam, então, a pensar e agir de acordo com certos interesses, sem disso se aperceberem, pensando que são elas próprias que escolheram pensar e agir dessa forma. Até onde as pessoas são elas mesmas? Será que as pessoas escolheriam os mesmos valores e viveriam tranquilamente as mesmas regras de conduta se elas soubessem que estão a serviço de interesses de outros grupos ou classes sociais? Muitas pessoas são como que tomadas de grande surpresa ao se conscientizarem da forma como viveram por muito tempo e concluem que *não entendem como puderam passar tanto tempo como cegas, sem perceber ou enxergar uma realidade que estava bem na frente de seus olhos.*

Enfim, uma terceira maneira de operação da ideologia é o **silêncio**. Um imaginário social se parece com uma frase, onde nem tudo é dito, nem pode ser dito, porque, se tudo fosse dito, a frase perderia a coerência, tornar-se-ia incoerente e contraditória e ninguém acreditaria nela. A coerência e a unidade do imaginário social ou ideologia vêm, portanto, do que é silenciado (e, sob esse aspecto, a ideologia opera exatamente como inconsciente descrito pela psicanálise). (idem, 175)

Em ciência política aprende-se que o *não dito* é o que realmente está por trás das intenções. Desse não dito, muitas pessoas têm consciência, mas fingem que nada sabem, porque correm o risco de serem punidas, de alguma forma, como a perda de cargos ou de ascensão social. Por isso, a atitude do faz-de-conta é comum na sociedade.

Acredita-se, e de certa forma é real, que as pessoas que falam a verdade acabam no ostracismo. Essa cultura de fingir acreditar no que não é como se fosse domina praticamente todos os setores da sociedade. Por isso, uma pessoa que não tem medo de falar a verdade causa tanta admiração no meio social, porque, de certa forma, ela representa aquilo que não se faz, por falta de coragem.

Desta forma, é assegurada a coesão do grupo e a aceitação, o quanto possível sem críticas, das tarefas e situações que são atribuídas a cada pessoa, quase sempre em nome da 'vontade de Deus'.

Assim, esse poder passa quase que automaticamente a ser reproduzido pelas pessoas e grupos, independentemente de suas consciências e vontades.

A ideologia gera uma poderosa *força simbólica* e não é construída de forma aleatória, mas é resultado de múltiplas escolhas realizadas ao longo da história, e na mesma direção.

A força simbólica é uma forma de poder que se exerce sobre os corpos, diretamente, e como que por magia, sem qualquer coação física; mas essa magia só atua com o apoio de predisposições colocadas, como molas propulsoras, na zona mais profunda dos corpos. Se ela pode agir como *um macaco mecânico*, isto é, com um gasto extremamente pequeno de energia, ela só consegue porque desencadeia disposições que o trabalho de inculcação e de incorporação realizou naqueles ou naquelas que, em virtude desse trabalho, se vêem por ela capturados. (Bourdieu, 1999, p. 50).

Essa força exerce sua magia de forma especial e mais facilitada ainda, nos corpos dos agentes religiosos, quando opera com palavras 'mágicas' carregadas de poder que atingem também a consciência religiosa como: 'é vontade de Deus', 'isso agrada a Deus', 'Deus te chama para', 'é Deus que quer assim'.

Toda a estrutura religiosa, conservada e alimentada, não é, portanto, neutra, mas cheia de 'intenções' que levam seus agentes a reproduzir, de forma inconsciente, até aquilo que discordariam e negariam se delas tivessem consciência. Como diz Durkheim, referindo-se ao pensamento religioso:

Na medida em que ele progride na História, as causas que o chamaram à existência, permanecendo sempre ativas, não são mais percebidas se não através de um vasto sistema de interpretações que as deformam. As mitologias populares e as teologias sutis fizeram seu trabalho: elas sobrepuseram aos sentimentos primitivos sentimentos muito diferentes que, dependendo dos primeiros, dos quais elas são a forma elaborada, entretanto, não deixam transparecer sua natureza verdadeira se não muito imperfeitamente. (Durkheim, 1973, p. 511).

A Igreja Católica inscreve-se neste contexto de poder-dominância, caracterizando por uma hierarquia que a perpassa em todos os níveis. Esse poder se torna violência simbólica, quando é usado para o exercício do poder-dominância de um grupo sobre outro. É uma forma de violência silenciosa que faz do ser

humano um ser subjugado e enganado, sem que disso, muitas vezes, ele tenha consciência.

Na base da coesão e reprodução dessa estrutura está a idéia-chave de que as pessoas que ocupam um cargo na hierarquia religiosa representam Deus e sua vontade. Assim, o poder ocupado pela hierarquia religiosa reveste-se do sagrado, assumindo simbolicamente grande capacidade de dominar as consciências, porque as pessoas não ousam desafiar Deus e, para elas, Deus age pela hierarquia. Isso não significa que não haja divergências e busca de mudanças, mas, como diz Gramsci,

Deve-se notar que todas as inovações no seio da Igreja, quando não são devidas à iniciativa do centro, têm em si algo de herético e terminam assumindo explicitamente este caráter, até que o centro reage energicamente, desbaratando as forças inovadoras, reabsorvendo os vacilantes e excluindo os refratários. (Gramsci, apud Portelli, 1984, p. 152).

Este 'poder simbólico religioso' está, portanto, inscrito nos corpos de seus agentes, como se fosse normal e natural. Está presente em todas as coisas: linguagem, construções, objetos sagrados, ritos, vestes, no mundo social, nos corpos e nos hábitos, tornando-se quase imperceptível em suas conexões e articulações.

Durkheim afirma que 'as formas de classificação' com as quais é construído este 'mundo religioso' precisam, portanto, passar por um processo de decodificação de seus mecanismos mais sutis de reprodução, possibilitando sua compreensão.

Portanto, todas as vezes que se empreende explicar uma coisa humana, tomada em um momento determinado do tempo – quer se trate de uma crença religiosa, de uma regra moral, quer de um preceito jurídico, de uma técnica estética, de um regime econômico –, é preciso começar por retroceder até sua forma mais primitiva e mais simples, procurar dar conta dos caracteres pelos quais ela se define neste período de sua existência, depois mostrar como ela se desenvolveu e se complicou pouco a pouco, como ela se tornou o que é no momento considerado. (Durkheim, 1973, p. 509)

Neste trabalho será seguido este caminho sugerido por Durkheim, pelo menos em parte, ou de forma rápida, pois não poderemos mudar uma estrutura se não compreendermos os mecanismos de seu funcionamento e como esses mesmos mecanismos foram gerados. É por estarem escondidos e longe da percepção e da consciência de seus agentes que eles se reproduzem livremente. Portanto, as

estruturas podem apresentar formas tão sutis, que geralmente as alimentamos, quando pensamos que as transformamos.

2. A Construção do ‘Poder Religioso’ ao Longo da História

2.1 A Igreja Como Assembléia de Iguais

Igreja é uma palavra que vem do grego *ekklesia*, termo oriundo do verbo *ekalein*, que significa chamar, convocar. O latim traz um sentido semelhante: *ecclesia*, isto é, assembléia, reunião. O termo é usado também para referir-se ao templo material, lugar onde a assembléia dos fiéis se reúne. Esse termo historicamente ficou vinculado ao cristianismo.

Pouco depois da morte de Jesus, as pessoas se reuniram para ouvir a história de sua vida e de seus milagres. As primeiras comunidades cristãs foram assim formadas, e pode-se ver no Novo Testamento que existia um grau extraordinário de amor e boa vontade entre os membros desses pequenos grupos.

São essas sementes que passaram a organizar-se numa Igreja. Porém, não há regras no Novo Testamento sobre a maneira como uma igreja deveria ser formada; existe apenas a noção de *Igreja-Assembléia de irmãos*.

A própria palavra *ecclæsia* ou assembléia deixa claro o caráter igualitário dessa organização; ela apresenta variantes, mas com significado comum: reunir, decidir, deliberar, reunião de pessoas que têm algum interesse comum, com a finalidade de discutir e deliberar conjuntamente sobre temas determinados; pode significar também convenção, consenso, conformidade de sentimentos, acordo, unanimidade.

A palavra Igreja, portanto, está associada, no cristianismo, a uma comunhão de irmãos em Cristo, na qual não se deve fazer diferença de pessoas; é também comparada a uma casa, um vinhedo ou a um organismo vivo.

Até o século IV, basicamente a Igreja cristã era um movimento ligado à prática messiânica de Jesus, dos apóstolos e da comunidade primitiva. Manifestava-se como de caráter comunitário e fraternal. Os elementos de organização existentes não prevaleciam sobre as relações comunitárias que detinham a franca hegemonia de consenso e direção das Igrejas locais.

A Igreja nasceu como uma comunidade de irmãos, no seio do império romano; naquele momento histórico, Roma apresentava um índice muito alto de

pobreza. Os pobres e mendigos enchiam suas ruas e subúrbios; esta sociedade sustentava-se pelo trabalho escravo, enquanto um número muito pequeno de ricos desfrutava do que havia de melhor nela e em todos os países conquistados. Diante do desespero de tantas pessoas assoladas pela miséria e dos maus tratos, o cristianismo surge como uma tábua de salvação, um consolo e uma forma de encorajamento. Por isso, a nova religião, inspirada em Jesus Cristo, torna-se propriamente a religião dos marginalizados. Gramsci (1984) assim se refere a este novo movimento: *...o cristianismo primitivo era, na origem, o movimento dos oprimidos; apareceu inicialmente como a religião dos escravos e dos libertos, dos pobres e dos homens privados de direitos, dos subjugados ou dispersos por Roma.* (Portelli, 1984, p. 47)

Era uma religião que defendia o povo mais sofrido e pedia que as pessoas de posse partilhassem seus bens com quem nada possuía. Surge a proposta da coletivização dos bens. Mas, desde o início, as pessoas não aderiam à nova religião para se aproveitarem dela, mas passavam por uma preparação tal que os que dela participavam aderiam de forma profunda a mensagem do mestre. Todos repartiam o que possuíam e recebiam o que precisavam, sem que houvesse necessitados no meio deles, conforme se refere o livro dos Atos dos Apóstolos:

Todos os que abraçaram a fé eram unidos e colocavam em comum todas as coisas; vendiam suas propriedades e seus bens e repartiam o dinheiro entre todos, conforme a necessidade de cada um. Diariamente, todos juntos freqüentavam o Templo e nas casas partiam o pão, tomando alimento com alegria e simplicidade de coração. (Atos, 2, 44-46)

A Igreja nasceu como uma comunidade de irmãos dentro de uma sociedade profundamente desigual. Era uma proposta altamente revolucionária. A esse respeito Gramsci diz que *O cristianismo primitivo seria, pois, um exemplo de revolução social, que varre instituições e os costumes dominantes para forjar outros novos, que são a expressão da classe revolucionária.* (Portelli, 1984, p. 48). Boff (1981) expressa-se nesta mesma direção, afirmando que a Igreja deste período *É pobre, feita pelos pobres. Mas cheia de contestadores da religião e da moral oficiais e por isso consagrada a mártires.* (Boff, 1981, p. 86). Enfrentava as torturas e o martírio com coragem e jovialidade. Não ficava preocupada com sua sobrevivência porque acreditava nas promessas de Deus.

Os carismas pessoais eram valorizados. Conforme a Primeira Carta aos Coríntios, todos os homens e mulheres participavam da oração, da profecia e da

eucaristia. Todos podiam ser reconhecidos como sujeitos da fé, com suas capacidades individuais. As cartas paulinas, como em Romanos, capítulo 16, atestam que a Igreja era a comunidade dos discípulos de Jesus; nela homens e mulheres participavam com direitos iguais da missão e também da vida comunitária. Basta lembrar Júnias participando do círculo dos apóstolos ou Febe, que dirigia a comunidade de Cencreia. Portanto, conforme Gálatas capítulo 4 e Romanos Capítulo 8, pode-se ver que, pela fé e pelo batismo, na comunidade, todos se tornavam filhos e filhas livres de Deus, sem haver qualquer discriminação entre pagãos e judeus, mulheres, escravos, etc. A segunda Carta aos Coríntios, Capítulo 5, afirma que aqueles que ‘se revestiram’ em Cristo se entregaram à nova possibilidade de vida aberta em Cristo, ganham através d’Ele a sua nova identidade. Tornam-se uma ‘nova criatura’, pois, o que era ‘antigo passou’.

O teólogo alemão Paul Hoffmann (1998) expressa sua visão das primeiras comunidades, a partir de sua análise histórica e bíblica:

Paulo entende a comunidade como um sistema de comunicação, no qual de um lado cada qual pode aceitar-se e sentir-se aceito plenamente na sua individualidade, mas, de outro lado, se impede que o indivíduo se sinta absoluto – às custas dos outros. Isso supõe uma convivência sem dominação e conseqüentemente também sem medo. (Hoffmann, 1998, p. 68).

Portanto, as comunidades organizadas e de tamanho humano⁶ eram unidas e formavam uma rede articulada, dos locais mais próximos aos mais distantes, havendo várias formas de comunicação e intercâmbio entre elas. Buscavam manter unidade em torno da mesma fé e de uma prática coerente da proposta de Jesus de Nazaré.

2.2 O Dilema Entre Instituição e Profecia

Pode-se entender claramente a proposta de Jesus sobre a questão da instituição Igreja, no episódio da transfiguração, narrado através de uma linguagem profundamente simbólica, pelo Evangelho de São Mateus.

⁶ Tamanho humano aqui quer significar um grupo de pessoas no qual todas possam conhecer-se e comunicar-se plenamente, sem serem impedidas por um número exagerado de participantes. Dependendo de cada realidade e situação, portanto, um grupo com 20, 30, 50 ou até 100 pessoas ou um pouco mais, pode tornar-se de tamanho humano.

Jesus tomou consigo Pedro, Tiago e João, seu irmão, e os levou a um lugar à parte, sobre uma montanha. E foi transfigurado diante deles; seu rosto brilhou como o sol e suas roupas ficaram brancas como a luz. Nisto apareceram Moisés e Elias, conversando com Jesus. Então Pedro tomou a palavra e disse: “Senhor, é bom ficarmos aqui. Se quiseres, vou fazer aqui três tendas: uma para ti, outra para Moisés e outra para Elias”. Pedro ainda estava falando quando uma nuvem luminosa os encobriu com sua sombra. E da nuvem uma voz dizia: “Este é o meu Filho amado, no qual pus todo o meu agrado. Escutai-o!” Quando ouviram isso, os discípulos ficaram muito assustados e caíram com o rosto por terra. Jesus se aproximou, tocou neles e disse: “Levantai-vos e não tendes medo”. (Mt. 17, 1-7).

A Bíblia registra história de homens como Abraão, Moisés, Elias e Paulo, que experimentaram momentos decisivos. Essas pessoas e tantas outras como Buda e Maomé, atingiram como que um ápice em suas vidas, de encontro radical com o ‘eu’ e com o ‘outro’. Depois da experiência, elas nunca mais foram as mesmas. São momentos radicais e inesquecíveis que passarão a iluminar um novo rumo naquelas vidas que os experimentaram. Chauí (2000) diz que

Os psicólogos se referem à intuição usando o termo *insight*, para referirem-se ao momento em que temos uma compreensão total, direta e imediata de alguma coisa, ou momento em que percebemos, num só lance, um caminho para a solução de um problema científico, filosófico ou vital. (Chauí, 2000, p. 64).

Mas, o caso aqui referido parece ir muito além de um insight. Poderia se chamar de Êxtase? Um estado de quem se encontra como que transportado para fora de si e do mundo sensível, por efeito de uma elevação mística ou de sentimentos muito intensos de alegria, prazer, admiração, temor reverente, etc.? Filósofos como Raymond Abellio referem-se a uma ‘*transfiguração fenomenológica*’ e Leibniz denomina ‘*filosofia perene*’. Gaarder (2005) chama de ‘*união mística*’ e a descreve da seguinte forma:

O místico sente uma unidade em todas as coisas. Há apenas uma consciência – ou um Deus – que permeia tudo. Embora o místico já venha se preparando há muito tempo, para seu encontro com Deus, ou com o espírito universal, sente-se passivo quando isso acontece. É como se ele fosse tomado por uma força externa... O êxtase em si é transitório e não dura mais que alguns minutos. Mas ele possibilita um novo *insight*, que permanece com o místico depois da experiência. Essa compreensão é inexprimível, não pode ser comunicada a outros. Como a experiência é paradoxal em si mesma, o místico vai usar paradoxos ao tentar descrever o estado que experimentou. Assim, pode definir o ser encontrado como “abundância e vazio,” “escuridão ofuscante” ou algo parecido. É somente quando o místico apresenta uma interpretação religiosa ou filosófica de sua experiência mística que o seu contexto cultural entra em foco. (Gaarder, 2005, p. 38-39)

São muitas as experiências e as referências, mas todas elas têm em comum o fato de serem radicais, extraordinárias, decisivas e de grande amplitude de conhecimento. O importante é que o episódio da transfiguração, narrado por São Mateus, traz consigo uma experiência vital, única e fundamental para a história posterior da Igreja cristã.

Os discípulos de Jesus não se transfiguraram, mas tiveram uma experiência direta com a transfiguração de Jesus e, de certa forma, foram envolvidos nela. O brilho fulgurante que emanou do corpo e das vestes de Jesus formou o cenário para uma conversa ‘não revelada’ com Moisés e Elias. O que Mateus quis transmitir à Igreja? Moisés é o símbolo da instituição. Segundo a Bíblia, foi Moisés que organizou o povo de Deus para libertação da escravidão e para a caminhada através do deserto, rumo à terra prometida. Gaarder comenta o relato bíblico dessa travessia e seu desfecho

Durante a travessia do deserto Deus – Javé – deu a Moisés, no monte Sinai, as duas tábuas da Lei com os dez mandamentos a que os israelitas deveriam obedecer... Por volta do ano 1.220 a.C., os israelitas conquistaram parte de Canaã e por muito tempo viveram lado a lado com os habitantes não Israelitas. Seus líderes políticos e religiosos eram chamados “juizes”, que procuravam cuidar de que o povo respeitasse as leis de Deus. Foi por causa da guerra contra os filisteus que surgiu a necessidade de um poder político centralizado. (Idem, p. 107-108)

Os Israelitas fizeram uma experiência igualitária de vida durante a época tribal, onde havia uma estrutura mínima necessária que garantia a ‘subsistência’, frente às dificuldades que iam surgindo no caminho, rumo à terra que buscavam. Essa experiência desapareceu na medida em que se instalaram na terra. O poder de um rei e sua corte fez desaparecer o antigo ideal de vida. As estruturas se fortalecem cada vez mais e passaram a ser justificadas como vontade de Deus. *Saul introduziu a monarquia por volta do ano 1000 a.C., mas ela alcançou o apogeu durante os reinados de Davi e Salomão, quando Israel se tornou uma grande potência política.* (Idem, p. 108). À medida que o poder monárquico foi se tornando mais centralizado e suas estruturas mais complexas, o povo de Israel deixa de lado quase completamente sua experiência fraterna primordial, lembrando delas somente em sua memória que era passada de geração em geração. Os sacrifícios a Deus vão se tornando cada vez mais mecânicos, os males sociais aumentaram e cresceu a opressão dos ricos sobre os pobres. A sociedade se perverteu e esqueceu o

caminho da justiça. Foi nesse momento que surgiram os profetas. *Eles advertiam o povo do juízo e da punição de Deus, porque as pessoas não estavam mais vivendo de acordo com as leis divinas.*

A Bíblia relata a vida e as ações do profeta Elias, no primeiro e segundo Livro dos Reis. Ele encabeça em Israel a história do profetismo clássico. O tema central de seu profetismo é o confronto com o rei Acab, cujo reinado trazia trágicas conseqüências para a vida do povo. A vida profética de Elias é marcada pela ação política e social, que estará presente em todos os outros profetas. Elias, como Moisés, foi marcado por um momento decisivo, pode-se dizer, de transfiguração, no qual acontece um encontro com ‘algo’ ou ‘alguém’ maior que ele mesmo.

Elias entrou na gruta da montanha, e aí passou a noite. Então, Javé lhe dirigiu a palavra, perguntando: “Elias, o que é que você está fazendo aqui?” Elias respondeu: “O zelo por Javé dos exércitos me consome, porque os israelitas abandonaram tua aliança, derrubaram teus altares e mataram teus profetas. Sobrei somente eu, e eles querem me matar também”. Javé lhe disse: “Saia e fique no alto da montanha, diante de Javé, pois Javé vai passar”. Então, aconteceu um furacão que de tão violento rachava as montanhas e quebrava as rochas diante de Javé. No entanto, Javé não estava no furacão. Depois do furacão, houve um terremoto. Javé, porém, não estava no terremoto. Depois do terremoto, apareceu fogo, e Javé não estava no fogo. Depois do fogo, ouviu-se uma brisa suave. Ouvindo-a, Elias cobriu o rosto com o manto, saiu e ficou na entrada da gruta. Ouviu, então, uma voz que lhe dizia: “O que é que você está fazendo aqui, Elias?” E Elias respondeu: “O zelo de Javé dos exércitos me consome, porque os israelitas abandonaram tua aliança, derrubaram teus altares e mataram teus profetas a fio de espada. Sobrei somente eu, e eles querem me matar também”. Javé lhe disse: “Pegue o caminho de volta, em direção ao deserto de Damasco...” (Ireis, 19, 9-15).

Este texto mostra Elias se encontrando com Deus, num momento de perseguição, no qual desmascara as aparências que encobrem uma política opressora. Ameaçado de morte, Elias foge. Na fuga, acontece o encontro com o projeto original do povo de Israel, que era uma sociedade onde reinava o Direito e a Justiça. O monte Horeb (Sinai), lugar da aliança com Deus, é o ponto de partida para a formação de uma sociedade justa e fraterna. Na experiência de um Deus que liberta, Elias descobre a forma de como dar continuidade à sua missão.

O rei Acab, num primeiro momento, consulta o povo e ouve os profetas. No momento seguinte, passa a tomar decisões por própria conta, tentando conciliar projetos contrários. O profeta denuncia os fatos e anuncia as conseqüências.

Um episódio característico que marca a profecia de Elias em relação ao Rei Acab é o da *Vinha de Nabot*.

Nabot de Jezrael possuía uma vinha em Jezrael, perto do palácio de Acab, rei da Samaria. Acab lhe fez uma proposta: "Entregue-me a sua vinha, que eu vou transformá-la em pomar, porque está perto do meu palácio. Em troca, eu darei a você uma vinha melhor, ou, se preferir, pagarei o valor em dinheiro". Nabot, porém respondeu: "Javé me livre de entregar a você a herança de meus pais". Acab, voltou para casa triste e irritado, por causa da resposta de Nabot de Jezrael. (Idem, 21, 1-4)

A recusa de Nabot é causada por um fator histórico e cultural. O terreno que cada Israelita possuía era sinal de sua pertença ao povo. Vendê-lo sem necessidade, seria como que negar a própria identidade. Então entra em cena Jesabel, esposa do rei Acab, sugerindo uma falsa acusação contra Nabot, que acabaria morto em nome da lei, permitindo, assim, a Acab, tomar posse de sua vinha.

Então Jesabel escreveu cartas, em nome de Acab, selou-as com o selo do rei e mandou aos anciãos e notáveis da cidade, concidadãos de Nabot. As cartas diziam: "Proclamem um jejum e façam Nabot sentar-se nos primeiros lugares. Façam comparecer diante dele dois homens sem escrúpulos para fazer a seguinte acusação: 'você amaldiçoou a Deus e ao rei'! Depois, levem Nabot para fora e o apedrejem até morrer". Os homens da cidade, anciãos e notáveis, concidadãos de Nabot, fizeram como Jesabel tinha mandado, conforme estava escrito nas cartas que haviam recebido. (Idem, 21, 8-11)

Este episódio mostra o nível de corrupção e perversão que havia atingido a classe dirigente de Israel, representada pelo rei, sua esposa, os anciãos e os notáveis. Quem sobraria para fazer justiça aos mais pobres e indefesos? Então a voz de Elias se faz ouvir, apontando para as conseqüências de uma sociedade que perdeu a noção da prática do Direito e da Justiça.

Então Javé dirigiu a palavra a Elias, o tesbita: "Levanta-te e desça ao encontro de Acab, rei de Israel, que está em Samaria. Ele está na vinha de Nabot, aonde foi para tomar posse. Diga-lhe: Assim diz Javé: Você matou, e ainda por cima está roubando? Por isso, assim diz Javé: no mesmo lugar em que os cães lamberam o sangue de Nabot, lamberão também o seu". Acab disse a Elias: "Então, meu inimigo, você me surpreendeu?" Elias respondeu: "Sim eu surpreendi você. Pois, você se deixou subornar para fazer o que Javé reprova. Por isso, farei cair sobre você a desgraça..." (Idem, 2, 17-21)

Desta forma, outros tantos profetas, como Isaías, Jeremias e Amós seguiram esta missão, denunciando as injustiças e anunciando o novo, conforme os planos que Javé tinha para seu povo. É importante lembrar que em Israel existiram também

os chamados *'profetas da corte'*, que estavam a serviço do rei e de sua política. Portanto, dificilmente poderiam eles tornar-se portadores da voz de Javé em defesa do povo, quando este sofria a opressão da classe dominante. Colocar-se em defesa do povo, nestes casos, implicaria necessariamente romper com o palácio e toda classe dominante, sofrendo dos mesmos a perseguição.

2.2.1 Jesus Símbolo do Movimento Dialético Entre Instituição e Profecia

Todas as pessoas queriam saber quem era aquela pessoa extraordinária chamada Jesus de Nazaré. Ele se manifestava muito mais à semelhança de um profeta, contestando a perversão da Instituição, embora não a negasse. O Evangelho de São Marcos diz que

O rei Herodes ouviu falar de Jesus, cujo nome tinha se tornado famoso. Alguns diziam: "João Batista ressuscitou dos mortos. É por isso que os poderes agem nesse homem." Outros diziam: "É Elias". Outros ainda diziam: "É um profeta como os profetas antigos". (Mc., 6, 14-15)

Diante de tantas opiniões sobre quem ele era, Jesus pergunta aos discípulos o que as pessoas em geral falavam dele, e qual a opinião dos próprios discípulos. Indiscutivelmente Jesus era identificado como profeta. Os discípulos, no entanto, na pessoa de Simão Pedro, reconhecem Jesus como o totalmente novo que irrompe na história de Israel, diferente de todos os que já tinham vindo, como relata o Evangelho de Mateus:

Jesus chegou à região de Cesaréia de Filipe, e perguntou aos seus discípulos: "Quem dizem os homens que é o filho do homem?" Eles responderam: "Alguns dizem que é João Batista; outros que é Elias; outros ainda que é Jeremias, ou algum dos profetas". Então Jesus perguntou-lhes: "E vocês, quem dizem que eu sou?" Simão Pedro respondeu: "Tu és o Messias, o Filho do deus vivo." (Mt, 16, 13-16)

Portanto, para os discípulos, Jesus não era alguém igual a outros que já haviam irrompido na história de Israel. Neste sentido, para eles, ele era mais que um profeta.

No decorrer de sua história, Jesus vai deixando claro quem ele é e, à medida que se identifica, causa cada vez mais a ira e a perseguição da classe dominante de Israel.

Dentre as tantas afirmações que Jesus fez de si mesmo, sobre sua missão, deixou claro que ele não era contra a instituição (Moisés e a lei), mas também exercia vigorosamente a profecia, conforme nos diz o Evangelho de Mateus: “*Não pensem que eu vim abolir a lei e os profetas. Não vim abolir, mas dar-lhes pleno cumprimento*”. (Mt. 5, 17). Porém, Jesus combateu vigorosamente o legalismo daquela sociedade, mostrando que, quando uma organização coloca a lei acima do ser humano e não a seu serviço, ela se desumaniza e perde sua razão de ser; e, para isso, usa a arma da denúncia profética, como vemos nessa passagem de Mateus:

Ai de vocês, doutores da lei e fariseus hipócritas! Vocês fecham o reino do céu para os homens. Nem vocês entram, nem deixam entrar aqueles que desejam. Ai de vocês, doutores da lei e fariseu hipócritas! Vocês exploram as viúvas e roubam suas casas e, para disfarçar, fazem longas orações! Por isso, vocês vão receber uma condenação mais severa. Ai de vocês, doutores da lei e fariseu hipócritas! Vocês percorrem o mar e a terra para converter alguém, e quando conseguem o tornam merecedor do inferno duas vezes mais do que vocês. Ai de vocês guias cegos! Vocês dizem: ‘Se alguém jura pelo templo, não fica obrigado, mas se alguém jura pelo ouro do templo, fica obrigado’. Irresponsáveis e cegos! O que vale mais: o ouro ou o templo que santifica o ouro? ... Ai de vocês, doutores da lei e fariseu hipócritas! Vocês pagam o dízimo da hortelã, da erva-doce e do cominho, e deixam de lado os ensinamentos mais importantes da lei, como a justiça, a misericórdia e a fidelidade... Guias cegos! Vocês coam um mosquito, mas engolem um camelo... (Mt. 23, 13-24)

Nesta mesma cena, Jesus condena a classe dominante de Israel, não só pela perversão social que chegaram a partir da prática legalista, mas também pelo trato que deram aos profetas.

Ai de vocês, doutores da lei e fariseu hipócritas! Vocês constroem sepulcros para os profetas, e enfeitam os túmulos dos justos, e dizem: ‘Se tivéssemos vivido no tempo de nossos pais, não teríamos sido cúmplices na morte dos profetas’. “Com isso, vocês confessam que são filhos daqueles que mataram os profetas”. (Mt. 23, 29-31)

A Experiência da transfiguração, portanto, é um momento fundamental de aprendizagem, para os discípulos; se eles ‘esquecerem’ esse momento, a proposta de Jesus correrá o risco de perder-se nas diversas formas de estruturas, legalismos, fundamentalismos e ‘burocratismos’ da história, como um conjunto simbólico-ideológico de poder-dominância, mascarando e pervertendo a realidade, e colocando em segundo plano a vida do ser humano. Toda a experiência dos discípulos com Jesus e sua proposta caminhou nessa direção. Jesus havia mostrado claramente o

que aconteceu com a trajetória de vida do povo de Israel, desde sua experiência primordial de fraternidade, a partir da caminhada com Moisés, até as estruturas sociais injustas, outrora condenadas por profetas como Elias, e agora por ele próprio.

A transfiguração é uma experiência tão marcante que nunca mais poderá ser esquecida, sob pena da proposta de Jesus perfazer, neste aspecto, o mesmo caminho de Israel; se isso acontecer, ela perderá totalmente seu sentido, podendo, no processo de perversão, produzir efeito contrário.

Pierre Bourdieu nos ajuda a compreender melhor esta realidade, usando a tipologia weberiana para distinguir os agentes religiosos sacerdotes, dos profetas. Para ele, o sacerdote é, por excelência, o agente da religião estabelecida, aquele que reproduz e pereniza um sistema de crenças e ritos sagrados, inserindo-se na rotina social. Aos poucos, essa religião se incorpora nos membros da sociedade, tornando-se um hábito que ninguém mais questiona. O sacerdote torna-se, portanto, um simples agente religioso caracterizado pela rotina dos ofícios religiosos, predisposto a atuar em defesa da ordem simbólica e social estabelecidas, sendo praticamente incapaz de criar o novo ou, pelo menos, expressar aquilo que não é lícito existir, na ordem vigente.

Ao contrário do sacerdote, o profeta é um agente religioso que tem função significativa, principalmente em situações extraordinárias. Quase sempre ele atua a partir de grupos marginais. Sua legitimidade não vem de uma instituição, como no caso do sacerdote, mas do seu *carisma* que lhe é socialmente atribuído. Possuído por este carisma e movido por ele, o profeta contesta a ordem religiosa estabelecida, propondo uma nova ordem simbólica.

Por isso, o profeta e seus discípulos normalmente são combatidos pelos sacerdotes.

Bourdieu chama atenção para um paradoxo que pode acontecer nesse processo: ao morrer o profeta, os discípulos mais próximos procuram apropriar-se do carisma e, a partir dessa apropriação, buscar novos discípulos. Nesse processo, o carisma pode institucionalizar-se e com isso, surge a necessidade de criar sacerdotes que passam a sistematizar a mensagem profética em forma de doutrina, transformando-a em igreja.

Jesus se coloca como um 'movimento dialético' permanente entre a estrutura e a profecia.

A estrutura só tem sentido quando renovada permanente pelo ‘sopro’ do novo, da mudança. Sem estruturas também não é possível a vida (Moisés e a instituição). Toda a mensagem de Jesus é perpassada pelo ‘*vigiai e orai*’, isto é, pela atenção e tensão permanente e contínua disposição de mudança (Elias e a profecia); por isso, ele transmite lições da ‘*semente que deve morrer*’, como condição para produzir vida e ‘*dar fruto*’.

3. A Igreja no Centro do Poder

3.1 O fim do Movimento Profético-Carismático

No decorrer do século II as comunidades cristãs vão se estruturando, na medida em que seus elementos internos relacionam-se e articulam-se, formando uma totalidade coerente.

O movimento profético-carismático livre e original vai dando lugar à instituição Igreja que, em pouco tempo, já é predominante em toda parte. É fortalecido um modelo de comunidade monoepiscopal⁷, como base da posterior estrutura eclesiástica hierocrática⁸.

O carisma pessoal é substituído pelo carisma oficial. A Igreja burocratiza-se de forma crescente e contínua ao ponto de não haver mais nela lugar para a fraternidade do cristianismo primitivo. Desaparecem os profetas, outrora decisivos para o movimento missionário do cristianismo primitivo. Agora são os presbíteros e os bispos que comandam as comunidades. Na segunda epístola a Timóteo, capítulo 1, o Espírito Santo que, segundo Paulo, habita todos os cristãos, agora passa a ser atribuído especificamente às autoridades. A comunidade tornou-se um ser sem espírito e sem carisma, passando, aos poucos, do protagonismo para a passividade, ou seja, para simples ouvinte e receptora dos ensinamentos e orientações transmitidos pelas autoridades.

Agora a principal e única função da comunidade é orar por todos os homens do culto, especialmente pelos “reis e por todos os que detêm autoridade, a fim de que levemos uma vida calma e serena, com toda a piedade e dignidade”. (1Tm 2,1s no início da ordem da comunidade) – portanto, a comunidade como fator de estabilidade social. Isso vale também para as condições domésticas, onde o autor – novamente em concordância com as idéias conservadoras patriarcais da doutrina antiga

⁷ Monoepiscopal – um bispo com um colégio de presbíteros e diáconos.

⁸ Hierocracia – Poder exercido pela autoridade religiosa.

sobre a direção da casa – exige, sobretudo, a submissão da mulher ao homem (Tt 2,4s; cf. também 1Tm 5,14). (Hoffmann, 1998, p. 46).

Dessa forma, à medida que as comunidades se espalham pelo império romano, torna-se mais difícil manter o mesmo clima comunitário. Logo desaparecem as refeições em comum e a divisão de bens. Os cristãos deixam de viver como em uma família. Cada um passa a cuidar das próprias coisas e agora não oferecem mais o total de seus bens à comunidade, mas apenas o supérfluo. As ofertas, antes vistas como partilha cristã e total dos bens, tornam-se esmolas dos cristãos mais ricos em favor dos mais pobres. No seio da comunidade cristã surgem as mesmas diferenças sociais existentes no império romano, como observa Rosa Luxemburgo (1986):

Os fiéis, que formavam uma comunidade religiosa independente, uniam-se em comum, em cada cidade. Elegiam um membro responsável para dirigir o serviço de Deus e realizar as cerimônias religiosas. Todo cristão podia tornar-se bispo ou prelado. Estas funções eram coletivas, sujeitas a revogação, honorárias, e não comunicavam poder além do que a comunidade lhes conferia de livre vontade. À medida que o número de fiéis crescia e as comunidades se tornaram mais numerosas e mais ricas, a gerência dos negócios da comunidade e o desempenho das tarefas tornou-se uma ocupação que exigia muito tempo e uma aplicação total. Como os que exerciam esse ofício não podiam executar suas tarefas e simultaneamente seus empregos privados, surgiu o costume de eleger entre os membros da comunidade um eclesiástico a quem eram exclusivamente confiadas essas tarefas... Assim se formou dentro da Igreja uma nova ordem de funcionários, o clero, que se separou do corpo principal dos fiéis. Paralelamente à desigualdade entre ricos e pobres, aí apareceu outra desigualdade, entre clero e povo. Os eclesiásticos, a princípio eleitos entre iguais com vistas a exercerem uma função temporal, em breve se elevaram a uma espécie de casta que governava o povo. (Luxemburgo, 1986, p. 39-40).

As comunidades cristãs cresciam rapidamente, como expressa o livro dos Atos dos Apóstolos, 2,47. Elas se espalharam por todas as cidades do império romano. O imperador passa a olhar os cristãos como mais uma seita que se forma; mas como o número dos cristãos era expressivo e crescia rapidamente, o império suspeita de que se trata também de mais uma organização que pretendia, num futuro próximo, combatê-lo militarmente. Por isso, os cristãos começam a ser perseguidos tanto com difamações, como através de prisões e mortes, principalmente nas arenas, servindo de diversão ao povo e de alimento às feras. Neste sentido Luxemburgo comenta:

Quanto mais as comunidades cristãs se tornaram numerosas nas cidades do grande império romano, tanto mais os cristãos perseguidos pelo governo, sentiam necessidade de se unirem para ganhar força. As comunidades, espalhadas por todo o território do império, organizaram-se, portanto, numa única Igreja. Esta unificação foi já uma unificação do clero e não do povo... Desta forma se formou o clero, numa ordem separada do povo. Os bispos das comunidades mais ricas e poderosas tomavam a presidência dos concílios. É por isso que o bispo de Roma em breve se colocou a si próprio à cabeça de toda a cristandade e se tornou Papa. Assim, um abismo separava o clero, organizado em hierarquia, do povo... Antes da formação desta ordem, tudo o que os membros ricos da Igreja ofereciam para a propriedade comum pertencia aos pobres. Depois, uma grande parte dos fundos era gasta em pagar ao clero e em administrar a Igreja. (Idem, 1986, p. 40-41).

Desaparece, portanto, aos poucos, a ação carismática da Igreja primitiva. As comunidades ficam entregues aos chefes, responsáveis pela ordem, sustentada na idéia de sucessão apostólica. De 'corpo de Cristo', como se auto-concebia, a comunidade passou a 'corporação de cristãos'. Estabelece-se cada vez mais uma dicotomia de classes dentro da própria Igreja, seguindo critérios de poder e prestígio. O Teólogo Bernhard Häring lembra que a história da Igreja mostra formas extremamente críticas de uma supervalorização da autoridade, muito próxima da história de dominação dos sistemas 'mundanos' de poder.

3.2 A União Entre a Igreja e o Império

A Igreja, até o ano 312, ainda vivia, de certa forma, a herança de seus primeiros tempos. Até esse momento, apesar do processo de institucionalização crescente, a experiência cristã ainda estava marcada pela coragem do martírio e pela vivência fraterna. O Edito de Milão, em 313, como se refere Gramsci, transforma profundamente a vida eclesial cristã:

Depois do Edito de Milão, o cristianismo sofre uma transformação profunda, conseqüência de suas relações com o aparelho de Estado imperial: de ideologia das classes subalternas, o cristianismo se torna a concepção do mundo oficial do Império; de organização de massa não-violenta, a Igreja se torna aliada do Império, seu sustentáculo ideológico. O movimento de resistência não-violenta dá lugar a um aparelho ideológico que doravante utilizará a ajuda do braço secular para vencer seus adversários. (Portelli, 1984, p. 53)

Logo após sua confirmação oficial no poder, vencendo Maxêncio em 312, Constantino (306-337) concede imunidade aos sacerdotes cristãos, igualando-os aos sacerdotes pagãos. A partir daí, eles passaram a receber ajuda financeira do Estado, pois estavam integrados nos quadros religiosos oficiais.

Gramsci afirma ainda que esta aliança com o Império Romano modifica a Igreja em sua relação com o movimento das classes subalternas, na forma de organização eclesiástica e da vivência da religião em si. E é com esta nova face, diz ele, com a qual a Igreja vai tornar-se a estrutura ideológica do mundo feudal.

Leonardo Boff comenta sobre essa nova etapa da Igreja, nesta mesma direção, afirmando que *a Igreja parece que não estava, apesar das perseguições, preparada para enfrentar evangelicamente os desafios próprios do poder. Ela não aboliu a ordem preexistente. Assumiu-a e adaptou-se a ela.* (Boff, 1981, p. 87).

A entrada definitiva do cristianismo nos quadros do Império aconteceu com a lei de 28 de fevereiro de 380 de Teodósio, o Grande, declarando o cristianismo religião de Estado. Com esta lei, o cristianismo passa a ser obrigatório para todos os súditos. Pouco tempo depois, quem não acatasse esta decisão era declarado herege ou louco e deveria ser banido da sociedade como conspirador contra a ordem política estabelecida, que era, ao mesmo tempo, religiosa.

Os imperadores Honório e Teodósio II, em 423, impõem o banimento e até a pena de morte àqueles que participassem dos sacrifícios pagãos. O imperador Justiniano, em 529, em seu código civil, liquida oficialmente o paganismo, fazendo com que as prescrições bíblicas e eclesiásticas fossem também regras estatais. Incrementa-se, então, a entrada em massa de pessoas ao cristianismo, não como fruto de um processo de adesão sincera, mas de imposição e coerção social. Instala-se, assim, um cristianismo culturalmente marcado pelo medo, que passará a ser referência para a pedagogia missionária na Igreja, expressa em vários catecismos. A fé deixa de ser semente para tornar-se imposição.

E como bem lembra Durkheim, as 'causas primeiras' pouco a pouco deixam de ser percebidas por causa dos inúmeros sistemas de interpretações que acabam deformando o sentido primordial da proposta, adaptando-a, pouco a pouco, aos interesses da classe dominante.

Em 325, o primeiro Concílio Ecumênico de Nicéia, convocado por Constantino, impôs a igualdade entre os patriarcas de Jerusalém, Alexandria, Antioquia e Roma. Mas o bispo de Roma já tinha autoridade especial. Teodósio, o imperador que oficializou o cristianismo, foi quem empregou a palavra papa. Decretos imperiais legalizaram o poder papal. Entre 440 e 461, governou Leão I, que foi o fundador da primazia de Roma. O Egito do imperador Valentiniano III confirmou a primazia do bispo de Roma no Ocidente.

Quando se autodenomina Igreja Católica Romana, não é por acaso, isto é, aqui a romanidade é entendida como centro de referência e mesmo de identificação do cristianismo católico.

Boff comenta sobre a importância que passou a ser dada a Roma,

A ideologia romana de que a *dea Roma*⁹ era responsável pela grandeza do império foi sendo lentamente transformada por Ambrósio¹⁰ (+ 397), Prudêncio¹¹ (+ 405) e Leão Magno¹² (+ 461) numa ideologia cristã, apresentando Cristo e os príncipes dos apóstolos Pedro e Paulo como fatores reais da grandeza. Prega S. Leão Magno: << Ambos os apóstolos foram os que conduziram (ó Roma) a tão grande fama... Através da Religio Divina deverás estender teu poder ainda mais do que outrora mediante o poder profano>>. (Boff, 1981, p. 135-136)

O poder absoluto da Igreja instituição desenvolveu-se como qualquer outro poder totalitário que o mundo já conhecia. Ao contrário dos primeiros tempos, a *ecclesia* deixa de significar a comunidade dos cristãos, para tornar-se a poderosa instituição.

O resultado desse processo foi a implementação de uma forma de exercício e distribuição de 'poder sagrado' altamente centralizado em Roma e controlado por um grupo seleto de membros da hierarquia eclesiástica.

Os cristãos que constituíam apenas ¼ do império assumem a direção ideológica. Para cumprir essa função cultural, a Igreja teve que constituir seus quadros, instaurar um corpo de peritos, formados na cultura dominante filosófica, jurídica e organizacional de então. É o clero. Seus membros se impõem como intelectuais orgânicos dos interesses eclesiais articulados com os interesses da ordem imperial. De perseguido, o cristianismo se transforma em perseguidor. Nesta função, como já observou Gramsci, no *Ordine Nuovo*, o cristianismo significa o protótipo de uma revolução total. Consegue cobrir todos os campos, alcançando a todos, desde os recém-nascidos aos moribundos, e expressando-se na filosofia, no direito, nas artes, na teologia e no cotidiano da vida da população... Os demais segmentos da sociedade são subalternizados e cooptados para o projeto hegemônico sacerdotal-imperial. (Boff, 2000, p. 183-184).

Neste contexto, a difusão do evangelho não se faz mais com a convicção e o ardor dos missionários dos primeiros séculos, levando em conta as características culturais de cada povo, mas, agora, vale a imposição de uma cultura já cristianizada, a cultura da elite romana, com conseqüente desestruturação das culturas autóctones e populares.

⁹ *dea Roma* – significa deusa Roma.

¹⁰ É conhecido como Santo Ambrósio; foi Bispo de Milão e doutor da Igreja.

¹¹ Poeta cristão

¹² Conhecido com São Leão Magno, foi papa e doutor da Igreja.

Até o século XI o poder da Igreja é um poder tutelado pelo império. A Igreja tinha se transformado num grande espaço onde os imperadores dispunham dos cargos eclesiásticos, usando e abusando deles. Por sua vez, a Igreja-instituição, imbuída de poder, lançou mãos até de artifícios ilegais, como falsificação de decretos e documentos, para atingir suas ambições.

O Estado da Igreja nasceu em 756, a partir do Patrimônio de São Pedro, concedido por Pepino, o breve, ao vencer os lombardos. O papado justificava mais pretensões territoriais com base num documento falso, Donatio Constantini (Dação de Constantino), segundo o qual Constantino teria doado o Ocidente à Igreja. A Igreja (hierarquia) torna-se cada vez mais rica e poderosa, como descreve Luxemburgo (1986)

Logo que a religião cristã se tornou uma religião de Estado, o clero exigia que as ofertas fossem trazidas tanto pelos pobres como pelos ricos. Desde o século VI o clero impôs uma taxa especial, o dízimo (a décima parte das colheitas), que tinha de ser paga à Igreja. Esta taxa esmagava o povo como um pesado fardo... O dízimo era imposto sobre qualquer porção de terra, sobre qualquer propriedade... Assim, os pobres não só perderam a ajuda e o apoio da Igreja, mas viram os padres aliarem-se com os seus outros exploradores: príncipes, nobres, agiotas... Além dos dízimos e de outras taxas, a Igreja se beneficiava, neste período, de grandes doações, legados feitos por ricos libertinos de ambos os sexos que desejavam compensar, no último momento, a sua vida de pecado. Deram e voltaram a dar à Igreja dinheiro, casas, aldeias inteiras com seus servos e algumas vezes rendas de terra ou direitos consuetudinários de trabalho. (Luxemburgo, 1986. p. 43)

A monarquia pontifical se fortalecia. Eleitos pelo povo e pelo clero, bispos e arcebispos passaram a ter seus nomes confirmados em Roma.

3.3 Cresce o Poder dos Papas

A Didascália¹³ e as Constituições Apostólicas do século III diziam que o papa ocupa o “lugar de Deus” na comunidade, que é como um “segundo Deus”, “o vosso Deus terrestre depois de Deus” (Didasc. II, 20, 1; Const. Apost. II. 26, 4).

Rosa Luxemburgo comenta como os recursos passaram a ser canalizados, não mais para o sustento dos pobres, mas para a manutenção da hierarquia eclesiástica.

¹³ Uma espécie de catecismo, contendo ensinamentos e normas da fé cristã.

Quando, no século IV, o Cristianismo foi protegido pelo governo e reconhecido em Roma como sendo a religião dominante, as perseguições aos cristãos terminaram e o culto deixou de se executar nas catacumbas ou em modestos compartimentos e passou para igrejas que começaram a ser construídas de forma cada vez mais magníficas. Estas despesas reduziram assim os fundos destinados aos pobres. Já no século V, os rendimentos da Igreja eram divididos em quatro partes: a primeira para o bispo, a segunda para o clero menor, a terceira para a manutenção da Igreja e apenas a quarta parte era distribuída aos necessitados. A população cristã pobre recebia, portanto, uma soma igual à que o bispo recebia só para si próprio. Com o tempo foi-se perdendo o hábito de dar aos pobres a importância a eles destinada previamente. Sobretudo, quando o alto clero ganhou importância, os fiéis deixaram de ter o domínio sobre a propriedade da Igreja... O povo recebia esmolas de seu próprio clero. (Luxemburgo, 1986, p. 41)

A quantia substancial recebida pelo Bispo, deveria estar de acordo com o cargo que passava a ocupar dentro do império.

A imagem do bispo de Roma, o papa, como a presença visível de Deus na terra, atinge seu ponto alto, neste primeiro período da história 'Igreja-império', no início da Idade Média, com Gregório I ou Gregório Magno (590-604). Foi o primeiro papa monge; intitulava-se servidor dos servidores de Deus. Aproveitou-se da falência imperial na Itália para assumir o poder temporal. Desligou-se da influência bizantina e aproximou-se dos germânicos. Visigodos, suábios e lombardos se converteram ao cristianismo. Os escritos de Gregório Magno instruíram o clero e fortaleceram a religiosidade dos fiéis. Sua Regra Pastoral serviu de manual para os padres em toda a Idade Média. Compôs hinos e introduziu o cantochão (gregoriano), calmo e grave, que transformou a música sacra.

Os sucessores de Gregório continuaram seus trabalhos. São Bonifácio converteu até os pagãos mais renitentes da Germânia. Na metade do século VIII, o Ocidente e a Germânia professavam a fé cristã, e toda a Igreja estava submetida à Santa Sé.

No século XI, o movimento reformista de Cluny transformou-se em movimento por uma reforma geral da Igreja. O partido da reforma ganhou força na França, graças à *Trégua de Deus*, movimento que procurava combater a verdadeira mania de guerra existente na época. Hildebrando, reformador ligado ao movimento de Cluny, tinha acesso ao papa e, sob sua influência, Nicolau II criou em 1059 o Colégio dos Cardeais, com a finalidade de eleger o papa, limitando, assim, o cesaropapismo¹⁴.

¹⁴ Intervenção do poder civil no poder religioso, subordinando-o.

Em 1073, Hildebrando foi eleito papa, com o nome de Gregório VII, iniciando várias intervenções para coibir o processo de corrupção dentro da igreja, inclusive a simonia.

A administração tornou-se complexa. O Papado criou então a Cúria Romana, espécie de secretaria geral, cujos membros mais importantes eram os cardeais. Criou ainda o fisco pontifical, que centralizava as arrecadações: rendas das propriedades; impostos dos Estados vassalos; dinheiro de São Pedro, cobrado em alguns países; e taxas sobre serviços.

O documento do Papa Gregório VII, chamado *Dictatus Papae*, de 1075, traz uma lista de 27 proposições, consolidando a eclesiologia de cunho jurídico, fundada sobre a instituição papal. Alguns teólogos, como Yves Congar, chegaram a reconhecer que esta foi a maior virada que a eclesiologia católica já conheceu.

Esta mudança consistiu simplesmente no fato de que, deste momento em diante, não se reconhece mais limites ao poder papal. Chega-se a um totalitarismo eclesial. O papa passa a ser considerado, não apenas discípulo de Jesus e sucessor de Pedro; ele entende-se, agora como representante de Deus.

Em seu *Dictatus Papae* (1075) o papa se ergueu contra a prepotência do poder secular que degenerava em simonia, nicolaísmo e toda a sorte de sacrilégios e inaugurou a ideologia do poder absoluto do papado. O suporte não é a figura de Jesus Cristo pobre, humilde e fraco, mas Deus, Senhor onipotente do Cosmos e fonte única do Poder. O papa se entende, misticamente, como o único reflexo do poder divino na ordem da criação... Por aí se entendem as seguintes proposições da *Dictatus Papae*: <<Apenas o Pontífice romano merece ser chamado universal>> (2) <<Seu legado, em um concílio, comanda a todos os bispos mesmo se é de posição inferior; e apenas ele pode pronunciar a sentença de deposição>> (4) <<O Papa é o único homem ao qual todos os príncipes beijam os pés>> (9) <<Sua sentença não deve ser reformada por ninguém e apenas ele pode reformar a de todos>> (18) <<Ele não deve ser julgado por ninguém>> (19) A Igreja Romana nunca errou e, conforme atestam as escrituras, não poderá jamais errar>> (22) <<O pontífice romano, se foi ordenado canonicamente, torna-se indubitavelmente santo pelos méritos de São Pedro>> (Boff, 1981, p. 89).

A *Dictatus Papae* chega a afirmar no nº 26: “*Não seja reconhecido como católico quem não concorda com a Igreja Romana*”. Crer, portanto, passa a significar obediência ao Papa e à Igreja Romana e, obedecendo ao Papa e a Igreja, obedece-se a Deus. Essa compreensão ganhou embasamento ideológico mais tarde, especialmente com Graciano, o primeiro codificador do Direito Canônico, no século XII e com a teologia da anti-Reforma.

O Papa é a cabeça visível de Cristo, que, por sua vez, é a cabeça invisível da Igreja. A Igreja, desta forma, constitui-se a partir de uma concepção monárquica, cuja fonte de poder visível é o Papa.

O *Sumo Pontífice* assume a herança do Império Romano e se institui como poder absoluto, unindo estreitamente sacerdócio e reino. A partir daí o papa passa a ser identificado cada vez menos como sucessor de Pedro e cada vez mais como sucessor e vigário de Cristo e chega a ser ‘apelidado’ por Santa Catarina de Sena de ‘*o doce Cristo na terra*’.

No século XIII os papas puderam realizar a sua função imperial sobre a cristandade inteira. A afirmação do poder imperial do papa atingiu o clímax na Bula *Unam Sanctam* de Bonifácio VIII, o papa mais imperial da história. (1294-1303). Esta bula terminava proclamando que: “*A submissão ao Pontífice Romano é necessária à salvação: é o que declaramos, dizemos e definimos*”. (Comblin, 1998, p. 105).

3.4 Alguns Tópicos da Cristandade Medieval

As invasões e a conseqüente queda do Império Romano (476) levaram a Igreja a colocar-se como entidade organizadora e sustentadora da sociedade ocidental, tendo por base filosófica, religiosa e ideológica o helenismo e o cristianismo. A cristandade medieval, portanto, dá continuidade ao ‘império cristão’ que teve seu início na chamada ‘virada constantiniana’, a partir de 313 e que se estabeleceu definitivamente entre os séculos IV e V.

A cristandade que marcou o ocidente não foi caracterizada pela mensagem cristã, mas por uma síntese entre religião antiga e cristã. De acordo com vários historiadores e teólogos, aconteceu tanto um processo de cristianização do paganismo, como uma paganização do cristianismo, como se refere Boff:

... o catolicismo começa a assumir uma função cultural e organizatória. Faz as vezes da ideologia pagã, das funções pagãs e da liturgia pagã. Cria menos coisa nova do que assume o que encontra. Isso se percebe bem na forma como se comportou o cristianismo face à religiosidade popular pagã que era, ao lado dos cultos oficiais, muito viva e pluriforme. Os convertidos ou os que passavam para o cristianismo porque era *lex civilis*¹⁵, carregavam para dentro da fé sua cosmovisão mágica, cheia de anjos e demônios, ritos e tradições. Tais coisas não foram erradicadas; foram, antes, batizadas, aceitas e integradas sem, às vezes, uma conversão interior dos fiéis que interiormente e na vivência subjetiva continuavam pagãos. (Boff, 1981, p. 136).

¹⁵ Lei civil

As recomendações dadas pelo Papa Gregório Magno (+ 604), por ocasião do envio de missionários aos povos saxões, ilustra bem essa realidade relatada por Boff:

<<Não se deve destruir os templos da cada povo, somente seus ídolos. Tome-se água benta; seja jogada sobre os ídolos; construam-se altares e aí se coloquem as relíquias. Estes templos tão bem construídos devem ser lugares de sacrifícios não para os espíritos maus, mas para o verdadeiro Deus. O povo vendo que seu templo não é destruído se voltará com alegria para o conhecimento e adoração do Deus verdadeiro>> (Boff, 1981, p. 137)

Nessas recomendações do Papa está implícito o poder que o missionário tem, isto é, no ato de recomendar que não se destruam os templos dos pagãos, por exemplo, está implícita a capacidade de destruir e uma evangelização que pode acontecer pela força, caso não ganhe a adesão desses povos 'evangelizados'. Esse poder aparece mais claramente em Santo Agostinho (354) quando recomenda o *discernimento* na evangelização, afirmando que nem tudo deveria ser simplesmente acolhido:

<<Todas essas coisas que não encontram fundamento na Sagrada Escritura, nem nas resoluções dos sínodos dos Bispos, nem ganharam autoridade mercê da tradição de toda a Igreja, mas aparecem por aí conforme o lugar e o costume, numa pluriformidade de manifestações tais que não se consegue ver que objetivos perseguem, devem ser simplesmente abolidas, onde isso é possível. Embora não contradigam a fé, sobrecarregam a religião que deve ser, segundo o desígnio de Deus, livre de sobrecargas escravizadoras e com formas culturais simples e claras>> (Boff, 1981, p. 137).

Gramsci confirma esta posição sublinhando que o cristianismo, ao difundir-se entre os grupos subalternos, sofre a influência dos antigos cultos pagãos. O resultado é uma religião popular muito diferente do cristianismo oficial; é com esta nova face, sublinha Gramsci, que a Igreja vai tornar-se a estrutura ideológica do mundo feudal. E Portelli comenta:

A passagem das religiões nacionais tais como as conhece na antiguidade, para uma religião supranacional, como o catolicismo, é particularmente difícil; Gramsci sublinha que o cristianismo suplantou as religiões nacionais, mas que desde o seu aparecimento, teve que lutar constantemente contra as tendências centrífugas que apareciam em seu seio. Nem todas as religiões universalistas combatem com a mesma intransigência as religiões nacionais que as precederam. Gramsci cita o exemplo do budismo que se justapôs às crenças preexistentes. O caso

mais notável é o do Japão onde a velha religião nacional se manteve, coexistindo com o budismo importado da China. (Portelli, 1984, p. 54)

Cresce a situação de unanimidade e conformismo na cristandade, favorecida por uma vasta rede de paróquias e mosteiros. Todas as instituições da sociedade ocidental tendem a imbuir-se completamente de um caráter sagrado e oficialmente cristão. Essa ideologia perpassada totalmente pelo elemento religioso, sacraliza definitivamente o poder da Igreja, das autoridades, enfim, de toda a ordem vigente. Como foi visto no início deste capítulo, uma das principais funções da ideologia é o processo de naturalização, na medida em que considera naturais aquelas situações, que, na verdade, são produtos da ação humana e que, por isso, são históricas. Opera também um processo de universalização, produzindo um ocultamento das coisas que não 'devem' ser explicadas, sob pena de seu desmascaramento.

Desta forma, uma consciência de relações sociais *senhoriais e servis* instala-se nos corpos de seus agentes como 'naturais e necessárias'. Essa prática passa a ser percebida e aceita não como imposição, mas como ação voluntária que gera dever moral e religioso. Essa atitude de *servidão* por parte da sociedade e de *poder absoluto* da Igreja e do Estado mostra seu aspecto natural e social como equivalentes e garantidores da *ordem divina* (sobrenatural). Por isso, sobretudo a partir dos séculos X–XI, as relações sociais entre dominantes e dominados aparecem como naturalizadas e sobrenaturalizadas. Assim, a religião pode realizar com muito sucesso sua função de integração e coesão social, pela qual a sociedade pauta sua vida presente, na esperança de compensação na vida futura, com a salvação eterna.

Segundo Portelli, Há uma grande diferença entre a Igreja depois do Edito de Milão e a Igreja da cristandade medieval.

No primeiro caso, trata-se de uma aliança entre dois aparelhos independentes, conservando a Igreja sua própria estrutura e suas próprias regras. No segundo caso, a Igreja se une organicamente à estrutura e ao aparelho do Estado Feudal. Esta feudalização é dupla: o clero aparece ao mesmo tempo como intelectual orgânico do feudalismo e como fração da aristocracia feudal. (Idem, p. 56).

As invasões, seguidas da decadência da civilização urbana, fizeram dos mosteiros lugares privilegiados da cultura, tornando-se praticamente os únicos centros da intelectualidade. Vai ser em torno dos mosteiros que se formam as novas estruturas sociais feudais. Mas, segundo Gramsci, a originalidade do mosteiro feudal

vai desenvolver este novo tipo de relações, partindo de uma divisão social do trabalho entre intelectuais religiosos e servos-artesãos.

Desenvolvimento prático da regra beneditina e do princípio *ora et labora*. O *labora* já era submetido ao *ora*, ou seja, a finalidade principal era evidentemente o serviço divino. Assim, os monges-camponeses são substituídos pelos colonos, a fim de que os monges pudessem, a qualquer momento, encontrar-se no convento para praticar os ritos. Os monges no convento mudam de “trabalho”: trabalho industrial (artesanal) e trabalho intelectual (que contém uma parte manual, a função de copista). A relação entre colonos e convento é a relação feudal, com concessões niveladoras, e é ligada não só à elaboração interna que ocorre no trabalho dos monges, como ao crescimento da propriedade fundiária do mosteiro. Outro desenvolvimento é dado pelo sacerdócio: os monges servem como sacerdotes em território circunvizinho e sua especialização aumenta: sacerdotes, intelectuais de conceito, copistas, operários, industriais, artesãos. O convento é a “corte” de um território feudal, defendido, mais do que pelas armas, pelo respeito religioso. (Idem, p. 56)

Mas, a influência da Igreja sobre a sociedade medieval não se situa só no meio rural. As sedes episcopais tornaram-se centros religiosos e econômicos de muita importância. Como salienta Gramsci, uma importante sede episcopal não podia dispensar um sistema de abastecimento e defesa militar, entre outros. Por isso, tanto no meio rural, como no urbano a Igreja aparece como organizadora do sistema feudal.

A Igreja não se estabelece só como poder econômico e religioso, mas, sobretudo, como poder ideológico e intelectual. Ela representa a própria casta intelectual do sistema feudal, simbolizada pelo alto clero. Sendo assim, tudo passa a ser controlado pela igreja: filosofia e ideologia, ciência, escola, moral, justiça, assistência social, etc. neste sentido, quando se diz que foi a Igreja que despertou a sociedade para a assistência aos mais necessitados, Gramsci diz que

Quando se exalta a função da Igreja na Idade Média em favor das classes inferiores, esquece-se simplesmente uma coisa: que tal função não estava ligada à Igreja como expoente de um princípio religioso-moral, mas à Igreja como organização de interesses econômicos bastante concretos, que devia lutar contra outras ordens que pretendiam diminuir sua importância. Logo, esta função foi subordinada e incidental: mas os camponeses não eram menos espoliados pela Igreja do que pelos senhores feudais. (Idem, p. 58).

Neste mesmo sentido, Gramsci lembra a ação repressiva da Igreja através do Direito, pois, depois das chamadas invasões bárbaras, o direito romano

desempenha apenas um papel secundário, dando lugar ao direito canônico, o único direito oficial elaborado. Enquanto o direito romano deixa de ser ensinado, o direito canônico é o único direito ensinado pelas universidades católicas do ocidente e, por conta disso, constitui-se como a referência jurídica do Estado feudal.

O poder da Igreja manifestou-se também no campo militar. No Concílio de Clermont (1095), o papa Urbano II ‘convoca’ os cavaleiros do Ocidente para reconquistarem os lugares santos e libertarem os cristãos. A própria Igreja organiza a ‘guerra santa’ a qual recebeu o nome de *Cruzada*, porque os ‘soldados de Cristo’ eram identificados pelo símbolo da cruz bordado em suas vestes. A cruz simbolizava o pacto realizado entre o indivíduo e Deus, por meio da Igreja. Por este sinal, o indivíduo mostrava publicamente seu compromisso pessoal com essa ‘empreitada divina’. O movimento estendeu-se desde os fins do século XI até meados do século XIII.

Todos os que partiam para a guerra numa cruzada recebiam do papa indulgência plenária, através da qual eram dispensados de todas as penitências para obterem o perdão dos pecados. O papa motivava os combatentes, destacando a luta do bem contra o mal e, ao mesmo tempo, afirmando que a expedição seria uma forma de cada pessoa canalizar suas forças instintivas para o bem, forças essas que outrora tinham sido usadas para o mal, como opressões, assassinatos e rapinas contra os pobres e cristãos.

O papa Urbano II, idealizador da primeira cruzada, realizou sua pregação durante o Concílio de Clermont... Assim se dirigiu aos fiéis: “Deixai os que outrora estavam acostumados a se baterem impiedosamente contra os fiéis, em guerras particulares, lutarem contra os infiéis. Deixai os que até aqui foram ladrões tornarem-se soldados. Deixai aqueles que outrora bateram contra seus irmãos e parentes lutarem agora contra os bárbaros como devem. Deixai os que outrora foram mercenários, a baixo soldo, receberem agora a recompensa eterna. Uma vez que a terra onde vós habitais é demasiadamente pequena para a vossa grande população, tomai o caminho do Santo Sepulcro e arrebatadi aquela terra à raça perversa e submetei-a a vós mesmos”.

(www.brasilescola.com/historiag/cruzadas.htm)

A adesão foi inesperada. O papa nomeou o comandante do primeiro exército, mas os preparativos foram insuficientes: contentou-se com o mínimo de organização. Os primeiros a se movimentarem foram os camponeses, dos quais a maior parte morreu no caminho. Infelizmente, em sua passagem pelos territórios romanos e outros, os cruzados aproveitaram para assassinar judeus e destruir povoados, movidos por um raciocínio bruto: nos lugares santos os judeus mataram a

cristo; era agora a ocasião para vingar o crime. Participaram desta Cruzada de 20 a 30 mil homens e muito sangue foi derramado, sem serem poupados idosos ou crianças.

A segunda cruzada, organizada em meados do século XII, foi pregada por São Bernardo de Claraval. Toda a Europa participou desta expedição comandada por Luiz VII da França e Conrado III da Alemanha. A derrota foi total.

Muitos concluíram que Deus não estava mais do lado dos “fiéis ocidentais”. A terceira Cruzada também experimentou o fracasso, Frederico Barbaroxa, Ricardo Coração de Leão e outros.

Marcou tristemente a história da Igreja a quarta Cruzada (1204), solicitada por Inocêncio III. Os Cruzados tomaram Constantinopla, sob forte influência dos interesses comerciais dos venezianos. Assassinarão seus chefes, saquearam a cidade, destruíram seus monumentos e estupraram as mulheres. Só no ano de 2001 é que João Paulo II pediu perdão aos ortodoxos, pelas atrocidades da Igreja. Pouco se fala de uma cruzada de crianças, na qual foram enviados, de forma trágica, milhares de meninos, comandados por um pequeno pastor francês e outro alemão. Estavam convencidos de que Deus iria servir-se das crianças para alcançar o que os exércitos não conseguiram. A expedição terminou de forma trágica. A maioria morreu nos naufrágios, outros de doenças e outros tantos, enfim, foram feitos escravos ou ainda exterminados. Houve também uma cruzada de pobres que também sofreu o fracasso. As Cruzadas serviram a estes e a outros propósitos como: abertura de comércio, novas oportunidades pessoais de riquezas, busca de novos domínios e mesmo gosto pela aventura.

3.5 Oposições ao Poder da Igreja e a Inquisição

Se foi a partir do poder simbólico da religião que a Igreja legitimou sua posição em quase todos os domínios da sociedade, foi a partir também da religião que grupos sociais forjaram formas de protestos e geraram movimentos de contra-legitimação da Igreja. A mesma religião que é usada para provocar resignação e conformismo, pode ser motivo de esperanças e apontar para novas possibilidades.

Em 1054 aconteceu o primeiro grande cisma ou divisão na Igreja. Os motivos que levaram a esta separação não eram novos; dentre eles podemos citar as diferenças de liturgia e costume eclesiástico, tais como o desejo dos orientais de

realizar os serviços religiosos em vernáculo, diferenças teológicas, dentre outros. Mas, o motivo principal reside na questão do poder. Gramsci diz que

O cisma entre Oriente e Ocidente é de caráter territorial, entre duas civilizações históricas contrastantes, com escassos elementos ideológicos e culturais, que se inicia com o advento do império de Carlos Magno, isto é, com uma nova tentativa de hegemonia política do Ocidente sobre o Oriente; o cisma surge num período em que as forças eclesiásticas estão mal organizadas e aprofunda-se cada vez mais, automaticamente, em virtude da própria força das coisas, impossíveis de controlar, como se verifica em relação a duas pessoas que durante anos não têm contatos e que se afastam uma da outra até terminarem falando duas línguas diferentes. (Portelli, 1984, p. 55).

O ponto crucial do cisma, no entanto, estava em obrigar o Patriarca de Constantinopla e toda a Igreja oriental a reconhecer a supremacia espiritual do bispo de Roma (papa). Valente (2004) lembra o famoso massacre de Constantinopla e afirma que este cisma poderia ter sido resolvido com a união das duas Igrejas, mas que ele continua até hoje.

Em 1204, Constantinopla foi saqueada de um modo inumano e bárbaro, como se fosse uma cidade de infiéis e não de pessoas da mesma fé cristã. Instalou-se nela e em muitas outras cidades uma hierarquia eclesiástica latina, como se a ortodoxa não fosse cristã. Foi proclamado que fora da Igreja papal não existe salvação, o que significa que a Igreja Ortodoxa não salva. Foi inaugurado e posto em prática sistematicamente um imponente esforço de latinização da Igreja Ortodoxa do Oriente, segundo uma matriz francesa. Depois de séculos de estranhamento recíproco, Paulo VI e Atenágoras, no final do Concílio Vaticano II, desejaram "apagar da memória da Igreja" as excomunhões de 1054 por meio da declaração comum de dezembro de 1965. (Valente, 2004, p. 8)

O próprio monopólio ideológico da Igreja sobre o Estado Feudal, afirma Gramsci, foi frequentemente abalado por grupos de intelectuais rivais. Esse movimento é formado, de um lado, por grupos do aparelho de Estado que procuram libertar-se da tutela eclesiástica e, por outro, por intelectuais leigos que tentam quebrar o monopólio ideológico da Igreja.

Por outro lado, surgem movimentos religiosos populares, que Gramsci classifica em dois tipos: os movimentos 'burgueses' e os movimentos autenticamente populares.

Os movimentos heréticos burgueses nascem nas cidades e tornam-se uma contestação radical da hegemonia eclesiástica-feudal.

É significativo que Engels e Gramsci sublinhem dois aspectos diferentes dessa mesma revolta: para o primeiro, trata-se essencialmente de uma crítica do papel econômico e político do clero; contentando-se em pregar um “retorno às fontes” da Igreja, a burguesia reclama uma “Igreja barata” que suprima todas as ordens e aparatos julgados inúteis. Se este movimento comunal se apegava essencialmente ao feudalismo leigo é porque, desde o século XIII, a burguesia possui sua autonomia política frente ao feudalismo leigo. Trata-se agora de entender esta autonomia com relação ao feudalismo eclesiástico. (Portelli, 1984, p. 62-63).

Gramsci ressalta que este movimento comunal procura escapar do domínio ideológico da Igreja feudal, criando o próprio sistema ideológico e cultural; dá como exemplo a volta do direito romano, como consequência do surgimento da vida econômica e comercial e da ascensão da burguesia, após o ano 1000. Apesar do direito romano não dar conta das novas relações sociais que iam surgindo, ele provocou, segundo Gramsci, a redução do domínio do direito canônico, que acaba passando por profundas modificações. Com a primazia jurídica abalada, a Igreja se vê atacada também por outro fenômeno importante: o aparecimento das línguas nacionais, em detrimento do latim. E Gramsci diz: *num sentido, pode se chamar de herética a civilização comunal do século XII, que se manifesta numa irrupção de sentimentos refinadíssimos em formas plebéias. (Idem, p. 64).* Gramsci continua essa mesma linha de raciocínio, afirmando que a Igreja buscou anular esta corrente cultural, separando os intelectuais leigos do povo, principalmente no campo da literatura, e trabalhou para a volta do latim. Por isso, Gramsci acredita que o movimento comunal deve ser considerado como uma heresia e na própria Itália, sede do papado, e acrescenta: *a comuna será uma Heresia em si mesma, pois devia entrar tendencialmente na luta contra o papado e tornar-se independente dele. (Idem, p. 64).*

Gramsci considera, no entanto, mais complexo os movimentos populares. Enquanto o movimento comunal se manifestava mais como uma forma de reivindicação de autonomia política e cultural, o movimento popular sinalizava para uma crise no próprio âmbito interno da comunidade cristã.

Analisando os movimentos heréticos populares no século XII, Engels distinguiu dois tipos de heresias: - de um lado, as heresias “reacionárias”, a dos Valdenses, por exemplo, que se opunham à extensão do Feudalismo; de outro – as heresias insurrecionais, que retomavam os temas dos movimentos urbanos, mas acrescentando-lhes reivindicações igualitaristas em nome da volta ao cristianismo primitivo. Foi por estes movimentos, de caráter ao mesmo tempo místico e insurrecional, que se interessou Engels,

pois via neles a prefiguração da revolta camponesa do século XVI – e principalmente da Guerra dos Camponeses. (Idem, p. 65).

Gramsci ressalta como extremamente positivas as novas relações entre o povo e pequenos grupos de intelectuais religiosos que são, para ele, os intelectuais que mais se destacam nesta época. Ele cita o caso de São Francisco de Assis como um dos mais célebres e diz:

Pensai no que representa na Idade Média o movimento franciscano frente ao teologismo doutrinário da escolástica. A teologia era o “pão” dos anjos, não dos pobres mortais; todavia, tinha invadido todas as manifestações religiosas, mesmo a pregação ao povo. Deus desaparecia por trás dos silogismos, brilhava de longe ou pesava sobre as consciências como algo de enorme, de esmagadora inteligência tinha matado o sentimento, a reflexão tinha estrangulado o impulso da fé. Veio São Francisco, alma humilde, modesta. Espírito simples soprou nestes muros de papel, de pergaminho, que haviam afastado os homens de Deus e fez renascer em cada alma a embriaguez divina. (Portelli, 1984, p. 66).

O movimento popular medieval aparece, sob diversas formas, como uma revolta contra a hierarquia da Igreja. No entanto, as fraquezas das forças populares diante do feudalismo e da Igreja limitam em muito a eficácia dessas revoltas, que acabam assumindo uma característica de movimentos de resistência não-violento, semelhante aos movimentos da Igreja primitiva. Esse pacifismo explica, por exemplo, o sucesso da pregação de Francisco de Assis e de seus companheiros. Nessas pregações, não aparecem temas como críticas à hierarquia da Igreja, muito pelo contrário, manifesta uma grande submissão a ela. Por isso, Gramsci acha que, diante de manifestações que representam menos perigo, a Igreja limitou-se a um remanejamento da sociedade civil ou a fazer um apelo às forças da sociedade política. A escolha vai depender do grau de gravidade da situação. Mas, comenta Portelli,

Quando a ruptura foi total e assumiu a forma de luta política ou ideológica (heresia), a Igreja com frequência utilizou o braço secular do Estado ou a inquisição, tapando pela força as brechas de sua hegemonia... O método utilizado foi o que Gramsci considera como tática favorita da Igreja e que depois aplicará constantemente – por exemplo, frente ao modernismo –; recuperar o movimento, canalizando-o para estruturas oficiais, integrando ou eliminando os líderes. (Idem, p. 68)

Durante a baixa Idade Média, podemos encontrar vários exemplos de enquadramento dos movimentos nos quadros oficiais. Gramsci diz que *No passado*,

as rupturas na comunidade dos fiéis eram aplainadas por poderosos movimentos de massa, que eram reabsorvidos na formação de novas ordens religiosas em torno de fortes personalidades. (idem, p. 68). Um exemplo que Gramsci ressalta é o caso do movimento de São Francisco, que arrebatava as multidões com sua pregação de volta às origens do cristianismo. Mas, para prevenir “os desvios” do franciscanismo, a hierarquia vai utilizar Francisco de Assis para enquadrar o movimento nos quadros oficiais da Igreja. Gramsci diz que:

A Igreja não o perseguiu oficialmente, porque isto teria antecipado de dois séculos a reforma, mas o imunizou, dispersou seus discípulos e reduziu a nova religião a uma simples ordem monástica a seu serviço... Francisco foi um cometa no firmamento católico... Seu movimento foi popular enquanto viveu a recordação do fundador. (idem, p. 68).

Através desse método a Igreja recuperou o controle dos movimentos, anulando a cabeça de seus mentores ideológicos. Desta forma, por exemplo, o movimento franciscano, como tantos outros, transformou-se em centenas de congregações franciscanas, todas enquadradas na estrutura oficial, perdendo assim, o sentido do carisma e a própria razão de existir, conforme o objetivo original. Assim, por exemplo, os franciscanos e dominicanos afastaram-se tanto do Ideal de São Francisco e São Domingos, que acabaram assumindo a responsabilidade pelo cumprimento da doutrina religiosa, na inquisição, como inquisidores.

Comenta Portelli:

Assim aconteceu com certas ordens monásticas que conservaram em si mesmas, fermentos da reforma ideológica que deviam combater as massas: assim os Dominicanos dentre os quais saiu Savonarola, ou os Agostinianos de onde surgiram a reforma e o jansenismo. Mas, durante a Idade Média, a Igreja ainda é bastante poderosa para conservar solidamente o controle ideológico da sociedade. A partir do Renascimento, o conflito vai tornar-se radical e não se tratará mais de uma simples ruptura entre hierarquia e fiéis, mas antes de uma crise orgânica do bloco feudal-eclésiástico. (Idem, p. 69).

Assim, a Igreja nem sempre usou apenas os métodos políticos para anular as forças de oposição, mas como bem diz Gramsci: *Quando a ruptura foi total e assumiu a forma de luta política ou ideológica (heresia), a Igreja com freqüência utilizou o braço secular do Estado ou a inquisição,* (idem, p. 68), eliminando, inclusive fisicamente quem atravessasse em seu caminho e usando o nome de Deus

e de Jesus como fundamentos dessa ignominiosa ação, e a defesa da ortodoxia como justificativa.

Mas, como em política as questões mais fundamentais permanecem no 'reino do não dito', sabemos que a inquisição foi uma forma extrema que a Igreja usou para defender sua hegemonia na sociedade.

3.5.1 A Inquisição

A Inquisição foi um tribunal da Igreja Católica instituído no século XIII para perseguir, julgar e punir os acusados de heresia – doutrinas ou práticas contrárias às definidas pela Igreja. A '*Santa Inquisição*' é fundada pelo papa Gregório IX (1170?-1241) em sua bula (carta pontifícia) *Excommunicamus*, publicada em 1231.

No século IV, quando o cristianismo se torna a religião oficial do Império Romano, os heréticos passam a ser perseguidos como inimigos do Estado; mais tarde, é a própria Igreja que vai considerá-los inimigos que devem ser anulados ou eliminados.

A sociedade européia, a partir do século XIII produz um desenvolvimento cultural, reflexões filosóficas e teológicas, que acabam contradizendo e mesmo contestando a concepção de mundo defendida até então pelo poder eclesiástico. Paralelamente surgem movimentos cristãos, como os cátaros, em Albi, e os valdenses, em Lyon, ambos na França, que pregam a volta do cristianismo às origens, defendendo a necessidade da Igreja abandonar suas riquezas. Em resposta a essas 'heresias', milhares de albigenses são liquidados entre 1208 e 1229. Dois anos depois é criada a Inquisição.

A responsabilidade pelo cumprimento da doutrina religiosa passa dos bispos aos inquisidores – em geral franciscanos e dominicanos –, sob o controle do papa. As punições variam, desde a obrigação de fazer uma retratação pública ou uma peregrinação a um santuário, até o confisco de bens e a prisão em cadeia. A pena mais severa é a prisão perpétua, convertida pelas autoridades civis em execução na fogueira ou forca em praça pública. Em geral, duas testemunhas constituem prova suficiente de culpa.

Em 1252, o papa Inocêncio IV aprova o uso da tortura como método para obter confissão de suspeitos. A condenação para os culpados é lida numa cerimônia pública no fim do processo, no chamado auto-de-fé. O poder arbitrário da Inquisição volta-se também contra suspeitos de bruxaria e contra todo e qualquer grupo hostil

aos interesses do papado. Nos séculos XIV e XV, os tribunais da Inquisição diminuem suas atividades e são recriados sob forma de uma *Congregação da Inquisição*, mais conhecida como *Santo Ofício*. Passam a combater os movimentos da Reforma Protestante e as heresias filosóficas e científicas saídas do Renascimento. Vítimas notórias da Inquisição nesse período são: a heroína francesa Joana D'Arc (1412-1431), executada por se declarar mensageira de Deus e usar roupas masculinas, e o italiano Giordano Bruno (1548-1600), considerado pai da filosofia moderna, é condenado por concepções intelectuais contrárias às aceitas pela Igreja. Processado pela Inquisição, o astrônomo italiano Galileu Galilei prefere negar publicamente a Teoria Heliocêntrica desenvolvida por Nicolau Copérnico e trocar a pena de morte pela de prisão perpétua. Após nova investigação iniciada em 1979, o papa João Paulo II reconhece, em 1992, o erro da Igreja no caso de Galileu.

Boff acentua duas palavras-chave da inquisição: *dogmatismo* e *intolerância* e acrescenta:

Quem é portador da verdade absoluta, divina... não pode tolerar outra verdade... A salvação, portanto, depende da verdade ortodoxa. Discurso e ser coincidem: quem tem a verdade divina está salvo. A verdade é mais decisiva que a bondade. A inquisição não se preocupava com os crimes morais, mas com os crimes referentes à verdade ortodoxa. Aquele que comete um deslize moral peca, mas não coloca em cheque o quadro de compreensão e o sistema de verdades e dos poderes que elas implicam... O herege nega a validade do quadro de verdades e proclama, sem medo nem arrependimento, outra verdade. (Boff, 1981, p. 74).

Com a reforma gregoriana, ficou sempre mais evidente que o papa era a autoridade que contava na Europa. Reis e príncipes, bispos e abades devem-lhe obediência. O gesto do imperador alemão Henrique IV, excomungado e de joelhos pedindo ao papa Gregório VII para que o absolvesse e lhe devolvesse o trono, dá a dimensão da mudança do eixo do poder.

A baixa Idade média vive uma enorme inquietação e o mundo já enxergou além para continuar simplesmente dizendo amém a todos os mandos e desmandos do poder eclesiástico. Violentos conflitos ocorreram entre Frederico II e os Papas Gregório IX e Inocêncio IV; isso causou imediata crise do sistema doutrinal e político da cristandade no século XIII, o que gerou um ressentimento de todos os povos germânicos contra o papado e que se constitui em causa remota que favoreceu a reforma protestante.

3.5.2 A Reforma Protestante

Outra grande divisão na Igreja ocorreu no século XVI, com a reforma protestante.

Esta reforma deveu-se a uma série de fatores históricos que se conjugaram de modo oportuno: fatores de ordem política, como os conflitos entre papas e imperadores, os nacionalismos eclesiásticos, a decadência moral do clero na Alemanha e um império germânico fragmentado em pequenos principados e cidades-estado, mas, principalmente o ressentimento contra Roma,

Lutero, por sua vez, construiu um sistema doutrinal-religioso em franca divergência com a tradição da Igreja. Segundo Lutero as obras do homem de nada servem para a salvação, nem os sacramentos, na sua maioria, nem o Papado. A Igreja não seria nem depositária e nem intérprete da Revelação. A Sagrada Escritura apenas e exclusivamente seria a única fonte da Revelação segundo a interpretação livre que cada fiel em particular lhe desse, diretamente inspirado por Deus. Publicou as 97 teses contra a Teologia escolástica e as 95 sobre as indulgências. Em 1521 foi excomungado.

No clima do final da Idade Média, essa doutrina tinha-se corrompido e neurotizado, a ponto de se achar possível “comprar” a salvação mediante pagamento. Dizia-se: *“Mal o dinheiro tilinta no cofre, uma alma respinga do purgatório”*. Um horror para as almas sensíveis, como a de Lutero! Em 1515, o dominicano Johann Tetzel iniciou a pregação das Indulgências em Juterborg, com grande sucesso nas massas católicas, ansiosas por adquirirem a sua salvação e a de seus queridos. Lutero tomou contato com esse negócio e resolveu solicitar uma discussão com os teólogos e doutores. Assim, em 31 de outubro de 1517, enviou a bispos e teólogos suas 95 Teses sobre as Indulgências, redigidas em latim (não é certo que as tenha afixado na capela do Castelo de Wittenberg). As Teses logo se espalharam pelo país, criando um clima amplamente favorável à insurreição religiosa. Surge grande movimentação popular, mas o papa Leão X não se preocupou, pois não queria desagradar ao príncipe eleitor Frederico da Saxônia, amigo de Lutero. Em 1518, em vão, o cardeal Caetano tentou convencer Lutero em Augsburg. Em 1519, há uma discussão entre o teólogo católico J. Eck e o amigo de Lutero, Karlstadt, em Leipzig. Os dois lados consideraram-se vencedores, pois os dois campos não tinham mais um ponto de partida comum. Houve teólogos, humanistas e artistas que desejavam permanecer na fé católica, mas viam no movimento luterano um modo de renovar a fé cristã e os costumes eclesiásticos. (Besen, 2003, p. 5)

As doutrinas de Lutero tiveram boa aceitação: a supressão do celibato eclesiástico por não poucos sacerdotes, numa época de baixo nível moral do clero e

a supressão dos votos monásticos por comunidades religiosas. Ainda, segundo Besen, Lutero levava uma vida religiosa autêntica e cultivava uma experiência pessoal com Deus. Tinha consciência da própria pequenez... Por isso, cultivou uma confiança cega na salvação gratuita de Deus. Unia o dom do comando à sensibilidade não só pelas pessoas, mas pelo movimento atual da história e pelo jogo de poder que se configurava entre as forças sociais, inclusive aquela força que viera para ficar e transformar radicalmente o movimento da história: a burguesia. Em 1546, quando Lutero faleceu, a Reforma já abrangia mais da metade da Europa.

Weber parte de dados estatísticos que mostraram a proeminência de adeptos da reforma protestante entre os grandes homens de negócios, empresários bem sucedidos e mão-de-obra qualificada. A partir daí, procura estabelecer conexões entre a doutrina e a pregação protestante, seus efeitos no comportamento dos indivíduos e sobre o desenvolvimento capitalista. Weber descobre que os valores do protestantismo – como a disciplina ascética, a poupança, a austeridade, a vocação, o dever e a propensão ao trabalho, atuaram de maneira decisiva sobre os indivíduos. No seio das famílias protestantes, os filhos eram criados para o ensino especializado e para o trabalho fabril, optando sempre por atividades mais adequadas à obtenção do lucro, preferindo o cálculo e os estudos técnicos ao estudo humanístico.

Weber mostra a formação de uma nova mentalidade, um *ethos* propício ao capitalismo, em flagrante oposição ao ‘alheamento’ e à atitude contemplativa do catolicismo voltada para a oração, sacrifício e renúncia da vida prática.

Um dos aspectos importantes desse trabalho, no seu sentido teórico, está em expor as relações entre religião e sociedade e desvendar a particularidade do capitalismo. Conclui, então, que esta relação não se dá por meios institucionais, mas por intermédio de valores introjetados nos indivíduos e transformados em motivos de ação social. Para Weber, a vocação do protestante é dever e trabalho, como um fim em si mesmo. O protestante puritano se adapta facilmente ao mercado de trabalho, acumula capital e reinveste produtivamente. Portanto, na análise entre catolicismo e protestantismo, Weber conclui que este último revela tendência ao racionalismo econômico que predominará no capitalismo.

O protestantismo não permitiu à Igreja católica lançar uma cruzada contra o mesmo. Príncipes alemães apoiaram Lutero. Outros reformadores acharam apoio na Suíça, em cidades livres, nos Países Baixos, onde surgiu a Holanda, que não quiseram submeter-se ao papa.

Era por causa da *consciência* que Lutero falava que todos os fiéis são sacerdotes. Acabou-se o monopólio do divino. Cada cristão, mesmo uma criança amedrontada, pode ficar de pé e dizer: “aqui fico. Não posso ir contra a voz da minha consciência”. Por que é que bem-nascidos cardeais, bispos conservadores e padres de antanho ficam arrepiados com essa coisa? As comunidades protestantes primitivas eram de base, no sentido de que nasciam do povo comum – cada crente era um sacerdote... No século XVI a Igreja rachou, e deu aquilo que todos conhecemos. Depois, os protestantes tentaram converter os católicos no varejo, um a um. Mas o espírito ficou meio impaciente, e tratou de fazer a conversão por atacado. Pela Igreja toda sopra a liberdade de Deus e a voz da consciência: os fiéis estão à escuta, tentando ler os sinais dos tempos... Quantas coisas nos conta a idéia protestante de que todos os homens são sacerdotes!... A primeira coisa que ela fala é colocar um enorme ponto de interrogação sobre a cabeça das pessoas que se dizem autoridades religiosas, políticas, militares, não importa. De saída é necessário dizer que a autoridade é algo estranho ao espírito do novo testamento. (Alves, 2004, p.25)

Gramsci afirma que existe uma unidade social entre Reforma luterana e calvinista, revolução inglesa e Revolução Francesa, pois elas se constituem em revoluções da burguesia. Embora a ideologia não seja idêntica nessas revoluções, elas trazem em si uma característica comum: a crítica revolucionária do catolicismo feudal.

3.6 A Reforma Católica ou Contra-Reforma

A Igreja católica deflagra uma reação e, ao mesmo tempo, dá início a um amplo processo de reforma da Igreja. Neste sentido muitos denominam esse processo de Contra-Reforma, alegando que sua reação foi causada unicamente pela reforma protestante; mas ela é chamada também de Reforma Católica, com base no argumento de que a Igreja não tinha como objetivo apenas reagir contra a Reforma Protestante, mas realizar uma grande renovação interna, como na questão moral e disciplinar do clero, a formação dos féis e a missão.

Gramsci fica com a primeira hipótese e por isso, para ele, houve uma Contra-Reforma:

Os Católicos sustentam que a Igreja Romana foi muitas vezes reformada a partir do interior, ao passo que no conceito protestante de “reforma” está implícita a idéia de “Renascimento” e de restauração do cristianismo primitivo, sufocado pelo romanismo. Na cultura leiga, fala-se por isso de Reforma e de Contra-Reforma, ao passo que os católicos (e especialmente os jesuítas que são mais precisos e mais conseqüentes, mesmo na terminologia) não querem admitir que o Concílio de Trento tenha apenas reagido ao luteranismo e ao conjunto das tendências

protestantes; mas sustentam que se tratou de uma “Reforma” católica, autônoma, positiva, que teria se verificado em cada caso. (Portelli, 1984, p. 85).

O objetivo principal da Igreja – que se chame de Reforma ou Contra-Reforma – era encontrar meios para manter sua supremacia ideológica e mesmo política, frente a tantas formas de protestos sociais e a um mundo que se diversificava e seguia seu caminho com ou sem ela.

Gramsci lembra que durante a Idade Média a Igreja mantinha a unidade de seu bloco ideológico, utilizando forças da sociedade civil, como ordens religiosas e movimentos de massa e que no momento se vê obrigada a recorrer à ajuda da sociedade política, à coação. Lembra ainda que na Baixa Idade Média as heresias tiveram que ser combatidas não só pelo aparelho ideológico, mas também pela força armada, mas o papel das ordens religiosas continuaram como força essencialmente ideológica. Diz Gramsci:

A Contra-Reforma esterilizou este pulular de forças populares; a Companhia de Jesus é a última grande ordem religiosa, de origem reacionária e autoritária, com caráter repressivo e “diplomático”, que assinalou – com seu nascimento – o endurecimento do organismo católico. As novas ordens surgidas posteriormente têm um pequeníssimo significado “religioso” e um grande significado “disciplinar” sobre a massa dos fiéis: são ramificações e tentáculos da Companhia de Jesus (ou se tornaram isso), instrumentos de “resistência” para conservar as posições políticas adquiridas, e de modo nenhum forças renovadoras de desenvolvimento. (Idem, p. 86).

A Igreja Católica, segundo Gramsci, torna-se uma organização essencialmente disciplinar, mudando sua estratégia em relação às organizações populares, mas, por outro lado, perde sua autonomia frente ao Estado, pedindo ao mesmo ajuda para restabelecer sua direção ideológica, e reprimindo, de várias formas, o protestantismo primitivo.

O Concílio de Trento foi realizado de 1545 a 1563, com a finalidade ‘explícita’ de assegurar a unidade da fé e a disciplina eclesiástica. Mas, sabe-se que o principal objetivo ‘não-dito’ desse 19º Concílio Ecumênico, o mais longo da história, foi deflagrar uma reação à Reforma Protestante, assegurando o poder político, ideológico, religioso e cultural da Igreja.

Dentre outras questões, o concílio tratou e regulamentou assuntos sobre a salvação, os sacramentos e o Cânone Bíblico, em oposição aos protestantes; ‘padronizou’ a missa, abolindo praticamente todas as variações locais. O Concílio

também regulou as obrigações dos bispos e confirmou a presença de Cristo na eucaristia. Estabelece a criação de seminários como 'lugares' de formação para os candidatos ao sacerdócio e reconhece a superioridade do Papa sobre a assembléia conciliar. Institui o *Índice dos livros proibidos* e reorganiza a inquisição.

O Concílio de Trento torna-se mais uma reação do que uma proposição. Centraliza ainda mais o poder da Igreja na pessoa do Papa. A Igreja estrutura-se em forma de um governo monárquico-absolutista. Como bem lembra Gramsci, a hierarquia separa-se cada vez mais das massas, através de um processo que se chamou de 'clericalização' da Igreja: todas as ações passam a ser centradas nos padres e religiosos, que são os braços dos bispos e estes, por sua vez, tornam-se, na prática, como que os braços do Papa.

3.7 A Revolução Francesa e a Igreja Católica

O Pensamento iluminista entra em conflito com a Igreja Católica; essa disputa atinge seu auge com a Revolução Francesa. A *Constituição Civil do Clero* aboliu a maior parte de seus privilégios e reduziu a hierarquia católica francesa a funcionários públicos. A Revolução que proclama os direitos do ser humano traz consigo, como conseqüência, uma aversão a qualquer autoritarismo e mesmo à autoridade em geral.

A revolta contra o velho autoritarismo não tardou a se voltar também contra o poder da Igreja, do rei e da aristocracia. No século XVII, essas instituições eram muito mais poderosas na França do que na Inglaterra. E então veio a Revolução Francesa, no ano de 1789. (Gaarder, 1995, p. 337).

Gramsci afirma que a Revolução Francesa é o resultado de uma luta ideológica travada a partir da Reforma; diz que ela foi *a primeira a rejeitar a vestimenta religiosa e a travar todas as suas batalhas no terreno abertamente político*. Realiza-se uma aliança da burguesia com as classes subalternas – e principalmente com a classe camponesa – contra as classes feudais, e, portanto, também contra a Igreja.

Em seus momentos mais radicais, a Revolução fez o possível para eliminar qualquer religião e extirpar resquícios de vida cristã na sociedade. Milhares de católicos foram mortos e procedeu-se à matança dos clérigos que não juraram a *Constituição Civil do Clero*, que foi proibida e condenada pelo Papa Pio VI.

Mas, contrariando as ‘aparências’ dessa Revolução, Gramsci afirma que ela não constitui uma ruptura total com o cristianismo, pois a França, afirma ele, permanecia profundamente católica às vésperas da Revolução.

Tão-somente deste modo pode ser explicada a história religiosa da Revolução Francesa, pois de outra maneira seria inexplicável a adesão em massa às novas idéias e à política revolucionária dos jacobinos, contra o clero, por parte de uma população que ainda era, decerto, profundamente religiosa e católica. (Portelli, 1984, p. 88)

Mas, então, como se explicaria a adesão popular à Revolução Francesa, considerada pela Igreja Católica uma heresia? Gramsci vai responder esta questão apontando para uma ‘concepção cristã de mundo laicizada’, semelhante ao fenômeno que se vê atualmente, da adesão em massa de um ‘cristianismo sem Igreja e sem Hierarquia’.

Talvez possa-se dizer que a “Igreja” como comunidade dos fiéis, conservou e desenvolveu determinados princípios políticos-morais em oposição à Igreja como organização clerical, até a Revolução Francesa, cujos princípios são próprios da comunidade dos fiéis contra o clero como ordem feudal aliada ao rei e aos nobres. Por isso, muitos católicos consideram a Revolução Francesa como um cisma e uma heresia, isto é, uma ruptura entre pastor e rebanho, do mesmo tipo da Reforma, mas historicamente mais madura por ter-se verificado no terreno do laicismo; não padres contra padres, mas fiéis-infiéis contra padres. (Idem, p. 88).

Essa separação entre a hierarquia e as massas trouxe grandes conseqüências para a Igreja. Segundo Gramsci, cria-se na França uma ideologia leiga e nacional que substitui o catolicismo; isso acontece por duas razões: A primeira é causada pela evolução das heresias religiosas: o tema da ‘volta às origens’ havia perpassado toda a Idade média, tornando-se, depois, dominante no luteranismo e calvinismo, é substituído pelo tema do sentimento nacional e ao mesmo tempo laiciza-se nas afirmações dos princípios de 1789: *liberdade, Igualdade e fraternidade*. A segunda razão, diz Gramsci, é causada pelo rompimento do vínculo religioso, levando a uma regressão do sentimento religioso: *Todas as vezes em que a continuidade das relações entre Igreja e fiéis foi interrompida violentamente, por razões políticas, como ocorreu durante a Revolução Francesa, as perdas sofridas pela Igreja foram incalculáveis.*(Portelli, 1984, p. 89).

Assim, completa-se a crise ideológica que coloca, de forma definitiva, a Igreja numa posição subalterna; o mesmo acontece com a aristocracia feudal da qual a Igreja era o intelectual coletivo.

Napoleão foi o restaurador da Igreja na França com a *Concordata* de 17 de julho de 1801.

As ondas de nacionalismos fizeram com que o papado percebesse que estava perdendo terreno no poder temporal; assim, passou a garantir sua hegemonia espiritual sobre toda a Igreja Católica.

3.8 A Posição da Igreja no Mundo Moderno

A Igreja ainda pensava que estava no tempo de Inocêncio III. Ela vai se afastando do povo e o povo vai se afastando dela. Ela busca proteção e privilégios nos Estados Cristãos: filhos das classes dirigentes podem estudar em colégios dirigidos por religiosos. A partir de 1700, entra o costume de todos receberem a comunhão na páscoa. Há muito estímulo à comunhão semanal e até diária. Difusão da adoração ao Santíssimo Sacramento. Espalha-se entre a população cristã a devoção a Nossa Senhora e ao Sagrado Coração de Jesus

A sociedade está fortemente dividida em classes: Um pequeno grupo privilegiado acumula muita riqueza, enquanto uma grande massa de trabalhadores vive numa pobreza crônica. Vemos uma Igreja rica, segura de si e insensível às misérias sociais, à pobreza. O luxo perpassa do Vaticano, aos palácios dos cardeais.

Ser padre significava para muitos conquista de posição social, segurança e futuro garantido. No século XIX, havia um padre para cada 200/250 habitantes, em muitos países da Europa e eram sustentados no luxo. Embora a Igreja não reconheça, mas foi muito praticado, nessa época, o princípio da *dupla moral*: uma para os nobres e outra para os pobres.

Prega-se por toda parte que quem morre fora da Igreja não alcança a salvação, pois ela é a única portadora da verdadeira mensagem de Jesus, o depósito da fé e o papa o único representante visível de Deus na terra.

A Revolução Francesa levou à laicização quase completa da Europa Cristã, acontecendo a separação definitiva entre a Igreja e o Estado.

Mesmo a contragosto da Igreja Católica, passa-se a admitir diversas religiões no mesmo país. O cidadão é cidadão, não interessando mais qual seja sua religião.

No contexto da separação entre Igreja e Estado acontece a laicização das escolas e universidades. A lei civil não leva mais em conta o Direito Canônico. O religioso passa a ser considerado um cidadão como os demais.

A Igreja dizia que a Revolução Francesa foi a única etapa da apostasia da sociedade moderna, começada com o Renascimento e desenvolvida com o Protestantismo e com o Iluminismo.

Os cristãos intransigentes e a hierarquia católica afirmam que o liberalismo é um pecado; que a liberdade é a amiga mais fiel e querida do demônio, pois abre caminho a inumeráveis e quase infinitos pecados. Deve-se condenar qualquer tipo de liberdade. É loucura a liberdade de consciência, um mal a liberdade de imprensa.

No Vaticano as pessoas consideradas boas eram as anti-liberais; as más eram as liberais. Sente-se saudades do antigo regime. Criou-se verdadeiro horror ao liberalismo e ao novo: Gregório XVI (1831-1846) não permitiu que se instalasse nos Estados Pontifícios iluminação a gás, pois facilitaria reuniões noturnas subversivas. Não permitiu também a extensão de vias férreas, pois facilitaria o transporte das idéias liberais, mais depressa, do norte da Europa. Combate os princípios básicos da nova ordem social: Igualdade, promoção das classes menos favorecidas, a difusão da instrução. Pe., Grimalde, em 1830, assim se expressava na revista *Civiltá Cattolica*:

No céu, na terra ou no inferno, jamais houve igualdade de posição, glória ou castigo. Não é trabalho da civilização confundir a ordem social, mas sim regulá-la. Tenho um vago pressentimento de que a excessiva instrução dos agricultores enfraqueceu bastante a força física de seus músculos, tendo já antes corrompido a força moral de seus corações. Falando a verdade: para a fertilidade de meus campos e para a economia de meus erários não quereria camponeses tão instruídos. (Bitencourt, 1999, p.3)

Defendia-se a idéia de que, desde o nascimento, cada uma já traz em si uma função. Lamenta-se os 'estragos da cultura' e acredita-se que deixar as massas ignorantes seria o melhor meio para manter a paz na sociedade. A *Civiltá Cattolica*, em 1876, definia a instrução elementar obrigatória como socialmente perigosíssima. Igual era a mentalidade de Pio IX. Essa mesma era a posição também com relação aos negros americanos.

Diante da extrema miséria dos operários e agricultores, ressaltava-se como virtude a resignação, a paciência e a sujeição. As pessoas sofrem na terra, mas terão a recompensa no céu.

Por outro lado, o mundo se firmava cada vez mais como autônomo, colocando a razão como critério da verdade. O Estado passa a ser a fonte de todos os direitos da pessoa; a função da Igreja deve ser reduzida ao seu específico, sem intervenções nas questões políticas e sociais.

Pe. Ventura, em 1822, dizia que os inimigos da religião seriam também os inimigos do trono. Devem, portanto, ser combatidos de ambos os lados: Política e religiosamente.

Cresce o sentimento de nacionalismo e as lutas pela independência na Europa e na América Latina. A Igreja se alia aos colonizadores contra as lutas pelas independências nacionais.

O tom clássico do pontificado do século XIX é ver erro em tudo. É mais pessimista que na Idade Média. Para a Igreja, toda revolução é ilícita. Toda novidade é perigosa. Afirma-se que o fim do Estado é defender a Igreja. No Syllabus¹⁶ (1864) Pio IX, em 80 proposições, condena o mundo moderno, como tempo duríssimo, tempo de torpezas, dos ímpios, de corrupção das mentes e corações.

A encíclica *Quanta Cura* condena todos aqueles que dizem que a liberdade de consciência e de culto é um direito nato em todo o ser humano.

Boff assim se expressa:

A partir do século XVI, será uma Igreja que se definirá pelos <<contra>>: será contra a reforma (1521), contra as revoluções (1789) contra valores hoje consagrados como liberdade de consciência, ainda condenada em 1846 por Gregório XVI como *deliramentum*¹⁷ (DS 2730), a liberdade de opinião, anatematizada como <<erro pestilentíssimo>> pelo mesmo Papa (DS 2731) contra a democracia etc... Enquanto poder, a Igreja-instituição teme todas as transformações que coloquem em risco a segurança do poder adquirido. E o poder por si mesmo jamais abdica. Somente reparte quando periga soçobrar. A instituição quer estar sempre entre os vencedores. (Boff, 1981, p. 94)

Nesse mesmo momento histórico de condenações, a Igreja celebra *Concordatas*, procurando manter seus privilégios; que, por sua vez, acaba aumentando o anti-clericalismo.

Os trabalhadores passam das mãos dos imperadores, para as mãos da burguesia. O privilégio de sangue foi substituído pelo privilégio das finanças. A

¹⁶ Syllabus é uma palavra latina que significa: sumário, índice, lista. No contexto em que ela foi citada refere-se à lista de 80 erros do mundo moderno citados pelo Papa Pio IX, na Encíclica *Quanta Cura*, escrita em 1864.

¹⁷ Absurdo, loucura.

burguesia explora ao máximo a classe trabalhadora indefesa: homens, mulheres e crianças são submetidos aos trabalhos forçados das máquinas.

Surgem inúmeros movimentos de trabalhadores, mediados por sindicatos e partidos políticos.

Em 1846, Pio IX condena o socialismo e o comunismo com a encíclica *Qui Pluribus*.

No Concílio Vaticano I, quando se sugeriu a discussão sobre o comunismo, logo se falou: *são delírios tão monstruosos que não é conveniente a um concílio ocupar-se deles*.

Leão XIII, em 1878, condena o socialismo e reafirma a propriedade privada. Diz que a relação entre ricos e pobres se resolverá quando se reconhecer que não falta dignidade à pobreza. O rico deve ser generoso e misericordioso e o pobre satisfeito com a própria sorte. O pobre deve ganhar o céu com a paciência e o rico com a liberalidade.

Em 1891, Leão XIII lança a Encíclica *Rerum Novarum*, que reconhece os direitos dos operários de reunir-se para defender seus direitos. Bento XV, em 1928, afirma a legitimidade dos sindicatos.

No contexto da Contra-Reforma e com o impulso do Concílio de Trento, além da criação dos seminários, surgem várias dezenas de congregações religiosas masculinas e femininas, até o início do século XX, com diferentes 'carismas', dentre os quais se destacam: Educação, saúde, obras assistenciais, ação missionária, ensino religioso e catequese, comunicação, atendimento a migrantes, crianças e adolescentes, ensino profissionalizante, entre outros. Muitas dessas congregações organizaram associações leigas com a finalidade de levar à sociedade, de uma forma mais extensa, o carisma da congregação.

Essas congregações vêm juntar-se a outras que já haviam surgido ao longo da história da Igreja, como: beneditinos, cistercienses, franciscanos, dominicanos e jesuítas. Cada uma delas procura se estabelecer em diferentes partes do mundo e, aonde vão, buscam novos adeptos (vocações), como forma de sobrevivência da própria instituição.

Todas as congregações, para poderem agir legalmente na Igreja, tornam-se uma instituição que deve ser aprovada pelo Vaticano, depois de um tempo mais ou menos longo de experiência e comprovação de sua fidelidade à Igreja. Os chamados 'carismas' que inspiram a ação de cada uma, não devem ser confundidos com o sentido dessa palavra dado no início desse trabalho, ou seja, como ação

transformadora e profética dentro da instituição. Essas instituições religiosas, em geral, tornaram-se uma das bases disciplinares da Igreja, de acordo com o Concílio de Trento. Deram grande contribuição para a 'recuperação' de uma Igreja em crise, a partir da reforma protestante e da Revolução Francesa.

O Papa Leão XIII foi sucedido por Pio X, que iniciou os trabalhos de reorganização das leis eclesiásticas, resultando no Código de Direito Canônico de 1917. Este mesmo Papa determinou a redação de um Catecismo e recomendou a comunhão (Eucaristia) para crianças.

Durante o pontificado de Pio XI o Vaticano assinou o *Tratado de Latrão* que instituiu o Estado do Vaticano, tornando-se assim o primeiro Chefe de Estado, desde a queda dos Estados Papais, por ocasião da unificação da Itália no século XIX. Para consolidar o reconhecimento internacional da Igreja, Pio XI celebra mais onze concordatas e cinco acordos internacionais.

Com a concordata completa-se, pois, a adaptação e a aliança da Igreja católica à nova sociedade civil. Mas para obter tal resultado, a Igreja hipotecou gravemente a sua independência: seu futuro ficou ligado a esta aliança; a Igreja deverá sustentar o Estado burguês – liberal e facista – para salvaguardar seus privilégios. Todavia as concordatas tiveram uma vantagem considerável para a Igreja, pois permitiram encerrar uma longa série de crises e reforçar, por fim, seu controle de bloco ideológico católico. (Portelli, 1984. p. 129).

Este mesmo Papa criou a Ação Católica, destinada a orientar o apostolado dos leigos. Nesta época deu-se início também à criação de várias universidades católicas e entrou em funcionamento a Rádio Vaticano.

Mas, nessa nova situação que se instala após as Revoluções: Francesa, Industrial e Socialista, a Igreja não é mais a concepção de mundo da classe dirigente. Os domínios que estiveram em seu controle, agora lhe escapam, junto com a desagregação da sociedade civil tradicional. O movimento liberal burguês assume grande parte do antigo monopólio ideológico da Igreja. Mas, como comenta Portelli, a Igreja, com base na Contra-Reforma, se reorganiza e busca reconquistar o terreno perdido. Uma dessas estratégias de reconquista, segundo Gramsci, consistiu na criação da Ação Católica.

A ação Católica representa a reação contra a apostasia de amplas massas, imponente, isto é, contra a superação da concepção religiosa do mundo. Não é mais a Igreja que determina o terreno e os meios da luta; ao contrário, ela deve aceitar o terreno que lhe impõem os adversários ou a

indiferença e servir-se de armas tomadas de empréstimo ao arsenal de seus adversários. (Idem, 1984, p. 100).

Tanto as congregações religiosas, como as associações diversas de leigos e a ação católica passam a desenvolver trabalhos no campo social com repercussões positivas em muitos países. No entanto, como bem expressa Gramsci, esses trabalhos, com exceção de alguns poucos casos, não passaram de simples assistência caritativa tradicional, sem qualquer sentido 'profético' de mudanças substanciais de estrutura. Dessa forma, eles assemelharam-se muito com o trabalho social desenvolvido pelo novo capitalismo, que a Igreja passa a assumir e a ele adaptar-se, como forma de sobrevivência. Assim, quase toda a ação social desenvolvida pela Igreja não questiona o novo sistema de exploração, mas como que está a serviço dele, reforçando o sentimento de resignação das pessoas 'beneficiadas' frente às novas formas de exploração do sistema capitalista moderno, como diz Gramsci:

O novo capitalismo apresenta dois aspectos que lhe permitem encontrar mais facilmente um terreno de entendimento com o mundo católico. Antes de mais nada, seu aspecto mais social e, portanto, mais favorável às obras de assistência, diferente das formas simplistas e brutais da "luta pela vida", mais preocupado em criar, mesmo no seio das classes oprimidas, uma adesão ao sistema, e por isso, mais próximo do espírito comunitário e caritativo do catolicismo. Em segundo lugar, seu aspecto mais organizado, mais hierarquizado, não somente mais exigente no plano da disciplina, mas também mais capaz de violar o fundo das consciências para assegurar o consentimento e a obediência; por isso, mais próximo do espírito autoritário e dogmático da Igreja onde – como aliás no capitalismo moderno – estes dois aspectos foram sempre indissociáveis. (Idem, p. 210)

Os trabalhos sociais dentro da Igreja que visavam a transformação das estruturas, questionando o sistema capitalista, não foram bem vistos pela maioria dos membros da hierarquia, como, inclusive aconteceu com certas ações desenvolvidas pela Ação Católica. A esse respeito, Gramsci expressa sua grande admiração por pessoas como Cottolengo, que por reviver em sua vida a prática heróica dos primeiros cristãos, foi condenado pela Igreja.

Cottolengo¹⁸ não foi uma pessoa qualquer, e o que é mais importante é que não foi um clérigo, e até foi cruelmente combatido por clérigos e

¹⁸ São José Benedito Cottolengo nasceu no dia 3 de maio de 1786, na Itália. Criou vários programas, ao longo de sua vida, para atendimento aos mais pobres, doentes e outros sofredores, em várias partes do mundo.

padres durante a vida. Cottolengo era um homem, simplesmente, com todos os defeitos e todas as virtudes que caracterizam os homens completos; por acaso era católico, mas mesmo se tivesse sido budista ou muçumano sua obra não teria sido diferente daquilo que foi. Cottolengo não foi uma flor mais bela e mais perfumada do jardim de tipo católico, mas foi um monstro, um homem que estava fora das tradições, que estava contra a tradição católica. (Idem, p. 29).

Sua obra foi, mais tarde, 'recuperada' pela Igreja e passou a atuar dentro das normas oficiais, como tantas outras iniciativas.

Como foi referido no início deste capítulo, a Igreja primitiva questionou o sistema vigente e, como diz Gramsci, *O cristianismo primitivo seria, pois, um exemplo de revolução social, que varre instituições e os costumes dominantes para forjar outros novos, que são a expressão da classe revolucionária.* (Portelli, 1984, p. 48). Gramsci afirma ainda que esta aliança com o Império Romano modifica a Igreja em sua relação com o movimento das classes subalternas, na forma de organização eclesiástica e da vivência da religião em si. E Chauí diz que

A produção ideológica da ilusão social tem como finalidade fazer com que todas as classes sociais aceitem as condições em que vivem, julgando-as naturais, normais, corretas e justas, sem pretender transformá-las ou conhecê-las realmente, sem levar em conta que há uma contradição profunda entre as condições reais em que vivem e as idéias.... Em primeiro lugar, opera a **inversão**, isto é, coloca os efeitos no lugar das causas e transforma estas últimas em efeitos. (Chauí, 2000, p. 174-175)

Nessa perspectiva, a Igreja abandonou aquela forma revolucionária de viver o cristianismo primitivo, no momento em que se tornou comprometida com o sistema vigente. No lugar daquela *revolução social* ela 'instituiu e abençoou' a *caridade como assistência e como esmola que perpassou* a Idade média e moderna, perdurando até os dias de hoje.

O livro dos Atos dos apóstolos afirma que na Igreja primitiva não havia necessitados, porque viviam um sistema que exigia um compromisso de partilha de todos para com todos; sendo assim, ninguém 'era assistido' e ninguém 'dava assistência' mas todos eram protagonistas. Não se praticava a esmola, porque entre eles não havia esmoleiros, pois todos tinham um lugar de destaque e de serviço no seio da comunidade. Com a mudança de sua prática a Igreja realizou, no dizer de Chauí, uma '**inversão**'; ela passa a compartilhar com o sistema que produz a desigualdade social, a miséria e toda a sorte de injustiças, sendo cúmplice dele e

abençoando-o, num primeiro momento, e depois, fazendo as vezes do próprio sistema.

A Igreja, então, tornou-se cúmplice e até reprodutora do sistema injusto e, ao mesmo tempo, incentivou e praticou a assistência e a esmola, em favor dos injustiçados, ou seja, como diz Chauí: realizou uma *inversão*, isto é, *a produção ideológica que coloca os efeitos no lugar das causas e transforma estas últimas em efeitos*, criando *a ilusão social* e fazendo *com as classes sociais aceitem as condições em que vivem, julgando-as naturais, normais, corretas e justas*. Como não conseguem ver a sociedade assim invertida, as pessoas injustiçadas aceitam a assistência e a esmola como uma ‘dádiva divina’ e a Igreja como ‘a mãe bondosa’ que se lembra dos pobres. O capitalismo moderno aprendeu com a Igreja a ‘artimanha ideológica’ de produzir a pobreza e ser visto como o pai dos pobres.

Sabemos que a assistência social ou até mesmo uma esmola podem e devem ser praticadas como um bem e até mesmo como um valor cristão. Há momentos em que as necessidades das pessoas são prioritárias e imediatas. Mas, mesmo nessa hora, a prática de Jesus foi libertadora, como no caso do cego, relatado no capítulo 9 do Evangelho de São João. De mendigo e cego, aquele homem passa a protagonista social, no contato com Jesus. Ele viu melhor quem era a classe social e religiosa dominante, polemizou com ela e acabou sendo expulso do templo. Assim, Jesus mostra que é possível ‘usar’ a assistência e até mesmo a esmola, como uma prática que pode levar as pessoas a tomarem consciência da realidade em que vivem. A Igreja inverteu a caridade e perverteu o sentido cristão da solidariedade, tornando-as objeto de dominação, alienação e resignação. Isso não significa que os inúmeros grupos, associações e movimentos não tenham praticado um imenso bem à humanidade. Pelo contrário, foi grande até hoje a contribuição dos cristãos para a construção de um mundo melhor. Mas, sempre que esta contribuição procurou atingir as causas das questões, questionando as estruturas sociais, tornando-se, assim, ‘ação profética’ a Igreja passou a vê-los com cautela e procurou enquadrá-los na instituição eclesial.

3.9 A Era do Concílio Vaticano II

O Concílio Vaticano II foi convocado pelo Papa João XXIII em dezembro de 1961, através da bula *Humanae Salutis* com a finalidade de renovar a Igreja,

adaptando-a às condições do mundo moderno. O Concílio teve início em 11 de outubro de 1962 e terminou em 8 de dezembro de 1965.

Os tempos que se seguiram ao Vaticano II ficou conhecido como uma *nova primavera da Igreja*.

Enquanto o Concílio Vaticano I confirmara o poder absoluto do Papa, o Concílio Vaticano II buscou, de certa forma, “amenizar” essa situação, reafirmando o caráter do *Povo de Deus*, a participação de todos os leigos, o valor central da comunidade, a ação colegiada dos Bispos, a missão da Igreja no mundo, com a participação de todos, enfim, foi uma nova perspectiva aberta. No Capítulo II, a Encíclica *Lumen Gentium* afirma também que a verdade de Jesus subsiste na Igreja Católica, reconhecendo, com isso, que existem “elementos de verdade” em outras religiões.

Apesar de acender esperanças e suscitar novas iniciativas por todo o mundo, o concílio não teve força de realizar uma mudança estrutural, nem mesmo significativa, relativa à questão do poder eclesial. Ao lado dessas propostas encorajadoras, reafirmou a antiga teologia da constituição hierárquica da Igreja e da hegemonia do poder clerical.

Após o Concílio Vaticano II, floresceram inúmeras experiências transformadoras e até revolucionárias na Igreja, como pastorais, movimentos, ONG's e outras organizações que buscaram atuar dentro da sociedade, visando sua transformação. Surgiram até gerações de mártires cristãos que deram sua vida pela causa da justiça, como aconteceu na América Latina e Caribe. As experiências das CEB's, além de tornar-se uma tentativa 'de volta às fontes', é também uma forma de ser da Igreja no século XX e XXI. Estabeleceram-se inúmeras parcerias com grupos e associações da sociedade civil; pode-se afirmar que em muitos lugares, como em várias regiões do Brasil, a sociedade civil se organizou graças à contribuição dos cristãos. Por cristãos entende-se aqui os chamados leigos, muitas pessoas de congregações religiosas masculinas e femininas, padres e até alguns bispos.

Outras ações significativas foram se sucedendo na Igreja, mas são cada vez mais longínquas as esperanças de uma transformação substancial na direção de uma *ecclesía* ou comunidade de irmãos. Pelo contrário, em tempos difíceis, como nos dias atuais, a Igreja Católica está assinalando cada vez mais sua posição na direção do fortalecimento do poder hierárquico, estabelecido desde os fins da Idade Antiga e início Idade Média.

Comblin (1998) lembra que o Concílio Vaticano II tinha dado ênfase na doutrina bíblica e, sobretudo, na doutrina de S. Paulo e S. João sobre a liberdade. Esses estudos, no entanto, foram esquecidos e acabaram tomando o sentido comum de liberdade existente no ocidente contemporâneo, que é o de livre-arbítrio. Por isso, a liberdade não ocupa na antropologia conciliar o lugar que lhe atribui na bíblia.

No *Catecismo da Igreja Católica* a liberdade se limita a reproduzir a doutrina escolástica tradicional do livre-arbítrio, o que serve apenas para afirmar a liberdade do sujeito humano submetido ao julgamento divino, deixando de ser a grande provocação humana a desafiar os mais exigentes e inusitados caminhos da existência.

Basta dizer que Pe. Lyonnet, que foi o primeiro a restaurar a doutrina paulina da liberdade num artigo publicado em 1954; foi condenado e afastado do ensino. Somente foi reabilitado quando o Concílio já estava bem adiantado. Sinal de que o episcopado estava longe das questões bíblicas mais fundamentais... Basta consultar os principais documentos deste Sínodo¹⁹ (Sínodo Extraordinário de 1985), o tema da liberdade fica de novo marginalizado. O sínodo, supostamente convocado para atualizar o Concílio Vaticano II, conseguiu eliminar os temas mais fundamentais, aqueles que pretendiam abrir uma nova época na história da Igreja. O Sínodo de 1985 fechou as portas e janelas que o Vaticano II tinha aberto. (Comblin, 1998, p. 225).

Comblin observa ainda que temas bíblicos de libertação desenvolvidos pela Teologia da Libertação, foram integrados, por exemplo, nos textos das Assembléias de Medellín (1968) e Puebla (1979), porém, eliminados nos textos de Santo Domingo (1992). A Conferência de Aparecida (2007) abordou temas de suma importância para a Igreja como um todo, como a continuidade de Medellín e Puebla, a opção renovada pelos pobres, especificando vários tipos de pobres de século XXI, a renovação da estrutura paroquial, o valor da CEB's, os cristãos na vida pública, entre outros, e assinalando para a missão de todos os cristãos dentro e fora do ambiente eclesial.

Comblin manifesta grande entusiasmo pelo *Documento de Aparecida*:

De acordo com o projeto de Aparecida, tudo vai ser orientado para a missão... A realização prática desse projeto vai exigir o século XXI inteiro... Fazer com que toda a Igreja seja missionária é uma tarefa gigantesca...

¹⁹ Em 1985, o Papa João Paulo II convocou uma *Assembléia Extraordinária do Sínodo dos Bispos*, com a finalidade de aprofundar o ensinamento do Concílio Vaticano II, promover o seu conhecimento e aplicação.

Agora vem o projeto episcopal, que vai exigir uma mudança de mentalidade e uma mudança de comportamento... Por isso, convém destacar a forte insistência da Conferência de Aparecida... Essa continuidade com Medellín e Puebla manifesta-se, sobretudo, em dois temas fundamentais: a opção pelos pobres e as comunidades eclesiais de base... Enfim, o Documento assume desafios contemporâneos: a ecologia e os problemas do meio ambiente, e a pastoral urbana... O projeto de Aparecida é tão radical que surge uma dúvida: quem vai pôr esse programa na prática? A história mostra que todas as mudanças profundas na Igreja foram realizadas por pessoas novas, formando grupos novos e criando um novo estilo de vida, sempre a partir de uma opção de vida na pobreza. (Comblin, 2007, p. 1-2-3)

Apesar de se estar diante de um documento da Igreja com conteúdos tão importantes e tão bem explicitados, não se pode ignorar que ele continua afirmando o 'poder quase absoluto' da hierarquia. Fica claro que a hierarquia é a única fiel depositária da mensagem de Jesus. Fica claro também que todos devem agir somente sob orientação da Hierarquia que tem no Papa o '*Pastor Supremo*', como diz o documento, no nº 166: *A Igreja Particular é totalmente Igreja, mas não é toda a Igreja. ... Para isso, ela deve estar em comunhão com outras Igrejas particulares e sob o pastoreio supremo do Papa, Bispo de Roma, que preside todas as Igrejas.* Não se questiona neste texto a questão da unidade, mas se coloca em ênfase o *pastoreio supremo*. Há uma insistência do documento, neste aspecto, sem referir-se a qualquer poder decisório que possa vir dos leigos e a qualquer mudança da hierarquia, por exigência da 'base' da Igreja. Dá a impressão de que os leigos apenas cumprem o que foi decidido pela Hierarquia. Ao mesmo tempo, que se entusiasma com o documento de Aparecida, Comblin, não deixa de fazer uma crítica contundente sobre esta questão:

Como é que vai começar a aplicação do programa de Aparecida? Não poderá realizar-se de cima para baixo... Não posso deixar de assinalar um problema que não é somente de Aparecida, mas de toda a Igreja ocidental dos Concílios ocidentais, dos documentos do magistério, inclusive de Vaticano II. A Igreja ocidental ignora o Espírito Santo. Claro está que o Espírito Santo é mencionado muitas vezes, também no documento de Aparecida, mas sempre para reforçar o planejamento feito pela hierarquia ou pelo clero em geral. A hierarquia define a conduta da Igreja, e, depois, pede ao Espírito Santo que realize o que foi já decidido. (Comblin, 2007, p. 5).

João Paulo II não favoreceu a liberdade na Igreja. Em seu pontificado pode-se afirmar que o papel dos leigos na Igreja, ainda que valorizado nos textos, foi amplamente relegado a um plano subalterno. Essa posição não muda com o Papa Bento XVI. O que se percebe é que a Igreja hierárquica não só mantém uma atitude

conservadora, mas de recrudescimento de certas posições do passado, referentes ao poder da Igreja hierarquia.

A Igreja universal repete-se, em parte ou totalmente, nas Igrejas particulares, mesmo em regiões mais remotas do mundo. Há momentos históricos, como aconteceu na Igreja de Lages e em várias regiões do Brasil, por exemplo, em que a influência da Igreja Hierárquica não foi tão incisiva, possibilitando o desenvolvimento de uma religiosidade mais popular e mais colada às culturas locais. Num segundo momento, no entanto, a tendência foi sempre o enquadramento dessas práticas nas normas oficiais da Igreja.

CAPÍTULO 4

CRISTÃOS DA IGREJA CATÓLICA DE LAGES: OVELHAS OU PROTAGONISTAS?

1. Um Breve Histórico do Município de Lages

A origem do município de Lages se confunde com os primeiros momentos da ocupação da Região Serrana do Estado de Santa Catarina. O povoamento dos “Campos das Lajens”²⁰ data do início do século XVIII, com a chegada dos primeiros europeus, que pretendiam abrir caminhos para atingir as campinas do Rio Grande do Sul, ricas em gado.

Os primeiros documentos históricos mencionam uma paragem chamada de “Lajens”, um pouso de tropeiros que viajavam para S. Paulo e Sorocaba (1661), levando mulas, cavalos e bovinos.

Lages foi fundada, antes de tudo, por razões políticas. O governador de São Paulo, Morgado Mateus, dera a Correia Pinto a missão de cuidar dessas paragens para protegê-las contra a invasão dos índios organizados nas missões jesuíticas espanholas.

Quando Correia Pinto veio para os campos de Lages, aqui ele já possuía terras desde os tempos em que era tropeiro. Correia Pinto recebeu vários privilégios do governador. Veio para esses campos, trazendo a família, agregados, escravos, ferramentas, armas, munições e uma boa quantia em dinheiro.

Em 1766, Lages foi elevada à categoria de vila. Já tinha igreja e centenas de habitantes. Correia Pinto e sua gente nunca sofreram os ataques esperados dos índios missioneiros. No entanto, conseguiram levar a cabo a tarefa de exterminar os índios de toda a região. Os índios foram resistindo ao longo de 150 anos, realizando

²⁰ Lages era chamada, no início, de “Campos das Lajens”.

também muitos ataques, até que desapareceram por completo. Após a morte de Correia Pinto, a vila entrou em decadência, preocupando até as autoridades a nível nacional, como D. João VI.

Em 25 de Maio de 1860, a vila é elevada à categoria de cidade. A partir de 1960, seu nome passa a ser escrito com “G”.

Desde 1766, Lages se dedicou quase que exclusivamente a atividades ligadas à pecuária e ao comércio. Predominou o latifúndio (fazenda) na Região Serrana, até 1940. A “atividade da fazenda” produziu uma herança cultural peculiar, criando um “tipo serrano” estratificado numa rígida hierarquia de poder. O fazendeiro, para desenvolver as lidas da fazenda, tinha os agregados²¹, peões²² e capatazes²³. Forma-se uma verdadeira sociedade patriarcal, comandada pela autoridade do chefe, como diz Locks:

Sobre o aspecto das relações do poder político, até a proclamação da república brasileira, o agregado ou peão de fazenda reconhecia como autoridade, o proprietário da fazenda – senhor das terras e de gentes. É a conhecida forma de organização social com base no patrimônio. O patrimonialismo recebeu um tratamento particularizado de Max Weber, para quem “patrimonialismo” é uma forma tradicional de organização da sociedade, inspirada diretamente na economia doméstica e baseada em uma autoridade santificada pelas tradições. (...) O poder político patrimonial vincula dominantes e dominados por meio de uma comunidade consensual, que pode existir independentemente de um poder militar patrimonial autônomo, e que repousa na convicção de que o poder senhorial exercido tradicionalmente constitui direito legítimo do seu senhor. (Locks, 1998, p. 38-39).

Observava-se mais explicitamente, até meados de 1980, que muitas mulheres de fazendeiros ainda vinham nas secretarias paroquiais, por exemplo, trazer os documentos dos noivos, filhos do peão, para fazer o processo do casamento religioso, ou acertar os detalhes para o batizado do filho do peão, do qual era madrinha. A maioria dos caboclos expressava sua admiração pelo patrão (da fazenda e depois, também da indústria), convidando-os para padrinhos de seus filhos. Muitos patrões e outras pessoas de expressão social, como Dom Daniel Hostin, primeiro Bispo de Lages, chegavam a ter até 500 afilhados. Foi construído, desta forma, um verdadeiro “estilo de vida”, pois a fazenda e depois sua extensão

²¹ Espécie de empregados da fazenda.

²² Um pouco abaixo do agregado, totalmente submisso ao patrão.

²³ Uma espécie de gerente, fiel executor das ordens do patrão, quaisquer que fossem elas, eram “sagradas”.

nas serrarias, foi o lugar onde esses agentes elaboraram sua “representação de mundo” (Bourdieu, 1989, p. 133).

A partir da década de 1940, vieram também muitos migrantes do Rio Grande do Sul, descendentes de Italianos, que passaram a enriquecer-se com a extração ostensiva da *araucária angustifolia*, o pinheiro nativo.

Um número cada vez maior de serrarias e, conseqüentemente, do comércio da madeira, foi modificando o rosto e o destino da cidade. Assim, junto a um número cada vez maior de serrarias, surgem as oficinas mecânicas, aumenta a frota de veículos, instalam-se pequenas fundições para a manutenção das serrarias. Outras atividades comerciais são instaladas, bem como novas rodovias e postos de gasolina. A pecuária passa para um segundo plano. Lages tornou-se uma cidade politicamente expressiva, inclusive a nível nacional. De 1950 a 1970 sua população quadruplicou.

A partir de 1975, tem início a decadência econômica da cidade de Lages. Com a crise da indústria madeireira, a região, desde então, até os dias de hoje, está à procura de caminhos para sair da situação de empobrecimento em que se encontra.

Atualmente, Lages tem 160.000 habitantes, dos quais 97,5% vive na área urbana e apenas 2,5% ainda permanece na área rural.²⁴ É um povo marcado pela miscigenação de várias culturas como: dos índios Kaingang, Xoquelens, Araucanos, Guaranis, Carijós; dos africanos Sudaneses, Yorubás, Minas, Gegês e Bornus, dos Portugueses, Espanhóis, Alemães e Italianos.

2. A Formação da Igreja Católica em Lages

O fundador de Lages, Antônio Correia Pinto, em 1766, trouxe consigo a devoção a Nossa Senhora dos Prazeres, para ser a madrinha e protetora do povoado. Mais tarde, por lei municipal, Padroeira do município; depois, Padroeira da Diocese e titular da Catedral Diocesana de Lages. Padres Diocesanos e Franciscanos chegaram para o anúncio do Evangelho. Em 1768, Lages foi elevada à categoria de paróquia, sob o patrocínio de Nossa Senhora dos Prazeres, e confiada aos padres diocesanos. A partir de 1891, a paróquia foi atendida pelos padres franciscanos, que também assistiam pastoralmente Campos Novos, São Joaquim e Curitiba; mais tarde, assumiram as providências de organização da nova

²⁴ Fonte: Cáritas Diocesana de Lages - 2007.

Diocese, criada em 1927 e instalada definitivamente em 1929. Daí para frente, a tarefa principal girou em torno da estruturação e evangelização da nova Diocese, estando à sua frente o primeiro bispo diocesano Dom Daniel Henrique Hostin (1927-1973). Depois, assumiu Dom Honorato Piazero (1973-1987) e o atual bispo diocesano Dom Oneres Marchiori, a partir de 1987.

De 1766 até os dias atuais, a Igreja presente em Lages caracterizou-se por diversos modos de ser, que marcaram a história da Evangelização no contexto sócio-econômico-político-cultural e religioso vivido pelo povo, desde as suas origens.

2.1 Uma Igreja ‘Cabocla’

Nos primeiros tempos (1766-1920), expressou-se uma “Igreja Cabocla”. As manifestações religiosas, os cultos e as crenças partiam da intuição da fé afro-luso-brasileira ou cabocla, obedecendo à cultura própria da região. Ao mesmo tempo, o povo recebia a presença dos padres missionários, que, de tempo em tempo, visitavam os povoados e vilas para a celebração dos Sacramentos.

A origem dessa forma religiosa deve ser buscada na religiosidade popular vinda da fé africana, indígena e das pessoas que acompanharam os colonizadores portugueses. As principais manifestações religiosas eram as festas do Divino Espírito Santo, de Nossa Senhora dos Prazeres, de Santa Cruz, do Senhor Bom Jesus e de Nossa Senhora do Rosário. Esta última se originou da presença de muitas ermidas ou capelinhas espalhadas pela região. A vida religiosa da população cabocla sempre foi caracterizada por muitas devoções. Nesta religião de poucos padres, não faltavam ministérios como: parteiras, benzedeadas, puxadoras de rezas, capelães, festeiros, curandeiros e curandeiras, penitentes, cantadores, cuidadores de capelas e de cemitérios. Gramsci refere-se à diversidade no modo de conceber a religião, afirmando que há uma *“religião do povo”, particularmente nos países católicos e ortodoxos, muito diversa da religião dos intelectuais (que são religiosos), e muito diversa, especialmente, daquela organicamente sistematizada pela hierarquia eclesiástica.* (Portelli, 1984, p. 26).

Expressões de liderança política e espiritual da Igreja Cabocla foram João Maria de Agostinho, João Maria de Jesus e José Maria, destaques em todo planalto catarinense. Esses “monges andarilhos” ou “profetas” (leigos), como eram denominados pela população, exerceram forte influência sobre essa forma de religião popular. A história conta que andaram pela região, no período de 1870 a

1916. Passavam de casa em casa abençoando, curando, fazendo profecias, plantando cruzeiras próximas às fontes de água, nas grutas, e convidando o povo a rezar e lutar contra a fome, a peste e a guerra.

Os “monges-profetas” são lembrados ainda hoje, em inúmeras comunidades. Em muitas famílias encontram-se fotografias; há muitos nomes de batismo como “João Maria”, lembrando a devoção ao monge; fontes e grutas recebem verdadeiras romarias, evocando a fé e a forma religiosa da “Igreja Cabocla”. Não resta dúvida de que os monges orientaram condutas e estilos de vida, e ainda hoje habitam o imaginário individual e coletivo de muitas pessoas e grupos, no planalto serrano. De certo modo, eles exerceram a função de agentes explicadores da realidade, no contexto de um ambiente rústico, pobre, sem escola, e cujos valores culturais eram reproduzidos e perpetuados pela tradição oral.

Os “monges-profetas” mesmo à margem da Igreja hierárquica e da teologia oficial, apresentaram uma mística capaz de aglutinar os caboclos e muitas mulheres, entre elas Maria Rosa, a ponto de fortalecer a solidariedade e cooperação em suas comunidades e resistir às Forças Nacionais e ao Capital Internacional, na Guerra do Contestado (1911-1916).

2.2 Uma Igreja “Romana”

Até 1926, a Igreja em Santa Catarina encontrava-se organizada numa única diocese, a diocese de Florianópolis. Devido à extensão geográfica e às necessidades pastorais, as primeiras dioceses desmembradas foram: Joinville e Lages, com a bula papal “Inter Praecipua” de 1927. Nos tempos da instalação da Diocese, o modelo de Igreja foi a “Igreja Romana”, ou seja, processou-se a romanização da Igreja, configurada no Concílio de Trento (1535) e nas orientações disciplinares do Concílio Vaticano I (1875). As preocupações fundamentais da ação pastoral centravam-se na celebração dos sacramentos, na disciplina, enquanto aplicação das normas jurídicas e na catequese, fortalecendo os conteúdos e verdades da fé católica. Foi um modelo de Igreja fundamentado na “razão”, isto é, o cristão devia saber as razões da sua fé e conhecer a doutrina, através do catecismo. Este trabalho, embora caracterize uma Igreja hierárquica, jurisdicista e doutrinária, deu consistência religiosa às atuais comunidades católicas. Foi o tempo da estruturação da Diocese de Lages, que se estendia no planalto, centro e oeste do Estado (1920-1964). Fundou-se o Seminário Diocesano para a formação dos futuros padres.

Neste período, intensificou-se a presença de congregações religiosas masculinas e femininas, com dedicação especial aos serviços da saúde, educação, catequese, apostolado paroquial, obras sociais e missionárias.

Desde então, a “Igreja Cabocla”, em parte, é assimilada pela religião oficial romana, mas nunca deixou de existir nos costumes e na fé de um povo que não se vê totalmente enquadrado num modo religioso de ser ‘vindo de fora’, que ele não nega, mas sente que pouco tem a ver com ele.

2.3 Uma Igreja Autodenominada “Povo de Deus”

Com o advento Concílio Vaticano II (1962-1965) e das Conferências de Medellín (1968), de Puebla (1979), Santo Domingo (1992), a Igreja hierarquia dá um passo importante na direção das comunidades cristãs; começa também a ouvir os clamores do povo mais sofrido e coloca-se, em parte, ao lado das classes populares.

A partir de 1980, na Igreja de Lages, surgiram diversos setores da Pastoral como pastoral da saúde, da terra, operária, da criança, da juventude, pastoral afro, entre outras. A ação da Cáritas e centros sociais e outras entidades foi reestruturada e ampliada, que no seu conjunto constituem a Pastoral Social e passaram a articular-se no Fórum das Pastorais Sociais.

Surgem ministérios leigos como: Ministro extraordinário da eucaristia, Ministros do Matrimônio, do Batismo, da Palavra e da Bênção, entre outros.

O Trabalho pastoral na Diocese, como em cada paróquia, é realizado através de um plano aprovado respectivamente pelas Assembléias: Diocesana e Paroquiais.

Novos processos de formação são estimulados através do Instituto de Teologia Pastoral da Diocese de Lages – ITEPAL, criado em 1981, com ênfase para o protagonismo dos leigos e para a construção de uma Igreja participativa, ministerial, ecumênica e sócio-transformadora. Nasce o Jornal “A Caminhada” e a produção de subsídios para catequese e Grupos de Família (CEB’s).

Desenvolvem-se vários movimentos eclesiais de cristãos leigos como: legião de Maria, Apostolado da Oração, Encontros de Casais, Renovação Carismática, entre outros.

As antigas diretorias das igrejas são agora substituídas pelos Conselhos Pastorais Comunitários e Paroquiais, os CPCs e CPPs.

Na década de 80, com o apoio das pastorais sociais e no processo de democratização da sociedade brasileira, na região serrana emergem as organizações e movimentos populares, com a participação ativa dos cristãos: movimento dos atingidos por barragens (1984), novo sindicalismo e implantação de novos sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos (1984) e movimento das mulheres agricultoras (1985).

Surge também o associativismo rural e urbano, grupos coletivos de produção e geração de renda, grupos de produção e comercialização de produtos agroecológicos, cooperativas de crédito (1994), processos de educação popular, gerando lideranças para partidos políticos, e outras organizações da sociedade civil.

A Constituição Brasileira de 1988 fortalece a organização da sociedade através dos conselhos paritários, reunindo representantes da sociedade e do Estado. Na década de 90, a Cáritas Diocesana de Lages assume a coordenação para a formação dos Conselhos da Criança e do Adolescente, Conselhos de Assistência Social e Conselhos Tutelares nos 23 municípios que compõem a Região do Planalto Sul de Santa Catarina. Nesse mesmo período, o Fórum das Pastorais Sociais estimula a constituição de vários outros Conselhos em toda a região, como Conselhos da Mulher, do Idoso, de Trabalho e Renda, entre outros.

Finalmente, antes de terminar a década, quando a Declaração Universal dos Direitos Humanos completou 50 anos, surge o Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania da Região Serrana, com o desafio de vigiar o exercício da cidadania e contribuir na criação de uma cultura dos direitos na região serrana catarinense. Nos últimos anos, no seio do Centro de Defesa dos Direitos Humanos, surgem as *Promotoras Legais Populares*, com o objetivo de contribuir na construção de uma nova cultura de direitos, destacando os direitos das mulheres que sofrem violência e maus tratos, bem como a questão da família como um todo.

Em 1994 as comunidades cristãs foram convocadas para a celebração dos 65 anos de instalação da Diocese, através do Ano Eucarístico Diocesano, cujo lema foi “Eucaristia: com a partilha ninguém mais precisa ir embora”. Neste tempo, houve avaliação do Plano Diocesano de Pastoral. Realizaram-se jornadas eucarísticas e missões populares nas comunidades.

Em 1999, a Igreja Diocesana celebrou seus 70 anos de instalação. Após três anos de preparação para o *Grande Jubileu* do ano 2000, através do *Projeto Rumo ao Novo Milênio*, as comunidades em Grupos de Família e seus Conselhos

Pastorais realizaram a avaliação e o replanejamento da Ação Evangelizadora para o período 2000 a 2003.

Desde 1997, as comunidades, realizam anualmente a *Festa das Tendas*. Trata-se do resgate da caminhada de libertação do Povo de Deus, do Egito à Terra Prometida, onde o Deus da Vida morou em tendas com o seu povo. A Festa das Tendas de 1999 foi o ato de abertura do *ano jubilar*, assumido pelas comunidades como *tempo de graça, de júbilo e de resgate de todas as dívidas*. Nestes anos aconteceram também os *Congressos de Crianças e Adolescentes da Região Serrana*. No início do novo milênio, vivenciou-se o grande mutirão das *Missões Populares*, com um lema de esperança e compromisso: “*Aqui você tem lugar*”.

No ano 2004, a Igreja Diocesana elabora seu Plano Diocesano de Pastoral 2005-2009, que servirá de inspiração para as diversas comunidades paroquiais.

3. Cristãos de Lages: Ovelhas ou Protagonistas?

3.1 Localização e Atividades das Paróquias do Município de Lages

A Igreja católica no Brasil está estruturada em Regionais, Dioceses, Paróquias e comunidades ou capelas. Cada Regional é composto por um determinado número de dioceses; cada diocese, por sua vez, é formada por paróquias e estas, por capelas ou comunidades.

A Diocese de Lages, com 23 paróquias e 502 comunidades/capelas, está situada no Planalto Sul do Estado de Santa Catarina e ocupa um território de 19.143,3 Km². Neste espaço geográfico existem 23 municípios e uma população total de aproximadamente 342.541 habitantes.

Lages é o município pólo do Planalto Sul, com uma população de 161.583 habitantes; possui 08 paróquias que estão distribuídas de tal forma que atingem 100% do município. Estima-se que de cada 10 habitantes do município de Lages, aproximadamente 07 se declaram católicos, praticantes ou não.

As Paróquias possuem serviços pastorais que atuam a *nível interno* como: Ministros da Eucaristia, Ministros da Palavra, Ministros do Batismo, Ministros dos Enfermos, Apostolado da Oração, Legião de Maria, Testemunhas Qualificadas do Casamento, Catequistas, Pastoral Litúrgica, Pastoral Vocacional, Pastoral da Juventude, Pastoral Familiar, Pastoral do Dízimo, Pastoral de Bênção, Pastoral de Visitação e da Acolhida, Festeiros, Renovação Carismática Católica, Movimentos de

Casais, cursos diversos, Campanha da Fraternidade, entre outros. A nível interno e externo, existem vários outros serviços; neles participam e por eles podem ser atendidas pessoas católicas e não católicas, pois o objetivo desses serviços é a necessidade social (direitos fundamentais) e não o credo religioso das pessoas. São eles: Pastoral da Criança, Pastoral da Saúde, Pastoral da Terra, Projetos de Geração de Renda, Cáritas Comunitárias, Centros Sociais Paroquiais, entidades de atendimento a crianças e adolescentes, como a Irmandade Nossa Senhora das Graças, Pastoral da Terceira Idade, entre outros. Esses serviços, em geral, atuam articulados com organizações da sociedade civil, com Conselhos e com entidades governamentais.

As CEB's são entendidas, não como uma Pastoral ou qualquer outro serviço desenvolvido pela Igreja, mas como *um modo de ser Igreja*. Embora tenha sua visibilidade nos chamados Grupos de Famílias, como se refere o livro das *Diretrizes e Orientações da Ação Evangelizadora (DOAE) (2005-2009)*, na página 21: *Nos Grupos de Famílias se organiza e se vive o espaço privilegiado das Comunidades Eclesiais de Base*.

Cada paróquia possui também uma secretaria que presta vários serviços ao público: fornecimento de certidões e outros documentos, venda de material religioso, informações em geral, etc.

O Conselho de Pastoral Paroquial (CPP) é o órgão que coordena e anima todos os serviços, como se referem as *Diretrizes*:

O CPP coordena e anima as Comunidades, Grupos, Movimentos, Organismos e setores da Pastoral. O CPP garante a execução das decisões assumidas nas Assembléias Paroquiais. Organiza, coordena e anima a Ação Pastoral da Comunidade Paroquial em comunhão com as demais Comunidades Paroquiais que formam a Região Pastoral, seguindo as Diretrizes e Orientações Diocesanas. (DOAE, 2005-2009, p. 33)

O Conselho de Pastoral Paroquial (CPP) é formado por um ou dois representantes de cada Conselho de Pastoral Comunitário (CPC) e por um ou dois representantes de cada serviço pastoral da paróquia, do padre e outras pessoas liberadas em tempo integral para o serviço da paróquia, como as religiosas, por exemplo. Pode haver pessoas convidadas, mas essas só terão direito a voz, mas não a voto.

O CPP escolhe uma coordenação

A Coordenação é escolhida dentre e pelo CPP. Deve ser confirmada junto com os demais membros do CPP, pelo Bispo Diocesano, e apresentada à Assembléia Paroquial, com as seguintes funções: Coordenador(a) Executivo (a), Secretário (a), Tesoureiro (a). O Pároco ou pessoa designada pelo Bispo é o (a) Coordenador (a) nato (a) a serviço do CPP. As atribuições da Coordenação do CPP: a) Promover e articular a unidade do Conselho b) Ser elo de ligação entre o CPP e os Agentes de Pastoral, Serviços e Equipe de trabalho em nível de Região Pastoral. c) Divulgar e acompanhar o uso de subsídios e a formação na Paróquia d) Manter em dia o Livro de Atas, o Livro Caixa e o Livro da História da Paróquia. (Idem, p. 34-35).

A coordenação do CPP, portanto, coordena também o setor administrativo e financeiro da Paróquia, conforme orientações de todo o Conselho (CPP) que se reúne de três em três meses ou quando necessário. Por sua vez, O CPP deve seguir, em todas as suas ações, as decisões assumidas na Assembléia Paroquial.

Cada Comunidade ou Capela que compõe a Paróquia tem seu Conselho de Pastoral Comunitário (CPC):

O CPC é o primeiro animador e coordenador da comunidade. Por isso, a principal missão do CPC é organizar e garantir a vida dos Grupos de Família. É o CPC quem garante a execução das decisões assumidas nas Assembléias Comunitárias. O CPC garante ainda a caminhada em comunhão com as demais comunidades que formam a paróquia, seguindo as Diretrizes e Orientações Pastorais Paróquias e Diocesana. (Idem, p. 30).

As atribuições e escolha da Coordenação do CPC seguem os mesmos critérios usados a nível paroquial, tendo também o Pároco ou outra pessoa designada pelo Bispo como Coordenador nato.

Tanto o CPP, quanto o CPC, têm a missão de executar as decisões das Assembléias paroquiais e comunitárias.

A Assembléia Pastoral Paroquial é o Organismo mais importante para o exercício da co-responsabilidade e das decisões a respeito dos objetivos e metas prioritárias da Ação Evangelizadora de uma Comunidade Paroquial. É a instância na qual estão representados os Serviços, Movimentos, Entidades, Organismos e Setores da Pastoral da Paróquia. (Idem, p. 32).

A Assembléia é formada por representantes de todos os serviços da paróquia e tem como Coordenador nato o Pároco ou outra pessoa designada pelo Bispo. Da mesma forma, cada comunidade (capela) da Paróquia realiza a sua assembléia anual.

Assim, temos as diversas atividades comunitárias, que seguem orientações e diretrizes a nível paroquial, que por sua vez deve seguir as orientações e diretrizes a

nível diocesano. A Diocese tem seu plano próprio, mas deve seguir orientações do Regional, da Conferência Episcopal a nível Nacional e, por fim, da Santa Sé ou Vaticano.

3.2 Ouvindo os Cristãos do Município de Lages

3.2.1 Como Foi Organizada a Pesquisa e Quando foi Realizada

Foi realizada uma pesquisa com os cristãos das 08 paróquias do município de Lages, com três objetivos: *em primeiro lugar*, verificar o grau de autonomia que tem atingido os cristãos, a partir da prática religiosa nas comunidades pesquisadas, ou seja, se eles se sentem sujeitos de sua ação e se a prática da fé contribui para que eles ajam como sujeitos também na sociedade civil, conforme nosso estudo no capítulo 01 desse trabalho. *Em segundo lugar*, perceber se dentro das comunidades paroquiais existe o exercício do protagonismo, a exemplo da ação de Jesus em relação aos seus discípulos, como foi visto no capítulo 02 deste trabalho. *Em terceiro lugar*, compreender como vivem essas comunidades, ou seja, se elas procuram resgatar e vivenciar a experiência protagonista das comunidades eclesiais primitivas (dos três primeiros séculos do cristianismo), como foi relatado no início do Capítulo 03 desse trabalho.

A Igreja católica afirma que seu *movimento na história* é suscitado por duas funções básicas, que chama de '*função sacerdotal*' e '*função profética*'. A primeira privilegia as significações funcionais da instituição; a segunda, no entanto, atua no rompimento com aquilo que cria uma situação de disfunção e não serve mais. A função sacerdotal preserva o que já é, enquanto a "profética" deseja que surja o novo. A função sacerdotal constrói templos, a função profética edifica 'tendas' ou casas provisórias, porque está sempre a caminho. Por isso, é interessante verificar como se dá a relação entre essas duas funções, na Igreja de Lages; se esta Igreja apresenta uma prática fiel a uma vocação originária; se ela cria condições para seus participantes recuperarem o carisma e o protagonismo eclesial e social, em todos os níveis.

A pesquisa participativa contou com 08 grupos formados por adultos e alguns jovens, participantes dos Conselhos Pastorais Comunitários (CPC) das 08 paróquias do município de Lages e 08 grupos de adultos e alguns jovens participantes dos

Conselhos Pastorais Paroquiais (CPP), também das paróquias do município de Lages. Cada grupo escolheu o local para a conversa. 02 grupos se reuniram no salão da comunidade, 02 grupos numa sala da escola local e os demais na casa de um dos participantes. Ao todo, participaram 128 conselheiros, atingindo uma média de 08 pessoas por grupo, não havendo grupo com menos de 04 pessoas. Como se tem somente dados aproximados do número de conselheiros das 08 paróquias acredita-se que esta pesquisa atingiu um universo de 10% do total desses conselheiros.

Os membros dos Conselhos foram escolhidos para a pesquisa por se entender que eles são pessoas que tem um olhar mais amplo sobre a 'vida da comunidade/capela' ou da 'paróquia', pela função que ocupam nas mesmas, como membros do CPC ou do CPP. Os grupos se formaram com conselheiros de conselhos diferentes. Nenhum grupo foi formado somente com conselheiros do mesmo conselho. A escolha aconteceu de forma aleatória. Em visita às comunidades, o pesquisador propôs a pesquisa ao conselheiro que primeiro foi encontrado e que se dispôs a formar um grupo com outros conselheiros conhecidos. Houve dois casos com resposta negativa, levando o pesquisador a fazer um novo contato.

À medida que as conversas nos grupos foram se desenvolvendo, a partir de perguntas, o pesquisador foi anotando as conclusões. A pesquisa aconteceu nos meses de outubro, novembro e dezembro de 2007.

3.2.2 Ouvindo os Conselheiros

As respostas dos 16 grupos estão agrupadas, depois de cada pergunta, conforme as semelhanças das mesmas:

1ª PERGUNTA: Na opinião do grupo, a Igreja Católica (Paróquias de Lages) tem despertado lideranças para atuarem na sociedade civil como cristãos?

1ª resposta: ■ Não. Não temos lideranças que atuam na sociedade civil porque ainda existe exclusão e respeito humano; e para não serem incomodados vivem de braços cruzados, não se importando com este mundo de violência, de fome e de pessoas que vivem sem dignidade de filhos de Deus. As lideranças que surgem atuam, mas somente nas pastorais, dependendo ainda do padre, com seu testemunho, carinho e sua dinâmica para atrair pessoas para ajudar. ■ Não, porque é muita 'decoreção' e pouca espiritualidade. ■ Não. Já se fez isso. Atualmente as

lideranças da sociedade não têm saído do seio da Igreja, mas de outros espaços. A Igreja não tem despertado lideranças como fez na década de 60 até 80. Depois entrou numa crise, voltando-se mais para si mesma. Os movimentos de base, juventude etc. não têm mais sido força de expressão que forme quadros para atuar na sociedade. ■ Não está despertando. Falta incentivo do Bispo e dos Padres. Há um número pequeno de pessoas atuando nas várias atividades. Há pouca formação. ■ Há padre com idéias ultrapassadas. ■ Não. Interesse próprio. Alguns, quando conseguem altos cargos esquecem Jesus. ■ Não. Não há motivação por parte da Igreja. O que se percebe é que muitos padres são autoritários, chamam a paróquia de sua, como se fosse sua propriedade, tomando conta de tudo, não dando oportunidade para o surgimento de novas lideranças. ■ Não, pois são poucos os que agem como cristãos. Grande parte dos cristãos é egoísta e quer fazer tudo sozinho. Não chamam a comunidade para participar. ■ Não há muita abertura para assuntos políticos e as pessoas que participam da vida da comunidade não procuram grupos políticos para participar. Ou é político, ou é cristão; as duas idéias não caminham juntas.

2ª resposta: *■ Desperta lideranças, mas falta certo apoio. Não é fácil formar lideranças. Precisamos de pessoas que nos ajudem a formar este círculo. ■ Há lideranças que, a partir da experiência na Igreja, começaram a estudar e hoje atuam como: professores, empresários, políticos, etc., que a semente começou na Igreja. ■ A Igreja católica tem despertado lideranças para atuar na sociedade civil como cristãos, iniciando como representantes de pastorais e movimentos e entre essas lideranças existem pessoas de variadas etnias; estão construindo uma nova cultura, baseada em valores cristãos. É um processo lento. ■ A Igreja procura despertar, na medida do possível. Desperta, mas não motiva, não encoraja, não pega junto. ■ Os cursos de teologia e formação têm despertado muitas lideranças na Igreja. Muitas delas ajudam a evangelizar as pessoas da comunidade. ■ A Igreja vem desenvolvendo curso de formação para as pessoas atuarem na sociedade civil, mas ainda é muito pouco. ■ Tem despertado, sim, mas é claro que são poucas. ■ Sim, porque há reuniões para discussão das problemáticas da sociedade; com isso as pessoas se tornam mais críticas. ■ Através de cursos para diversas lideranças, a Igreja Católica está mais perto da comunidade. Dos movimentos da Igreja surgem lideranças importantes. ■ Sim, tem aqueles que realmente estão engajados no trabalho comunitário, enxergam os problemas, as dificuldades pelas quais passa a população e se empenham em ajudar sem se preocupar em tirar vantagem. ■ Sim, ao longo do tempo diversas lideranças têm atuado na sociedade civil, a partir de uma motivação de fé. Este trabalho continua nos dias de hoje, talvez não com a mesma intensidade de um passado recente. ■ A Igreja promove muitos encontros de formação para líderes comunitários, como dirigentes de Grupos de Famílias, movimentos de agricultores, catequistas, atingidos por barragens, etc. ■ Há incentivo na formação de Pastorais, tais como: Pastoral da Saúde, Pastoral da Criança, que têm como objetivo a defesa da vida, bem como a Catequese, Ministros, Pastoral da Juventude, Pastoral Afro, que visam a inclusão social.*

3ª resposta: *■ A Igreja não têm despertado um número considerável de lideranças e aquelas que ela desperta não estão preparadas para atuar na sociedade. A Igreja tem se tornado atrativa não pelo significado e sentido humanitário, e sim pelo pseudo poder que oferece. As atuais lideranças desvirtuaram o sentido cristão de liderar. ■ É muito difícil conseguir lideranças, pois as pessoas não querem compromisso, pois há muitas reuniões. Se a pessoa assume, por exemplo, a*

Pastoral do Dízimo, já é convidada para animar Grupo de Família, para participar do Conselho, Curso de Sacramentos, e assim por diante. Para quem assume é muito compromisso. ■ Há preocupação da Igreja em despertar lideranças, mas muito precisa ser feito, tendo em vista que muitos cristãos ainda não despertaram para a missão. A formação ainda é muito lenta, muitas vezes, ■ Sempre se faz convites. Abre-se a porta. Porém, percebe-se que a Igreja tem dificuldade em aceitar ou praticar idéias novas.

2ª PERGUNTA: Na Igreja Católica (Paróquias de Lages) existe democracia?

1ª resposta: ■ *Não existe, porque, na maioria das vezes, nossas lideranças dominam os menos esclarecidos, colocando suas idéias que não são democráticas, fazendo com que a maioria não tenha voz, nem vez. ■ Não, porque a história de Lages foi muito marcada pelo coronelismo. ■ Acreditamos que há na Igreja uma forma deturpada de democracia. O que existe na Igreja é um tipo de aristocracia, ou seja, um pequeno grupo ditando todas as diretrizes. A Igreja deveria contar com a participação direta e constante do povo. ■ Há necessidade de se ouvir a comunidade católica. ■ Não. Há uma falsa aparência de Igreja democrática. ■ Nos Grupos de Famílias as pessoas se conhecem, se gostam, se ajudam e solidarizam-se. Mas na Igreja do padre é só ele que manda e pronto. O poder está cada vez mais centralizado. O povo apenas trabalha, mas não tem poder de decisão. ■ Algumas paróquias são conservadoras demais e outras são 'largadas'. ■ Há democracia de dízimo, de batizar... ■ Infelizmente muitas coisas são decididas por um número muito pequeno de pessoas, sem o consentimento da comunidade. Às vezes, somente o padre decide. ■ Ainda não. O leigo não tem decisão; muitas vezes, as idéias já vêm prontas e somente são colocadas de uma maneira que pareça que foi decisão de todos. ■ A Igreja não consegue transmitir esse direito ao povo. Muitas decisões vêm de cima. O povo não é consultado. Aceita ou aceita. É triste, porque gostaríamos que certas coisas fossem diferentes. ■ Não existe em quase todas as paróquias, pois o padre é que manda e o povo obedece. É próprio da nossa cultura se calar e não fazer nada para mudar. O padre pensa que é a autoridade da Igreja. ■ Não se percebe democracia nas paróquias de Lages. A participação democrática exige participação ativa; isso significa que a pessoa tenha voz e vez, ou seja, tenha espaços onde possa se manifestar e ser ouvida, ter vez e poder de praticar a ação, após a apresentação e votação da proposta; que ela possa ser executada. ■ Infelizmente tem muita liderança usando seu "poder", não deixando as outras opinarem, e se deixa opinar, o que prevalece é a sua opinião. ■ Não, porque normalmente quem manda é o padre. Existem algumas comunidades que conseguiram a partir dos Conselhos, mais ainda precisam ser muito trabalhadas. ■ Existem os Conselhos Pastorais, porém, a decisão é do Pároco. Democracia por aqui é um assunto complicado. ■ Há democracia, mas só de fachada. A Igreja deveria pensar bem nesse assunto, pois já começa a perder para outras entidades laicas. ■ Alguns párocos colocam suas idéias, seu jeito acima de tudo, forçadamente, tornando-se donos da Paróquia.*

2ª resposta: ■ *Há uma democracia limitada e com restrições. Existem os que mandam e os que obedecem. ■ Existe democracia nas Paróquias de Lages. ■ Existem muitas lideranças abertas e democráticas. ■ Existe, pois, do contrário, seria muito difícil trabalhar. A liberdade de expor idéias, concordar e discordar, faz com que as coisas aconteçam. ■ Há paróquias em que as decisões são tomadas pelos Conselhos. ■ Há diálogo e aceitação de sugestões. ■ Algumas paróquias praticam a*

democracia e outras não. ▪ Existe em algumas comunidades a escolha para liderar a Igreja. ▪ Há democracia porque as pessoas votam em quem quiser e não têm restrições em participar da Igreja, como os ajuntados. ▪ Em algumas paróquias há bastante abertura por parte dos padres, para a participação dos leigos. ▪ Há democracia nas assembleias diocesanas, conselhos e pastorais. Os leigos participam das decisões. ▪ Muitas vezes há, mas existe ainda centralização do poder. ▪ Pode-se dizer que sim; depende do padre, da paróquia e das lideranças. ▪ Sim, a Igreja tem buscado, nos últimos anos, uma postura mais democrática, permitindo que as decisões sejam compartilhadas.

3ª resposta: ▪ As lideranças sentem-se à vontade para fazer algumas coisas. Mas, os padres têm mais estudo e jeito para conseguir mais lideranças e outros participantes. As pessoas se queixam muito pela falta de mais padres. ▪ Há grande esforço por parte de todos e todas, inclusive da hierarquia, pois temos acesso de fala com quase todos. Há lideranças com força e coragem nas comunidades e caminham em defesa da vida, que é a missão de todos. ▪ A democracia da Igreja depende muito do Pároco. Há paróquias onde quem decide é o padre. ▪ Os Conselhos estão formados. Mas, muitas vezes, se reúnem e se organizam, planejam e acabam frustrados porque não são ouvidos.

3ª PERGUNTA: Nas Comunidades da Igreja Católica (Paróquias de Lages) existem trabalhos pastorais ou outros, cuja iniciativa é exclusiva das lideranças locais?

1ª resposta: ▪ Não (**45% das respostas**) ▪ Não. Sempre vêm as normas para as lideranças e com muita insistência. ▪ Todas têm iniciativa do pároco. ▪ Muitas vezes os trabalhos são realizados por leigos, mas todo o “glamour” vai para os padres e irmãs. ▪ Os trabalhos pastorais surgem da Igreja, e ainda, por incrível que pareça, são idéias oriundas dos padres ou da Diocese. ▪ Assistência a famílias carentes. ▪ Fomos à luta para conseguir local para a construção da capela e salão, sem a interferência do padre. Até hoje não dependemos dele; ele somente soma conosco. ▪ Coleta para compra de alimentos, que são distribuídos aos mais pobres.

2ª resposta: ▪ Campanha contra o frio. ▪ Promoções beneficentes. ▪ Feira de Roupas, para arrecadar dinheiro em favor das pessoas mais necessitadas. ▪ Grupo de auto-ajuda. ▪ Alimentação para famílias. ▪ Sopão. ▪ Curso de bordado. Cursos de trabalhos manuais. ▪ Cursos para mães gestantes. ▪ Campanha de agasalhos. Há participação dos cristãos em iniciativas da sociedade civil, como Lages Sem Fome, Fome Zero, Associações de Moradores, nas atividades da escola, nos Conselhos de Saúde e de Segurança, entre outros.

4ª PERGUNTA: Citar as situações que o grupo acha que estão erradas na Igreja Católica de Lages.

Respostas:

▪ Falta formação ▪ Apoio aos que se dedicam ao trabalho, principalmente aqueles que não aparecem. ▪ Falta de participação dos leigos na comunidade. ▪ Padres não se casar ▪ Não há acompanhamento vocacional nas famílias (visitas nas casas). ▪ Falta interesse, participação e unidade entre as paróquias ▪ Muita didática:

simplificar mais. Não aceitar os ex-padres exercendo seu ministério. ▪ A Igreja não deve ir atrás de certos conservadorismos do Papa. Os tempos evoluíram e a Igreja muito pouco. ▪ O posicionamento contrário ao uso de métodos contraceptivos e camisinha. ▪ A resistência ao sacerdócio feminino. ▪ Coleta durante a missa. Já há dízimo. ▪ Política misturada à religião. ▪ Falta de humildade (padres e leigos). ▪ Falta de métodos para atrair os jovens e crianças. ▪ Falta acolhimento. ▪ Cerimônias com excesso de pompas ▪ Endeusamento de alguns padres. ▪ Participação de alguns padres na política. ▪ Casos de padres que se aproveitam da confissão para desvendar segredos e expô-los ao público. ▪ Meios para que todos tenham maior participação na hora da missa. ▪ O modelo de paróquia não mais condiz com a realidade; é medieval. ▪ Liturgia cada vez mais fria, longe da vida do povo e pouco participativa. ▪ A forma de como de trata as pessoas descasadas ou de 2º casamento, negando acesso a alguns sacramentos. ▪ Falta de acompanhamento pastoral por parte do padre e muitas vezes o próprio padre não assume de verdade. Tem padre que nem sai da casa paroquial. ▪ Lideranças desmotivadas. ▪ Luxo na Igreja e muitas construções para manter. ▪ Lideranças que se apropriam indevidamente de dinheiro da comunidade. ▪ Falta presença do padre para visitar as famílias. ▪ Falta de comunicação, de união e até brigas entre as lideranças. ▪ Catequese e jovens estão espalhados. ▪ Muita lentidão nas inovações. ▪ Os padres deveriam estar mais presentes, dando mais incentivo ao povo. ▪ Festas e bailes nos salões paroquiais para arrecadar dinheiro. ▪ A arrecadação deveria ser só com o dízimo. ▪ Ministros da Eucaristia vistos apenas como ajudantes do padre. ▪ As paróquias devem participar na escolha do Pároco. ▪ Mais espaço e incentivo para os jovens trabalhar na Igreja. ▪ Pouca participação da hierarquia nos movimentos sociais. ▪ Abuso de autoridade, tanto da hierarquia, quanto de leigos e leigas. ▪ Falta de compromisso do padre em ajudar na conscientização do dízimo. ▪ Certos padres com muita autoridade; na homilia falam uma coisa e, na prática, as atitudes são outras. ▪ Padres que abandonam seu compromisso para casar. ▪ Desobediência ao Bispo, pois cada um faz como quer, pensando em ser moderno e atual. ▪ Não se fala em dízimo, mas na hora do fundo comum querem usufruir. ▪ Pessoas casadas não podem exercer o sacerdócio. Quando Jesus disse: “Fazei isso em minha memória”, será que falou isso só aos celibatários? ▪ Poder concentrado da hierarquia. ▪ Ritualismos ▪ Fechar os olhos para as injustiças sociais. ▪ Pouca preparação para o Sacramento do Matrimônio. ▪ Falta de apoio e participação na Política. ▪ Ritos ultrapassados. ▪ Falta de espiritualidade e testemunho. ▪ Pouca espiritualidade de alguns padres. ▪ Padres tocam pouco a emoção e o coração. ▪ Bispo deixar que padres arrogantes, ladrões, estúpidos e autoritários exerçam o sacerdócio. ▪ Construções enormes de seminários, para ficarem vazios. ▪ Falta metodologia e preparo, adequados para a evangelização. ▪ Falta de acolhida (ir ao encontro) e falta de lideranças. ▪ Falta insistir mais na educação e não tanto nos excluídos que a Igreja ajuda a criar. ▪ Venda de bebidas alcoólicas em salões comunitários. ▪ Desrespeito às normas diocesanas. O padre faz do seu jeito.

5ª PERGUNTA: Citar as situações que o grupo acha que estão certas na Igreja Católica, em Lages.

Respostas:

▪ Batizados, casamentos e cultos realizados por ministros. ▪ Bons Ministros da Palavra. ▪ Há padres ótimos. ▪ Trabalho realizado pelas pastorais. ▪ Liberdade e abertura para o leigo. ▪ Diálogo aberto entre padres, leigos e irmãs e até com o

Bispo. ▪ Confissões comunitárias. ▪ A não existência do maior e sim a existência do respeito. ▪ Hierarquia interna. A Igreja mostra seu poder, através da obediência. Sua representatividade. ▪ A atuação de muitos padres e a fidelidade de muitos fiéis. ▪ Apoio aos direitos humanos. ▪ Incentivo e participação dos cristãos na vida política partidária. ▪ Apoio a pessoas e comunidades pobres. ▪ Grupos de Famílias. ▪ Missões. ▪ Campanha da Fraternidade. ▪ Romaria da Terra e da Água. ▪ Cursos de formação para lideranças e teologia. ▪ Crisma na própria comunidade. ▪ Abertura, mesmo que pequena e tímida, inclusive dos padres e outros religiosos. ▪ Perseverança de muitos leigos. ▪ “Teimosia” em acreditar na Igreja Povo de Deus. ▪ Posicionamento a respeito do aborto e eutanásia. ▪ Iniciativa de alguns párocos em buscar a descentralização das atribuições do trabalho pastoral. ▪ Trabalho focando a família e a juventude. ▪ Reconhecimento do padre e Bispo como verdadeiros Pastores. ▪ Acontecem situações em que “se fala a mesma língua”. ▪ Trabalho mútuo e de ajuda mútua. ▪ Preocupação com o bem-estar social e espiritual. ▪ Convite para novas lideranças. ▪ Valorização do indivíduo e respeito pelas diferenças de crenças e de opiniões. ▪ Ecumenismo. ▪ Os encontros de setor. ▪ Rodízio de Ministros. ▪ Igreja CEB’s. ▪ Campanhas de conscientização e Mobilização. ▪ Igreja missionária. ▪ Cursos de Bíblia. ▪ Participação de cristãos nos movimentos sociais e nas lutas em geral. ▪ Padres e religiosos integrados na sociedade e vivendo os problemas da comunidade. ▪ A presença de instituições sociais e outras estruturas a serviço da comunidade. ▪ Conselhos Pastorais. ▪ Dízimo livre e consciente. ▪ Receber na comunidade, através do batismo filhos de casais não casados e de prostitutas. ▪ Pastoral Urbana. ▪ Prioridade da catequese. ▪ Despertar das comunidades para a cidadania. ▪ Festa das Tendões. ▪ Jornal A Caminhada. ▪ Liturgia. ▪ Acolhida nas celebrações, na porta da Igreja. ▪ Lei do celibato. ▪ Intercâmbio entre os ministros. ▪ Missa, grupos de oração, Legião de Maria. ▪ Trabalho voluntário na área social. ▪ Luta pela ética e pela justiça. ▪ Busca constante de fidelidade ao Evangelho. ▪ Evolução da Igreja. ▪ Intercâmbios entre comunidades. ▪ Estudos sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente. ▪ Curso de Sacramentos. ▪ Acolhida sem exclusões. ▪ Missas participativas. ▪ A Igreja acredita e prega a doutrina do livre arbítrio. ▪ Fidelidade aos princípios e fundamentos da Igreja. ▪ 1ª eucaristia nos Grupos de Famílias.

6ª PERGUNTA: Qual é a opinião do grupo sobre as relações entre hierarquia e leigos dentro da Igreja, em Lages?

▪ A Igreja está toda sistematizada de forma hierárquica e as decisões cabem somente àqueles que estão no topo do sistema. Contudo, ainda que hierarquizada, ela não veta a participação do leigo; ela é favorável, pois o leigo representa a descentralização do poder. ▪ Nós leigos, como Igreja de Jesus Cristo, temos a missão de evangelizar; para isso, nos organizamos na medida em que assumimos algum tipo de serviço ou ministério. Por isso, precisamos de um líder, não com “poder”, mas com autoridade. ▪ A relação entre hierarquia e leigos está razoável, mas sempre existem ideais diferentes entre hierarquia e leigos. ▪ Deve existir hierarquia para a organização do trabalho. ▪ A Relação entre hierarquia e leigos é boa. ▪ A hierarquia na Igreja é quase como militar, pois quase todas as decisões devem passar por ela. ▪ A relação entre hierarquia e leigos está razoável. ▪ O leigo procura o padre: ele não pode, não tem tempo, outro nunca está... ▪ Nosso Bispo é amado e os padres são atenciosos e carismáticos. Sabem ser amigos e tem comunicação ótima. ▪ O padre muito ausente da comunidade. ▪ Os leigos dão sua opinião, ajudam bastante, mas na hora de decidir, são os padres que decidem. ▪

Relação desgastada. Falta obediência de padres em relação ao bispo. Padres e leigos precisam avaliar as relações entre eles. ▪ O padre, por aonde vai, faz mudanças e vai embora, deixando que a comunidade se enquadre. ▪ O Bispo pensa que manda, mas os padres fazem como querem. ▪ Boa, porque os conselhos atuam e opinam. ▪ Muita autoridade, pouca unidade. ▪ Não é possível padre viver de intriga com outro padre. ▪ Os padres não estão dando oportunidade dos leigos serem líderes. ▪ Relação hierárquica de cima para baixo. Gera submissão de quem está numa posição inferior na esfera piramidal. ▪ Há párocos que são verdadeiros ditadores. Mandam e desmandam. ▪ Tanto padres quanto o Bispo, muitas vezes, não sabem o que é realmente viver em comunidade. ▪ A hierarquia deve existir, mas muitas vezes ela funciona como meio de distribuição de títulos. Alguns fazem de seu cargo um meio para serem servidos. ▪ Em algumas paróquias, funciona dentro da mesma relação entre patrão e empregado e ainda com o agravante que este empregado trabalha sem ser remunerado. ▪ A Relação é muito fria e distante. Parece que tem um rio que separa. ▪ Tem melhorado, mas é mais um problema estrutural. A sociedade evoluiu e a Igreja continua com as mesmas posições. Então as pessoas vão se afastando e buscando outras alternativas para a sua fé.

7ª PERGUNTA: Qual é a opinião do grupo sobre as relações entre os leigos dentro da Igreja, em Lages?

▪ Existem líderes que querem formar pessoas em sua pastoral e ajudam muito. ▪ Existem lideranças centralizadoras, que não distribuem funções e não sabem partilhar serviços. ▪ Pela falta de renovação, os antigos geralmente acham-se donos de tudo. Pensam que sabem tudo e querem fazer tudo sozinhos. ▪ É necessário que a Igreja ensine a diferença entre o poder manipulador e o poder cristão. ▪ É notório o autoritarismo que acontece por parte de algumas lideranças. ▪ Há lideranças que ocupam muitos serviços e representações. ▪ Há lideranças autoritárias que pensam que só elas sabem fazer. ▪ Muitas lideranças impedem o surgimento de novas lideranças. ▪ Muitas vezes, perdemos lideranças porque há aquelas pessoas que acham que, se elas não fizerem, ninguém mais faz. ▪ Algumas lideranças concentram o poder com medo de perder o prestígio. ▪ Há lideranças que não aceitam propostas ou formas diferentes de fazer as coisas. Devido a este comportamento, dentre eles os jovens, muitos se afastam. ▪ Há pessoas que exercem funções paroquiais porque são mais simpáticas ao padre e por nomeação do mesmo. ▪ Há lideranças que se acham no direito de incluir ou excluir alguém, de acordo com a sua vontade.

3.2.3 Sintetizando as Respostas dos Conselheiros

- Respostas da Primeira Pergunta:

A primeira questão procurou averiguar se as paróquias de Lages têm despertado lideranças para atuarem na sociedade civil como cristãos.

Num primeiro momento as lideranças foram categóricas no seu “não”. As justificativas para essa resposta tiveram como destaques:

- a) As lideranças que surgem não querem se incomodar com os problemas da sociedade e atuam somente nas pastorais, ainda dependendo do estímulo ou não do padre. Afirmam que num passado recente (década de 60 a 80) havia um número razoável de lideranças que atuava na sociedade civil, a partir de sua fé.
- b) Outro destaque foi a falta de incentivo da hierarquia ou atitudes autoritárias da mesma, ou seja, em outras palavras, os conselheiros declaram uma dependência acentuada da hierarquia.
- c) Aparece também como destaque o entendimento que muitas lideranças têm de que, ou se é cristão, por exemplo, ou se é político. Alguns tiveram destaque na política, a partir da fé, mas neste estágio, abandonaram a Igreja.

Num segundo momento, ou num segundo bloco de respostas os conselheiros afirmam que “sim”. A Igreja desperta pessoas como: professores, alguns políticos, empresários, entre outros. Mas, as respostas são, de certa forma, “tímidas” e com ressalvas: *Desperta, mas é muito difícil que isso aconteça... Ainda é muito pouco... Antes despertava mais... Desperta, mas não motiva, não encoraja, não pega junto... Mas é um processo lento... Há um incentivo maior para lideranças das pastorais ou próximas dela como “os atingidos por barragens ou Pastoral Afro”...*

Num terceiro momento, afirmam que aqueles que a Igreja desperta não estão preparados para atuarem. Que a Igreja ainda não despertou para a missão. Por fim, os conselheiros destacam a lentidão da formação, bem como, muitas vezes, ela é superficial e antiquada. Lembram que há dificuldades para aceitar ou praticar idéias novas.

- Respostas da Segunda Pergunta:

A *Segunda questão* procurou saber dos Conselheiros se, na opinião deles, há ou não democracia na Igreja de Lages. *Num primeiro momento*, a resposta foi “Não”, destacando-se as seguintes justificativas:

- a) Há domínio das lideranças mais esclarecidas, fazendo com que as demais não tenham voz, nem vez. Afirmam que há uma espécie de aristocracia ou uma forma deturpada de democracia, ou seja, um pequeno grupo que dita as diretrizes.
- b) Destaca-se que nos grupos de famílias há democracia, porque não existe a ingerência do padre.

- c) Afirma-se que as questões já vêm prontas de cima; que quem manda é a hierarquia ou um pequeno grupo. Ao povo cabe trabalhar e executar o que foi decidido.
- d) Há destaque para os Conselhos, como um início de democracia, mas ainda muito incipiente.
- e) Ressalta-se a ‘democracia de fachada’. Os conselheiros quiseram dizer que há muitas reuniões e formas de participação na Igreja, mas existe uma ‘aparência’, onde o leigo acredita que está decidindo as coisas mais importantes da comunidade, mas que isso é um disfarce, pois as decisões importantes já vêm prontas.

Num segundo momento, as lideranças afirmaram que há democracia, enfatizando que ela é limitada e restrita. Neste mesmo contexto, alguns grupos disseram que se pode afirmar que há democracia nas paróquias de Lages, principalmente ‘quando o padre permite’; que existem muitas lideranças democráticas. Alguns grupos concordam que há democracia nas assembleias da Paróquia e Diocese e que, nos últimos anos a Igreja está assumindo uma postura mais democrática. A maioria dos Conselhos afirmou, no entanto, que existem paróquias nas quais os conselheiros tomam decisões, mas ficou subentendido que são naquelas “que o padre permite”, pois, há paróquias em que os padres são muito abertos. É uma ‘democracia tutelada’.

- Respostas da Terceira Pergunta:

Na terceira questão procurou-se saber se existem trabalhos pastorais nas comunidades, cuja iniciativa é exclusiva das lideranças locais, demonstrando, com isso, protagonismo e criatividade nas iniciativas próprias.

Num primeiro momento, as respostas consistiram na palavra “não”, por parte de 45% dos participantes. Foi comentado que as normas sempre chegam com muita insistência para as lideranças. As iniciativas são oriundas da Paróquia e da Diocese.

Num segundo momento, a resposta foi “sim”, tendo como exemplos a luta para conseguir terreno para a capela, sem interferência do padre, ajuda aos mais pobres, feiras, cursos de trabalhos manuais ou semelhantes, mas são iniciativas ligadas, de alguma forma, a um órgão já existente, como Cáritas, escola ou Associação de Moradores.

- Respostas da Quarta Pergunta:

Nesta quarta questão, os Conselhos apontaram o que eles entendem como situações erradas na Igreja de Lages. Dos 16 grupos que participaram da pesquisa, a percentagem das respostas ficou assim:

- a) Os padres não podem casar – 12 grupos, dos 18 que participaram, colocaram esta resposta em 1º lugar.*
- b) Muita lentidão nas inovações, resistência ao sacerdócio feminino e o poder centralizado da hierarquia, obtiveram o 2º lugar, com a participação de 07 grupos.*
- c) As respostas que alcançaram o 3º lugar, com a participação de 06 grupos, foram: o posicionamento contrário ao uso de métodos contraceptivos e camisinha e a forma de como as pessoas descasadas ou de 2º casamento são tratadas, negando-se a elas acesso a alguns sacramentos.*
- d) Respostas dadas por 05 grupos, até 02 grupos: falta de comunicação e união entre as lideranças, certos padres com muita autoridade; na homilia falam uma coisa e, na prática as atitudes são outras; lideranças desmotivadas, as paróquias devem participar na escolha do Pároco, abuso de autoridade, tanto da hierarquia, quanto de leigos e leigas, ritualismos, fechar os olhos para as injustiças sociais e falta de apoio e participação na Política.*

- Respostas da Quinta Pergunta:

Na quinta pergunta, o interesse do pesquisador foi saber quais as situações que os conselheiros avaliam como certas na Igreja de Lages. Dos 16 grupos que participaram da pesquisa, a percentagem das respostas ficou assim:

- a) Liberdade e abertura para o leigo ficaram em 1º lugar com respostas de 11 grupos.*
- b) Em 2º lugar foram citadas: a Igreja CEB's e os Grupos de Famílias, com a participação de 09 grupos.*
- c) Obtiveram o 3º lugar, com respostas de 08 grupos, os cursos de formação para lideranças e as escolas de teologia.*
- d) Respostas dadas por 05 grupos, até 02 grupos: batizados, casamentos e cultos realizados por ministros. Apoio a pessoas e comunidades pobres, dízimo livre e consciente, trabalho realizado pelas pastorais. Ecumenismo, Conselhos*

Pastorais, missões, liturgia e catequese, Campanha da Fraternidade. Abertura, mesmo que pequena e tímida, dos padres, posicionamento a respeito do aborto e eutanásia, rodízio de Ministros, padres e religiosos integrados na sociedade e vivendo os problemas da comunidade. Acolhida nas celebrações e na porta da Igreja e intercâmbios entre comunidades.

- Respostas da Sexta Pergunta:

Na sexta questão, buscou-se entender, numa pergunta mais aberta, qual é a relação entre os leigos e a hierarquia, na Igreja de Lages.

- a) A relação entre hierarquia e leigos é boa. Esta resposta ficou em 1º lugar, com a afirmativa de 12 grupos.*
- b) Não é boa porque as decisões cabem aos que estão no topo do sistema. Esta resposta ficou em segundo lugar, com 07 afirmativas.*
- c) Em 3º lugar ficou a seguinte resposta, com 06 afirmativas: Dever existir hierarquia para a organização do trabalho.*
- d) Respostas dadas por 05 grupos, até 02 grupos: nós precisamos de líder, não com poder, mas apenas com autoridade. A relação entre hierarquia e leigos é razoável. O leigo procura e o padre nunca está. O padre é ausente da comunidade. Relação desgastada. O padre, aonde vai, faz mudanças e vai embora, deixando que a comunidade se enquadre. Tem melhorado, mas é mais um problema estrutural. A sociedade evoluiu e a Igreja continua com as mesmas posições. Então as pessoas vão se afastando e buscando outras alternativas para a sua fé.*

- Respostas da Sétima Pergunta:

Na sexta questão, buscou-se entender, numa pergunta também mais aberta, qual é a relação entre os leigos, na Igreja de Lages.

- a) A seguinte resposta ficou em 1º lugar, com a afirmativa dos 16 grupos: existem lideranças centralizadoras, que não distribuem funções e não sabem partilhar serviços. Acham-se donas de tudo, impedem o surgimento de novas lideranças, ocupam muitos serviços e querem fazer tudo sozinhas.*

- b) Em 2º lugar, com a afirmação de 14 grupos, ficou a seguinte resposta: *existem líderes que querem formar pessoas em sua pastoral e ajudam muito.*
- c) Outras respostas dadas por 05, até 02 grupos: *é necessário que a Igreja ensine a diferença entre o poder manipulador e o poder cristão. Há pessoas que exercem funções paroquiais porque são mais simpáticas ao padre e por nomeação do mesmo.*

3.2.4 Uma Análise das Respostas dos Conselheiros, na Perspectiva do Objetivo Desse Trabalho.

As duas primeiras questões da pesquisa revelam a existência do poder centralizador da hierarquia, criando forte dependência dos leigos. Mesmo, quando afirmam que há leigos agindo como lideranças sociais, a partir da fé, deixam claro que isso acontece ainda de forma muito incipiente e tímida; a maioria não quer se incomodar. Deixam entender que as lideranças que se aventuram no mundo da política, por exemplo, acabam, a partir daí, agindo por si mesmas e não mais motivadas pela fé adquirida na comunidade cristã; abandonam a Igreja. Afirmam também que a Igreja não motiva, nem encoraja e, quando o faz, não ‘pega junto’, deixando a pessoa sozinha; que as poucas lideranças que se lançam para atuarem na sociedade civil não foram preparadas pela Igreja.

Outro destaque importante é dado ao papel dos leigos, que acabam reproduzindo o poder centralizado da hierarquia, fazendo com que, na maioria das comunidades, grande parte das lideranças não tenha ‘nem voz, nem vez’, como eles mesmos se referem. Quando falam sobre a relação dos leigos entre si, afirmam com veemência o poder centralizado exercido por algumas lideranças, agindo sozinhas, sem distribuir funções. Essas lideranças, segundo os conselheiros, acham que sabem tudo e não envolvem outras pessoas no trabalho; sendo assim, muitos acabam se sentindo pouco importantes ou não valorizados e, por isso, vão embora. Quando afirmam que existem líderes que querem formar pessoas e ajudam muito na pastoral, o fazem com convicção, mas não com a mesma insistência como quando se referem às lideranças centralizadoras e autoritárias, e concluem que é preciso aprender a diferença entre autoridade e autoritarismo e entre o poder manipulador e o poder cristão. Alguns grupos afirmaram também que há lideranças exercendo funções na comunidade porque são simpáticas ao padre ou por nomeação do mesmo. Como diz Blank, 2006, sobre esta questão:

A partir de Constantino, diz Walter Bültmann, se estabeleceu uma dicotomia de classes dentro da própria Igreja. A acentuação de tal dicotomia seguiu em muitos casos os interesses do poder e do prestígio. Observamos também neste caso, aquele mecanismo de Bernhard Häring, que, com toda a sua sutileza de teólogo experiente, sintetiza nos seguintes termos: “A história da religião e especialmente a história da Igreja... mostram formas extremamente críticas... de uma sobrevalorização extrema da autoridade, que muito se aproxima da atitude de dominação dos sistemas mundanos de poder”. (Blank, 2006, p. 46).

Häring, no texto acima manifesta-se com muita condescendência sobre a questão do poder, pois, se a sociedade – os sistemas mundanos de poder – manifestam situações dramáticas de opressão, isso também já aconteceu na história da Igreja, mas também, se hoje falamos em liberdade, democracia e direitos humanos na sociedade, com certeza eles não brotaram do seio da Igreja, mas das suas margens, e com resistências da hierarquia e de muitos cristãos. Por isso, podemos afirmar com Häring, que a Igreja não só se aproxima dos ‘sistemas mundanos de poder’, mas fica, em muitas situações, aquém desse sistema. Sendo assim,

O resultado para a situação do leigo era aquilo que Walter Bültmann, capuchinho e por muito tempo professor de Pastoral Missionária, formula em termos drásticos: aos leigos na Igreja “restava... apenas, como se diz nos USA, “to pray, to obey, to pay” (rezar, obedecer, pagar). Mesmo quando não queremos adotar um enfoque tão decepcionante, é verdade que os assim chamados leigos, no decorrer dos séculos, têm formado em grande parte uma mentalidade de passividade. Aquela dinâmica transformadora que transparece nas cartas de Paulo (cf. 1Cor 12,4-11) se perdeu por grande parte no assim chamado povo da Igreja. Muitos leigos desenvolveram uma atitude de passividade, dentro da qual assistiram com mais ou menos atenção aquilo que “a Igreja” decidia. (Idem, p. 46)

Blank, no texto acima, refere-se à palavra Igreja entre aspas. Essa observação é muito relevante, quando se ouviu os conselheiros. Em todos os momentos, quando se referem à palavra Igreja, estão falando da Hierarquia e nunca da comunidade cristã como um todo. Se fosse perguntado a eles quem é a Igreja, responderiam com certeza que “somos todos nós”, mas, na prática, essa palavra remete sempre à hierarquia. Igreja ainda quer dizer: papa, bispos e padres.

Aos pouco, nos decorrer dos séculos, uma pastoral de submissão foi apagando a consciência dos cristãos, que passaram a ser chamados de leigos. São Pedro, no capítulo 2 de sua primeira carta, dirige-se aos cristãos da seguinte forma:

Vós sois a raça eleita, o sacerdócio real, a nação santa, o povo de sua particular propriedade, a fim de que proclameis as excelências daquele que vos chamou das trevas para a sua luz maravilhosa. (1Pd 2, 9-10). Mas essa consciência de dignidade deu, passo a passo, lugar à passividade e submissão, que por sua vez gerou indiferença e, por fim, o afastamento de muitos, como é referido nas entrevistas: *Os padres não estão dando oportunidade dos leigos serem líderes. Há relação hierárquica de cima para baixo que gera submissão de quem está numa posição inferior na esfera piramidal. Tem melhorado, mas é mais um problema estrutural. A sociedade evoluiu e a Igreja continua com as mesmas posições. Então as pessoas vão se afastando e buscando outras alternativas para a sua fé.*

Ao colar-se no topo, como se referem os grupos entrevistados, a hierarquia da Igreja desvalorizou o leigo, que acabou não saindo mais da base da pirâmide. O papa Gregório XVI, cujo pontificado foi de 1831 a 1846 afirmava: *Ninguém pode ignorar que a Igreja é uma sociedade desigual na qual Deus reservou a alguns a missão de mandar e, a outros, de obedecer, estes últimos são os leigos; os demais são os eclesiásticos.* (Blank, 2006, p. 50). Na Carta Encíclica *Vehementer Nos*, de 11 de Fevereiro de 1906, o Papa Pio X assim se expressa sobre a relação entre leigos e hierarquia:

A Igreja, em força de sua própria natureza, é uma sociedade desigual. Engloba duas categorias de pessoas: os pastores e o rebanho, os que ocupam os vários graus de hierarquia, e a multidão dos fiéis. E estas categorias são tão diferentes entre si, que só na hierarquia residem o direito e a autoridade necessários para promover e dirigir todos os membros de acordo com os objetivos da sociedade. Quanto à multidão, ela não tem outro direito se não o de se deixar conduzir e guiar docilmente por seus pastores. (*Vehementer Nos*, 1906, nº 22).

Como diz Blak: *o povo perdeu a sua confiança de ser agente de transformação, dentro e fora da Igreja... e apesar do grande passo que fez no Concílio Vaticano II, esta situação é até hoje um dos grandes obstáculos a um verdadeiro protagonismo do leigo.* (idem, p. 47). Comblin também afirma que, diante de uma história de exercício centralizador do poder por parte da hierarquia, levará muito tempo, quem sabe um século, para que o documento de Aparecida possa ser colocado em prática, de forma mais plena.

O sociólogo Pedro A. Ribeiro de Oliveira, afirma que:

É inegável que P. Bourdieu faz uma excelente reelaboração da tipologia Weberiana, articulando as relações entre os agentes religiosos e os leigos

como único conjunto de relações cuja lógica reside na estrutura do *campo religioso*... Bourdieu chama atenção para este fato ao afirmar que os leigos são condenados à condição de consumidores, mas deixa de lado que só é expropriado quem produz. Ora, os “leigos” na verdade são produtores de bens religiosos, sim, mas *anônima e coletivamente*... mas, ficam em estado bruto, até que os especialistas trabalhem, lapidando-os para os apresentarem como se fosse uma intuição ou revelação original... Esta hipótese, derivada de Bourdieu, mas não explorada pelo autor, indica que os especialistas estão constantemente operando a expropriação do trabalho religioso “popular”, para devolvê-lo irreconhecível como um bem simbólico apto a atender sua demanda de sentido. (Oliveira, apud Teixeira, 2003, p. 190-191).

Com certeza, Oliveira explica com a colocação acima, aquilo que os leigos já estão percebendo, quando se expressam nas entrevistas, da seguinte forma: *O leigo não tem decisão; muitas vezes, as idéias já vêm prontas e somente são colocadas de uma maneira que pareça que foi decisão de todos. A Igreja não consegue transmitir esse direito ao povo. Muitas decisões vêm de cima. Muitas vezes os trabalhos são realizados por leigos, mas todo o “glamour” vai para os padres e irmãs.*

Portanto, percebe-se pelas entrevistas que aos “leigos” não é reconhecida a responsabilidade pessoal ou comunitária pela sua fé, nem lhes é atribuído um papel de verdadeira responsabilidade na construção cotidiana da comunidade. Diante dessa realidade, Hoffmann diz o que vem acontecendo:

Um clero sufocado de trabalhos de rotina, de um lado, uma comunidade de carneirinhos e consumidores, dificilmente motiváveis de outro; uma comunidade à qual cada vez mais se negam a aderir pessoas de pensamento independente. A generalizada frustração e resignação não têm, portanto, a sua causa na sobrecarga ou supersolicitação como tal – há exemplos suficientes das energias que podem liberar trabalho que preenche o homem – mas na falta de perspectiva desta situação da Igreja que paralisa as forças criativas de todos os envolvidos. (Hoffmann, 1998, p. 43).

As entrevistas vêm de encontro também com esta afirmação de Hoffmann, quando os conselheiros afirmam que: *Não há motivação por parte da Igreja. O que se percebe é que muitos padres são autoritários, chamam a paróquia de sua, como se fosse sua propriedade, tomando conta de tudo, não dando oportunidade para o surgimento de novas lideranças.* Essa mesma realidade acontece em relação às lideranças que atuam: *A Igreja não tem despertado lideranças. Há um número pequeno de pessoas atuando nas várias atividades.*

*A segunda pergunta trata expressamente sobre o grau de democracia que se vive na Igreja. Pode-se dizer que a Igreja Católica, apesar de politicamente estar organizada a partir de um poder central mais próximo de uma monarquia absolutista, ela não se pauta pelos mesmos parâmetros dos regimes políticos da sociedade civil. Mas, mesmo assim, seria de se supor que esta comunidade, seguidora da proposta de Jesus Cristo, chamada de *ecclesia* ou assembleia deveria viver uma relação nova como se propõe, a ponto de superar qualquer regime democrático do século XXI, por exemplo. Esta Igreja que, em seus inícios, deixa claro seu caráter igualitário, nasceu como uma comunidade de irmãos. Como foi constatado no capítulo 2 desse trabalho, pode-se ver em Gálatas capítulo 4 e Romanos Capítulo 8, que, pela fé e pelo batismo, na comunidade, todos se tornavam filhos e filhas livres de Deus, sem haver qualquer discriminação entre pagãos e judeus, mulheres, escravos, etc. A segunda Carta aos Coríntios, Capítulo 5, afirma que aqueles que ‘se revestiram’ em Cristo e se entregaram à nova possibilidade de vida aberta em Cristo, ganham através d’Ele a sua nova identidade. Tornam-se uma ‘nova criatura’, pois, o que era ‘antigo passou’. Assim sendo, é possível fazer uma análise dessa proposta de uma ‘nova vida’, em relação à vivência democrática da sociedade, buscando perceber qual dessas formas se aproximam mais do ideal de fraternidade proposto por Jesus de Nazaré. As respostas dos conselheiros, na sua maioria foram: “não”. Afirmou-se que na Igreja existe uma espécie de aristocracia ou uma forma deturpada de democracia. Destacaram que as decisões principais já vêm prontas que, quem manda é a hierarquia e um pequeno grupo. Ao povo cabe trabalhar e executar o que foi decidido. Os conselheiros, portanto, deixam claro que nas paróquias de Lages há uma ‘democracia de fachada’, de ‘aparência’, onde se quer que o leigo acredite que ele está decidindo as coisas mais importantes da comunidade, mas que isso é um disfarce, pois as decisões importantes já vêm prontas. Em sentido positivo, os conselheiros afirmaram que há uma vivência democrática nas paróquias, quando o padre permite. Que existem lideranças democráticas. É uma espécie de ‘democracia tutelada. Nesse mesmo viés, afirmam que nos Grupos de Famílias (CEB’s) existe um clima de democracia, onde as pessoas se gostam, se querem bem e são valorizadas, e concluem dizendo que nesses grupos não há ingerência da hierarquia. Classificam os Conselhos e as Assembleias como ‘um pequeno início de democracia’.*

Pode-se afirmar pelas constatações acima, que o espaço das comunidades cristãs, das Paróquias de Lages, não oferece condições propícias para o

desenvolvimento da autonomia das pessoas e, conseqüentemente, de cada cristão como sujeito de sua história. Blank refere-se a uma nova pastoral urbana, necessária para ir ao encontro desses novos sujeitos, forjados numa vida cotidiana que exige autonomia, coragem, muitas decisões e lutas:

Dentro de tal pastoral urbana, desaparece também a imagem tradicional de toda a pastoral; a ovelha a ser guiada. As novas palavras-chave de sua evangelização se tornam em vez disso as seguintes: autonomia em vez de obediência, participação também nas estruturas de decisão, diálogo em vez de imposição, escutar em vez de ordenar, amor em vez de ameaça com sanções, serviço em vez de poder, co-responsabilidade em vez de obediência cega. (Blank, 2006, p. 26).

Como foi visto no Capítulo 1 desse trabalho, o sujeito, no mundo atual, forma-se procurando escapar das estruturas sociais, regras e de todas as formas de poderes que o impedem de realizar a tarefa de ser ele mesmo. O sujeito nega-se a ser ou continuar sendo mero componente de um sistema, sem exercer seu controle sobre suas ações, intenções, projetos e relações. O sujeito quer tornar-se uma presença para si mesmo, uma pertença a si mesmo. A 'religião-Igreja' tornou-se, assim, um fenômeno marginal nas sociedades modernas, ou seja, a maioria das pessoas, principalmente nas chamadas sociedades liberais e democráticas, não tem mais, nem na própria religião à qual se declara adepto, a referência para a conduta cotidiana.

Mas, ali onde faltam ovelhas, também não se precisa mais de pastores. Nas tecno-metrópoles do futuro não há mais pastor nenhum. Essa é a situação. Mas, será que isso significa que ninguém mais precisa de ajuda e orientação?... Nada mais errado que uma tal conclusão. O contrário é verdade...Há milhões de homens e mulheres que buscam desesperadamente o seu sentido de vida. (idem, p. 11)

A instituição religiosa católica passa a ser vista como obstáculo aos cristãos em sua busca de encontro com Deus, consigo mesmos e com o mundo, pelo excessivo número de preceitos, leis e obrigações que ela impõem. Os católicos, neste caso, geralmente se limitam a estar em dia com os preceitos externos da religião. Neste contexto, a religião não religa, não harmoniza e não centra; por isso, esse meio religioso não transforma o comportamento do ser humano, em relação a si mesmo, ao mundo e às demais pessoas. Neste sentido, a religião não se traduz numa nova ética e moral, que produzam uma vida centrada, solidária, dialógica e feliz, bem como no respeito ao ser humano e à vida como um todo. Assim, os

cristãos não encontram mais respostas nessa forma de pastoral que ainda é desenvolvida. Nas pesquisas, os conselheiros das Igrejas de Lages constantemente apontam para a necessidade de atualização, de novas respostas ao homem e mulheres contemporâneos. E Blank acrescenta:

A época pós-industrial se apresenta assim, impregnada de um lado por aquele espírito de autonomia e de auto-confiança; mas, ao mesmo tempo, por inseguranças e dúvidas profundas. Ela é também marcada por um vazio desesperado de sentido e por tentativas frenéticas de substituir o vácuo espiritual por substitutos artificiais. Em tal época nossas igrejas deveriam estar cheias. Mas elas não estão. Ou melhor, estão, mas, quando fazemos comparação com o total da população, constatamos que desse total, são apenas 7% a 10% que freqüentam nossas missas... Quem são aqueles 10% que ainda participam da celebração? Será que eles representam o novo tipo de homem autônomo... Ou será que na sua maioria, são os outros, aqueles que não querem ser autônomos? Aqueles que têm medo da autonomia e que, por causa disso, querem ficar ovelhas? (idem, 2006, p. 12).

Por outro lado, percebe-se que os membros dos Conselhos são pessoas que estão tomando distância da situação e passam a compreender que sua Igreja (de Lages) esboça apenas um tímido início de participação efetiva dos leigos; que nela não há ainda espaço suficiente para o exercício da autonomia. Há, por parte deles, um certo processo de desmascaramento da ideologia que opera no interior dos corpos, das relações e das estruturas da Igreja. Este 'poder simbólico religioso', inscrito nos corpos de seus agentes, como se fosse normal e natural está prestes a ruir, pois passa a ser percebido em suas conexões e articulações. Portanto, diante das indagações de Blank, sobre os 7% a 10% de cristãos que ainda permanecem, pode-se afirmar que os cristãos conselheiros, entrevistados, da Igreja de Lages, não se mostram resignados, nem pretendem 'permanecer' como ovelhas, mas clamam por mais autonomia e possibilidades reais de espaços, no interior das comunidades cristãs de Lages, nos quais possam desenvolver-se como sujeitos e adultos. Isso não invalida as indagações de Blank, pelo contrário, apenas mostra que ainda há cristãos na Igreja, determinados a não serem mais ovelhas e que têm esperanças de inovações e mesmo de substanciais mudanças.

As questões abordadas acima nos levam a compreender com mais clareza as respostas dos conselheiros *da terceira pergunta*. Percebe-se que são praticamente inexistentes trabalhos pastorais, cujas iniciativas são exclusivas da comunidade. 45% dos grupos respondem um "não" com clareza e convicção. Os demais afirmam existir algum trabalho, mas, ao se pedir exemplos, aparecem apenas iniciativas, de

alguma forma, vindas de cima. Aparece aquilo que comumente se faz, mas nada de original ou exclusivo, que possa apontar para uma ação protagonista da comunidade. Nessa e nas demais respostas aparece sempre a questão de que *‘tudo já vem pronto’*, que *‘as iniciativas são do padre ou da diocese’*, enfim *‘que aos leigos cabe acolher e executar’*.

Vários documentos da Igreja, como o de *Santo Domingo nº 97 e 293* e da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – *documento nº 56* (CNBB), falam da necessidade dos leigos exercerem seu protagonismo na Igreja. O *Documento de Aparecida* é otimista em relação ao protagonismo que vários grupos vêm exercendo na Igreja e cita, inclusive, o protagonismo das mulheres. A Exortação Apostólica *Christifideles Laici*, de João Paulo II não fala de protagonismo, mas da ação do laicato na Igreja.

No entanto, em todas as entrelinhas desses documentos, passa fortemente uma ideologia da submissão. Os leigos nunca são os protagonistas de uma ação real e inovadora, mas *colaboradores de seus pastores*. O documento de Aparecida, talvez, seja o que mais se destaca neste sentido. Fala insistentemente da grandeza e dignidade da ação dos cristãos na Igreja, mas sempre *sob a guia de seus pastores*. Não são os leigos que construirão seus espaços na Igreja, mas os pastores: *estes estarão dispostos a abrir para eles (os leigos) espaços de participação e confiar-lhes ministérios e responsabilidades em uma Igreja onde todos vivam de maneira responsável seu compromisso cristão*. (DA, nº 211). Percebe-se uma linguagem dupla, na qual os leigos são responsáveis, mas com espaços abertos por seus pastores e através de trabalhos que estes pastores confiam a eles, ou seja, os leigos são protagonistas e são tutelados ao mesmo tempo. Um protagonismo tutelado, o que não é protagonismo. Portanto, os documentos da Igreja insistem na ação decidida dos cristãos, desde que continuem ovelhas. A Igreja quer que o novo aconteça sem mexer nas suas estruturas de poder.

A *quarta resposta* dos conselheiros, quando tratam sobre as questões das coisas que acham erradas na Igreja, referem-se claramente a questões *disciplinares e estruturais*. A questão *os padres não podem casar* poderia parecer, à primeira vista, uma questão irrelevante para os leigos, pois isso parece nada ter a ver diretamente com eles. No entanto, 12 dos 16 grupos apontaram esse assunto com muita veemência. Ao ‘provocar’ uma explicação desses conselheiros, o pesquisador pode compreender que, por detrás dessa questão, há outra que muito interessa aos

leigos: a presença de padres mais felizes, mais compreensivos, menos exigentes, mais humanos, mais normais, que entendam melhor o ser humano, a vida, a família. Acreditam que, entendendo mais a família, compreenderiam melhor a situação das pessoas *descasadas ou de 2º casamento*. Neste mesmo sentido, apontam para a questão da proibição de *métodos contraceptivos e da camisinha*.

Em segundo lugar, referem-se à *resistência da Igreja ao sacerdócio feminino, ao poder centralizado da hierarquia e à lentidão nas inovações*, e concluem falando de *lideranças desmotivadas*.

Quando estes mesmos conselheiros se referem às *coisas que acham certas*, nas respostas à quinta pergunta, afirmam que já *há liberdade e abertura para os leigos*, com resposta de 11 grupos, e complementam esta afirmação ressaltando o *fator positivo das CEB's e Grupos de Famílias*, lugar onde as pessoas se querem bem e vivem uma relação fraterna. Em seguida, alguns grupos ressaltam os trabalhos desenvolvidos por ministérios e a abertura, mesmo que tímida, dos padres. Demonstrando maturidade nas posições, os conselheiros não hesitaram em aprovar a posição firme da Igreja, a respeito do aborto e da eutanásia, da mesma forma que negam certas posições que consideram injustas e não cristãs.

Há um despertar, mas ainda falta participação dos cristãos nesse despertar. Os homens e as mulheres que ali estão já praticam vida evangélica. São da Igreja, mas precisam reconhecer-se, conhecer-se, e mutuamente solidarizar-se em vista de mútuo apoio. Este será o papel das pequenas comunidades. Sem pequenas comunidades os heróis irão se cansar e desanimar. Com uma Igreja viva, os heróis podem multiplicar-se e mudar o mundo. (idem, p. 15)

Nas sexta questão, os conselheiros, através de respostas de 12 grupos, afirmam que as relações entre hierarquia e leigos são boas. Três grupos afirmam que são razoáveis e todos os grupos reafirmam que as decisões cabem a quem está no topo do sistema. Ao lado de tantas críticas à Igreja e aos padres, como entender a afirmação de que as relações entre leigos e hierarquia são boas? Elas não são aparentemente contraditórias? Trata-me muito mais das relações pessoais. As críticas referem-se, em grande parte, às relações estruturais injustas que se estabelecem dentro da Igreja, através das quais torna-se impossível a realização do projeto de Jesus, exceto no projeto da CEB's ou Grupos de Famílias.

Hoffmann distingue as pessoas (hierarquia) em seu aspecto individual e seu envolvimento no sistema:

... não são condicionados apenas pela biografia individual dos envolvidos, e sim pelo próprio sistema hierocrático da Igreja romana. Eles são conseqüências da estrutura clerical de poder que marca a Igreja romana, na qual não só a comunidade cristã é forçada a permanecer sem voz, mas até os próprios representantes da hierarquia – até o ápice do sistema – se tornam suas vítimas, no sentido de que sua posição de primazia só lhes é permitida ao preço da submissão total ao sistema (o “sentire cum ecclesia”²⁵ tantas vezes evocado). E esta submissão é coerentemente aplicada na formação dos futuros sacerdotes através de manipulação espiritual e doutrinação teológica. (Hoffmann, 1998, p. 74).

Como vimos no início do Capítulo 3 desse trabalho, no ‘mundo da Igreja’ existe um conjunto lógico, sistemático e coerente de representações e significações, de normas e regras, que prescrevem aos seus agentes o que devem pensar e como devem pensar; o que devem sentir e como devem sentir; o que devem dizer e fazer e como devem dizer e fazer. Este conjunto forma um *poder ideológico* que perpassa também todas as estruturas da Igreja, criando um corpo bem articulado, que explica, justifica e regula a vida de seus membros. É uma forma de violência silenciosa que faz do ser humano um ser subjugado e enganado, sem que disso, muitas vezes, ele tenha consciência. Não poderemos mudar uma estrutura se não compreendermos os mecanismos de seu funcionamento e como esses mesmos mecanismos foram gerados. É por estarem escondidos e longe da percepção e da consciência de seus agentes que eles se reproduzem livremente. Portanto, as estruturas podem apresentar formas tão sutis, que geralmente as alimentamos, quando pensamos que as transformamos. Neste caso pode-se comparar o que acontece na estrutura da Igreja e na ação caritativa e assistencial do sistema capitalista ou num grupo de tráfico de drogas de uma favela: no tráfico também se pratica uma gama imensa de ‘atos solidários’ e de ‘assistência social’. Como atos em si (texto) eles não podem deixar de ser classificados como bons, mas, no seu contexto, eles reforçam o sistema capitalista ou o tráfico. No contexto, todos esses atos são canalizados pelas estruturas de tal forma que acabam reforçando o que se quer negar. Assim, na Igreja, a pessoa do padre ou do bispo pode ser excelente; estes podem atuar como verdadeiros heróis do evangelho, mas, por melhores que sejam suas formas de atuação, o contexto ideológico dentro do qual atuam reforça sempre o sistema de poder e de submissão da comunidade. Theodor W. Adorno afirma, na *Minima Moralia* (pequenas morais) que *não há verdadeiro no falso*. A única saída é atuar, não só a nível pessoal, mas na transformação das estruturas; mas, neste caso, tal

²⁵ Significa ter os mesmos sentimentos e pensamentos da Igreja.

padre ou tal bispo seria convidado a abandonar a posição, por ser considerada inconveniente ou nociva ou mesmo um ato de rebeldia contra Deus e a comunidade.

Durkheim diz que: *“uma sociedade não é constituída meramente pela massa de indivíduos que a compões, o território que ocupam, as coisas que usam e os movimentos que executam, mas acima de tudo está a idéia que ela forma de si mesma* (Durkheim, 1973, p. 528). Com certeza, há muitos fatores que contribuíram para que o catolicismo se tornasse, por outro lado, “um espaço relativamente aberto” a um aparente pluralismo ideológico. Talvez essas idéias que as comunidades foram formando sobre si mesmas em relação à Igreja, tenha obrigado a mesma a aceitar este “pluralismo” até certo ponto, como forma de não perder o poder que ela continua exercendo, sobre os fiéis de todas as culturas. É provável, portanto, que a tolerância exercida pela hierarquia da Igreja não seja a renúncia de um pensamento monolítico que nela reside, mas uma forma de continuar a exercê-lo.

O ‘novo discurso sobre a Igreja’, como lembra o teólogo Yves Congar (1973) indica que a relação harmônica entre a instituição e bases sociais foi rompida. A Instituição não é mais concebida nem como expressão, nem como instrumento dessas bases.

Pode-se atualmente presenciar o advento de novas formas de sociedade religiosa, dentro da qual a instituição perdeu o monopólio do ‘falar e do pensar corretos’, ou seja, ela perdeu sua autoridade. Mas, um olhar mais atento permite perceber que mesmo as CEB's, como um projeto de uma realidade revolucionária na Igreja, passam a ser capitadas por ela, na tentativa de torná-las apenas uma ‘expressão nova’ de uma realidade institucional antiga e ultrapassada.

3.3 Outras Formas de Poder Simbólico que Reproduzem o Sistema de Dominação

O *poder simbólico religioso* está inscrito nos corpos de seus agentes, como se fosse normal e natural. Ele se faz presente em todas as coisas: linguagem, construções, objetos sagrados, ritos, vestes, no mundo social, nos corpos e nos hábitos, tornando-se quase imperceptível em suas conexões e articulações. Eles contribuem substancialmente na reprodução de uma Igreja com um protagonismo leigo quase inexistente.

Sem negar a importância das instituições, vimos que elas tendem a perpetuar-se, rejeitando as modificações. Por isso, é normal que elas entrem em

conflito com a vida, pois esta é fluída e apresenta constantemente problemas novos e surpreendentes. As instituições, no entanto, tentam resolver problemas presentes e futuros com soluções passadas.

Vale a pena lembrar aquilo que o Estruturalismo não cansou de repetir: as estruturas são inconscientes! As verdadeiras estruturas não agem no âmbito dos fenômenos, mas em dimensões muito mais profundas e muito mais sistêmicas. Exatamente por causa disso, são difíceis de serem detectadas e transformadas. Em muitos casos, mudam-se os fenômenos, pensando-se ser as estruturas; com o resultado conhecido em tantos exemplos depois do Concílio Vaticano II... O velho vinho sempre colocado nos mesmos odres velhos. (Blank, 2006, p. 117).

Pierre Bourdieu chega a afirmar que a religião não opera uma simples camuflagem ideológica da instituição ou de interesses de grupos, mas é capaz de torná-los irreconhecíveis, pelo efeito da *consagração*, que garante sua reprodução enquanto *sobrenatural ou natural*.

3.3.1 O Poder Simbólico das Torres

Ao longo da história, as torres têm assumido três funções básicas: defesa ou controle ou manifestação de poder. Já no ano 3000 (a.C.) aparecem os *zigurates* entre os povos sumérios, babilônicos e assírios. Era uma espécie de templo construído de forma piramidal, com vários andares, cada vez menores uns sobre os outros. O templo religioso ficava no topo de um Zigurate, cujo acesso se dava através de uma escada construída em forma de espiral. Uma das hipóteses mais prováveis é que esses locais serviam como lugar de cerimônias públicas e moradas dos deuses. Neles, as divindades se aproximavam da humanidade, representada por seus dirigentes. Os zigurates eram, portanto, uma espécie de torre que dominava o céu e se tornava o centro da vida religiosa do império. Somente os sacerdotes tinham acesso ao templo, que ficava no topo, e tinham a responsabilidade de cuidar da adoração aos deuses, como mediadores entre estes e a comunidade. Por isso, esses sacerdotes gozavam de especial reputação entre o povo.

As *pirâmides* foram construídas numa época em que os governos exerceram máximo poder político, social e econômico, seja no Egito, na China ou nas Américas. Quanto maior a pirâmide, maior seu poder e glória. Por isso, seus construtores se preocupavam com a grandeza destas construções. Em alguns lugares elas serviram

como câmaras mortuárias, em outros como templos ou lugar dos sacrifícios e contatos com o divino. Elas sempre manifestaram a tentativa do ser humano de alcançar o céu. Acima de tudo, as pirâmides tinham a finalidade de causar admiração, temor, respeito e submissão dos súditos. Elas remetem o imaginário das pessoas ao poder divino, mediado pelos seus representantes, personificados no poder político e religioso vigente. Portanto, essas torres lembram que esses poderes estão sempre presentes e vigiam permanentemente; por temor, respeito ou reverência, a eles se deve respeito e obediência.

Os *templos indianos* possuíam também uma torre que se denominava *Sikhara*, que representava o poder da divindade, mas ao mesmo tempo, tinha o poder de fazer as pessoas aceitarem resignadas seus lugares nas castas onde nasceram.

Os *pagodes* eram torres muito presentes na China, Japão, Coréia e em outras partes da Ásia. Eles foram construídos como símbolos do budismo ou lugar de controle e vigilância do poder político, sem deixar de causar admiração pela belas formas de suas construções. O povo acreditava que eles estavam carregados de força espiritual.

Assim, temos as *muralhas da China*, os *Jardins Suspensos da Babilônia* e o *Mausoléu de Halicarnasso*, entre tantas outras “torres”.

Os *minaretes* são as torres das mesquitas muçumanas, como a mesquita de Hassan II, em Casablanca, Marrocos, que têm 210 metros de altura. Os primeiros grandes minaretes surgem após a morte de Maomé, quando a religião muçumana conheceu sua primeira grande expansão para o oriente. A inspiração arquitetônica dos minaretes veio das torres das Igrejas cristãs bizantinas.

Os *Romanos*, assim como vários outros povos usavam as torres como demarcação de fronteiras, para domínio dos povos conquistados e defesa contra os invasores.

O *livro do Gênesis* descreve o episódio da construção de uma cidade, e de uma torre que deveria atingir o céu:

O mundo inteiro falava a mesma língua, com as mesmas palavras. Ao emigrar do oriente, os homens encontraram uma planície no país de Sanaar, e aí se estabeleceram. E disseram uns aos outros: “vamos fazer tijolos e cozê-los ao fogo!”. Utilizaram tijolos em vez de pedras, e piche no lugar de argamassa. Disseram: “Vamos construir uma cidade e uma torre que chegue até o céu, para ficarmos famosos e não nos dispersarmos pela superfície da terra”. Então Javé desceu para ver a cidade e a torre que os homens estavam construindo. E Javé disse: “Eles são um povo só e falam uma só língua. Isso é apenas o começo de seus empreendimentos. Agora,

nenhum projeto será irrealizável para eles. Vamos descer e confundir a língua deles, para que um não entenda a língua do outro”. Javé os espalhou daí por toda a superfície da terra e eles pararam de construir a cidade. Por isso, a cidade recebeu o nome de Babel, pois foi aí que Javé confundiu a língua de todos os habitantes da terra, e foi daí que ele os espalhou por toda a superfície da terra. (Gen, 11, 1ss)

Este episódio mostra, entre tantas coisas, a tendência do ser humano em tornar-se absoluto, esquecendo sua vocação primeira que é a fraternidade universal. A torre que deveria chegar ao céu podia simbolizar o elo entre as elites de um povo e suas divindades. Através desse mecanismo, os governos poderiam perpetuar-se e disseminar sua fama e poder por toda a terra. Este episódio pode simbolizar também a finalidade com que eram construídas todas as grandes torres da antiguidade. Diz Rubem Alves:

Mitos são profecias – representações poéticas do destino humano. A Torre de Babel – símbolo da mais arrogante pretensão dos homens: queriam ser iguais a Deus, queriam ter poder absoluto. Pensavam que o poder, forte, lhes garantiria o viver, fraco. Mas quando o “amor ao poder” se torna o motivo dominante das ações humanas, a linguagem entra em colapso: os homens perdem a capacidade de se entender: a confusão das línguas. O dinheiro é o símbolo supremo do amor ao poder. Nele estão as sementes da autodestruição. No dia 11 de setembro de 2001 o mito se transformou em história: a destruição das Torres... (Correio Popular (SP), Caderno C, 16/09/2001.)

O cristianismo primitivo, como religião perseguida pelo Império Romano, realizava suas práticas e celebrava seus cultos nas casas. Utilizavam salas nas residências, muitas vezes com altares improvisados para a celebração eucarística que chamavam de *Ágape*, significando o banquete do amor fraterno. Proprietários de casas mais abastadas, principalmente de mulheres viúvas convertidas ao cristianismo, chegavam a torna-se uma espécie de pequeno templo.

Ao ser reconhecido como religião oficial do Império Romano, o cristianismo busca locais mais adequados para reunir os fiéis, cada vez mais numerosos, seja por causa de autênticas conversões, seja por causa das vantagens pessoais; a partir desse momento dá-se o início da cristandade. O Imperador Constantino manda construir templos. Surgem as primeiras basílicas cristãs, como as de São João de Latrão e de São Pedro, em Roma. Essas construções (igrejas), cada vez mais numerosas, eram simples por fora, mas recebiam uma especial atenção artística em seu interior.

Enquanto, no ocidente, o Império Romano começou a entrar em decadência, por causa das invasões, no oriente o Império Bizantino atingia seu esplendor. Nesse

contexto, a arte cristã, depois da oficialização do cristianismo, assume também um caráter majestoso. Era uma arte que tinha por objetivo expressar o poder sagrado do imperador e das autoridades cristãs religiosas, como se vê na usada técnica da *frontalidade*, copiada da arte egípcia, através da qual, as figuras das autoridades políticas e religiosas eram pintadas, como sagradas, mostrando o respeito e a veneração que todos deveriam ter por seus senhores e protetores

Logo surgiram as primeiras torres, que ladeavam uma galeria, que dava acesso à nave principal da basílica. Essas torres foram se tornando tão majestosas e imponentes, no Império Bizantino, que acabaram sendo imitadas, mais tarde, pelos mulçumanos para a construção de minaretes.

Durante toda a Idade Média, a partir da era feudal, a torre assume uma importância arquitetônica, funcional e simbólica significativa. Suas construções variam, atingindo algumas vezes, grandes e pesados monumentos de pedra. Elas servem de vigia, observação, defesa e até de habitação. Em seguida, elas passam a fazer parte dos castelos e das igrejas, com a mesma finalidade, acrescidas de outro importante significado: símbolo de prestígio e poder social. Como nas muralhas da China, elas passam a ser também distribuídas ao longo das muralhas, em pontos estratégicos.

No campo eclesiástico, a torre se transforma em símbolo de poder, à medida que o poder da Igreja se torna mais forte e definitivo. Foi acrescentado de uma cruz na sua ponta ou ápice.

E as torres, encimadas por uma cruz, haviam de ser altas para serem vistas por todos os habitantes. E em cada cidadela, zelavam os seus moradores por edificar a Casa de Deus. E quanto mais altas fossem as torres das Igrejas, maior era a prova do fervor e da devoção dos habitantes. E as técnicas do estilo românico impunham restrições à verticalização nas construções. A arte de construir, antes executada por monges, havia caído nas mãos de construtores leigos, e bispos e párocos contratam esses arquitetos para executarem as suas construções. (www.umbraum.com/arquitetura).

Em alguns lugares, já a partir do século VII, foi acrescentado o sino (torre sineira). À Mensagem visual (torre e cruz) é acrescentada a mensagem sonora. No século VIII, o papa Estevão II manda construir uma torre na antiga basílica de S. Pedro, nela colocando três sinos. Já no século IX eles já estavam presentes praticamente em todas as catedrais e nas igrejas paroquiais.

À medida que vai chegando ao fim o feudalismo, a burguesia passa a usar o símbolo da torre para mostrar o seu poder econômico, político e administrativo; ela passa a ser construída também nos palácios e câmaras municipais.

As sociedades modernas construíram e vêm construindo inúmeras formas de torres, à medida que os países vão adquirindo poder e destaque no cenário mundial. Assim temos a torre Eiffel, O Big Ben, as Torres Petronas, o Taipei 101, o Burj al arab, as torres de controle e transmissão de som e imagem, os 'satélites espões', entre tantas outras.

Com certeza, os que planejaram os ataques de 11 de setembro de 2001, ao priorizarem as torres World Trade Center, sabiam o que elas significavam; destruindo-as, eles atingiram o coração do poder americano.

As torres das Igrejas podem ser comparadas com o *Panóptico* de Michel Foucault, palavra que significa *o que tudo enxerga*. É uma forma de arquitetura utilizada para o controle das pessoas na prisões, manicômios, escolas e fábricas.

O Panóptico de Bentham é uma figura arquitetural dessa composição. O princípio é conhecido: na periferia uma construção em anel; no centro, uma torre; esta é vazada de largas janelas que se abrem sobre a face interna do anel; a construção periférica é dividida em celas, cada uma atravessando toda a espessura da construção; elas têm duas janelas, uma para o interior, correspondendo às janelas da torre; outra, que dá para o exterior permite que a luz atravesse a cela de lado a lado. Basta então colocar um vigia na torre central, e em cada cela trancar um louco, um doente, um condenado, um operário ou um escolar. Pelo efeito da contraluz, pode-se perceber da torre, recortando-se exatamente sobre a claridade, as pequenas silhuetas cativas nas celas da periferia... O dispositivo Panóptico organiza unidades espaciais que permitem ver sem parar e reconhecer imediatamente. (Foucault, 1996, p. 177).

O panoptismo é uma espécie de observação total; a pessoa é vigiada sem que perceba seu observador e sem saber o momento em que ele está vigiando. O importante é que esta pessoa crie em si mesma um 'estado psíquico' de sentir-se vigiada o tempo todo. Ela acaba se tornando a grande vigia de si mesma. O Panóptico torna-se uma espécie de laboratório do poder.

Até a década de 60 do século XX, era comum observar quadros de um olho sem rosto colocado em várias partes das escolas cristãs e outros ambientes públicos e religiosos. Neste quadro estava escrito: Deus te vê.

As torres das Igrejas Cristãs, com seus sinos, culminadas pela cruz foram, e ainda são, uma forma de manifestação de poder da Hierarquia, representante primeira do sagrado poder de Deus, da qual ela se sente portadora e primeira

mediadora. Esta imagem, como um panóptico simbólico, tudo vê, através da consciência das pessoas que se tornam vigias de si mesmas. *As relações de violências/consentimento que cercam redes de poder neutralizam as massas que, silenciosas, foram conduzidas ao abismo.* (Carvalho, 1997, p.32)

É sintomático perceber-se que, após o Concílio Vaticano II, quando mais se falou no laicato e na formação de comunidades, a arquitetura das igrejas construídas nessa época também mudou: de formas retangulares, para formas arredondadas. As torres quase desapareceram e, em muitas situações, foram substituídas apenas por um suporte externo para o sino. Quando se iniciou o movimento de retorno à grande disciplina, é curioso que as torres reapareceram na arquitetura das novas igrejas.

3.3.2 O Poder Simbólico da Linguagem.

Com a linguagem nós expressamos e, ao mesmo tempo, construímos nossos sistemas de significações e os comunicamos. E a palavra vai se fazendo realidade; essa realidade vai construindo a casa onde vivemos e somos. Como diz Teles (1999):

Não podemos esquecer que seria impossível o ato de filosofar sem a linguagem. Não há sentido sem palavras, nem mundo sem linguagem. O falar consome a essência do homem. Parafrazeando Heidegger: “A linguagem é a casa do ser”. Pensar sem linguagem é impossível e a linguagem está repleta de sentidos. (Teles, 1999, p. 13).

Portanto, pela linguagem, pode-se construir um conjunto lógico e bem articulado de significações como poderoso instrumento de revelação, mas também de ocultamento da realidade; de manifestação ou de inversão, dependendo das intenções imediatas e históricas da classe dominante que nela opera.

Diz Marilena Chauí:

A linguagem simbólica opera por analogias... e por metáforas... realiza-se como imaginação... é fortemente emotiva e afetiva... oferece sínteses imediatas... oferece palavras polissêmicas, isto é, carregadas de múltiplos sentidos simultâneos e diferentes, tanto sentidos semelhantes e em harmonia, quanto sentidos opostos e contrários... A linguagem simbólica leva-nos para dentro dela, arrasta-nos para o seu interior pela força de seu sentido, de suas evocações, de sua beleza, de seu apelo emotivo e afetivo... A linguagem simbólica fascina e seduz... nos dá a conhecer o

mundo criando outro análogo ao nosso, porém, mais belo ou mais terrível do que o nosso, mais justo ou mais violento do que o nosso, mais antigo ou mais novo do que o nosso, mais visível ou mais oculto do que o nosso.. Chauí, 2000, p. 149-150)

O Documento de Aparecida dirige-se aos diversos segmentos da Igreja, da seguinte forma, que no índice do documento oficial está assim disposto: “Os bispos, discípulos missionários de Jesus Sumo Sacerdote... *Os presbíteros, discípulos missionários de Jesus Bom Pastor... Os diáconos permanentes, discípulos de Jesus servidor... Os consagrados e consagradas, discípulos missionários de Jesus Testemunha do Pai... Os fiéis leigos, discípulos e missionários de Jesus Luz do Mundo...*”

O texto abaixo expressa uma linguagem comum, quando se fala e se escreve sobre a ‘vida religiosa consagrada’.

Com a expressão Vida Religiosa Consagrada nos referimos a certos cristãos – homens e mulheres – que vivem uma forma especial de seguimento a Jesus Cristo. Vivem em comunidade. Cultivam a oração. Meditam a Palavra de Deus. E participam na missão evangelizadora da Igreja, com especial atenção aos que foram os preferidos de Jesus; pobres, enfermos, pequenos... Os que abraçam essa forma de vida, não casam, vivem pobremente, e obedecem a regra e constituições próprias do Instituto que pertencem... Olhando mais de perto. A Vida Religiosa é uma forma de pertença a Deus e a Cristo, uma adesão amorosa ao Evangelho e ao Reino de Deus. Pode parecer estranho, mas a iniciativa dessa escolha não é da pessoa, mas de Deus. A pessoa sente-se chamada, atraída, envolvida pelo amor de Deus que a solicita. E a certa altura a pessoa se dá conta que esse amor é tudo, vale tudo, merece tudo, está acima de tudo. E então “se rende”. Entrega-se, deixa-se conduzir, coloca-se ao seu dispor: “Senhor, que queres que eu faça?” (Província Franciscana da Imaculada Conceição – São Paulo – 2008).

Mas este texto não poderia ser aplicado aos chamados ‘leigos’ ou a qualquer discípulo ou discipula de Jesus, de forma geral? Os leigos também não são consagrados? Os evangelhos falam de um ‘seguimento especial a Jesus? Jesus chamou alguém que não seja convidado a privilegiar a vida comunitária, a Oração e a meditação da palavra de Deus? Há cristãos que estejam dispensados da missão evangelizadora da Igreja, com especial atenção aos mais pobres? Existe algum tipo de vida cristã que não é uma forma especial de pertença a Deus e a Cristo ou não deva ser uma adesão amorosa ao Evangelho e ao Reino de Deus? A iniciativa da escolha, segundo o Evangelho não é sempre de Deus? Os cristãos de verdade não são pessoas chamadas, atraídas e envolvidas pelo amor de Deus que as solicita? Os cristãos das primeiras comunidades não se davam conta de que este amor é

tudo e vale tudo e não acabavam se rendendo, oferecendo, a Cristo, a própria vida? A única diferença substancial, segundo o texto acima, entre um 'leigo' e um 'religioso consagrado' reside no fato de estes últimos não se casarem e de obedecerem às regras e constituições próprias do Instituto ao qual pertencem. Outro aspecto que normalmente se atribui aos 'religiosos consagrados' é a questão dos votos de pobreza, obediência e castidade. Mas, existe algum batizado, seguidor de Jesus, que esteja dispensado, por Jesus, de uma dessas três práticas?

O que o Documento de Aparecida fala sobre a "Vida Consagrada", do nº 216 a 219, poderia ter falado também dos "leigos". Aliás, a Igreja afirma que os "religiosos e as religiosas", que não receberam o Sacramento da Ordem, também são leigos.

Não se trata aqui de questionar a diversidades de funções, carismas, missões e formas de vida que possam existir na Igreja, mas à linguagem empregada, que foi agregada no vocabulário cristão ao longo da história, e que foi criando e justificando uma espécie de 'sistema de castas', garantindo posições de poder nos vários grupos que compõe esta mesma Igreja. Essa 'ideologia da linguagem' é estranha ao evangelho, mas é mantida em nome dele.

Gramsci diria que os chamados "religiosos e religiosas", são colocados estrategicamente como uma espécie de *intelectuais intermediários e orgânicos das massas*, com a finalidade de assegurar a hegemonia da hierarquia sobre elas, e para que, ao mesmo tempo que elas continuam em posição inferior, permaneçam 'fiéis' à hierarquia, pois sem elas a Igreja perderia sua capacidade de influência no mundo.

O termo "*leigo*" tem origem na palavra grega "*Laós*", que significa povo, gente do *povo, massa, soldado, combatente*; esta palavra vem também do grego "*Laikós*", que aponta para o mesmo sentido, mas fortalecendo as palavras: "*massa não instruída*", "*multidão*", "*gente do povo*", leigo. (Pereira, 1998, p. 342).

A palavra "leigo" aparece na Igreja, pela primeira vez na Carta de São Clemente, no século primeiro, indicando aquelas pessoas que na Igreja não pertenciam ao clero e nem tinham poder de governo. Mas, entre os primeiros cristãos, as palavras bispo, presbíteros, anciãos, pastores e outros carismas referiam-se sempre àqueles cristãos que tinham a responsabilidade de confirmar os irmãos na fé, mas estavam no mesmo nível de todos. Nem no antigo testamento, nem no início do novo se conhece esta distinção. Povo significava, não uma *massa sem instrução*, mas, "Povo de Deus", "Povo Escolhido por Deus", "Povo da Aliança".

A partir do século III a expressão é consolidada na Igreja. Com Constantino, a hierarquia passou a ser tratada como classe especial, detentora do poder e 'produtora dos bens religiosos' e os leigos são apenas seus 'consumidores'. Leigo, com exceção da classe política dominante e de algumas outras pessoas pertencentes à elite, passou a significar cada vez mais, aqueles que não tinham instrução. A massa ou o rebanho que deveria obedecer a seus pastores e deixar-se conduzir totalmente por eles. Muitos conflitos vão surgir ao longo da Idade Média, à medida que os "ministros ordenados" reivindicaram unicamente para si as instâncias decisórias e todas as iniciativas importantes da Igreja.

Andrea Tessarolo, em seu artigo *Religiosos e Leigos na Igreja* refere-se a alguns momentos históricos importantes sobre esta questão:

Essa acepção "negativa", depois, torna-se comum. Em particular, o monge Graziano, grande jurista, escreve (pelo ano 1000): *Duo sunt genera christianorum*: há duas espécies, duas categorias de cristãos: os clérigos que se ocupam das coisas sagradas (de igreja); e os leigos, que se ocupam das coisas do mundo. Toda a história sucessiva é marcada por esta visão dualista na Igreja, de modo que os fiéis leigos, embora façam parte da única Igreja, não podem ocupar-se das coisas da igreja... Ainda em 1839, o pro-núncio da Santa Sé, na Bélgica, escrevia, preocupado, à secretaria de Estado: "Estamos, infelizmente, numa época em que todos se crêem chamados ao apostolado"... E ainda em 1930, foram negados os sacramentos a Silvio Riva e Gesualdo Nosengo porque ousavam falar e escrever sobre catequese. (Tessarolo, www.dehon.it/scj_dehon/cuore)

Mas, Marilena Chauí nos diz também que *a linguagem simbólica privilegiando a memória e a imaginação, nos diz como as coisas ou os homens poderiam ter sido ou poderão ser, voltando-se para um possível passado ou para um possível futuro.* (Chauí, 2000, p. 150)

Portanto, a linguagem atesta e esconde uma estrutura eclesiástica organizada de tal forma sobre o poder da hierarquia. É uma linguagem que se fez realidade, que, por sua vez, não muda somente com discursos e documentos, porque ela não é mais somente discurso; ele se tornou casa, 'carne', realidade. Para isso, é necessário que haja transformação (inversão da inversão) dessas estruturas que formaram a casa. Torna-se, assim, compreensível, por exemplo, o 'lamento' de Comblin quando afirma:

No linguajar do Vaticano II os leigos foram promovidos. Desde então foram publicados muitos documentos excelentes sobre os leigos na Igreja. Os documentos da CNBB são particularmente excelentes e mostram a qualidade dos assessores que assistem os bispos. Porém, na prática, nada mudou. Os leigos não têm mais poder, mais autonomia do que antes. Tudo

ficou nas palavras, porque nada mudou na instituição. Durante o pontificado anterior foi publicado um catecismo católico. Qual a participação do povo de Deus na preparação desse catecismo? Nenhuma... Foi publicado um novo Código de Direito Canônico. Qual a participação do povo cristão na redação desse Código? Nenhuma. Os leigos não valem nada; na prática não têm o Espírito Santo. Eles são ignorantes e, como ignorantes, devem aceitar tudo sem reclamar... Tudo isso como se o Espírito de Deus estivesse somente na hierarquia. O que dizem os documentos fica nas palavras. Na prática, tudo continua como sempre: um relacionamento de poder e uma pastoral do poder. É isso que deve mudar, se quisermos evangelizar este mundo novo em que estamos mergulhados. (Comblin, 2007, p. 3).

É pelo poder simbólico da linguagem que os conselheiros, nas entrevistas, expressaram a consciência de si, sobre sua posição na Igreja. Eles estão 'revelando' uma realidade, até bem pouco tempo escondida para muitos.

3.3.3 O Poder Simbólico das Vestes, dos Utensílios e dos Tronos

A Religião Católica, como tantas outras, usa uma série de utensílios, objetos de arte, espaços e vestes e até arquitetura, além da linguagem, que se tornam um conjunto simbólico articulado, com a finalidade de comunicar mensagens bem definidas, para que, no seu todo, possam auxiliar a todos os participantes a atingir os objetivos comuns propostos por ela. Chauí, diz que

A religião não sacraliza apenas o espaço e o tempo, mas também seres e objetos do mundo, que se tornam símbolo de algum fato religioso. Os seres e objetos simbólicos são retirados de seu lugar costumeiro, assumindo um sentido novo para toda a comunidade – protetor, perseguidor, benfeitor, ameaçador. Sobre esse ser ou objeto recai a noção de **tabu** (palavra polinésia que significa intocável): é um interdito, ou seja, não pode ser tocado, nem manipulado por ninguém que não esteja religiosamente autorizado para isso. (Chauí, 2000, p, 300)

Enquanto o pesquisador observava, admirado, toda esta rede de significações ocultas, dentro de uma catedral vazia, entrou um mendigo. O homem, com seus quarenta e oito ou cinqüenta anos, mas com aparência de setenta, avança silenciosamente pelo corredor, de cabeça baixa, carregando sua bagagem, uns trapos sujos enrolados e um pedaço de madeira, que servia de bastão. Ele pára perto do altar, levanta a cabeça e seu olhar vagueia por toda a extensão dos vitrais, dos lustres, das imagens e dos altares. Entra uma senhora bem vestida e passa por ele, indiferente. Outras pessoas também chegam, ajoelham-se, permanecem por um

tempo em posição de oração e vão embora, como se não tivessem visto aquela figura constrangedora, mas viram. E ali permaneceu por um tempo aquele anjo, no dizer de Silva e Milito, um anjo sujo, um anjo torto; um anjo destoante, desarmônico e inadequado para aquele ambiente. Ele olhou mais um pouco e, como que não encontrando qualquer resposta, foi embora, saindo pelo corredor, da mesma forma solene como havia entrado. A catedral é seu “anti-espaço”. Mas, é possível encontrar anti-espaços numa catedral? Ali não é um lugar de todos? Sim, uma catedral é lugar das pessoas, dos cidadãos, dos fiéis. A pergunta é: a catedral é um anti-espaço *para quem?* A resposta é óbvia: ela é um anti-espaço para uma *não-pessoa...* Para um “*anjo sujo, torto... decaído*”.

O espaço, as vestes e os objetos formam um corpo simbólico bem articulado, colocado com intenções ‘didas’, enquanto assume significados dos quais todos estão cientes, e intenções ‘não ditas’ operando a nível do inconsciente e que se constituem nas ‘intenções’ mais importantes desses símbolos, do ponto de vista da classe dominante. Eles operam, dessa forma, livremente, porque não sofrem qualquer espécie de resistência, em decorrência de seu ocultamento.

Essa Antropologia patológica, que se nutre historicamente de uma complexa ‘dialética dos símbolos’, conseguiu estabelecer uma fantástica rede de ocultações, fazendo com que os segredos do poder aparecessem mimetizados em todas as relações sociais, até naquelas aparentemente mais igualitárias. (Carvalho, 1997, p. 32).

O espaço, as imagens, os altares, os vitrais... dispostos de forma magnífica, majestosa, imponente e sagrada desafiam o imaginário dos pobres mortais pecadores. Tornam-se não apenas um lugar, mas um verdadeiro ‘locus’ sagrado, limpo, puro, isolado da sujeira do mundo, das favelas, do mau-cheiro... do submundo. Este ‘espaço sagrado’ auto-suficiente é também um anti-submundo, lugar de refúgio e proteção, antídoto contra a tragédia humana, lugar onde reina a paz. Tudo está disposto de forma a transmitir o poder divino personificado nos seus representantes, a hierarquia, que realiza a intermediação com os fiéis leigos.

O documento da *Congregação para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos*, “Redemptionis Sacramentum”, (RS) de 23 de Abril de 2004, é uma instrução sobre coisas que se devem observar e evitar acerca da Eucaristia. Fala sobre o poder dos mediadores e sobre uso das vestes e outros objetos:

O Romano Pontífice, «Vigário de Cristo e Pastor da Igreja universal na terra... tem, em virtude de sua função, poderio ordinário, supremo, pleno,

imediatamente e universal na Igreja, e que pode sempre exercer livremente», ainda comunicando aos pastores e aos fiéis. (RS. Nº 15)

Compete à Sé Apostólica ordenar a sagrada Liturgia da Igreja universal, editar os livros litúrgicos, revisar suas traduções a línguas vernáculas e vigiar para que as normas litúrgicas, especialmente aquelas que regulam a celebração do santo Sacrifício da Missa, se cumpram fielmente em todas partes. (RS, nº16)

Os vasos sagrados, que estão destinados a receber o Corpo e a Sangue do Senhor, devem ser fabricados, estritamente, conforme as normas da tradição e dos livros litúrgicos. As Conferências de Bispos tenham capacidade de decidir, com a aprovação da Sé apostólica, se é oportuno que os vasos sagrados também sejam elaborados com outros materiais sólidos... Portanto, reprove-se qualquer uso, para a celebração da Missa, de vasos comuns ou de escasso valor, no que se refere à qualidade, ou carentes de todo valor artístico, ou simples recipientes, ou outros vasos de cristal, argila, porcelana e outros materiais que se quebram facilmente. Isto vale também para os metais e outros materiais, que se corroem (oxidam) facilmente. (RS, nº 117)

Cuidem, os pastores, que os panos da sagrada mesa, especialmente os que recebem as sagradas espécies, conservem-se sempre limpos e se lavem com freqüência, conforme o costume tradicional... (RS, Nº 120)

... Também a diversidade de Ministérios se manifesta exteriormente, ao celebrar a Eucaristia, na diversidade das vestes sagradas». Por isso, estas «vestes devem contribuir ao decoro da mesma ação sagrada. (RS, nº 121)

A vestimenta própria do sacerdote celebrante, na Missa e em outras ações sagradas que diretamente se relacionam com ela, é a casula ou planeta, caso não se indique outra coisa, vestida sobre a alva e a estola». Igualmente, o sacerdote que se veste com a casula, conforme as rubricas, não deixe de pôr a estola. (RS, nº 123)

Seja reprovado o abuso de que os sagrados ministros realizem a santa Missa, inclusive com a participação de só um assistente, sem usar as vestes sagradas ou só com a estola sobre a roupa monástica, ou o hábito comum dos religiosos, ou a roupa comum, contra o prescrito nos livros litúrgicos. Os Ordinários cuidem de que este tipo de abusos sejam corrigidos rapidamente e haja, em todas as igrejas e oratórios de sua jurisdição, um número adequado de vestes litúrgicas, confeccionadas de acordo com as normas. (RS nº 126)

Assim, no catolicismo há a formação de uma autoridade de detém o privilégio do saber, porque afirma-se a si mesma como conhecedora da vontade divina e de suas leis. Cícero afirmava que a palavra religião vem do verbo latino *legere*, que significa ler. A autoridade é a classe intelectual que se coloca como alguém que sabe o que é melhor e mais verdadeiro para os fiéis, pois detém os vários campos do saber religioso: as leis divinas, a vontade de Deus, a história sagrada, os rituais, etc., através dos quais mantém a moralidade e o domínio sobre os demais.

Como conseqüência, as religiões tendem a instituir um grupo de indivíduos, separados do restante da comunidade, encarregados de transmitir a história sagrada, interpretar a lei e os sinais divinos, realizar ritos e marcar o espaço-tempo sagrados... Pouco a pouco, porém, formam um grupo separado, uma classe social, com exigências e poderes próprios, privam a comunidade da presença direta do sagrado e distorcem a função originária que possuíam, transformando-a em domínio e poder sobre a comunidade. (Chauí, 2000, p. 306).

E como bem ressalta Chauí o 'poder sagrado' instituído na Igreja Católica distorceu o sentido originário tanto de conteúdos teológicos, como da prática da liturgia, como vimos nas instruções "Redemptionis Sacramentum", dando atribuição sagrada àquilo que é simplesmente um dado cultural e recorrendo ao divino para justificar e perpetuar costumes humanos. No começo não era assim. Nos primeiros séculos da Igreja os que presidiam a liturgia usavam as vestes comuns que todo o povo usava. Os objetos e as vestes litúrgicas, que a Igreja confere o status de sagrados na liturgia, só foram aparecendo a partir do século VI. Ao serem introduzidos, eles não só iam conferindo significados que conhecemos até hoje, mas também e principalmente iam confirmando o lugar da hierarquia, como absoluta porta-voz de Deus. A cadeira, em forma de trono está ali, solenemente posta e pronta a receber o representante do rei divino; está ladeada de cadeiras mais simples, destinada àqueles que não usam a estola, símbolo do poder sacerdotal, mas apenas o jaleco. São de segunda categoria; apenas ajudantes. Os bancos dispostos em fila, são para o povo, que tem a 'missão' de acatar e colocar em prática a ordem divina. É bem verdade quando se diz que a liturgia representa a vida e a vida representa a liturgia, pois ali acontece uma representação fiel de como é a vida real dos cristãos.

4. O que os Jovens Pensam da Igreja de Lages

O pesquisador ouviu também, através de uma pesquisa, estudantes católicos das paróquias de Lages, na tentativa de perceber como eles se relacionam com a Igreja e o que pensam sobre ela. Todos são universitários e estudam na mesma faculdade, que possui em torno de 4000 alunos. Dos 1750 acadêmicos que se declararam católicos e moradores da cidade de Lages, 504 (aproximadamente 29% do total) responderam a entrevista, por escrito.

1ª questão e respostas:

Você freqüenta sua Igreja? Sim [] Não []. Caso a resposta seja sim, a freqüência de sua participação é

Não Participam – 104

a) Semanal – 91

b) Quinzenal – 61

c) Mensal – 99

d) Entre uma e 6 vezes ao ano – 149

Total: 504

Observações e esclarecimentos sobre as respostas “a” e “b”:

▪ *Participo do terço via internet* ▪ *Não vou todos os dias por causa da faculdade.* ▪ *Ainda é a melhor saída, apesar dos escândalos. (pedofilia, por exemplo)* ▪ *Vou literalmente obrigada. Pressão psicológica.* ▪ *Participo dos Grupos de Famílias. (04)* ▪ *Vou todos os domingos. Quando não dá, vou no sábado ou quarta-feira.* ▪ *Fazemos um terço, com a família.* ▪ *Rezo o terço em minha casa.* ▪ *Vou por vontade própria, pela cultura e fé. (04)* ▪ *Divido sempre os meus domingos entre a igreja e meu lazer.* ▪ *Participo do grupo de jovens.* ▪ *Quando vou à Igreja, me sinto bem. Confio muito em Jesus Cristo (06).* ▪ *Vou porque creio em Deus e quero estar mais perto d’Ele, embora eu discorde de algumas idéias, mas vou.* ▪ *Freqüento a Igreja cada vez que sinto necessidade espiritual; fazer pedidos ou agradecimentos. (04)* ▪ *Vou à Igreja, porque sempre fui, desde criança, com meus pais.* ▪ *É importante em nossa vida, termos Deus em primeiro plano e a Igreja nos ajuda a termos mais fé, desde que tenhamos equilíbrio. (09)* ▪ *Sou catequista e participo da equipe de liturgia.* ▪ *Acho importante o valor da Eucaristia.* ▪ *Não basta ir à Igreja. É preciso crer e praticar todos os dias. (04)* ▪ *Ir à Igreja me faz bem. (11).*

Em vez de destacar as respostas mais repetidas acima, o pesquisador coloca, ao final de cada uma, (acima de três vezes), o número de vezes que ela foi citada. Uma pessoa poderá ter dado mais de uma resposta ou não ter feito qualquer observação. Portanto o número de respostas, não corresponde ao número das pessoas que responderam. O mesmo procedimento foi aplicado nas questões 02 e 03.

2ª questão e respostas:

Caso sua resposta esteja entre as letras ‘c’ ou ‘d’, acima, quais os principais motivos que o levam a esse tipo de freqüência na sua Igreja?

As pessoas não administram a igreja corretamente. ▪ *Por ocasião de falecimento, crisma e eucaristia, casamento, enterro ou cerimônias. (11)* ▪ *Sou católico, mas freqüento a Igreja Evangélica (4)* ▪ *Não sou muito de missa. Vou quando é para ser festeiro.* ▪ *A Casa de Deus é todo lugar (06)* ▪ *Desvio de finalidade por parte do padre* ▪ *Falta espiritualidade do padre.* ▪ *Às vezes vou à Igreja me confessar e tomar comunhão.* ▪ *Dogmas da Igreja* ▪ *Falta motivação por parte dos ministros da Igreja*

(04) ▪ Não freqüento mais semanalmente, pois me decepcionei. Dei catequese 10 anos. Quando me casei, me decepcionei com a Igreja. Não recebi apoio nenhum e até R\$ 100,00 me cobraram, só por casar na Igreja, pois nem ocupei o salão e ainda tinha centésimo. ▪ Muita cobrança dos fiéis ▪ Os padres não estão qualificados para chamar atenção. ▪ O povo da minha paróquia é muito fechado, especialmente as lideranças; não deixam que as pessoas colaborem com o trabalho. ▪ Parei de freqüentar, pois tenho um relacionamento de segunda união. Segundo a Igreja, estou em pecado. Mas, como acredito que Deus nos criou para sermos felizes, não aceito acreditar que porque fiz uma escolha errada devo continuar sofrendo, se até mesmo os assassinos têm perdão. ▪ As missas são cansativas e difíceis de entender. ▪ O padre de minha comunidade é muito estúpido. Não quero criar atritos. ▪ Falta de dinamismo **(04)** ▪ Faço parte do grupo de jovens e da liturgia e nossa liturgia é uma vez por mês. ▪ É bom freqüentar a Igreja. Ela nos traz muita paz. ▪ Por falta de hábito **(04)** ▪ Por motivo de viagem e, muitas vezes, priorizo os esportes e curtir a família. ▪ Rezo o terço todos os dias. ▪ Trabalho e estudo **(20)** ▪ Falta Capricho **(04)** ▪ Falta motivação **(14)** ▪ Alguns tipos de missas não são motivadoras. ▪ Acomodação **(08)** ▪ Insatisfação com o discurso proferido nas missas. ▪ Falta de tempo ou horário não fecha. **(61)** ▪ Perdi minha identidade com a Igreja, porque um padre se negou a batizar meu filho por não ser casada na Igreja. ▪ Por puro desligamento e isso é muito ruim. ▪ Prefiro ficar um pouco com a família. Deixo um pouco a Igreja, mas não a fé. ▪ Muito cansado **(08)** ▪ Freqüento Centro Espírita. ▪ São momentos especiais que sinto vontade de ir à Igreja. ▪ Não busco ir mais por desleixo e por achar que não é importante. **(04)** ▪ Rezo à noite e agradeço sempre, quando lembro as conquistas da minha vida. **(04)** ▪ Há politicagem ▪ Gosto de rezar de forma mais isolada. ▪ Vou quando sinto necessidade de estar perto das outras pessoas que compartilham o mesmo modo de pensamento. ▪ Pretendo freqüentar mais. ▪ Prefiro rezar em casa. Converso com Deus todos os dias e tudo peço e agradeço a Ele. Porém, não acho necessário ir à Igreja para isso. **(12)** ▪ Não lembro, tenho preguiça, mas rezo em casa. **(13)** ▪ Os horários de culto são meus horários de aula e freqüento o espiritismo. ▪ Acredito muito mais na espiritualidade e meditação do que ir à Igreja. **(04)** ▪ Rezo em casa. **(39)** ▪ Não preciso daquele espaço para encontrar respostas e conforto espiritual e sentir a presença de Deus. **(8)** ▪ Pouco interesse em tirar tempo. ▪ Vou, às vezes, à Igreja por um compromisso comigo e com Deus. ▪ Não concordo com alguns princípios. ▪ Festas ▪ Não acredito muito na Igreja, mas em Deus. Não acredito nos padres e na Igreja e no papel que exercem. **(04)** ▪ Discordo de muitas coisas que os padres ou a Igreja falam. ▪ Às vezes, sinto necessidade. Sem Deus não somos nada. Converso com Deus e fico feliz quando desabafo. ▪ O sermão do padre me dá sono. ▪ Não vejo motivo para ir à Igreja e ouvir as mesmas coisas de sempre. **(13)** ▪ A Igreja me dá sono. Ela se fechou num tipo de celebração que não acompanha mais a realidade hoje. **(08)** ▪ O mais importante é viver em paz com o próximo. ▪ Não concordo como o padre trata as pessoas na missa. ▪ Participo de serviços voluntários. **(05)**

3ª questão e respostas:

Caso não freqüente a Igreja, você pratica de alguma forma, sua religião? Sua fé?

Sim – 94

Não – 10

Caso sua resposta seja 'Sim', pedimos que explique como acontece essa prática:

▪ *Em forma de oração. Rezo e agradeço por tudo, todos os dias. (09) ▪ Rezo em casa. (21) ▪ Minha Igreja é minha casa ou em qualquer outro lugar. (04) Não preciso ir à Igreja para acreditar e rezar (12) ▪ Frequento a doutrina espírita. (07) ▪ Minha prática religiosa é através de minhas orações particulares. Acho que hoje a Igreja não renova o modo de ensinar, tornando-se mais uma instituição com fins lucrativos. (04) ▪ Rezo à noite, somente. (06) ▪ Tenho minha crença, independente de religiões. ▪ Meditações e orações particulares. ▪ Identifico-me mais com a religião espírita e práticas de meditação. ▪ Todos os dias ao acordar e deitar rezo. Leio a bíblia e acredito muito em Deus. (04) ▪ Sigo o ensinamento de Jesus Cristo. ▪ Acredito em Deus, mas não acredito 'nas Igrejas'. ▪ Sou senhor de minha vida e somente eu sou responsável por meus atos. Pratico a minha fé sem que os outros saibam ou interfiram. ▪ Minha fé está sempre presente. ▪ Não concordo com várias atitudes da Religião Católica, apesar de ser criado no catolicismo. ▪ Estou acreditando cada dia menos na religião ▪ Procuro fazer o bem.*

4.1 Uma Análise das Respostas

1ª questão:

Chama atenção o fato de que apenas 152, dos 504 entrevistados frequentam a Igreja semanalmente ou quinzenalmente; mas se considerarmos a opinião corrente de que são poucos os jovens que vão à Igreja, então temos um número alto, que é de 30%.

A maior parte das observações acena para uma prática mais individual da fé, como: vou à igreja porque me faz bem, em busca do equilíbrio, paz, fortalecimento da fé, agradecimento, pedido, etc. Poucos falam em comunidade. Apenas 04 pessoas referem-se à participação nos Grupos de Famílias, que é a grande meta da Igreja de Lages. À primeira vista, observa-se que as maiores razões para a prática da fé ainda são as tradicionais e não aquelas que os setores da Igreja mais avançados vêm propondo. Isso não significa que não haja adesões, mas que *este novo jeito de ser Igreja* proposto pela Igreja de Lages, ainda não foi incorporado pela maioria, na cultura religiosa local.

2ª questão:

A participação mensal e apenas uma ou outra vez ao ano é a resposta de 248, dos 504 jovens católicos de Lages, ou seja, 49,2%. As respostas, na sua maioria, podem ser sintetizadas em algumas questões-chave: *Revolta, indiferença e*

falta de motivação, discordância em relação ao discurso e a certas atitudes da hierarquia, não necessidade da Igreja para o cultivo da fé e falta de tempo.

Revolta: por parte de pessoas que não foram aceitas por causa de uma segunda união ou por não terem seu trabalho reconhecido na Igreja, bem como dificuldade em aceitar certos tipos de tratamento de padres ou de lideranças.

Indiferença e falta de motivação: as pessoas fazem muita referência a uma liturgia distante da vida delas, que não as motiva para a participação. Dizem que falta capricho, motivação; que é relaxamento, que estão cansados, que são dominados pela preguiça ou que lhes falta hábito ou interesse.

Discordância em relação ao discurso e a certas atitudes da hierarquia: Aparecem várias críticas aos padres, como: falta de qualificação, de espiritualidade, de bom acolhimento, entre outros. Há uma crise de credibilidade na pessoa de padres e na Igreja. Destaca-se também a reclamação de muitas pessoas dos sermões não atualizados, bem como da falta de adequação da Igreja aos tempos atuais.

Não necessidade da Igreja para o cultivo da fé: 82 pessoas declararam que não precisam ir à Igreja para cultivar a fé ou relacionar-se com Deus. Afirmam que qualquer lugar é casa de Deus. Todas preferem rezar em casa. Se for levado em conta que na 3ª questão, 50 pessoas também deram essa mesma resposta, pode-se afirmar que está em formação *uma espécie de religião sem Igreja*, pois é significativo o número de pessoas que dispensam a Igreja. Elas têm forte identidade com a proposta de Jesus, mas manifestam rejeição à hierarquia e à Igreja.

Falta de tempo: a questão tempo ocupou o segundo maior número de respostas (82). Será que a maioria dessas pessoas está dando uma desculpa para a sua ausência na Igreja? Será que estão dizendo que a Igreja não é o lugar onde elas podem refazer as suas forças para continuar enfrentando uma vida tão corrida e atribulada? Será que estão dizendo que a Igreja não está se adaptando ao novo modo de vida moderna que não obedece mais a horários tradicionais como: trabalhos em turno, em supermercados e outros serviços? Ou será que estão falando de todas estas questões?

3ª questão:

O que mais chama atenção nessa terceira questão é que das 104 pessoas que responderam 'não' somente 10 declaram que não praticam qualquer

religiosidade ou espiritualidade. 94 pessoas afirmam com veemência que não abrem mão de sua fé; vivem a religião de forma pessoal, em casa, por vários motivos, como: não acreditam na religião, freqüentam o espiritismo ou acham simplesmente que ir à Igreja não é necessário para a prática da fé.

4.2 Uma Religião Sem Igreja

A crescente adesão das pessoas a uma *religião sem Igreja* pode suscitar interrogações como: é esta atitude uma resistência à vida comunitária, ou seja, uma forma individualista de viver a religião, dentro da ‘cultura’ do capitalismo pós-moderno? É uma forma de manifestar comodismo, fugindo do compromisso com a comunidade? É manifestação do desencanto pela forma como a Igreja vive a proposta de Jesus, conforme aparece nas entrevistas?

A análise de Gramsci sobre os cristãos em relação à revolução Francesa pode ter semelhanças com o que vem ocorrendo atualmente.

Contrariando as ‘aparências’ dessa Revolução, Gramsci afirma que ela não constitui uma ruptura total com o cristianismo, pois a França, afirma ele, permanecia profundamente católica às vésperas da Revolução.

Tão-somente deste modo pode ser explicada a história religiosa da Revolução Francesa, pois de outra maneira seria inexplicável a adesão em massa às novas idéias e à política revolucionária dos jacobinos, contra o clero, por parte de uma população que ainda era, decerto, profundamente religiosa e católica... ruptura entre pastor e rebanho, do mesmo tipo da Reforma, mas historicamente mais madura por ter-se verificado no terreno do laicismo; não padres contra padres, mas fiéis-infiéis contra padres. (Portelli, 1984, p. 88).

O que vemos hoje é uma população ainda profundamente religiosa e católica. Mesmo sendo somente uma percentagem pequena de cristãos que vai à Igreja, esta mantém a influência de sua mensagem num número muito grande de pessoas, pois estas carregam dentro de si o que aprenderam nela. Além disso, as pessoas que não mais freqüentam a Igreja expressam, como que em forma de lamento, o seu desencanto e deixam escapar ‘um secreto desejo’ de mudança dessa Igreja e conseqüentemente uma vontade de fazer parte dela. Portanto, fica clara a sede de um povo que busca respostas existenciais, mas que não encontra na ‘sua Igreja’ que insiste em permanecer agarrada ao poder e aos costumes e normas do passado.

CONCLUSÃO

Percebe-se uma grande mudança da Igreja, dos seus propósitos originais, em relação à forma de como ela hoje se apresenta. A “*ekklesia*” ou “*assembléia*”, comunidade de irmãos, discípulos e discípulas de Jesus, parece um ideal cada vez mais distante. O movimento da história inverteu muitos sentidos da proposta original, tornando-se completamente alheio ao pensamento de Jesus. Durkheim constata esta mudança no campo religioso:

Na medida em que se progride na história, as causas que o chamaram à existência, permanecendo sempre ativas, não são mais percebidas se não através de um vasto sistema de interpretações que as deformam. As mitologias populares e as teologias sutis fizeram seu trabalho... não deixam transparecer sua natureza verdadeira se não muito imperfeitamente. (Durkheim, 1973, p. 511).

Na chamada era pós-industrial as pessoas estão cada vez mais impregnadas de um novo espírito de autonomia e autoconfiança. Elas querem ser levadas a sério e esperam ser tratadas como adultas. Na qualidade de sujeitos, elas esperam que ser atendidas como pessoas que recebem diariamente uma série de informações e que estão aprendendo a lidar com graus cada vez mais elevados de dificuldades, como condições de sobrevivência, numa sociedade cada vez mais competitiva. Por isso, não suportam ser tratadas como crianças, nem com discursos ingênuos e fora da realidade que estão vivendo. Isso não significa que as pessoas do século XXI desprezem a religião ou a espiritualidade, pelo contrário, vive-se numa época de inseguranças e dúvidas profundas. O ‘homem religioso’ dos séculos anteriores não desapareceu, pelo contrário, a busca por Deus e por respostas vitais parece ter aumentado. Basta observarmos os dados da 2ª pesquisa: dos 504 universitários entrevistados, apenas 10, ou seja, menos de 2% abriram mão de relacionar-se com Deus, mas, 253 ou 50% praticamente abandonaram a Igreja.

A diferença está no fato de que este ser humano religioso e sedento de Deus não se contenta mais com qualquer proposta religiosa, nem com qualquer discurso. Ele exige que as pessoas, “dispensadoras dos bens religiosos”, sejam qualificadas e sábias; não pastores do rebanho, mas referências e fontes de espiritualidade.

Comblin diz que *sem mística não se pode agir como cristão no mundo. Rahner já dizia que no século XXI a Igreja será mística²⁶ ou não será. A formação paroquial não basta. Por sinal, quem vai ao culto, são justamente as pessoas que não vivem nessa pressão permanente* (Comblin, 2007, p.14).

Blank vê o homem do século XXI cada vez mais sedento de Deus e se pergunta sobre as pessoas que ainda participam das Igrejas:

Em tal época, as Igrejas deveriam estar cheias. Mas elas não estão. Ou melhor, estão, mas quando fazemos a comparação com o total da população, constatamos que, desse total, são apenas 7% a 10% que freqüentam as nossas missas; – E os outros? Onde estão? Além disso, quem são aqueles 10% que ainda participam das celebrações? Será que eles representam o novo tipo de homem autônomo?... Ou será que eles, na sua grande maioria, são os outros, aqueles que não querem ser autônomos? Aqueles que têm medo da autonomia e que, por causa disso, querem ficar ovelhas? (Blank, 2006, p. 12).

Blank pergunta também se é possível realizar o protagonismo leigo de que falam os documentos da Igreja. Talvez o questionamento mais importante deste teólogo seja, se o leigo quer ser protagonista, e protagonista de quê? E quando a Igreja fala do protagonismo leigo, será que ela quer um protagonismo leigo de verdade? Ou ela quer apenas leigos espertos que desenvolvam bem as tarefas e que obedeçam bem à hierarquia? Pelo menos os últimos documentos como o de Santo Domingo e Aparecida referem-se claramente a um *protagonismo tutelado*, praticado por leigos obedientes e submissos à hierarquia e ao papa, intitulado de “o pastor supremo da Igreja”.

Por estas razões, vemos também pouca iniciativa por parte das lideranças das Igrejas de Lages. Elas têm medo de errar e agem estritamente dentro das normas estabelecidas e das tarefas recebidas. Sabe-se que o medo é paralisante. Como as próprias lideranças dizem, em muitas paróquias de Lages há espaço para ações pastorais e sociais únicas, mas, elas não surgem a não ser por iniciativas ‘vindas de cima’.

Esta espécie de ‘inércia’ na qual vivem a maioria das lideranças não é causada diretamente por pessoas da hierarquia, como os padres e o bispo, mas pela instituição que eles representam. Qualquer ação desses agentes, por mais

²⁶ Comblin refere-se a possibilidades de várias formas de mística e que devem ser vividas não num refúgio, longe do mundo, mas na sociedade, como nos primeiros tempos, isto é, numa sociedade contrária ao evangelho, ou seja, alheia aos valores morais, sem amor, cheia de rivalidade e com tantas pessoas excluídas.

democrática que elas possam parecer, vão reforçar a instituição, na qualidade de ‘representantes primeiros’ da mesma.

Essa distinção entre pessoa e instituição, bem como toda a crítica dos conselheiros, revela que estes estão adquirindo um grau relativamente elevado de reflexão em relação à Igreja. Eles revelam-se, de alguma forma, protagonistas, mas segundo eles próprios, a Igreja não lhes proporciona esta possibilidade. O que se pode deduzir é que, nos tempos atuais, as pessoas vão adquirindo uma visão cada vez mais aberta e crítica do meio onde vivem, principalmente quando esse meio cerceia a possibilidade de se viver como sujeitos autônomos; basta observar como os vários segmentos sociais estão adquirindo consciência de seu *ser no mundo*, como as mulheres, os jovens, os idosos, as minorias étnicas, entre outros.

Uma Igreja sem valorização das subjetividades, sem protagonismo, legalista e autoritária, não tem futuro. Ela já foi um *locus* de encantamento, de utopias e paixões, como aconteceu nos primeiros tempos e também em experiências mais ou menos isoladas, ao longo da história. Nela, muitas pessoas puderam ir, de maneira decisiva, ao encontro de si mesmas e dos outros, tornando-se protagonistas de muitas histórias, como aconteceu com os primeiros discípulos e tantos outros que seguiram o mesmo caminho. Pessoas fraternas, indomesticáveis, corajosas e sonhadoras, como Jesus, fizeram a diferença.

Para muitos, pode parecer ingênuo acreditar em mudanças, mas também nesta situação é possível imaginar uma Igreja que se renova, a partir de pessoas que não desistem de buscar, enraizadas no projeto do grande mestre Jesus. São corpos protagonistas que não se rendem e nem se *tornam dóceis*, como diz Rainer Maria Rilke (1875-1926) em seu *Livro das Horas*:

“Apaga-me os olhos: ainda posso ver-te.
Tranca-me os ouvidos: ainda posso ouvir-te,
e sem pés posso ainda ir para ti,
e sem boca posso ainda invocar-te.
Quebra-me os braços e posso apertar-te
com o coração como com a mão.
Tapa-me o coração e o cérebro baterá,
e se me deitares fogo ao cérebro,
hei de continuar a trazer-te no sangue.” (Buzzi, 1998, p. 104)

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, Rubem – *DOGMATISMO E TOLERÂNCIA*, Edições Loyola, São Paulo, 2004.

ALVES, Rubem – *O QUE É RELIGIÃO*, Coleção Primeiros Passos, Editora Abril Cultural/Brasiliense, São Paulo, 1984.

ARBEX JUNIOR, José – *MUNDO PÓS-MODERNO*, Editora Scipione, 1ª edição, São Paulo, 1996.

AUGÉ, Marc – *O SENTIDO DOS OUTROS*, atualidade da antropologia, Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1999.

AZZI, Riolando – *A IGREJA E O MENOR NA HISTÓRIA SOCIAL BRASILEIRA – CEHILA* – Edições Paulinas, São Paulo, 1992.

BARTHES, Roland – *AULA*, Editora Cultrix, São Paulo 1978. – Tradutora: Leyla Perrone-Moisés

BESEN, José Artulino – *SOBRE A REFORMA PROTESTANTE*, Revista Missão Jovem nº 184, Florianópolis, 2003.

BETTO, Frei – *A MOSCA AZUL*, Editora Rocco, Rio de Janeiro, 2006.

BÍBLIA – Edição Pastoral – Editora Paulus, São Paulo, SP, 1990.

BITENCOURT, Henrique Vicente de – *HISTÓRIA DA IGREJA*, Instituto Teológico Pastoral, Mimeo, Lages, 1980.

BITENCOURT, Henrique Vicente de – *CORPO DE MULHER*, Uma história de sedução e violência, Editora PaperVest, Lages, SC, 2004.

BLANK, Renold – *OVELHA OU PROTAGONISTA?* A Igreja e a nova autonomia do laicato no século 21 – Editora Paulus, São Paulo, 2006.

BOFF, Leonardo – *PRINCÍPIO DA COMPAIXÃO E DO CUIDADO*, Editora Vozes, Petrópolis, 2001.

BOFF, Leonardo – *TEMPO DE TRANSCENDÊNCIA*, O ser humano como um Projeto Infinito, Editora Sextante, Rio de Janeiro, 2000

BOFF, Leonardo – *A VOZ DO ARCO-ÍRIS*, Letraviva Editora, Brasília, 2000.

BOFF, Leonardo – *IGREJA, CARISMA E PODER*, Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1981

BOURDIEU, Pierre – *A DOMINAÇÃO MASCULINA*, Editora Bertrand Brasil, Rio de Janeiro, RJ, 1999. Tradutora: Maria Helena Hühner

BRASIL ESCOLA

(WWW.BRASILESCOLA.COM/HISTORIAG/CRUZADAS.HTM)

BRIGOGINE, Ilya – *AS LEIS DO CAOS*, Editora Unesp, São Paulo, 2002. Tradutor: Roberto Leal Ferreira

BRITO, Fausto Reynaldo Alves de – *UTOPIA E PAIXÃO*, 8º Edição, Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1988.

BUZZI, Arcângelo R. – *FILOSOFIA PARA PRINCIPIANTES* – A Existência Humana no Mundo, 9ª edição, Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1998.

CARVALHO, Edgard de Assis – *POLIFÔNICAS IDÉIAS*, Antropologia e Universidade, Editora Imaginário, São Paulo, 1997.

CEHILA – A MULHER POBRE NA HISTÓRIA DA IGREJA LATINO-AMERICANA, Edições Paulinas, São Paulo, 1984.

CHAUÍ, Marilena – CONVITE À FILOSOFIA, 7ª Edição, Editora Ática, São Paulo, 2000.

COELHO, Paulo – ESTATUTOS PARA A VIDA, Vergara & Riba Editoras, São Paulo, SP, 2004.

COMBLIN, José – *O CLAMOR DOS OPRIMIDOS*, o clamor de Jesus, Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1984.

COMBLIN, José – VOCAÇÃO PARA A LIBERDADE, Editora Paulus, São Paulo, 1998

COMBLIN, José – AS GRANDES INCERTEZAS NA IGREJA ATUAL, *Mimeo, RJ*, 2007.

COMBLIN, José – O PROJETO DE APARECIDA, *Mimeo*, Santiago, Chile, 2007

CONGAR, Yves – OS GRUPOS INFORMAIS NA IGREJA, Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1973.

COSTA, Licurgo – *O CONTINENTE DAS LAGENS* - Sua história e influência no Sertão Da Terra Firme - Fundação Catarinense da Cultura, Florianópolis, 1982.

CRB – SEGUIR JESUS: OS EVANGELHOS, Coleção 'Tua Palavra é Vida' nº 5, Edições Loyola, São Paulo, 1994.

CURY, Augusto Jorge – *O MESTRE DINESQUECÍVEL*, Jesus, o maior formador de pensadores da história - Editora Sextante, Rio de Janeiro, R J, 2006.

DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES DA AÇÃO EVANGELIZADORA 2000-2003 – Diocese de Lages, SC – 2000.

DIRETRIZES E ORIENTAÇÕES DA AÇÃO EVANGELIZADORA 2005-2009 –
Diocese da Lages, SC – 2005.

DOCUMENTO DE APARECIDA – Texto conclusivo da Vª Conferência Geral do
Episcopado Latino-Americano e do Caribe – Editora Paulus e Edições Paulinas, 2ª
edição, São Paulo, SP, 2007.

DURKHEIM, Émile - AS FORMAS ELEMENTARES DA VIDA RELIGIOSA, Coleção
Os Pensadores XXXIII, Editora Abril Cultural, São Paulo, 1973. Tradutor: José Arthur
Giannotti

ELÍADE, Mircea – *IMAGENS E SÍMBOLOS*, ensaio sobre o simbolismo mágico-
religioso, Editora Martins Fontes, São Paulo, 1996. Tradutora: Ana Maria Marques
da Costa Pereira Lopes.

FOUCAULT, Michel – *VIGIAR E PUNIR*, História da violência das prisões, 13ª
edição, Editora Vozes, Rio de Janeiro, 1996. Tradutora: Raquel Ramallete.

FRÖHLIC, Roland – CURSO BÁSICO DE HISTÓRIA DA IGREJA – Edições
Paulinas, 2ª Edição, São Paulo, 1987. Tradutor: Alberto Antoniazzi.

GAARDER, Jostein – O LIVRO DAS RELIGIÕES, Editora Schwarcz, São Paulo,
2005. Tradutora: Isa Mara Lando.

GAARDER, Jostein – *O MUNDO DE SOFIA*, Romance da História da Filosofia. 5ª
edição, Editora Companhia das Letras, São Paulo, 1995. – Tradutor: João Azenha
Jr.

GALENO, Alex, CASTRO, Gustavo de, SILVA, Josimey Costa da –
COMPLEXIDADE À FLOR DA PELE, Ensaios Sobre Ciência, Cultura e
Comunicação, Cortez Editora, São Paulo, 2003.

GIRARD, René – A VIOLÊNCIA E O SAGRADO, Editora Paz e Terra, Rio de
Janeiro, 1990. Tradutora: Martha Conceição Gambini

GUARESCHI, Pedrinho – *SOCIOLOGIA CRÍTICA*, Alternativas de Mudança, 50ª Edição, Editora EDIPUCRS, Porto Alegre, 2001.

GUBERT, Leonila – REORDENAMENTO INSTITUCIONAL, Monografia, UDESC, 1999.

HAMMAN, A. – OS PADRES DA IGREJA, Edições Paulinas, São Paulo, SP, 1980.

HOFFMANN, Paul – *A HERANÇA DE JESUS E O PODER NA IGREJA*, Reflexão sobre o Novo Testamento, Editora Paulus, São Paulo, 1998. Tradutor: Edwino Royer

IDÍGORAS, J.L. – *VOCABULÁRIO TEOLÓGICO*, Para a América Latina, Edições Paulinas, São Paulo, 1983. Tradutor: Álvaro Cunha.

JEREMIAS, Joaquim – *JERUSALÉM NO TEMPO DE JESUS* – Pesquisas de História Econômico-Social, no Período Neotestamentário, 2ª edição, Edições Paulinas, São Paulo, SP, 1986. Tradutora: M. Cecília de M. Duprat.

KANT, Immanuel - *FUNDAMENTOS DA METAFÍSICA DOS COSTUMES*, Edições 70, Lisboa, 1986. Tradutor: Valério Rohden.

KURY, Mario da Gama – *DICIONÁRIO DE MITOLOGIA GREGA E ROMANA*, Jorge Zahar Editores, Rio de Janeiro, RJ, 1997.

LOCKS, Geraldo Augusto – *IDENTIDADE DOS AGRICULTORES FAMILIARES BRASILEIROS DE SÃO JOSÉ DO CERRITO*, Dissertação de Mestrado, Florianópolis, SC, 1998.

LUXEMBURGO, Rosa – *O SOCIALISMO E AS IGREJAS*, O Comunismo dos Primeiros Cristãos, Editora Dois Pontos, Rio de Janeiro, 1986. Tradutor: Jaques Jonis Netto.

MATOS, Henrique Cristiano José – *INTRODUÇÃO À HISTÓRIA DA IGREJA* – Editora O Lutador, Belo Horizonte, 1987.

MILITO, Cláudia e SILVA, Hélio R. S. – *VOZES DO MEIO FIO*, Etnografia, Editora Relume Dumará, Rio de Janeiro, RJ, 1995.

MORIN, Edgar – *OS SETE SABERES NECESSÁRIOS À EDUCAÇÃO DO FUTURO*, Cortez Editora, 9ª edição, São Paulo, SP, 2004. Tradutora: Catarina Eleonora F. da Silva e Jeanne Sawaya.

NIETZSCHE, Friedrich – *A VONTADE DA POTÊNCIA* – Parte 1 – Coleção Mestres Pensadores, Editora Escala, São Paulo, 2006. Tradutor: Mário D. Ferreira Santos.

PEGORARO, Olinto A. – *ÉTICA E BIOÉTICA*, Da Subsistência à Existência, Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2002

PEREIRA, Isidro – *DICIONÁRIO Grego-Português e Português-Grego*, Livraria Apostolado da Imprensa – BRAGA, 8ª edição, Portugal.

PESSINI, Leo – *BIOÉTICA*, Um Grito por Dignidade de Viver, Edições Paulinas, São Paulo, 2006.

PORTELLI, Hugues – *GRAMSCI E A QUESTÃO RELIGIOSA* – Edições Paulinas, S.P, 1984. Tradutor: Luiz João Gaio

OLIVEN, Ruben George – *ANTROPOLOGIA DOS GRUPOS URBANOS*, 5ª edição, Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2002.

RIBEIRO DE OLIVEIRA, Pedro A. – *RELIGIÃO E DOMINAÇÃO DE CLASSE*, Gênese, Estrutura e Função do Catolicismo Romanizado no Brasil, Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 1985.

RILKE, Rainer Maria, *CARTAS A UM JOVEM POETA*, Hemus Editora, São Paulo. Tradutor: Fernando Jorge.

SARTRE, Jean Paul – *O EXISTENCIALISMO*, Editor Victor Civita, São Paulo, 1973. Tradutor: Vergílio Ferreira.

SECRETARIADO DIOCESANO DE PASTORAL – Instrumento Avaliativo - 2004

SIQUEIRA ABRAÃO, Bernadete – (Org.) HISTÓRIA DA FILOSOFIA, Editora Nova Cultural, São Paulo, 2004.

SOUZA, Janice Tirelli Ponte de, - *REINVENÇÕES DA UTOPIA*, A Militância Política de Jovens nos Anos 60 – Hacker Editores, São Paulo, 1999.

SOUSA BRANDÃO, Junito de – MITOLOGIA GREGA, Vol. 1 – 12ª edição, 1998 – Vol. 2 8ª edição, 1997 e Vol. 3 – 8ª edição, 1998, Editora Vozes, Petrópolis, RJ.

STORNILO, Ivo – CONHEÇA A BÍBLIA, Editora Paulus, 5ª edição, São Paulo, 1986.

TEIXEIRA FERNANDES, Antônio, O RETORNO DO SAGRADO, <http://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/1312>

TEIXEIRA, Faustino (org) – *SOCIOLOGIA DA RELIGIÃO*, Enfoques Teóricos, Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 2003.

TELES, Maria Luiza Silveira – *FILOSOFIA PARA JOVENS*, Uma Iniciação à Filosofia, 6ª edição, Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1999.

TOURAINÉ, Alain – *PODEREMOS VIVER JUNTOS?* Iguais e diferentes. Editora Vozes, Petrópolis, RJ, 1999. Gentil Avelino Titton.

TOURAINÉ, Alain – *UM NOVO PARADIGMA*, Para Compreender o Mundo de Hoje, 2ª edição, Editora Vozes, Petrópolis, Rio de Janeiro, 2006. Tradutor: Gentil Avelino Titton.

VILASSA, Nízia – *EM NOME DO CORPO*, Editora Rocco, Rio de Janeiro, 1998.

VILLASANTE, Tomás R. – *REDES E ALTERNATIVAS*, Estratégias e Estilos Criativos na Complexidade Social, Editora Vozes, Rio de Janeiro, 2002

VALENTE, Gianni – CISMA DO ORIENTE, Revista Biblioteca, São Paulo, fevereiro 2004.

WEBER, Max – PARLAMENTARISMO E GOVERNO NUMA ALEMANHA RECONSTRUÍDA, Coleção Os pensadores, nº 37, Editorial Abril Cultural, São Paulo, 1974. Tradutor: Maurício Tragtenberg

WEBER, Max – ENSAIOS DE SOCIOLOGIA, Coleção Os pensadores, nº 37, Editorial Abril Cultural, São Paulo, 1974. Tradutor: Maurício Tragtenberg

WEBER, Max – HISTÓRIA DA ECONOMIA, Coleção Os pensadores, nº 37, Editorial Abril Cultural, São Paulo, 1974. Tradutor: Maurício Tragtenberg

WEIL, Pierre – *OS MUTANTES*, uma nova humanidade para um novo milênio, Verus Editora, Campinas, São Paulo, 2003.